



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado Ivair Nogueira
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

SUMÁRIO

1 - PROPOSIÇÕES DE LEI

2 - ATAS

- 2.1 - 59ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 2.2 - 40ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura – Destinada à realização do ciclo de debates Incubadoras e Parques Tecnológicos em Minas Gerais e sua Contribuição para o Desenvolvimento Socioeconômico do Estado
- 2.3 - Evento realizado na 56ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura – Destinada à realização do ciclo de debates Incubadoras e Parques Tecnológicos em Minas Gerais e sua Contribuição para o Desenvolvimento Socioeconômico do Estado
- 2.4 - 12ª Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



PROPOSIÇÕES DE LEI

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.415

Declara de utilidade pública a Sociedade Esportiva São Jorge, com sede no Município de Uberlândia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Esportiva São Jorge, com sede no Município de Uberlândia.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 19 de agosto de 2014.

Deputado Dinis Pinheiro – Presidente

Deputado Dilzon Melo – 1º-Secretário

Deputado Neider Moreira – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.416

Declara de utilidade pública a entidade 15 Eterna Paixão Esporte Clube, com sede no Município de Santa Luzia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a entidade 15 Eterna Paixão Esporte Clube, com sede no Município de Santa Luzia.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 19 de agosto de 2014.

Deputado Dinis Pinheiro – Presidente

Deputado Dilzon Melo – 1º-Secretário

Deputado Neider Moreira – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.417

Declara de utilidade pública a entidade Bom Destino Futebol Clube, com sede no Município de Santa Luzia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a entidade Bom Destino Futebol Clube, com sede no Município de Santa Luzia.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 19 de agosto de 2014.

Deputado Dinis Pinheiro – Presidente

Deputado Dilzon Melo – 1º-Secretário

Deputado Neider Moreira – 2º-Secretário

**ATAS****ATA DA 59ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 21/8/2014****Presidência dos Deputados Vanderlei Miranda e Rogério Correia**

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 5.456 a 5.462/2014 - Requerimentos nºs 8.642 a 8.647/2014 - Requerimento do deputado João Leite - Interrupção e Reabertura dos Trabalhos Ordinários - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os deputados e a deputada:

Ivair Nogueira - Dilzon Melo - Adalclever Lopes - Agostinho Patrus Filho - André Quintão - Anselmo José Domingos - Célio Moreira - Duarte Bechir - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Maria Tereza Lara - Mário Henrique Caixa - Marques Abreu - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Rômulo Viegas - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Wander Borges.

Abertura

O presidente (deputado Vanderlei Miranda) - Às 14h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte**1ª Fase (Expediente)****Ata**

- O deputado André Quintão, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Fase (Grande Expediente)**Apresentação de Proposições**

O presidente - Não havendo correspondência a ser lida, a presidência passa a receber proposições.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 5.456/2014

Declara de utilidade pública a Comunidade Terapêutica Projeto Vida, com sede no Município de Jaguarauçu.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Comunidade Terapêutica Projeto Vida, com sede no Município de Jaguarauçu.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 21 de agosto de 2014.

Paulo Guedes

Justificação: A Comunidade Terapêutica Projeto Vida é uma entidade civil de direito privado, com personalidade jurídica própria, de finalidade não econômica e sem fins lucrativos, com duração por tempo indeterminado e que tem por finalidades, entre outras, a recuperação e a reintegração social dos usuários de substâncias psicoativas, a prestação de serviços nos programas e serviços de assistência social e a promoção, o desenvolvimento e o incentivo de ações de divulgação e valorização junto à comunidade em geral. Além disso, propõe-se a firmar convênios com entidades congêneres, públicas ou privadas e participar de pesquisas e programas sociais, visando à assistência e à proteção dos internos e seus familiares.

Em face do exposto, encaminho este projeto de lei para aprovação desta Casa.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Prevenção e Combate às Drogas, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.457/2014

Declara de utilidade pública a Associação Beneficente El-Shaday - ABE -, com sede no Município de Várzea da Palma.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente El-Shaday - ABE -, com sede no Município de Várzea da Palma.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 21 de agosto de 2014.

Cabo Júlio

Justificação: A Associação Beneficente El-Shaday - ABE -, com sede no Município de Várzea da Palma, é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, regida por estatuto próprio e com prazo indeterminado de duração. Tem por objetivos a execução de programas de promoção dos direitos humanos, a promoção da cultura, a preservação do meio ambiente e da saúde, bem como o combate à pobreza e a experimentação de sistemas alternativos de produção e de comércio.

Sua diretoria é constituída de pessoas de reconhecida idoneidade, que realizam atividades voluntárias e não são remuneradas.



Por sua importância e por atender aos requisitos previstos na Lei nº 12.972, de 1998, que dispõe sobre a declaração de utilidade pública, contamos com o apoio de nossos nobres pares à aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.458/2014

Declara de utilidade pública a Associação Protetora dos Animais de Araxá, com sede no Município de Araxá.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Protetora dos Animais de Araxá, com sede no Município de Araxá.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 21 de agosto de 2014.

Bosco

Justificação: A Associação Protetora dos Animais de Araxá tem como finalidade combater e participar de ações contra o comércio ilegal de animais; propor e fiscalizar a utilização de métodos humanitários no manejo de animais e fazer cumprir, com o apoio das autoridades competentes, a legislação federal, estadual e municipal referente à proteção aos animais.

A entidade incentiva o emprego de técnicas alternativas que substituam o uso de animais para fins didáticos ou experimentais e luta pelo respeito a princípios éticos nas instituições que utilizam animais em suas atividades.

Além disso, a associação organiza eventos de educação ambiental, visando a conscientização da população em relação à proteção dos animais e à defesa do meio ambiente, e apoia programas de conservação e preservação de espécies ameaçadas. Dessa forma, apresenta-se como importante e benéfico ator em sua região de atuação.

Seu estatuto dispõe sobre a destinação do patrimônio para entidade congênere no caso de sua dissolução e está devidamente registrado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas. Ela desenvolve suas atividades, ininterruptamente, há mais de um ano, e sua diretoria é constituída por pessoas que exercem atividades voluntárias.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Meio Ambiente, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.459/2014

Declara de utilidade pública o Lar São Vicente de Paulo de Delfinópolis, com sede no Município de Delfinópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Lar São Vicente de Paulo de Delfinópolis, com sede no Município de Delfinópolis.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 21 de agosto de 2014.

Cássio Soares

Justificação: O Lar São Vicente de Paulo de Delfinópolis é uma organização não governamental sem fins lucrativos, fundada em 19/7/1944. Desenvolve importante trabalho assistencial e filantrópico, cumprindo suas finalidades estatutárias de exercer atividades caritativas, de promoção e de assistência social. A documentação apresentada confirma que a sua diretoria é constituída por pessoas idôneas e não remuneradas e que a entidade está em funcionamento regular, atendendo, dessa forma, aos requisitos legais.

Pela importância da entidade, contamos com o apoio de nossos pares à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.460/2014

Declara de utilidade pública o Conselho Central de Passos da Sociedade São Vicente de Paulo, com sede no Município de Passos.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Conselho Central de Passos da Sociedade São Vicente de Paulo, com sede no Município de Passos.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 21 de agosto de 2014.

Cássio Soares

Justificação: O Conselho Central de Passos da Sociedade São Vicente de Paulo é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, fundada em 17 de junho de 2003, que desenvolve importante trabalho assistencial e filantrópico, cumprindo suas finalidades estatutárias de exercer atividades caritativas, culturais, promocionais e de assistência social em diversos municípios. A documentação apresentada confirma que a sua diretoria é constituída por pessoas idôneas e não remuneradas e que a entidade está em funcionamento regular, atendendo, dessa forma, os requisitos legais. Por sua importância contamos com o apoio de nossos pares à aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.461/2014

Dispõe sobre a organização, o planejamento e a fiscalização do Sistema de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado de Minas Gerais - SRI-MG - e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

CAPÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - Esta lei dispõe sobre a organização, o planejamento e a fiscalização do Sistema de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado de Minas Gerais - SRI-MG.

Art. 2º - Os serviços do SRI-MG estão sujeitos à regulação do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG.

Art. 3º - O transporte rodoviário intermunicipal de passageiros é um serviço público essencial, de competência privativa do Estado, que poderá operá-lo diretamente ou mediante concessão e permissão, através de licitação, obrigando-se a fornecê-lo com qualidade e mediante tarifa justa, na forma da lei, da Constituição Estadual e da Constituição Federal.

Art. 4º - O SRI-MG compreende os serviços de transporte realizados entre pontos terminais, considerados início e fim, transpondo limites de um ou mais municípios, com itinerários, seções, tarifas e horários definidos, realizados por estradas federais, estaduais ou municipais, abrangendo o transporte de passageiros, suas bagagens e encomendas de terceiros.

CAPÍTULO II**DO PLANEJAMENTO E DA IMPLANTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Art. 5º - Os serviços do SRI-MG serão operacionalmente planejados, coordenados, controlados, concedidos, permitidos, regulados e fiscalizados pelo DER-MG, vinculado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop.

Art. 6º - O DER-MG, observadas as normas preconizadas nas legislações federal e estadual, delegará a execução dos serviços do SRI-MG a pessoas jurídicas idôneas, devidamente constituídas e detentoras de condições econômicas, técnicas, operacionais e de regularidade fiscal, nas esferas municipal, estadual e federal.

§ 1º - A delegação dos serviços dar-se-á mediante contrato de concessão ou permissão, precedido de licitação, mediante o qual a autoridade delegante fixará prazos mínimos que possibilitem ao concessionário ou permissionário a amortização dos investimentos, conforme dispõe a legislação vigente.

§ 2º - O contrato de que trata o § 1º estabelecerá, ainda, cláusulas que obriguem o delegatário a manter um cronograma de renovação de frota, contínua atualização tecnológica de equipamentos e padrões elevados de qualidade na prestação do serviço e dos recursos humanos.

§ 3º - A execução dos serviços dos subsistemas metropolitano, regional e rural poderá ser delegada também a pessoas físicas idôneas, observados os limites desta lei, devidamente constituídas e detentoras de condições econômicas, técnicas, operacionais e de regularidade fiscal, nas esferas municipal, estadual e federal.

Art. 7º - A outorga para a exploração dos serviços previstos nesta lei deverá atender ao princípio de prestação adequada do serviço às necessidades dos usuários.

§ 1º - O serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, cortesia na sua prestação e modicidade nas tarifas.

§ 2º - A atualidade compreende a modernidade das técnicas, dos equipamentos, das instalações e sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço.

§ 3º - Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após aviso prévio, quando:

- I - motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações; e
- II - por inadimplemento do usuário, considerando o interesse da comunidade.

§ 4º - No planejamento dos serviços deverão ser considerados:

- I - o caráter de permanência da linha em função do interesse público;
- II - o padrão do serviço a ser prestado e os meios que garantam a sua sustentabilidade;
- III - os meios alternativos a serem utilizados em situações emergenciais e o conjunto de procedimentos que garantam a eficácia dos planos de emergência;
- IV - os índices de acidentes por categoria e as conclusões dos respectivos laudos periciais.

CAPÍTULO III**PLANO DIRETOR**

Art. 8º - O Poder Executivo deverá elaborar e manter atualizado plano diretor de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros que contemple as diretrizes de ação em todos os aspectos relacionados com o transporte de passageiros, com vistas à eficiência na prestação do serviço público.

§ 1º - A cada dez anos deverá ser elaborado um novo plano diretor, adequando-o às políticas públicas para o setor de transportes.

§ 2º - A cada quatro anos, se necessário, proceder-se-á à revisão do plano diretor.

Art. 9º - Para aferição quantitativa e qualitativa dos serviços existentes e da viabilidade de implantação de novos serviços, deverão ser considerados na elaboração do plano diretor, dentre outros, os seguintes aspectos:

- I - a importância das localidades de origem e destino no contexto econômico, turístico e social;
- II - a população das localidades atendidas pela ligação e suas características socioeconômicas e culturais;
- III - a necessidade e a capacidade de geração de transporte das localidades servidas;
- IV - a infraestrutura de apoio à linha;



- V - a economicidade contemplada nas integrações multimodais do transporte de passageiros e veículos;
- VI - o processo dinâmico da oferta de serviços de interesse público, visando ao melhor aproveitamento dos equipamentos, das viagens e da tripulação;
- VII - a aplicação e a expansão do programa de qualidade do transporte, visando atingir todas as concessionárias e permissionárias do SRI-MG.

CAPÍTULO IV DA ESTRUTURAÇÃO BÁSICA

Art. 10 - O SRI-MG será composto dos seguintes subsistemas:

- I - metropolitano;
- II - estrutural;
- III - regional;
- IV - rural;
- V - complementar.

Art. 11 - O subsistema metropolitano será constituído de linhas de transporte coletivo terrestre de passageiros com pontos de origem e destino situados exclusivamente em municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH.

Art. 12 - O subsistema estrutural será formado, predominantemente, de linhas de médio e longo percurso, interligando cidades polos e municípios de grande potencial econômico entre si e à capital do Estado.

Art. 13 - O subsistema regional será formado, predominantemente, de linhas de curto e médio percurso que interligarão distritos e sedes municipais aos seus respectivos polos regionais.

Art. 14 - O subsistema rural será formado, predominantemente, por linhas de curto percurso, que interligarão os distritos de um município às sedes de outros municípios ou a outros distritos e povoados.

Art. 15 - O subsistema complementar tem por finalidade suprir necessidades específicas dos subsistemas metropolitano, regional e rural em determinadas situações, levando em conta a realidade econômica e cultural, e será constituído de linhas de pequeno e médio percurso, observadas as características regionais.

§ 1º - Os serviços do subsistema complementar poderão ser delegados, mediante exploração individual, a pessoas físicas ou jurídicas que demonstrem capacidade para o seu desempenho, sob regime de permissão, a título precário, mediante prévia licitação, em caráter pessoal e intransferível.

§ 2º - A exploração dos serviços dar-se-á com apenas um veículo por permissionário, sendo vedada a permissão àquele que já mantiver vínculo com o subsistema complementar, seja na esfera municipal ou estadual.

§ 3º - Será admitida a transferência da permissão apenas em caso de falecimento ou invalidez, temporária ou permanente, de seu titular, caso em que será sucedido, no tempo que faltar para o fim do contrato, pelo cônjuge sobrevivente ou descendente em linha reta até o primeiro grau, nesta ordem, desde que permaneçam satisfeitas as exigências previstas no regulamento do SRI-MG e no edital de licitação e haja anuência prévia do poder permitente.

§ 4º - Nas linhas do subsistema complementar, será permitido o emprego de veículos com lotação oficial não inferior a cinco lugares, desde que adequados e permitidos para o transporte de passageiros, nos termos do Código de Trânsito Brasileiro e na legislação complementar.

§ 5º - O suprimento das necessidades específicas, de que trata o *caput* deste artigo, inclui a coexistência do sistema complementar com os demais subsistemas, viabilizada por estudos técnicos do DER-MG.

Art. 16 - As linhas dos subsistemas metropolitano, estrutural, regional e rural poderão contemplar, além do indispensável serviço básico acessível à população de baixa renda, diferentes categorias funcionais de serviços, de forma a atender à demanda por outros serviços que proporcionem mais conforto e rapidez, observada a segurança de trânsito.

Art. 17 - Os padrões de serviço do SRI-MG serão definidos na regulamentação desta lei, com base nas características de cada subsistema, na especificação dos veículos, na frequência de paradas, na lotação máxima admitida e na tarifa do serviço.

Art. 18 - As linhas e serviços agregados poderão ser modificadas ou alteradas parcialmente pelo DER-MG em seus elementos constitutivos, criando-se acessórios necessários, desde que:

- I - visem ao melhor atendimento do público usuário;
- II - não desfigurem as características básicas do objeto concedido ou permitido;
- III - a alteração não configure concorrência ruínosa ou indevida, em face de demandas de passageiros já atendidas.

Art. 19 - Os terminais rodoviários de passageiros, pontos de apoio e pontos de parada são componentes indispensáveis da estrutura físico-operacional do SRI-MG.

§ 1º - As normas para licitação, regulação e fiscalização do serviço público de administração, operação e exploração dos terminais rodoviários de passageiros observarão sempre a legislação pertinente, as normas expedidas pelo DER-MG e o regulamento do SRI-MG.

§ 2º - A localização dos terminais rodoviários de passageiros deve facilitar o acesso do usuário aos equipamentos urbanos.

Art. 20 - O transporte rodoviário intermunicipal de passageiros no Estado, pela sua característica de transporte coletivo, será executado por veículos tipo ônibus ou micro-ônibus ou ainda, no caso das linhas do subsistema complementar, pelos veículos autorizados no § 4º do art. 15 desta lei, observado, em qualquer caso, o disposto no Código de Trânsito Brasileiro, bem como as especificações regulamentares expedidas e demais normas técnicas pertinentes.

Art. 21 - O DER-MG editará normas que promovam a acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante, entre outras medidas, a supressão de barreiras e obstáculos nos equipamentos e serviços do SRI-MG, observadas as normas técnicas brasileiras relativas à matéria.



CAPÍTULO V DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS E OPERADORES

Art. 22 - Os serviços do SRI-MG serão remunerados mediante receitas provenientes das tarifas pagas pelos usuários, as quais serão calculadas e revistas periodicamente.

Parágrafo único - Os bilhetes individuais ou cupons emitidos eletronicamente pelas empresas operadoras do SRI-MG são documentos fiscais, sujeitos ao controle dos órgãos fazendários competentes.

Art. 23 - A regulamentação econômica do SRI-MG e a remuneração dos operadores deverão assegurar a modicidade das tarifas, a manutenção dos níveis de qualidade estipulados, o equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços e ainda:

- a) a continuidade dos serviços;
- b) a otimização dos custos;
- c) a segurança das instalações;
- d) o atendimento aos usuários.

Art. 24 - Somente poderão viajar sem o bilhete de passagem ou o cupom fiscal funcionários da empresa operadora que estejam em serviço e agentes do sistema em missão de supervisão ou fiscalização, desde que, em qualquer caso, estejam devidamente credenciados.

§ 1º - É vedada a prática de cortesias ou gratuidades de qualquer tipo, salvo as previstas em lei, sujeitando-se a empresa infratora a penalidades, incluindo o ressarcimento fiscal.

§ 2º - A lei que instituir a gratuidade total ou parcial indicará a forma de custeio.

CAPÍTULO VI DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO

Art. 25 - O controle e a fiscalização dos serviços do SRI-MG serão exercidos pelo DER-MG.

Art. 26 - A transportadora que deixar de efetuar a renovação do registro cadastral na data que lhe for designada pelo DER-MG é punível com multa no valor equivalente, em reais, a 1% (um por cento) do valor de um veículo ônibus rodoviário zero-quilômetro, adotado na composição tarifária vigente, aplicável a cada trimestre de inadimplemento de sua obrigação.

Art. 27 - As medidas administrativas, instrumento do poder de polícia do DER-MG, são ações coercitivas e expeditas, adotadas pelas autoridades ou seus agentes, visando interromper, de imediato, uma prática inadequada, nociva ou perigosa à segurança do SRI-MG.

Art. 28 - Toda ação ou omissão contrária ao regulamento do SRI-MG praticada pela empresa operadora do sistema ou por seus prepostos constitui, no mínimo, infração administrativa, sujeitando o infrator às penalidades previstas, sem prejuízo das medidas administrativas.

Art. 29 - O extravio ou dano em bagagens ou encomendas de terceiros ensejará o pagamento de indenização em favor do usuário.

Art. 30 - As penalidades aplicadas pelo DER-MG após processo regular, assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório, são as seguintes:

- I - advertência por escrito;
- II - multa pecuniária;
- III - determinação de afastamento de preposto;
- IV - suspensão temporária da prestação de serviços;
- V - declaração de caducidade da concessão ou permissão;
- VI - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, por prazo não excedente a cinco anos;
- VII - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes desta punição e até que seja promovida a reabilitação perante a administração pública.

Parágrafo único - As sanções previstas neste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente, desde que não sejam conflitantes entre si em razão de sua natureza.

Art. 31 - A penalidade de declaração de caducidade da concessão ou de cancelamento da permissão, precedida ou não de suspensão temporária, será aplicada na forma prevista na Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

Art. 32 - A infração às normas do SRI-MG deverá ser comunicada à polícia de trânsito, por meio do envio de cópia da ocorrência, para apuração das responsabilidades e aplicação das penalidades, assegurando-se ao infrator o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 33 - O Poder Executivo deverá elaborar, em parceria com o Poder Legislativo e com a participação da sociedade civil, estudos para implantação das linhas do subsistema complementar, que contemplarão, nos limites legais, aqueles que já possuem experiência comprovada de no mínimo cinco anos, preservando os roteiros costumeiramente estabelecidos, assim como aqueles que comprovem residir no mínimo há cinco anos em localidade componente do itinerário da linha.

Parágrafo único - Os estudos para implantação do subsistema complementar serão precedidos de consultas públicas realizadas nas regiões definidas como estratégicas e imprescindíveis para o setor.

Art. 34 - Esta lei entra em vigor no prazo de trinta dias contados a partir da data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 21 de agosto de 2014.

Paulo Guedes

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Transporte e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

**PROJETO DE LEI Nº 5.462/2014**

Dá nova redação ao *caput* do art. 8º da Lei nº 7.772, de 8 de setembro de 1980.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O *caput* do art. 8º da Lei nº 7.772, de 8 de setembro de 1980, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º - A localização, a construção, a instalação, a ampliação, a modificação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como dos que possam causar degradação ambiental, observado o disposto em regulamento, dependerão de prévio licenciamento ou autorização ambiental de funcionamento do Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam -, sem prejuízo da manifestação, quando couber, do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais - CBMMG - no exercício de atividade de prevenção e combate a incêndio e pânico, nos termos da legislação pertinente.”.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 21 de agosto de 2014.

Luiz Humberto Carneiro

Justificação: O Ministério Público do Estado de Minas Gerais apresentou ação civil pública contra o Estado obrigando que este considere a apresentação de auto de vistoria do Corpo de Bombeiros como requisito do pedido de licença de operação ou autorização ambiental de funcionamento.

Considerando a relevância e a complexidade da matéria, o Tribunal de Justiça do Estado, por meio do seu presidente, suspendeu a medida liminar requerida pelo Ministério Público, anteriormente deferida pelo juiz da 5ª Vara da Fazenda Pública Estadual e Autarquias da Capital.

Ao que parece, a questão está a merecer definição mais precisa no âmbito da legislação, razão pela qual apresentamos este projeto de lei com vistas a provocar o aprofundamento no debate sobre a matéria e, sobretudo, a preservar os empreendimentos e atividades não sujeitos à implantação de sistema de prevenção e combate a incêndio e pânico da imputação de obrigações inadequadas.

Pelo exposto, contamos com o apoio dos nossos pares para a discussão e aprovação desta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Meio Ambiente para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 8.642/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na Companhia de Meio Ambiente da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 18/8/2014, em Raposos, que resultou na apreensão de 200 pássaros silvestres e na prisão de um homem; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade.

Nº 8.643/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no Batalhão Rotam da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 19/8/2014, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de um veículo roubado e na prisão de um homem; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade.

Nº 8.644/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 14º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 18/8/2014, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de armas de fogo e drogas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade.

Nº 8.645/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 49º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 19/8/2014, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de arma de fogo, quantia em dinheiro e drogas e na prisão de três pessoas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade.

Nº 8.646/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no Batalhão Rotam da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 19/8/2014, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de drogas, quantia em dinheiro, material para preparo de drogas e na prisão de 10 pessoas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (- Distribuídos à Comissão de Segurança Pública.)

Nº 8.647/2014, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Associação de Pais e Amigos do Excepcionais - Apae - de São Tiago pelos 30 anos de sua fundação. (- À Comissão da Pessoa com Deficiência.)

Do deputado João Leite em que solicita a realização de seminário nesta Casa para debater a situação do futebol brasileiro. (- À Mesa da Assembleia.)

Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O presidente - A presidência, nos termos do § 1º do art. 22 do Regimento Interno, interrompe os trabalhos ordinários para destinar a 1ª Parte desta reunião à realização ciclo de debates Agricultura Familiar: Mãos Que Alimentam e Cuidam do Planeta.

- A ata desse evento será publicada em outra edição.

Reabertura dos Trabalhos Ordinários

O presidente (deputado Rogério Correia) - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Encerramento

O presidente - A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 40ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 12/8/2014

Presidência do Deputado Ulysses Gomes

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da Reunião - 1º Painel: Composição da Mesa - Registro de Presença - Execução do Hino Nacional - Aviso Eleitoral - Palavras do Presidente - Registro de Presença - Palavras do Sr. Renato Nunes - Palavras do Sr. Vicente José Gamarano - Palavras do Sr. Jorge Márcio Campagnolo - Palavras do Deputado Paulo Lamac - Palavras da Sra. Francilene Procópio Garcia - 2º Painel: Composição da Mesa - Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos - Palavras da Sra. Maria Luisa Campos Machado Leal - Palavras do Sr. Paulo Renato Cabral - Palavras do Sr. Heber Pereira Neves - Esclarecimentos sobre os Debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os deputados:

Bonifácio Mourão - Cabo Júlio - João Leite - Paulo Lamac - Sargento Rodrigues - Ulysses Gomes.

Abertura

O presidente (deputado Ulysses Gomes) - Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra o 2º-secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O deputado Paulo Lamac, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião à realização do ciclo de debates Incubadoras e Parques Tecnológicos em Minas Gerais e Sua Contribuição para o Desenvolvimento Socioeconômico do Estado, que tem os seguintes objetivos: contextualizar o conceito de incubadoras e parques tecnológicos e as contribuições e os resultados desses ambientes de inovação para a sociedade; discutir estratégias e ações para a dinamização dos processos de geração de empreendimentos inovadores, intensivos em conhecimento, no âmbito das incubadoras de empresas; debater e propor políticas públicas de apoio e incentivo aos parques e incubadoras; debater o potencial de ampliação da capacidade de geração de empreendimentos inovadores; definir políticas de apoio e incentivo à atração de empreendimentos para os parques científico-tecnológicos de Minas Gerais; contribuir para a manutenção de um diálogo entre a ALMG e o movimento mineiro de parques e incubadoras.

1º Painel

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Jorge Mário Campagnolo, coordenador-geral da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Vicente José Gamarano, secretário de Estado adjunto de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais; e Renato Nunes, presidente da Rede Mineira de Inovação; as Exmas. Sras. Francilene Procópio Garcia, presidente da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores - Anprotec -, e diretora-geral da Fundação Parque Tecnológico da Paraíba; e Hellen Caires Teixeira Brandão, defensora pública, representado a defensora pública-geral do Estado, Christiane Procópio Malard; e os Exmos. Srs. Paulo Márcio de Faria e Silva, reitor da Universidade Federal de Alfenas - Unifal; Milton Roberto Castro Teixeira, reitor do Centro Universitário de Patos de Minas - Unipam; e deputado Paulo Lamac, presidente da Comissão de Assuntos Municipais desta Casa.

Registro de Presença

O locutor - Saudamos, de maneira especial, a presença dos alunos da EJA, da Escola Estadual Francisco Sales, que nos visitam nesta manhã, como parte da programação das visitas orientadas, uma iniciativa da Assembleia Legislativa em parceria com escolas da região. Gostaríamos de registrar ainda a presença do Prof. Ronaldo Tadêu Pena, diretor-presidente do Parque Tecnológico de Belo Horizonte - BH-TEC.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a acompanhar a execução do Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Aviso Eleitoral

O locutor - A presidência, tendo em vista a legislação em vigor e especialmente a Resolução nº 23.390, de 2013, que dispõe sobre o calendário eleitoral de 2014, recomenda aos convidados e participantes de reuniões e eventos de qualquer natureza, promovidos por esta Casa, que evitem, em seus pronunciamentos, conteúdos que possam ser caracterizados como propaganda eleitoral.

Palavras do Presidente

Bom dia a todas e todos. Com muita alegria, iniciamos este trabalho, que, por meses, moveu toda a equipe da Assembleia Legislativa e setores da área de tecnologia e inovação ligados à Assembleia Legislativa. Cumprimento Jorge Mário Campagnolo, coordenador-geral da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, a quem agradecemos pela presença, participação do governo e atenção, neste momento importante em que reunimos todos os militantes da área em Minas Gerais; o Sr. Vicente José Gamarano, secretário adjunto de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior em Minas Gerais, a quem também agradeço pela presença e apoio; e o Prof. Renato de Aquino Nunes, presidente da Rede Mineira de Inovação, querido amigo e um dos principais motivadores deste evento, que esteve desde o ano passado, nesta Casa, apresentando às comissões e ao presidente da Assembleia a importância da realização deste debate.



Quero cumprimentar ainda a Sra. Franceline Procópio, presidente da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores; a Sra. Hellen Caires, defensora pública, representando a defensora pública-geral do Estado; o Sr. Paulo Márcio, reitor da Universidade Federal de Alfenas; o Sr. Milton Roberto, reitor do Centro Universitário de Patos de Minas; meu querido amigo Paulo Lamac, deputado estadual que compõe conosco a iniciativa deste evento. Senhoras e senhores, o ciclo de debates vai acontecer durante todo o dia. Todos que receberam convite sabem da nossa pauta, mas é importante registrar que a Assembleia está transmitindo esta reunião ao vivo para mais de 200 municípios, por meio da TV Assembleia e por meio da internet. Ao abrir espaço para o debate, dando oportunidade de aprofundarmos e mobilizarmos internamente, a Assembleia oferece também o debate a todo o Estado.

Na história econômica de Minas Gerais, os anos 1970 marcaram o início de um processo de transformação industrial, centrada fortemente em torno do complexo minerometalúrgico, o que significou um adensamento industrial a partir da indústria extrativa mineral. Esse complexo chegou, em 1999, a representar mais de 50% do produto industrial estadual. Esse momento de desenvolvimento industrial foi de extrema importância para Minas Gerais, minimizando, naquela época, os efeitos perversos da forte concentração industrial em São Paulo.

Nas décadas seguintes, o Estado não se preparou para acompanhar as profundas transformações na economia mundial, que entrava na era da disseminação da chamada economia do conhecimento, associada à ocorrência de uma revolução tecnológica, em que o conhecimento, a ciência e a tecnologia assumiram papel central na dinâmica econômica. Assim, Minas entra nos anos 2000 com uma fragilidade estrutural clara, determinada pelo crescente peso da minerometalurgia e da indústria tradicional, ambas de baixa e de média intensidade tecnológica, que representavam, nesse período, 85% do emprego industrial em nosso Estado. Durante os anos 2000 até o presente, infelizmente essa situação não se modificou. Esses setores mais tradicionais ainda são responsáveis por cerca de 81% dos empregos industriais, enquanto as indústrias de alta tecnologia saltaram de 4,3% em 2002 para apenas 5,2%, uma década depois. Esses dados demonstram uma estagnação estrutural da economia mineira, centrada em indústrias do século XX, com uma década de atraso no desenvolvimento da economia típica do século XXI, a economia do conhecimento.

É com o objetivo de refletir sobre essa realidade que aqui compartilhamos, de iluminar a urgente necessidade de introduzir mais fortemente a economia mineira na sociedade do conhecimento, que propusemos a realização deste ciclo de debates, atendendo ao chamamento da Rede Mineira de Inovação, entidade que representa as incubadoras e os parques tecnológicos mineiros. E mais do que isso, como demonstra, esse evento representa um movimento da sociedade mineira pela superação do nosso atraso em relação a essa nova economia. Entendemos claramente que o futuro de Minas está vinculado a sua capacidade de inovar e de incorporar a cultura da inovação e da assimilação técnica, econômica e cultural do conhecimento e das novas tecnologias pelos setores tradicionais de nossa economia.

Felizmente, amigas e amigos, podemos dizer que esse desafio encontra boas bases para se desenvolver em Minas Gerais. As instituições acadêmicas e de pesquisa de Minas Gerais possuem capacidade científica e tecnológica suficiente para sustentar um vigoroso sistema estadual de inovação. Até porque somos pioneiros na criação da infraestrutura científica e tecnológica no País, como demonstram os casos da Escola de Farmácia de Ouro Preto e da Escola de Minas de Ouro Preto, no século XIX. A minha cidade de Itajubá, onde temos a Universidade Federal de Itajubá, é outro exemplo. No ano passado, comemoramos o centenário da universidade, graças a um itajubense visionário, que entendeu a importância do ensino tecnológico, num momento em que predominavam no País as escolas de direito e medicina, com grande prejuízo para o desenvolvimento da indústria e da infraestrutura nacional.

Hoje contamos com 11 universidades federais, a maior rede do País. Temos ainda 2 universidades estaduais e 9 universidades privadas. Temos 25 centros universitários - sendo 6 federais e 19 privados. Temos também instituições públicas federais e estaduais de pesquisa aplicada. Cito algumas, como a Embrapa, a Fiocruz, o Centro de Desenvolvimento de Tecnologia Nuclear, o Inatel, o Laboratório Nacional de Astrofísica, o Cetec, a Epamig, a Funed e a Fundação João Pinheiro. Enfim, essas instituições de ensino, pesquisa e extensão, em sua grande maioria de excelência, estão distribuídas no território mineiro e capacitadas para ancorar parcerias para a inovação e a reestruturação produtiva e territorial do nosso estado.

Temos também políticas e programas de incentivo à inovação com potencial para, se devidamente utilizadas e expandidas, mudar substancialmente o panorama atual, construindo vantagens comparativas e nos posicionando definitivamente como a 2ª economia manufatureira do País, com maior participação relativa de bens de maior valor agregado e serviços tecnológicos complexos vinculados às novas tecnologias. É de fundamental importância este ciclo de debates estar acontecendo na Assembleia Legislativa. Aliás, como o Prof. Renato Nunes, presidente da Rede Mineira de Inovação, sempre insiste em dizer em todas reuniões: é importante trazer o debate para a Assembleia Legislativa. Afinal, esta Casa é a responsável pela discussão e aprovação das políticas públicas e pela discussão e aprovação do orçamento do Estado, quando se concretizam ou não os recursos financeiros que irão viabilizar a implementação dessas políticas. Exemplo disso é a Lei nº 17.348, que dispõe sobre o incentivo à inovação tecnológica no Estado, aprovada no final de 2007. Já temos a legislação, aliás, muito bem elaborada, com instrumentos de incentivo aos parques tecnológicos e incubadoras de incentivo à inovação nas empresas para o desenvolvimento de produtos e processos inovadores de estímulo ao inventor independente. Para isso, foi criado o Fundo Estadual de Incentivo à Inovação Tecnológica. Infelizmente, até o momento, esse fundo não recebeu nenhum recurso financeiro para a implementação de sua proposta. Se pesquisarmos no orçamento do Estado, desde sua criação, de 2008 a 2014, chegaremos à triste conclusão de que a dotação orçamentária proposta pelo governo do Estado, e aprovada por esta Casa, é de apenas R\$1.000,00 por ano.

Portanto, espero que este ciclo de debates seja o início de um movimento interno e externo, não só para aqueles que militam nesta causa, mas para toda a sociedade, sendo um movimento que envolva deputados, prefeitos e o poder executivo estadual. Um movimento de convencimento, de concretização e conscientização no que diz respeito à importância da efetivação de políticas de incentivo à inovação, de forma a garantir que o potencial acima referido se transforme em realidade e contribua para a diversificação, consolidação e ampliação da economia baseada no conhecimento, em Minas Gerais, como forma de garantir o desenvolvimento econômico e social do nosso estado.



Estou convencido de que o futuro de Minas Gerais está vinculado a sua capacidade de inovar. Por isso, desejo a cada um e a cada uma um excelente dia de trabalho, de muito debate, de muito aprofundamento. E que juntos, a partir dessa iniciativa conjunta com dezenas de entidades que participaram conosco de toda a mobilização e preparação, possamos avançar nesse conceito e conquistar os objetivos almejados por cada um de nós.

Sucesso, e parabéns, sobretudo àqueles que acreditaram nesse trabalho e nele estiveram engajados durante quatro ou cinco meses. Um bom dia a todos. Muito obrigado.

Registro de Presença

O presidente - A presidência registra e agradece a presença do prefeito municipal de Carvalhópolis, Sr. Gilson Ferreira de Moraes.

Palavras do Sr. Renato Nunes

Bom dia a todas e a todos. Como disse o nosso mestre de cerimônias, cumprimento, de uma forma geral, todos os integrantes da nossa Mesa. Permitam-me citar o meu amigo, Prof. Campagnolo, coordenador-geral da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Um cumprimento muito especial ao meu amigo, deputado Ulysses Gomes - não fosse ele, possivelmente não estaríamos aqui hoje iniciando aquilo que gostaria que fosse uma conversa permanente e perene sobre os destinos das instituições que hoje são a razão da existência da Rede Mineira de Inovação.

Deputado Ulysses, como eu lhe disse, acho que ninguém precisaria falar mais nada depois do que o senhor aqui apresentou. Mas, de qualquer forma, vou me atrever a deixar uma ou outra informação adicional. Um cumprimento muito especial a todos os painelistas que aqui vieram, à equipe desta Casa que ajudou, com paciência, a construir todo o processo ao longo desses meses. Um cumprimento muito especial a todos os gestores dos nossos parques e incubadoras que se encontram aqui presentes. Um cumprimento mais especial ainda - se isso é possível - aos empresários, que deixaram as atividades fundamentais para sua sobrevivência e vieram a esta Assembleia demonstrar que vale a pena apoiar o nosso movimento porque ele, de uma forma ou de outra, tem retribuições a dar. Mostrarei alguns números que comprovam isso. Um cumprimento especial aos nossos parceiros e ao nosso secretário adjunto de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. A Secretaria de Estado e a Fapemig, como irmãs gêmeas, têm possibilitado o investimento que o Estado de Minas Gerais tem feito nas nossas instituições, nas nossas entidades. Portanto, muito obrigado ao governo do Estado, através da secretaria e da Fapemig.

Vejo aqui o Anísio e parte de sua equipe, a quem agradecemos pelo apoio que, desde o início, em nível estadual e nacional, sempre nos deu, principalmente no processo de geração de empreendimentos através das incubadoras. Digo e repito: não fosse o Sebrae, nós possivelmente não teríamos um movimento ou ele não seria tão forte como é hoje.

A Rede Mineira de Inovação é, na realidade, uma entidade que agrega e congrega todos os esforços de fortalecimento da geração de empreendimentos intensivos em conhecimento, como disse o deputado Ulysses, na linha de fortalecer, em Minas Gerais, o que hoje se chama de economia baseada no conhecimento. Precisamos transformar as minas de minério em minas do conhecimento, que são, na realidade, as nossas cabeças. A primeira dá uma safra, e a segunda dá safras infinitas. É nessa aposta que devemos nos empenhar.

A rede congrega esses esforços. Espero que consigamos, de uma forma ou de outra, mostrar um pouco da nossa realidade, o que considero importante para esta Casa. Se viemos aqui falar de políticas públicas, é preciso mostrarmos que existe algum retorno.

À medida que vejo as pessoas, aproveito para saudá-las. Quero cumprimentar o engenheiro Eduardo Mauad, secretário de Ciência, Tecnologia, Indústria e Comércio de Itajubá, e, na sua pessoa, todos os secretários municipais presentes.

Vou citar alguns números. Descobri hoje cedo que começou a aparecer um número mágico nas nossas contas. Antes, um agradecimento especial à Profa. Adriana, a sua equipe, ao Sebrae, à rede, ao MCTI, pelo esforço, e também às equipes das incubadoras, pelo trabalho na identificação desses números. É muito simples obtê-los. Resumidamente: hoje, somente no nosso sistema de incubação, temos cerca de 500 empresas entre graduadas e incubadas. O 5 começa a aparecer como um número mágico. Postos de trabalho gerados em todo esse processo: mais ou menos 5 mil, com um faturamento anual de R\$500.000.000,00. Mais uma vez o número 5 aparece. Ele ainda não aparece nos impostos pagos, que vão de R\$38.000.000,00 a R\$40.000.000,00. Isso demonstra, deputado, que os recursos públicos investidos pelo governo federal e pelos governos estaduais e municipais têm retorno no nosso sistema, além do que é investido anualmente nele com recursos públicos. Portanto, é uma aposta certa, uma aposta de cartas marcadas. Vale a pena investir.

Nosso sistema tem a possibilidade de quase se duplicar de imediato, em razão do espaço físico disponível, e sem muita ganstança, como algumas pessoas acham que se faz. Temos possibilidades de duplicar, mas é preciso concretizar tais possibilidades. Numa conta rápida que fizemos pelo potencial existente no Estado de Minas Gerais, principalmente através dos seus centros de formação, das universidades e dos centros de pesquisa - universidades públicas e privadas -, temos possibilidade de, em 10 ou 15 anos, multiplicar o nosso sistema por 10. E precisamos fazer isso para concretizar a vertente da economia do conhecimento de que tanto se fala, que o governo estabelece e que, espero, esta Casa seja capaz de abraçar de corpo e alma.

Por que viemos aqui? Mais uma vez, um agradecimento especial ao meu amigo deputado Ulysses, que conheço desde antes de ser vereador em Itajubá. É uma pessoa muito franca, bastante sã, participativa, entusiasta da boa política, da ciência, da tecnologia, da inovação e da educação. Mais uma vez, um agradecimento por estarmos presentes aqui. Como eu dizia, os principais objetivos de estarmos aqui começam, na realidade, pela criação de um sistema de confiança. As sociedades capazes de criar sistemas de confiança avançam. E confiança se estabelece, evidentemente, entre as pessoas, mas também através de instrumentos legais que permitam a garantia da continuidade de certas políticas, principalmente daquelas que dão certo. São esses sistemas de confiança que fazem as instituições, as entidades e as sociedades evoluírem. O principal objetivo de vir aqui, deputado, é exatamente começar um processo de diálogo contínuo com esta Casa, que representa o povo através dos seus eleitores, e tentar criar esse sistema de confiança, de tal forma que o que eu fizer neste ano com certeza garanta o que vou fazer amanhã. Gostaríamos muito, deputado, que esse sistema de confiança tivesse sequência ao longo do tempo, nessas conversas que, espero, continuem depois da realização deste ciclo de debates, que é um dia só. Esperamos que todo dia isso aconteça.



Desejo que tenhamos oportunidade de prestar contas ao povo de Minas Gerais acerca daquilo que vem sendo feito com os recursos investidos. Uma primeira prestação de contas geral muito simples diria que os impostos retornados aos recursos públicos já são maiores que os investimentos feitos no próprio sistema. Gostaríamos de poder detalhar isso.

Estamos falando da criação de políticas públicas capazes de construir essa confiança. Não vou listá-las, são inúmeras; com certeza perderíamos o objetivo desta fala inicial e das mesas que virão a seguir.

Faço um cumprimento especial à minha amiga Francilene, representante da Anprotec. Esperamos que, na sequência, como um dos objetivos colocados pelo nosso mestre de cerimônias, é que esse diálogo entre o nosso movimento e a sociedade mineira possa fazer, por meio desta Casa, reuniões periódicas, quem sabe através de uma bancada de deputados capazes de abraçar, de corpo e alma, a questão da ciência e tecnologia, da excelência da educação e inovação e da garantia do monitoramento dessas políticas públicas e sua evolução.

Muito obrigado pela presença de todos aqueles que, de uma forma ou de outra, contribuem para a Rede Mineira de Inovação, para a nossa diretoria. Espero que tenhamos um dia de trabalho muito profícuo. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Vicente José Gamarano

Inicialmente, um bom dia a todos e a todas. Na pessoa do deputado Ulysses Gomes cumprimento os demais colegas que compõem a Mesa nesta cerimônia. Farei uma breve explanação, porque os relatos dos que me antecederam dão amplamente um diagnóstico efetivo sobre a situação dos parques e incubadoras no âmbito do Estado. Para nós é um orgulho participar desta reunião, porque a política de parques e incubadoras do Estado está dentro de um programa estruturante, no caso a Rede Tecnológica de Inovação. É com muito orgulho que temos conduzido essas parcerias. O Renato é um parceiro antigo e também vemos tantos outros amigos aqui. Temos dificuldade, mas a questão não é somente ampliar. Já foi dita aqui a amplitude e a base que temos de conhecimento no âmbito deste Estado, quer de universidade, quer de Ifes. Acho que Minas está muito bem ranqueada nessa base do conhecimento. Portanto, nessa questão de incubadora, eu ampliaria um pouco.

Renato, você sabe do esforço da nossa Fapemig, que faz parte do nosso sistema operacional, o esforço que temos feito não para alavancar recursos para que possamos contribuir efetivamente com os nossos parques. Atualmente, no Estado há três implantados, três em fase de consolidação e já implantados em fase de expansão. Nesses parques já implantados estamos buscando o povoamento e as incubadoras. Além dos parques temos outros *habitats*, como é o caso do Biominas e outros citados aqui. Temos interagido com esse segmento. Reconhecemos que recursos nem sempre são aqueles que desejamos. Trabalhamos muito na linha de editais e temos o conhecimento e a compreensão de que só temos a parabenizar esse esforço. Acho que isso dá não só a dimensão do que esse segmento precisa, mas também de que unidos somos mais fortes. Queremos, efetivamente, cada vez mais apoiar essa questão, já que é uma política de âmbito do Estado e que fica a cargo da pasta que representamos, que é a Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Fica a nossa alegria em participar desta reunião. Temos a nossa equipe técnica no plenário. Estivemos aqui desde o primeiro momento e somos parceiros nessa caminhada. Muito obrigado pela oportunidade.

Palavras do Sr. Jorge Mário Campagnolo

Bom dia a todas e a todos. Cumprimento o deputado Ulysses Gomes e, na sua pessoa, toda a Mesa, essa Mesa tão importante para a inovação do País e que conta com as presenças da Francilene e do Sr. Renato, com quem trabalhamos por muito tempo. Farei uma rápida apresentação de algumas novidades sobre incubadoras e parques no País e a questão da inovação.

Temos algumas dificuldades no País. Como o deputado já falou, temos uma base científica bem estabelecida. O Brasil, nos últimos anos, mostrou que sabe fazer ciência. Temos uma pós-graduação bem estabelecida. Temos ciência, temos muitas ideias nas universidades, nos institutos. Hoje somos o 14º país na condição de ciência, na publicação de trabalhos indexados. Entretanto, temos dificuldade em transformar essa ciência em inovação. Temos dificuldade em transformar ciência em negócios. Hoje, nosso grande desafio no País, e no Estado de Minas Gerais não é diferente, como disse o deputado Ulysses Gomes, é transformar ciência em negócio. Ocupamos o 14º lugar em produção de ciência e, por outro lado, há poucas semanas saiu o índice global da inovação, no qual ocupamos 61º. É um *gap* muito grande, que tem que ser suplantado.

Aprendemos a fazer ciência, mas temos dificuldade de transformar essa ciência em negócios. A ciência, a tecnologia e a inovação são um ciclo que tem que ser fechado. Ou seja, invisto na ciência, mas quero ter os recursos na sociedade com a inovação, com os negócios. Essa é uma questão importante e quero chegar ao assunto sobre parques e incubadoras. Inovação é negócio. A nossa academia tem que entender que, se quiser participar da inovação, terá de participar de negócios. Essa é a grande questão. Temos que aprender a transformar ciências em negócios, a transformar ciências em inovação.

Aquela figura mostra a inovação em três círculos. Preciso ter conhecimento, e o Brasil está mostrando que tem conhecimento. Minas Gerais, como disse o deputado, é o Estado com maior número de universidades federais, é um Estado rico em conhecimentos. Preciso ter conhecimentos, mas preciso ter um negócio. A inovação tem que estar voltada para um negócio, para um mercado. Preciso ter, então, a empresa. Preciso ter a base empresarial. A inovação é pegar o conhecimento e fazer uma implementação. Como é que posso facilitar essa inovação? Como interajo com os ICTs, com as universidades, com os institutos, com as empresas? Eu empreendo e crio novos negócios? Como é que melhora a inovação, aumento a inovação, aumento a competitividade das empresas? Ou eu empreendo, usando as incubadoras-empresas, que mostraram ser um importante ambiente para criar essas novas empresas, reduzindo enormemente a mortalidade nos primeiros anos de vida, ou crio parques tecnológicos, onde vou criar um ambiente que facilite a interação entre as empresas, as universidades e os institutos. É importante mostrar, nessa figura, que a iniciativa de criar uma rede de parques, uma rede de incubadoras é uma ação correta, no intuito de fazer o País crescer, melhorar a competitividade das empresas e tornar o Estado mais forte.

Então, nós do poder público federal temos o Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e aos Parques Tecnológicos - o PNI - e temos dado esse apoio. Hoje, temos em torno de 400 incubadoras - esse número varia muito - e 90 parques, e apenas 30 deles estão em operação, o restante está em implantação ou na fase de projetos. Em relação às incubadoras, os números mostram que realmente têm contribuído muito para a diminuição da taxa de mortalidade e aumento do número de empregos. E é importante



registrar que, nessas incubadoras, os empregos são qualificados, ou seja, temos funcionários com curso superior, mestres e doutores, diferentemente de outras indústrias, em que essa presença é bastante baixa.

Agora, vemos algumas figuras das incubadoras. Os parques tecnológicos também são ambientes importantes. Repito que temos cerca de 90 parques: 30 em operação, 30 em implantação e 30 na fase de projetos. Hoje, temos parques em todas as regiões do País, com empregos qualificados. Como disse, por meio do PNI, temos auxiliado parques e incubadoras. Ali, podemos ver os investimentos dos últimos anos, seja por meio de editais, seja por meio de emendas de parlamentares, as quais são uma fonte importante de recursos nessa área e são uma parcela dos recursos que colocamos.

Aí, vemos os anos anteriores a 2013. Aplicamos R\$300.000.000,00. No ano passado, lançamos um edital um pouco maior. Nos 10 anos anteriores, investimos cerca de R\$300.000.000,00 e, no ano passado, lançamos um edital, da Finep, de R\$640.000.000,00, entre não reembolsáveis, embolsáveis e renda variável, pois observamos que é importante investir em parques tecnológicos, porque o retorno é grande, é um caminho importante para aproximarmos a ciência do negócio. Transformar a ciência em negócio é um grande desafio do País, e os parques tecnológicos são um instrumento importante para atingirmos esse objetivo.

Também lançamos um edital para incubadoras do CNPq. Esses são alguns números de incubadoras e parques. Temos instrumentos que podem ser usados. Gostaria de realçar um deles: uma parceria com o Sebrae. Por meio da rede Sibratec, estamos lançando um novo programa, que estamos chamando SibratecShop e que será lançado no próximo mês. Os SibratecShops são laboratórios abertos. A ideia é criar uma infraestrutura por meio da qual o empreendedor ou um microempresário possa transformar sua ideia em algum protótipo concreto, ou seja, queremos ajudar o empreendedor a montar seu negócio.

Estamos criando um projeto piloto. São nove no País. Minas Gerais foi escolhida para ser um desses nove projetos pilotos. Vamos colocar o projeto piloto em Minas Gerais no Inatel, para a área de eletroeletrônica.

O que seria esse SibratecShop? Um laboratório aberto em que o empreendedor, o micro e pequeno empresário teriam acesso a essas infraestruturas para materializar o seu protótipo, materializar a sua ideia. É um projeto piloto que tem geração de conhecimento. Onde há uma universidade, onde há um centro que gere conhecimento deve haver um laboratório aberto, para que todo empreendedor tenha essa infraestrutura para materializar sua ideia. É um novo programa, que deverá ser lançado no próximo mês.

Gostaria de dizer que realmente o País é bastante empreendedor e que, se nos forem dados os instrumentos necessários, conseguiremos suplantando essas dificuldades de transformar conhecimento em negócios. Parques e incubadoras já demonstraram ser instrumentos eficientíssimos para alcançar esse objetivo.

Obrigado pelo convite, deputado, e nós, do Ministério, ficamos à disposição para auxiliar nesse novo movimento em Minas Gerais. Obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

Palavras do Deputado Paulo Lamac

Muito bom dia a todos e a todas. É uma grande satisfação para a nossa Casa receber a comunidade científica, as pessoas envolvidas no processo da produção do conhecimento. É uma grande satisfação para a Assembleia Legislativa e uma grande honra para nós tê-los aqui nesse dia que, tenho certeza, será bastante proveitoso.

Gostaria de saudar o deputado Ulysses Gomes pela iniciativa, pelo brilhante trabalho que vem fazendo na construção deste encontro, deste momento tão rico e tão importante para a ciência e a tecnologia no nosso estado. Não poderia deixar de fazer uma brevíssima saudação à Mesa na pessoa da presidente da Associação Nacional das Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores que, dentro de poucos instantes, vai nos ministrar uma palestra magna, a Profa. Francilene Procópio Garcia; gostaria de saudar todas e todos os presentes na pessoa do meu professor, meu amigo, ex-reitor da UFMG, atual diretor-presidente do BH-TEC, Prof. Ronaldo Pena. Sintam-se todos acolhidos e abraçados.

Acredito que bastante da nossa percepção tenha sido explicitada na abordagem inicial do deputado Ulysses Gomes. De fato, estamos num momento em que o Brasil retoma um processo de crescimento. Gostaria de contextualizar brevemente. Sou engenheiro eletricista da década de 90, mais ou menos da época em que engenheiro virou suco. Talvez vocês se recordem desse filme brasileiro que retrata um pouco do momento em que os profissionais da área de engenharia não encontravam oportunidades efetivas de aplicar o seu conhecimento, de contribuir para o desenvolvimento do Brasil e, por vezes, acabavam se transformando em donos de lanchonetes. Outro dia me encontrei com um colega da engenharia que faz um belíssimo trabalho de velas artesanais no sul da Bahia, perto de Porto Seguro, uma maravilha de trabalho. Mas nós temos uma geração de engenheiros que perdeu um pouco essa linha do tempo num momento em que o Brasil não investia, que não passava por um processo de desenvolvimento. Retomamos o processo de desenvolvimento, e hoje temos que correr atrás para nos adaptar.

Tive uma breve conversa com o Prof. Paulo Cabral, meu vizinho de Casa Branca, sobre análise comparativa entre as ações efetivamente implementadas no nosso Estado e as ações que outros estados vêm conseguindo desenvolver.

Acho que o encontro de hoje é extremamente importante para nós, parlamentares mineiros, que construímos e consolidamos políticas públicas nesta Casa. De fato, como muito bem lembrado pelo deputado Ulysses Gomes, temos uma lei de incentivo aprovada e sancionada no Estado de Minas Gerais, em 2008. Essa lei criou, por 15 anos, um fundo de incentivo e inovação à tecnologia no Estado de Minas Gerais, mas, depois de 6 anos, ele já não funciona. Portanto, temos mais 9 anos de fundo e 40% do seu tempo transcorrido, sem que haja sua efetiva implementação. Isso deixa muito claro e patente que não basta a manifestação de intenção, se não existe a efetivação e a consubstanciação da ação política em termos de orçamento e resultado objetivo.

Isso nos faz pensar. O governo federal, por vezes, aporta recursos para a implementação de parques tecnológicos. Isso acontece, por exemplo, com o nosso BH-TEC. Tive a oportunidade, a honra e o privilégio de ser vereador em Belo Horizonte, quando ocorreu a votação de um projeto de lei sobre uma grande parceria que envolve a UFMG, o Estado de Minas Gerais e a Prefeitura de Belo Horizonte. Ele foi votado na Câmara Municipal de Belo Horizonte, e eu era vereador à época. Houve um grande esforço e empenho. Contudo, um percentual significativo de recursos vem de fora, para implementação do processo de tecnologia que não vai para seu objetivo finalístico, mas sim para o ICMS cobrado dos executores da obra. Portanto, recurso que deveria e poderia ser potencializado



por meio da ação de um dos parceiros, o Estado, acaba não sendo efetivamente aplicado na sua função finalística, por conta de uma visão arcaica de um sistema tributário que, por vezes, deveria facilitar tanto as empresas de base tecnológica quanto as instituições científico-tecnológicas privadas. E isso acaba onerando a implementação da própria estrutura, que precisa ser fomentada.

Precisamos, de fato, renovar a visão no nosso Estado. Não bastam cartas de boas intenções. Não basta legislação não aplicada na prática e que não traz de fato resultados objetivos. Precisamos aumentar o percentual de empresas de base tecnológica no nosso Estado e superar esse conceito. Vejam bem: não há uma visão discriminatória pelo setor minerometalúrgico. Muito pelo contrário, sua importância é enorme para o Estado de Minas Gerais, mas, para além dos setores minerometalúrgico e cafeeiro, precisamos desenvolver as outras áreas e nos libertar de uma economia baseada no modelo do século XIX. Precisamos de um crescimento efetivo, mas lamentavelmente nosso Estado não vem conseguindo atender a essa demanda. Temos a expectativa de hoje, por meio de uma escuta qualificada e da participação dos senhores e das senhoras, conseguirmos contribuir, como Casa Legislativa de Minas Gerais, para a efetiva implementação de processos que valorizem a inovação, a tecnologia e o desenvolvimento associado, o que é inevitável no Estado de Minas Gerais.

Sejam, portanto, muito bem-vindos. Há um grande desejo da nossa parte de que possamos materializar os resultados dessa discussão e desses debates, que serão realizados na manhã e na tarde de hoje em ações que, de fato, façam acontecer o processo de desenvolvimento real no Estado de Minas Gerais. Muito obrigado a todos e todas pela presença. Desejo-lhes um grande encontro.

O locutor - Com a palavra, a Sra. Francilene Procópio Garcia, que irá proferir a palestra magna deste ciclo de debates com o tema “Incubadoras de empresas e parques tecnológicos: cenário atual e perspectivas”.

Palavras da Sra. Francilene Procópio Garcia

Bom dia a todos. Peço licença para falar daqui, porque estamos com um problema de recepção ali. Inicialmente, quero agradecer a esta Casa por nos dar a honrosa oportunidade de falar sobre um assunto que é extremamente estratégico para as novas fronteiras que o país pretende assumir neste século XXI. Neste momento, agradeço ao deputado Ulysses Gomes, que liderou o processo de organização, e particularmente ao nosso amigo Renato, que preside a RMI. A RMI é uma das importantes redes nos estados brasileiros para as quais a Anprotec e todos os seus associados ligam para organizar esse movimento, que completa este ano três décadas de existência, com ações estratégicas em prol dos ecossistemas de informação. Quero saudar também o meu colega diretor da Anprotec, Ronaldo Pena, na pessoa de quem saúdo todos os nossos associados presentes, e dizer que é bastante oportuno, em um momento de mudanças neste país, fazer voltar sempre à pauta o tema da inovação e de como esses nossos ambientes podem nos ajudar.

É importante dizer que, quando a Anprotec começou a desenvolver esses ambientes em todas as regiões do Brasil, particularmente olhando para experiências bem-sucedidas até então, naquele momento, há três décadas, em 1984, não tínhamos uma lei de inovação federal, não tínhamos arcabouço legal nos estados nem nos municípios, não tínhamos uma ambiência madura e preparada para discutir isso, mas já tínhamos algumas pistas de que os desafios do País seriam atendidos a partir dessas ações e desses ambientes de inovação. É fundamental lembrar que, no Estado de Minas Gerais, em Santa Rita do Sapucaí, tivemos uma experiência bastante exitosa que inspirou, sob certos patamares, algumas ações que vieram a ser desenvolvidas e disseminadas nos modelos atuais de incubadoras e, um pouco depois, de parques tecnológicos.

Vou me permitir fazer um pouco de conceituação em relação ao momento em que vivemos, apresentar algumas tendências e desafios, até para aproveitar o espaço que esta Casa nos oportuniza no Estado de Minas Gerais. Também gostaria de esclarecer que algumas observações que vou fazer têm a ver um pouco com a minha experiência como secretária de Estado de Ciência e Tecnologia. O Vicente, nosso colega no Consec, sabe que sem essa pactuação dos governos estaduais com o governo federal, como bem disse o Campagnolo, uma vez que dependemos muito fortemente dos incentivos públicos para iniciar esses ambientes, teremos uma dificuldade muito grande de ter cada vez mais resultados exitosos.

A Anprotec foi criada três anos depois da primeira política pública para a parte tecnológica das incubadoras que, como eu disse, é de fevereiro de 1984. As primeiras instituições foram criadas em dezembro daquele mesmo ano: a Fundação Parque Tecnológico da Paraíba, que dirijo, e a Fundação Parque Técnico de São Carlos. A partir daí, o movimento começou e, três anos após, em 1987, a Associação Anprotec foi criada para representar todas essas iniciativas Brasil a fora, no que seria a pactuação dos arranjos produtivos em diferentes instâncias governamentais e atualmente privadas.

A missão central da Anprotec, portanto, é tentar construir e promover de maneira sistemática a cultura do empreendedorismo inovador, o que vimos fazendo nessas três décadas com os parceiros locais. A gente sabe que existe uma predisposição no nosso país para a criação de empresas; sabemos que temos uma base industrial um tanto quanto demandante de inovação para se tornar mais competitiva; e sabemos que este mundo globalizado requer uma ambiência mais dinâmica, a partir de empresas que nasçam com essa cultura empreendedora, com relacionamento estabelecido com esses ambientes de geração de conhecimento, e que isso obviamente seja acompanhado, reavaliado e ajustado a cada período de tempo.

Nesse sentido, a Anprotec tem um papel fundamental com todos os seus associados e parceiros. A RMI, como disse, é uma dessas associadas da Anprotec, com todos os seus parques e incubadoras no Estado de Minas Gerais. Buscamos trazer, de maneira sistemática, formas de capacitar esses dirigentes de parques e incubadoras, agentes políticos fundamentais para o acompanhamento desses ambientes, para que possamos ter uma melhor articulação com as políticas públicas, seja no âmbito federal, seja nas escalas locais, e disseminar esse conhecimento, que é fundamental para nos balizarmos com o que acontece no Brasil e fora, a fim de fazermos um *benchmarking* periódico e sabermos como estamos conseguindo avançar.

É importante dizer que o Brasil iniciou o seu movimento nos anos 1980 em um ritmo e tempo muito similar ao que acontecia no Hemisfério Norte. Portanto, nesses 30 anos de movimento, considerando a importante iniciativa do CNPq, é importante dizer que, em uma primeira década, até meados dos anos 1990, vivemos um *boom* em relação à formação das primeiras incubadoras no Brasil, para que pudéssemos experimentar o que era uma demanda da sociedade para todos nós, que era a melhor maneira de articular os ambientes geradores de conhecimento com o setor produtivo. Essas iniciativas empreendedoras, por, na maior parte das vezes, essas incubadoras estarem em universidades ou em institutos científicos tecnológicos, partem da iniciativa de jovens empreendedores, que,

ao concluírem sua graduação e pós-graduação, ou mesmo antes disso, têm a iniciativa de criar um empreendimento. Infelizmente, ainda há várias lacunas nesses mecanismos, que citarei um pouco mais à frente.

É importante dizer que nesse processo de avanço, desde meados dos anos 1980, contamos com vários parceiros fundamentais. Nacionalmente, é importante falar sobre o papel do Sebrae, que já foi citado aqui, não apenas pela sua capilaridade em todo País, com a compreensão que tem dos territórios e das assimetrias regionais, diferenças e vocações de cada um, mas também pela capacidade de apoiar o pequeno e o microempreendedor, que, obviamente, por querer ser mais longo e competitivo, baseia o seu empreendimento na oportuna aquisição de conhecimento. Este certamente será mais competitivo.

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação é outro importante parceiro desse movimento, pelos ajustes e sistemática de avaliação no âmbito do PNI, que já foram citados pelo Campagnolo, e pelas iniciativas de fomentos através de chamadas públicas das suas agências, tanto do CNPq quanto do Cinep. É importante dizer que essas ações não apenas atendem aos programas estruturantes desses ambientes mas também apontam os avanços. E várias empresas presentes sabem dos avanços que tivemos em 2004 e, mais particularmente, em 2005, com a criação da subvenção econômica, que é um importante mecanismo de apoio a essas empresas.

Esse é o gráfico de evolução do movimento no País. Vejam que essa zona azul mostra exatamente o momento do início desse movimento e o crescimento imediato das incubadoras naquilo que era a compreensão dessas demandas em termos de país, desse relacionamento dos ambientes geradores de conhecimento com o setor produtivo e um pouco mais tardiamente, já no final dos anos 1990 e mais no século XXI, o desenvolvimento dos parques, a partir obviamente de novas demandas que a sociedade vem nos apresentando. O crescimento das incubadoras do País foi rápido, pois, em meados dos anos 1980, havia uma demanda relativamente reprimida por empreendimentos que gostariam de ser criados nesses ambientes de geração de conhecimento e para manter essa relação com esses ambientes, a partir, obviamente, de mecanismos que foram disponibilizados ao longo do tempo.

Até meados dos anos 1980, passávamos por uma total ausência de cultura de fomentação de mecanismos de interação entre universidade e empresa. É bom dizer que o Estado de Minas Gerais, de fato, tem uma musculatura e avanço na direção de construir esses mecanismos e viabilizá-los pela sua agência de inovação, pela sua FAP, pelos programas estimulados nos arranjos produtivos locais e por outros meios. Outros estados do Brasil também têm isso, o que contribui de alguma maneira para que esses ambientes avancem. Mas nem tudo são flores, pois enfrentamos sérios problemas na sustentação dessas incubadoras.

É preciso entender que a fonte pública continua sendo importante na alavancagem dessas iniciativas, que deve ser feita de forma correta, com um estudo de viabilidade concreto e materialmente viável. Mas o nosso grande desafio em relação às incubadoras é fazer com que, ao longo do tempo, ela possa experimentar a sua própria receita como fonte de sustentação. Outra coisa que não perdemos de vista foram exatamente as referências mundiais na área de incubadoras. Assim, pudemos trazer inspirações de fora e melhorar o nosso ambiente *pari passu* com a evolução.

No caso dos parques, como todos vimos no gráfico anterior, o desenvolvimento experimenta uma curva de crescimento mais lenta. A constituição de um parque tecnológico é extremamente complexa, é preciso uma estrutura cujos investimentos iniciais são de maior envergadura, não só com a presença de fontes públicas, mas, necessariamente, com a presença de fontes privadas. Tivemos que equacionar um novo modelo de desenvolvimento em que, aliás, marcos legais precisavam ser reformulados. É importante salientar que vivemos um importante momento no País, quando o Congresso Nacional está em vias de aprovar a nossa Proposta de Emenda à Constituição nº 290, que é uma reavaliação do nosso Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação de 2004. Certamente isso vai repercutir nos estados a partir do momento em que o espelho federal trouxer movimentações locais.

Os parques ecológicos vieram para o Brasil a partir de uma demanda do século XXI: aproveitar um pouco mais, maximizar o potencial de empresas criadas ou apoiadas dentro ou no entorno de incubadoras, para que tivessem uma ambiência um pouco diferenciada. Não estamos falando de distritos industriais tradicionais, um conceito do século XX que conhecemos, estamos falando de ambientes mais dinâmicos, que têm, de fato, mão de obra ocupada, extremamente qualificada, que precisa de mecanismos novos e mais dinâmicos para que essas empresas se instalem, cresçam e construam relacionamentos com empresas maiores, com ambientes geradores de conhecimento e com capacidade instalada de P&D nas universidades. Elas têm de abrir suas portas não só para aquilo que é a missão precípua das universidades, ou seja, o ensino, a pesquisa e a extensão, mas também para essas ações com o seu entorno. A lei de inovação nos trouxe, digamos assim, algumas flexibilidades, mas ainda é muito complicado fazer com que muitas delas sejam operacionalizadas.

Antes da abertura deste ciclo de debates, conversávamos, por exemplo, sobre a ausência da carreira de técnico dentro das nossas federais. É fundamental discutir isso de maneira séria e decisiva com o MEC, para que possamos avançar mais no aproveitamento dessa infraestrutura instalada nas universidades, em prol desses ambientes de inovação e dessas empresas que, efetivamente, vão fazer o que disse Campagnolo, que é transformar pesquisa em lucro, em receita, a partir da inclusão dessas inovações no mercado.

É importante ressaltar que a última década - um pouco menos na atual realidade -, foi bastante atrativa para os investimentos internacionais. Criou-se nos parques tecnológicos uma ambiência favorável para a chegada desses investimentos. Temos vários exemplos de centros de P&D de empresas multinacionais que estão instalados em alguns dos nossos parques tecnológicos. Nosso MCTI tem nos ajudado nesse sentido. Experiências bem-sucedidas em outros países fizeram com que os próprios investidores nacionais passassem a olhar para os nossos parques tecnológicos como um ambiente de investimento. No BH-TEC, vivemos um importante momento de atração dos investidores imobiliários para que essa realidade se concretize, sem esperar exclusivamente pelos investimentos públicos. Na realidade, já se fez um contingente razoável de investimentos aqui. Também é importante dizer que as necessidades dos parques tecnológicos passam pela definição de programas mais sistêmicos e estratégicos de crescimento, de fortalecimento de uma nova economia baseada em conhecimento, que, tão somente pelas suas diferenças, precisam ser analisadas de forma diferente.

Obviamente, isso se transformou em um rito, em uma moda, todos os estados querem ter os seus parques tecnológicos, até mesmo várias cidades dentro do mesmo estado. São anseios de cidades no início de novo governo: vou construir um parque tecnológico. É



fundamental dizer que um parque tecnológico não pode ser criado do dia para a noite sem que haja um estudo concreto de sua viabilidade. Então, vivemos um momento de desafio.

Esse é um conceito de incubadora que utilizamos no âmbito da Anprotec desde 2002. Ressalto a importância de buscarmos sempre novos mecanismos para estimular a criação e o desenvolvimento dessas empresas diferenciadas, que devem gerar um impacto diferente em termos dos PIBs estaduais e municipais e, sobretudo, na formação complementar desses empreendedores não só nos aspectos técnicos e gerenciais, mas também na formação da cultura empreendedora. Se perguntarmos a alunos de graduação - sou professora universitária - que estejam próximos do final do curso quem vai abrir o seu próprio negócio, vamos verificar que uma minoria pretende fazer isso. Devemos estimular, a partir da relação com as incubadoras, que os graduandos tenham interesse de construir, já na sua formação, empreendimentos mais à frente.

Os principais propósitos das incubadoras incluem, dentro de pesquisas mais recentes - essa é de 2012 - algo que está na área em vermelho, a dinamização da economia local. Esses instrumentos geram nova dinâmica, ou seja, discutem para onde vai o desenvolvimento local em novos patamares do século XXI, além da própria inclusão social que, crescentemente, aparece aí. Gostaria de citar a criação das empresas *spin-offs*, ou seja, aquelas que saem dos ambientes a partir de processos de transferência de tecnologia e inovação.

Um parque científico e tecnológico, na realidade, agrega um conjunto mais complexo de entidades do seu entorno, muito mais preocupado com o desenvolvimento econômico e tecnológico das economias baseadas em conhecimento. Daí, é importante que se diga que devemos enxergar nos parques tecnológicos o rejuvenescimento de setores tradicionais. Pelos números apresentados aqui pelo deputado Ulysses Gomes, no que diz respeito à economia mineira, é necessário que os parques em constituição ou em operação no Estado de Minas Gerais criem diálogos com setores tradicionais da economia. É fundamental haver mecanismos que nos possibilitem enxergar os avanços desses setores, além daqueles que trazem novas fronteiras para o Estado. Os parques são ambientes ideais para centros de pesquisa científica, centros de desenvolvimento tecnológico e inovação e a incubação de novos ambientes empresariais.

Quais seriam os principais propósitos de um parque científico e tecnológico? Atrair, cada vez mais, empresas e investimentos, apoiar o desenvolvimento de novas áreas tecnológicas. Hoje, 40% do PIB da China é oriundo de empresas sediadas em parques tecnológicos. Isso é bastante significativo, porque, em tão pouco espaço de tempo, os parques tecnológicos chineses conseguiram gerar esse impacto no PIB daquele país.

Aumentar a parceria entre empresas e outras instituições é um grande desafio nosso. Desde 2004, com a lei de inovação e leis estaduais, estamos perseguindo essa trajetória. Existem ainda várias lacunas. No Congresso está sendo feita uma discussão sobre o regime de contratações. São necessárias várias mudanças no RDC, a fim de que possamos conseguir ambientes mais favoráveis para essas empresas, cujas economias são baseadas em conhecimento. Não podemos nos esquecer de que esses parques vão favorecer a consolidação de micro e pequenas empresas diferenciadas ou *startups*, como quiserem dizer, que precisam de ambientes mais dinâmicos para continuarem se desenvolvendo e, sobretudo, a continuidade de mecanismos que devem facilitar sempre a transferência de tecnologia e o fortalecimento do espírito empreendedor. Isso é fundamental em nossos ambientes.

Como eu disse há pouco, vivemos um momento de moda no País, no que diz respeito a todos quererem ter o seu parque tecnológico.

É importante que seja dito o que é um parque tecnológico e também o que não é, para que possamos diferenciar claramente projetos que nascem com uma concepção que pode ser bem-sucedida e os que nascem com uma concepção que encontrará várias dificuldades mais à frente. Os parques são projetos complexos e diversificados, até porque muitas vezes envolvem desapropriações de áreas públicas que não podem ser repassadas diretamente sem que haja um estudo da legalidade para a iniciativa privada, em especial dos aspectos imobiliários. É preciso haver um equacionamento para a realização disso. Por outro lado, muitas vezes vemos parques sendo instituídos em algumas regiões do País que se aproximam muito mais de condomínios em que não há mecanismo de relacionamento dessas empresas com os ambientes geradores de conhecimento e com as empresas menores. Isso, a nosso ver, não é um parque tecnológico. Os parques, por sua vez, devem ter esses mecanismos de promoção e de apoio ao empreendedorismo inovador para que, de fato, seja possível considerar, dentro do arranjo ali localizado, a relação direta das universidades, das ICTs com as empresas, com as incubadoras que aqui chegam. Por outro lado, a maior parte dos condomínios e dos distritos industriais, que não vemos como parque tecnológico, buscam, na realidade, ter espaços ou infraestruturas modernas, em geral com construções de fácil acesso, mas sem nenhum mecanismo de interação com as universidades. Esse é um ponto de corte que devemos deixar claro nos novos projetos. Outra coisa importante é que, no parque, as empresas têm um DNA para inovação desde a constituição inicial. Por isso, têm interesse de estar ali, pois farão demandas nesse ambiente mais dinâmico.

No caso de um não parque tecnológico, que às vezes se coloca de maneira equivocada, esses espaços são urbanisticamente atrativos, de baixo custo, mas sem nenhuma relação com as ICTs. Precisamos ter cuidado para que essa moda não nos crie um contingente de ambientes que não podem seguir em frente. O próprio Jorge já falou sobre o estudo realizado, ano passado, pelo ministério, em que se levantaram atualizações em relação à pesquisa anterior, de 2008, e várias questões permanecem presentes, desafios. Quais os números atuais? Perto de uma centena de iniciativas de parques, mas apenas 30 em operação. É interessante destacar o longo tempo entre a fase de estudo e de implantação, para que ele se torne operacional. Certamente temos gargalos a encarar para ampliar as bases e chegar a resultados mais importantes para o País.

Por que continuamos a insistir e apoiamos, de maneira sistemática, parques científicos e tecnológicos no País? Primeiro, porque é importante dizer que, nessas quase três décadas, principalmente nas duas últimas, todo movimento de articulação de políticas públicas gerou um ambiente mais favorável à inovação no País. Temos desafios, mas o ambiente é mais favorável. É fundamental acompanhar todas as iniciativas da própria CNI e de outros ambientes em prol de uma indústria emergente mais inovadora. Essas rotas de desenvolvimento dos parques passam diretamente por uma trajetória que se aproxima, está em completa sinergia, com essa demanda



em termos de país. Assim, vem o posicionamento estratégico desses parques tecnológicos como plataformas físicas de referência para todo esse processo.

Na medida em que o Brasil passa a ter *cases* de sucesso, de referência, esses ambientes são, cada vez mais, atrativos para os investimentos imobiliários. Entretanto, é importante que esses conceitos se consolidem dentro de um patamar efetivamente sustentável. Há alguns desafios apontados, em 2008, que continuam atuais com as releituras que sistematicamente fazemos.

Não temos ainda uma política pública madura o suficiente para garantir uma distribuição regional mais equânime, tanto é que, conforme os levantamentos apresentados aqui rapidamente pelo Campagnolo, há uma forte concentração de parques no Sul e no Sudeste.

Como disse, ainda há um longo tempo para a implantação, e a demora na negociação da infraestrutura é imensa. Recentemente passaram algumas etapas, mas é um tempo demasiadamente grande. A mobilização de empreendimentos-âncora não é trivial. É importante dizer, por exemplo, que a GE instalou um centro de P&D no Brasil e escolheu o parque tecnológico da Ilha do Fundão, na UFRJ, para implantar sua sede. Mais recentemente a Ambev também instalou um centro de inovação nesse parque.

Precisamos de uma política de distribuição um pouco mais estabelecida, em termos de País. É preciso que as empresas brasileiras também olhem para o nosso parque tecnológico como ambiente favorável a uma trajetória de inovação mais aplicada a elas, e não apenas às empresas internacionais. No momento, trabalhamos nessa direção.

É importante dizer ainda que há forte dependência das lideranças locais. A maior parte dos parques tecnológicos de implantação foram à frente, por haver lideranças locais, geralmente oriundas das universidades, que encaram isso, muitas vezes, como desafio de vida e, há décadas, trabalham na construção desses ambientes. Aliás, precisamos formar novas lideranças, para que esse movimento tenha continuidade.

A forte dependência de recursos públicos, sobretudo na fase de estudos de viabilidade de implantação ainda é, digamos assim, um grande gargalo para nós e gera certa incerteza, em termos de estratégia de crescimento. Se alguém nos perguntar quantos parques tecnológicos estarão em operação no Brasil daqui a 20 anos, será difícil fazermos uma estimativa relativamente clara, por causa de todo esse contexto que apresento.

Sempre tentamos colocar como pano de fundo que o grande desafio para os parques científicos e tecnológicos é a busca da ampliação da sinergia entre os ativos de conhecimento gerados nos ambientes acadêmicos e, obviamente, as demandas do mercado. Precisamos criar, nesses ambientes, portfólios mais atrativos às demandas do mercado, concretamente falando, seja ele regional, nacional ou internacional.

Na última década, surgiu algo novo no País para tentar melhorar, digamos assim, a nossa capacidade de avançar nesse sentido: os sistemas estaduais de parques tecnológicos. Podemos citar como exemplos o sistema implantado em São Paulo para organizar todas as iniciativas de criação de parques nesse estado; o Programa Goiano de Parques Tecnológicos; o Programa de Apoio aos Parques Tecnológicos, de Minas Gerais, ligado à RMI, para fortalecer o Sistema Mineiro de Inovação; o sistema fluminense de parques tecnológicos, que surgiu da avaliação das iniciativas para se propor uma política; e, recentemente, o Programa Gaúcho de Parques Científicos e Tecnológicos, o PGTec. Outras iniciativas de sistemas estaduais de parques estão sendo criadas, o que para nós é muito importante, porque passamos a ter um cenário um pouco mais preciso para fazermos um monitoramento mais efetivo dessas incertezas, em termos de estratégia de crescimento.

Tudo isso vem acontecendo nas últimas três décadas e tem gerado resultados significativos, que nos incentivam a persistir, a insistir nos avanços dessas políticas. Ainda há muitos desafios, como disse, que dependem de ajuste do marco legal, tanto no âmbito federal como nos estados e, em alguns casos, nos municípios. É importante falar desses números, em oportunidades como esta, aos nossos parlamentares nas assembleias e no Congresso.

O empreendedorismo inovador no Brasil vem fortalecendo a indústria baseada no conhecimento, muito mais competitiva, o que traduz a movimentação de uma nova geração de empreendimentos de micro e pequeno portes, que já nascem bastante competitivos. Obviamente as plataformas de incubadoras e de parques são fundamentais para que esse desenvolvimento se torne mais sustentável no País.

É fundamental dizer que, em 2008, sentimos que as nossas incubadoras precisavam de uma chacoalhada. Começamos em 1984. O cenário do empreendedorismo inovador era outro, bem como o perfil dos jovens que criavam empresas naquele momento.

Outro ponto fundamental é a gestão desses ambientes. É necessário haver uma gestão que tenha como princípio a existência de pessoas remuneradas, com base nas receitas que esses ambientes trazem do mercado e na oferta de serviços a essas empresas e ao seu entorno. Esses gestores têm de ser qualificados para que haja uma atividade reconhecida profissionalmente.

Em 2008, criamos uma plataforma de apoio à gestão. Neste momento, graças ao apoio forte de um parceiro fundamental, que é o Sebrae, houve a implantação de 44 incubadoras, e várias delas no Estado de Minas, para que possamos ter, de maneira evolutiva, as incubadoras alinhadas naquilo que são práticas em processos-chave de gestão. Não é necessário trabalharmos em práticas, pois tivemos de repensar e redesenhar toda uma matriz educacional para essas lideranças e gestores.

Vim do Rio esta semana, porque ontem abrimos um primeiro ciclo de formação de novas lideranças de gestores de incubadoras. Trata-se da criação de uma nova carreira, que será desenvolvida em três momentos. E vamos injetar um pouco mais de profissionalismo e motivação nesses novos ambientes que precisam se redinamizar. Há várias novidades nos cenários. Antigamente, as incubadoras eram fundamentais, inclusive, pelos espaços físicos que apresentavam aos seus empreendimentos. Hoje o espaço físico é o que conta menos nas incubadoras. Temos de ter muito mais o apoio e o aconselhamento empresarial e a busca do capital semente. Sei que o Estado de Minas possui um programa nessa linha da cultura do capital empreendedor. Esses empreendimentos têm uma incerteza tecnológica altíssima. É fundamental que não fiquemos vinculados só às linhas de crédito tradicionais e que contemos com os fundos de capital de risco nesse processo.

Isso não é trivial, porque o nosso empresário não tem a cultura de se preparar para ser atrativo para o capital empreendedor, e há várias novas demandas em torno dessas incubadoras. Isso fez com que a associação, junto a seus associados, buscassem programas e



estratégias que os preparassem melhor para essas novas dinâmicas e para esses novos desafios. O Cerne é uma delas, e a nova matriz educacional, que abrimos ontem no Rio, é outra ação da Anprotec junto a seus associados.

Acreditamos firmemente que será bom para o País haver mais incubadoras e parques tecnológicos, com todas as assimetrias identificadas, vocações distintas, regionalmente falando. E é importante que se diga que, nos últimos 12 anos, o ensino superior se interiorizou cada vez mais no País. As universidades são fundamentais para alavancar essas ações da faixa litorânea para dentro do País. Venho de um estado que tem certa semelhança com Minas: na Paraíba, nosso ensino superior é bastante interiorizado há algum tempo. Isso fez com que, também lá, pudéssemos desenvolver uma plataforma diferenciada. Acreditamos que as plataformas de parques e incubadoras sejam fundamentais para diminuir essas assimetrias regionais.

Neste momento, estamos trabalhando, no âmbito do Conselho Estadual de Secretários de Ciência, Tecnologia e Inovação, os planos regionais de ciência, tecnologia e inovação. Já fechamos o da Região Norte e estamos fechando o da Região Nordeste, que tem o Norte de Minas beneficiado, pois o semiárido faz parte da área de atendimento da Sudene, e deve ir para as demais regiões do País. É fundamental dizer isso, porque em todos esses planos já concluídos, as plataformas de parques e incubadoras surgem como estratégias novas de desenvolvimento para que essa alavancagem de uma nova geração empreendedora ocorra de maneira satisfatória.

Renato, apesar de saber que isso acontecerá em outros momentos, queria destacar a importância do Estado de Minas nessas plataformas de parques e incubadoras. É expectativa da Anprotec que, a partir deste ciclo de debates realizado hoje, o Estado de Minas continue sendo pioneiro naquilo que são as mudanças estratégicas e transformações importantes que precisamos para melhorar a condição de sustentabilidade desses ambientes.

Os números, todos podem vê-los aí. É importante destacar não só o número de empresas já graduadas e geradas, mas o faturamento que elas trazem para o Estado, além do recolhimento de impostos. É fundamental que entendamos que, a cada centavo investido, temos um retorno fantástico nesses ambientes.

O BID está fazendo um estudo - esperamos tê-lo em nosso seminário, em setembro - mostrando um pouco do impacto desses investimentos nessas áreas, nessas plataformas, e o retorno que esses investimentos públicos e privados trazem. Ao longo dessa trajetória, temos o Estado de Minas como referência. É preciso que as articulações internas continuem desdobrando-se para os novos desafios postos, seja a criação de carreiras, seja a facilidade do crédito para as micro e pequenas empresas. Sabemos que elas não possuem garantias reais a dar, na maior parte dos programas; os fundos de aval de crédito são fundamentais nessa direção; o estímulo crescente à questão do capital empreendedor é fundamental. Tudo isso está dentro desse ecossistema que pode ser, cada vez mais, favorecido e fortalecido num estado como o de Minas Gerais.

Isso está inserido naquilo que é o papel dos estados, de estruturar os ambientes de inovação. Certamente não só em Minas, mas também em todo o resto do País, o maior desafio dos estados é exatamente o empenho da coordenação para evitar multiplicidade e redundância de esforços, pulverização de recursos, a fim de que, ao evitar essas lacunas, tenhamos uma maior sinergia nos propósitos da política de ciência, tecnologia e inovação nessas plataformas.

É fundamental dizer que essas plataformas visam tão somente promover o empreendedorismo inovador. Aí obviamente temos de saber como avançar sistematicamente nesses instrumentos. São vários os parceiros nacionais, regionais e locais importantes. É importante dizer que temos um programa de internacionalização no nosso ambiente - alguns associados de Minas fazem parte disso -, para que tenhamos um pé lá fora, e também para que possamos receber empresas de fora nos nossos parques e incubadoras.

Para fechar a nossa fala, é importante dizer que a Anprotec é parceira do Estado de Minas, a partir dos nossos associados que aqui estão. Acreditamos imensamente no papel do empreendedorismo e na inovação como plataforma de mudança do nosso país. Deixo aqui um convite para todos participarem do nosso 24º Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras, que acontece, neste ano, na Região Norte, em Belém, nos dias 22 a 26 de setembro.

Agradeço, mais uma vez, a oportunidade de estar com vocês e me coloco à disposição para discussões e desdobramentos que surjam a partir deste ciclo de debates. Obrigada.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

2º Painel

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa as Sras. Francilene Procópio Garcia; e Maria Luisa Campos Machado Leal, presidente substituta da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial; e os Exmos. Srs. Paulo Renato Cabral, diretor do Instituto Inovação de Minas Gerais; e Heber Pereira Neves, gerente de Inovação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - Fapemig.

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O presidente - A presidência esclarece a todos que, após as exposições, abriremos espaço para a apresentação de perguntas aos participantes da Mesa, por escrito, oralmente ou por outras formas, as quais podem ser enviadas pelo formulário disponível pela internet no portal da Assembleia Legislativa. Para melhor organizarmos o debate, os participantes poderão encaminhar suas perguntas por escrito, no formulário que está sendo distribuído pela nossa equipe de apoio. Aqueles que desejarem fazer sua intervenção oralmente devem especificar essa condição no próprio formulário. Informamos que os telespectadores da TV Assembleia também poderão participar do debate enviando suas perguntas pelo portal da Assembleia, no endereço www.almg.gov.br. Esse foi o processo utilizado no encaminhamento das propostas que já foram enviadas por alguns participantes. Fica, mais uma vez, a sugestão a todos: procurem a equipe de apoio e peguem os formulários nas laterais. Os que estão participando pela TV Assembleia podem acessar o *site* da Casa e preencher o formulário de perguntas.

Palavras da Sra. Maria Luisa Campos Machado Leal

Bom dia a todos. Cumprimento ao presidente, os demais componentes da Mesa e os colegas presentes. Gostaria de citar o nome de todos, mas são muitos. Agradeço especialmente ao Prof. Renato o convite. Agradeço ainda a presença de todos.



Foi-me pedido para falar um pouco sobre financiamento de parque tecnológico no Brasil. A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial é ligada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Hoje temos a satisfação de ter o ministro Campolina como nosso presidente do conselho deliberativo. Há uma grande articulação com a ciência e a tecnologia e com o Ministério da Indústria e Comércio Exterior. Como secretaria técnica da política industrial, enfrentamos o desafio de fortalecer a intensidade tecnológica do nosso parque industrial. Efetivamente, ao longo dos anos, a indústria brasileira tem perdido intensidade tecnológica e algum tecido industrial. Há um saldo positivo na balança comercial brasileira, mas existe um déficit de cerca de US\$100.000.000.000,00 de produtos manufaturados. Isso significa que muitas *commodities* agrícolas, minerais e outros produtos estão compensando esse déficit.

O desafio de aumentar a intensidade tecnológica na indústria brasileira é muito grande. Os parques tecnológicos e as incubadoras são instrumentos para alcançarmos esse objetivo.

O Prof. Jorge Arbache, professor da Universidade de Brasília, está fazendo um estudo sobre a importância dos serviços na indústria, que é um pouco dessa intensidade tecnológica e da redução da participação da indústria no PIB, sendo a indústria a atividade econômica de maior dinamismo, capaz de gerar efeito para frente e para trás na economia e sacudir o parque industrial brasileiro. É importante entender que, quando ele fala que 65% do valor adicionado da indústria, em 2011, foram de serviços, isso significa que estamos falando de algo intrincado. Não existe um produto industrial sem que nele haja serviços financeiros, serviços de telecomunicações, serviços de transportes. Esses são os serviços que efetivamente representam custos, mas existe um conjunto de serviços que faz parte desses 65%, que são os que agregam valor ao produto industrial. Estamos falando de pagamento de *royalties*, estamos falando de serviços tecnológicos, *design*, *marketing*. Esses são os serviços que estão agregando valor ao produto industrial.

Falo isso porque temos o nosso maior desafio, depois de três edições de política industrial. A primeira foi em 2004, a PIC, que é a política industrial de ciência e tecnologia e comércio exterior; em 2008, a política de desenvolvimento produtivo; e, em 2011, o Plano Brasil Maior. Quer dizer, é um esforço de política industrial ativa, o que não quer dizer que não existisse antes política industrial. Em toda política pública - e estamos numa Casa que aprova todos os instrumentos de planejamento e as diversas políticas -, se se fizer um reverso da aplicação dos recursos e do esforço de governo, entende-se qual é a política que está ali. Falar que existe prioridade em política é falar onde concentramos os nossos recursos. Muitas vezes existe uma política cuja importância maior é a intensidade tecnológica, mas, quando se olha onde foram gastos os instrumentos e os esforços de governo, vê-se que foram em setores tradicionais, em setores com menor intensidade tecnológica. Então acho que mais importante que ver a política escrita é verificar a política efetivamente realizada.

A ABDI, em 2007 e 2008, em parceria com Anprotec, desenvolveu um estudo sobre incubadoras e parques tecnológicos. Esse estudo foi publicado em 2009, que é ainda um pouco de referência, porque estudou 14 países e experiências e modelos de incubadoras e parques tecnológicos no Brasil; fez uma taxonomia e uma proposta de fortalecer esse sistema dos parques tecnológicos e das incubadoras.

Esta primeira tela mostra alguns conceitos de parques tecnológicos. Esse é um conceito do MCT com a UnB, não é o conceito que está no nosso trabalho do parque tecnológico.

Esse, sim. No projeto verificamos que existem parques pioneiros, seguidores e estruturantes. Os parques pioneiros foram aqueles criados de forma natural e espontânea, na década de 1950, que visam a promover e fortalecer o apoio às empresas de bases tecnológicas, que tinham uma interação muito forte com a universidade. Vocês podem verificar nessa linha azul. Os parques seguidores são de segunda geração e estão na linha verde. Foram aqueles criados e planejados formalmente, a partir das décadas de 1970 a 1990. Alguns deles fizeram muito sucesso.

Hoje existe uma terceira geração de parque tecnológico, que é essa linha marrom. São os parques tecnológicos estruturantes, que surgiram depois da década de 1990 e acumularam experiências tanto dos parques pioneiros quanto dos seguidores e estão fortemente associados ao processo de desenvolvimento econômico, sobretudo nos países emergentes. Somos nós correndo atrás daquilo que deu certo nos países desenvolvidos e daqueles que saíram na frente.

Esta tela faz parte dessa taxonomia do projeto que fizemos junto com a Anprotec. Na primeira tela, acima do primeiro eixo, na parte de cima, está um pouco do mundo da ciência e tecnologia.

Estamos mostrando, nesta transparência, o mundo da ciência e tecnologia, e com muito pouco de base empresarial. Estamos falando da bela ciência, da universidade isolada, das *startups* teóricas.

No canto de cá, no eixo da base empresarial, temos, num primeiro momento, muito pouco de ciência e tecnologia e muito de empresa. Essas são *startups* empíricas, empresas desenvolvidas e um conjunto de negócios. Estamos falando em juntar esses dois quando falamos do mundo dos parques tecnológicos, com serviços, com infraestrutura, com empresas, com academia, com o conjunto daquilo que falamos que estrutura esse ecossistema e que é promotor do desenvolvimento de plataforma, ciência, tecnologia e inovação, e empresas inovadoras. É importante criar esse ambiente produtivo para estimular interações entre os centros tecnológicos, as universidades e as empresas, desenvolvendo tecnologias e colocando isso na rua. O problema começa quando colocamos isso na rua.

Os modelos com parques tecnológicos que têm grandes empresas, *startups* e empresas pequenas gravitando no entorno delas são mais fáceis de funcionar. Num parque tecnológico cheio de empresas de bases tecnológicas pequenas, elas vão ter dificuldade quando colocam a cara no mercado, porque muitas vezes não são estruturadas e não têm garantias bancárias. Muitas vezes o organismo financiador não sabe trabalhar com ativos intangíveis, que são fundamentais como garantias. O BNDES, por exemplo, tem linhas de financiamento que não exigem garantias bancárias, mas existe uma necessidade de convencimento muito grande da qualidade desse trabalho, porque o banco aposta que haverá um volume grande de projetos que não vão dar certo e outros que vão dar certo e que vão compensar os primeiros. Na verdade, funciona um pouco como os fundos de capital de risco: você investe em vários, alguns dão certo e outros não dão. O banco tem isso e a Finep também.



Falando um pouco sobre o trabalho dos estágios de desenvolvimento, temos a etapa de planejamento, em que vamos fazer a concepção, o estudo de viabilidade, a estruturação dos parques e a parte de implantação, que é a criação da infraestrutura básica e a ocupação dos edifícios de uso coletivo, além daquilo que chamamos de operacionalização, a parte em que efetivamente existe a ocupação do parque com empresas de base tecnológica e centros de pesquisa. E essa coisa começa a funcionar. Estou separando essas duas exatamente porque temos financiamentos diferentes para os diversos momentos dos parques tecnológicos.

Esta tela já foi apresentada e mostra que, em 2013, tínhamos 94 iniciativas de parques tecnológicos conhecidos, sendo 24 em estágio de projeto, 24 em implantação e 28 parques em operação. Desses 94 parques, 80 responderam à pesquisa. Vemos que existiam 939 empresas instaladas nesse conjunto de parques em funcionamento, representando, na época, mais de 32 mil empregos. Tínhamos 1.098 doutores, quase 3 mil mestres, 2.400 especialistas e 17.600 pessoas de nível superior. E, com tudo isso, naquele momento havia R\$1.025.000.000,00 de recursos federais investidos e R\$2.400.000.000,00 de recursos estaduais e municipais. Na verdade, os recursos estaduais e municipais representam a maior parte dos recursos disponibilizados. Do ponto de vista de metros quadrados, isso é variado, porque, se um parque entrar em operação, esses dados mudam muito.

Esse estudo mostrou também que, das 94 iniciativas de parques tecnológicos, a maior concentração, obviamente, estava nas Regiões Sul e Sudeste e, depois, Centro-Oeste e Norte. No caso, tínhamos 34 no Sul, 33 no Sudeste, 6 no Nordeste, 3 no Centro-Oeste e nenhuma no Norte.

Considerando-se os estados, em Minas Gerais havia seis parques tecnológicos: 3 em operação, 2 em implantação e 1 em planejamento; em São Paulo, 20; no Rio Grande do Sul, 16; no Paraná, 10; e em Santa Catarina, 8. Segundo dados do Ministério da Ciência e da Tecnologia - MCT - e da UNB, de 2013, na área de atuação dos parques tecnológicos, a maior parte era na tecnologia da informação e comunicação. Depois vinham energia, biotecnologia, saúde, telecomunicações, agronegócios, etc.

Desculpem-me, não passei: este mostra a distribuição; este, o que tem em Minas; e coloquei os outros estados que concorrem mais de perto com Minas. Isso daí mostra um pouco da intensidade: o principal deles é TI. Nós temos TI, biotecnologia e energia.

Esse é um pouco do exemplo do BH-TEC em Minas. Não falarei a respeito da sua importância, porque já foi falada. Esse parque tem recursos federais, estaduais e municipais, além de recursos do Funtec, do BNDES. No caso do projeto de nanotubos de carbono, temos recursos do Funtec, que é um fundo de investimentos do BNDES a partir de lucros não reembolsáveis. A origem dos recursos é o lucro do banco, que não pode fazer subvenção direta na empresa, mas pode fazê-la em parques tecnológicos.

Agora vemos notícias do BH-TEC. Em relação a Minas, estávamos discutindo a importância de termos parques tecnológicos ou de não termos um maior número de parques tecnológicos. Na verdade, precisamos ter parques tecnológicos com intensidade tecnológica. Um país como o Brasil, que tem recursos escassos e, em hipótese alguma, terá os mesmos recursos que os países desenvolvidos, tem que saber usar isso a seu favor. Estudamos 14 países para entender sua experiência, o que fizeram de certo e de errado e o que poderíamos copiar e aprimorar. Constatamos que devemos copiar e aprimorar a definição de prioridades, e, na hora de priorizar, isso é muito importante, pois, a toda hora, chegam projetos de parques tecnológicos, quando, na verdade, estamos precisando, em algumas áreas, de maior concentração, e não da descentralização.

Por exemplo, na região do entorno de Campinas, precisamos de maior intensidade tecnológica e concentração de empresas. Apesar de essa região ser uma das que têm maior concentração de empresas de alta intensidade tecnológica no Brasil, infelizmente ela ainda precisa intensificar esse aspecto, tanto do ponto de vista das academias quanto do ponto de vista das empresas, para haver um nível comparável ao dos países desenvolvidos. Portanto, essa discussão de descentralizar os parques é importante - e alguns parques são fundamentais -, mas temos que tomar um pouco de cuidado, pois nem o governo federal nem os estados nem os municípios têm recursos para bancar parques tecnológicos como se tem proposto. Agora mesmo, no MCT, o ministro Campolina me falou do volume de demandas que chegou para a construção de novos parques tecnológicos sem que os existentes estejam consolidados e sem que os que estão em implantação tenham entrado em operação. Então digo que, a todo momento, precisamos não parar para a arrumação, mas parar para fazer uma avaliação e definir onde colocar recursos e quais são as prioridades, em função de um esforço para intensificar a tecnologia na indústria brasileira.

Aí, vemos o Parque de São José.

Queria dar um dado em relação à questão da maior intensidade da indústria brasileira. Hoje quase 50% das exportações de alta intensidade tecnológica do Brasil vêm da Embraer, sozinha - e não estou falando dela com seu parque industrial -, ou seja, uma única empresa brasileira responde por quase 50% das exportações de produtos de alta intensidade tecnológica. Portanto está faltando esforço no sentido do adensamento da intensidade tecnológica no nosso parque industrial, para sermos capazes de fortalecer e aumentar o número de empresas que exportam produtos de alta intensidade tecnológica.

Esta tela fala da etapa de planejamento. Temos atividades de planejamento e concepção, momento em que não se aplicam incentivos, mas existem recursos disponíveis para financiamento não reembolsável dessa etapa de planejamento, sobretudo no PNI.

Na etapa de implantação dos parques temos a atividade de criação da infraestrutura básica de ocupação das edificações de uso coletivo do parque tecnológico, existem incentivos fiscais, isenção de tributos - de ICMS, de IPTU, de ITBI, de ISS -, isenção de taxas. Isso varia um pouco de cidade para cidade, de estado para estado, mas existem incentivos fiscais e financiamentos, tanto reembolsáveis quanto não reembolsáveis. Podemos destacar aí o capital inovador do BNDES como um dos financiamentos reembolsáveis.

A parte de operação já é uma atividade de ocupação pelas empresas e o funcionamento do parque. Nessa parte vários parques têm incentivos, tanto de ICMS como de ISS, de IPTU, isenção de taxas. Em alguns períodos algumas micro e pequenas empresas têm redução de alíquotas de alguns impostos, como IPI, PIS e Cofins, e têm um volume de recursos disponibilizados, tanto não reembolsáveis quanto reembolsáveis. Entram aí todas as subvenções econômicas, o programa Inova Brasil, da Finep; o Inova Empresa, dependendo da área em que ele sai; os recursos do capital inovador e toda a linha de financiamento do BNDES, que inclui parque tecnológico.

Aqui temos a síntese de todos os outros slides, porque eu não sabia se ia caber tudo na tela.



Estou no fim. Temos aqui uma tela sobre como são os recursos nas diversas etapas. A primeira são os federais; a segunda, os municipais e estaduais; e a terceira, os privados. O azulzinho é a parte de projetos, o verdinho é a implantação, e o marrom são os parques em operação. Vocês podem ver que os recursos federais são os menos significativos. Efetivamente dá para ver que o maior volume de recursos são os recursos de estados e municípios e os privados.

Temos aqui um pouco do que pretendíamos quando fizemos o projeto, no sentido de criar linhas de desenvolvimento específicas para implantação. Vou deixar isso na apresentação para quem quiser ver.

Vou fazer um comentário sobre a chamada pública. Temos aqui uma chamada pública do MCTI-Finep. Ela teve R\$640.000.000,00 e acabou tendo mais R\$2.000.000,00 do CNPq. Foram R\$90.000.000,00 de recursos não reembolsáveis, sendo R\$60.000.000,00 para a linha de parques e operação e R\$30.000.000,00 para a linha de parques em implantação. A parte de crédito reembolsável foi de R\$500.000.000,00; e a parte de participação acionária das empresas, de R\$50.000.000,00. Efetivamente todo recurso não reembolsável foi alocado. Com relação aos recursos reembolsáveis, infelizmente ainda não tivemos propostas estruturadas. A Finep e o BNDES nos informaram que já receberam várias consultas; existem empresas se estruturando para encaminhar propostas, mas as propostas ainda não foram encaminhadas.

Acho que vale uma reflexão, se é uma questão de estarem prontas para encaminhar ou se, muitas vezes, é aquela história de sempre. Em algum momento pega a questão de garantias bancárias. Por mais que exista fundo garantidor que reduz risco do crédito, não se evita que se deva dar um tipo de garantia. Muitas vezes criamos, criamos e criamos instrumentos, mas na pontinha precisamos muitas vezes de uma carta de fiança bancária, que, na verdade, faz com que o incentivo recebido pela empresa seja transferido para o banco. Devemos pagar juros muito altos para o banco. Em outros casos, muitas vezes, a empresa não tem garantias bancárias suficientes para bancar o negócio.

Nessa chamada dos parques tecnológicos, na linha A, Minas Gerais entrou com R\$24.800.000,00, que são os recursos não reembolsáveis dos projetos em operação. O BH-TEC, por exemplo, entrou com R\$7.900.000,00 no primeiro acerto. Na linha B, a de parques em implantação, Minas Gerais entrou com uma proposta de R\$22.600.000,00, e a Universidade Federal de Juiz de Fora foi enquadrada com R\$4.200.000,00. Houve um total de R\$12.000.000,00. Há algumas segundas chamadas e alguns reenquadramentos, mas efetivamente esses são os principais recursos.

O edital do CNPq complementa outro de R\$12.000.000,00 com esse formato de apoio à infraestrutura das incubadoras. Ele está somado àquele volume de recursos. Na verdade, juntamos esses R\$12.000.000,00. São R\$90.000.000,00 da Finep e mais R\$20.000.000,00 para parques tecnológicos em implantação e mais R\$12.000.000,00 do CNPq. Então, na verdade, tivemos R\$122.000.000,00 de recursos não reembolsáveis, fora os R\$500.000.000,00 de recursos reembolsáveis que ainda estão aí para serem tomados.

Existem essas outras linhas. Não falarei muito sobre elas, pois estão no *site* para quem tiver interesse. Temos a linha do BNDES Inovação e a do Funtec. No caso do BNDES Inovação, em vários momentos tanto o PSI Inovação quanto o PSI Máquinas e Equipamentos acabaram ficando em condições mais vantajosas. Então acho que, sempre que entrarem nas linhas para procurar recurso, é importante dar uma olhada no PSI, para ver se ele está em condições mais interessantes. Hoje ele está 5%. Por outro lado, a linha de financiamento do BNDES tem a TJLP de 5%, com até 4,8% de taxa de risco das empresas. Então isso pode chegar a quase 10% ao ano.

Agora são alguns exemplos de financiamento. Meu tempo se esgotou. Esses são alguns exemplos da Fapemig e da Capes. Abordamos alguns, mas praticamente todas as fundações de amparo e todos os estados têm algum tipo de financiamento para apoio à parte tecnológica e a alguns municípios. São José dos Campos é um exemplo. Há todo um esforço feito junto às universidades e aos centros tecnológicos para tentar fortalecer. Quer dizer, já sabemos que os parques tecnológicos são instrumentos efetivos, que funcionam em todo o mundo para consolidar plataforma de ciência e tecnologia e desenvolver empresas inovadoras. Cabe a nós agora ajustar e calibrar os instrumentos e entender onde pegou e onde não deu certo, fazendo um trabalho de articulação do governo federal com estados e municípios, para que efetivamente esse circuito tenha o melhor uso possível. Obrigada. Desculpem-me a confusão.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

O presidente - Está tranquilo. Muito obrigado à querida Maria Luisa Campos. Agradecemos a sua participação. Com a palavra, o Sr. Paulo Renato Cabral.

Palavras do Sr. Paulo Renato Cabral

Bom dia. Agradeço o convite para participar deste debate. Sou representante do setor privado, não sou de universidade nem do governo. Sou um empresário que trabalhou alguns anos nessa área de incubação e parques tecnológicos e hoje tenho uma empresa de inovação representada por aquelas logomarcas. Portanto trabalho com empresas de tecnologia, que são o foco deste debate.

Perguntei-me esta semana, já que estaria aqui no Legislativo, sobre as várias demandas que os parlamentares devem receber para atendimento à sociedade, por via de projetos de lei, políticas públicas. Fiquei pensando o que eu priorizaria, se fosse deputado. A gente precisa de uma política consistente, de apoio à área da saúde, às escolas, mas agora vem um grupo falando de parques tecnológicos. Para que uma política, uma indução, o financiamento desses empreendimentos, se eles competem tanto com outros instrumentos, com outras demandas sociais, talvez até mais prioritárias do que eles? Vou buscar essa reflexão com vocês. Por que vamos financiar esses parques - vai ser difícil eu ler minhas perguntas -, se esses empreendimentos, as incubadoras, em termos numéricos, geram volume de emprego, digamos, menor do que uma empresa tradicional?

Vi aqui - se não me engano - 5 mil empregos gerados pelas incubadoras de Minas e pelos parques. Uma subsidiária da Fiat Automóveis gera 10 mil empregos e fatura R\$6.000.000.000,00. Para que vamos financiar esses empreendimentos se há um elevado custo de manutenção? Existem empreendimentos que geram mais empregos e têm custo de manutenção muito mais baixo para o Estado. E eles também contribuem muito pouco com o PIB do Estado. Falamos do nosso Produto Interno Bruto mais cedo, na abertura: se eles representam tão pouco, por que vamos investir nesses empreendimentos? E se eles atendem a um público muito seletivo - acho que é isso o que está escrito -, às vezes até chamado de elitizado por nossa sociedade? São engenheiros, químicos,



físicos, biólogos, PhDs, mestres e doutores. Por que eu, como parlamentar, vou atender a esse pleito, se a grande maioria da população não sabe o que é um parque e tampouco uma incubadora? Para que vamos fazer isso?

Se analisarmos esses empreendimentos sob a matriz econômica tradicional, teremos que encerrar esse debate; ele não vale nada. O importante é investir em pequenas empresas tradicionais, em indústrias e distritos tradicionais, na agricultura, na pecuária, na siderurgia e na mineração. Sob essa ótica tradicional, nada do que discutimos vale. Portanto, a nossa ótica tem de ser outra, e é isso que vou tentar trazer agora, responder ao porquê de se investir nesse tipo de empreendimento.

Primeiramente vou falar sobre uma questão clássica, que é o emprego. Fiz uma linha muito simples, obviamente pode carecer de maior profundidade e substância. Mas como a remuneração de um trabalhador cresce, digamos assim, em um sistema de trabalho? Não coloquei serviços e outras questões para não complicar, mas sabemos que temos um poder aquisitivo melhor em trabalhos domésticos e na área rural; depois no setor de comércio, na indústria e nas empresas de tecnologia ou alta tecnologia. As empresas de alta tecnologia pagam os melhores salários tanto no Brasil quanto em qualquer lugar do mundo. O que acontece em uma matriz econômica, especificamente em uma matriz de trabalho em um estado, em um município ou em um país, quando não há aquela última etapa? Então, o que acontece?

As iniciativas de formação de mestres e doutores, como foi dito aqui, e o próprio programa agora com investimentos maciços no Ciência sem Fronteiras vai formar pessoas, mestres e doutores, engenheiros, etc. para trabalhar na última ponta daquela minha linha.

Se aquela ponta não existe, esse cidadão buscará emprego possivelmente em uma indústria tradicional, pois não há uma empresa de tecnologia onde trabalhar, falando de forma bastante simplista.

No início, ouvimos o deputado Paulo Lamac, que me citou até como vizinho. Ele foi meu conterrâneo de formação na UFMG, mas não foi trabalhar em uma empresa de tecnologia. Ele empreendeu o seu próprio negócio e, de certa forma, em tese, pois não poderia dizer isso de forma absoluta, tirou o espaço de alguém que poderia estar administrando aquela empresa. Como eu e outros, ele foi um engenheiro que, em tese, regrediu nessa cadeia. Se analisarmos a questão, veremos que aquele sujeito que não teve a oportunidade de trabalhar na empresa de tecnologia buscou emprego na indústria tradicional. Se ele encontrou, tirou o emprego daquele cidadão que poderia estar trabalhando na indústria tradicional. Aquele cidadão, então, buscará trabalho no comércio, onde há um volume maior de oportunidade de emprego. Se ele encontrar, tirará o emprego daquele cidadão que se preparou, ou que teria aptidão, mas teve de trabalhar no comércio local do seu município ou de uma grande cidade. Espero que ele não regrida mais, mas é isso o que acontece e é absolutamente real e prático.

Vocês podem ler na literatura sobre o mundo do trabalho ou podem pesquisar sobre os egressos da engenharia que fizeram pós-graduação, mestrado e doutorado em qualquer universidade de Minas Gerais, para fazerem uma análise e verificarem onde eles trabalharão depois da conclusão do seu curso. Sou testemunha disso, pois me lembro de alguns colegas que foram trabalhar com vendas e outros negócios não ligados à engenharia. Tudo isso gera uma regressão da cadeia do trabalho, pois dois desempregos são gerados, o da ponta, que é de alto luxo - e todos nós pagamos por essa graduação e pós-graduação -, e o do outro lado, que é de má qualificação. Por isso é importante criarmos ambientes para conseguirmos trabalho e emprego para essas pessoas ou para que, obviamente, elas possam empreender os seus próprios negócios.

Quando essa cadeia ocorre de forma virtuosa, como em vários polos citados em outros debates, como o Vale do Silício e outros, sabemos que há empregos de altíssima qualificação em uma ponta, com massa salarial extremamente elevada, que faz com que seus ocupantes gastem muito naquela cidade, melhorando toda a sua economia.

Há dois exemplos. Campinas, polo tecnológico relevante, é uma cidade de altíssimo custo de vida, devido a essa enorme massa de trabalhadores com conhecimento de empresas intensivas em tecnologia. Isso faz com que aluguéis, restaurantes, comida e tudo o mais fique mais caro do que até mesmo em Belo Horizonte. Isso acontece também em São José dos Campos, cidade citada aqui.

O outro exemplo diz respeito a essa simplória figura de um frango. Imagino que todos vocês, pelo menos a cada 15 dias, comam um frango como esse de forma feliz e satisfatória em casa com a família. Talvez no Dia dos Pais todos tiveram a oportunidade de almoçar com a família. Falo de frango porque o tema é incubadora. Quando vou ao supermercado e compro um frango congelado, resfriado, ou como for, fico muito feliz por ter pago pouco. Aquelas empresas, Sadia, Perdigão, ou qualquer outra, ou o produtor de Pará de Minas, enfim, ficam felizes com a minha compra, mas mais feliz ainda fica quem atua nessa cadeia.

Para produzirmos um frango, temos de ter ração, vacina e genética. Aquele frango que levamos para casa é bem interessante. Passaremos a analisar a razão das incubadoras e parques.

Essas são algumas empresas fornecedoras de ração para os frangos que comemos em nossas casas.

Vocês estão vendo que todas as empresas de ração de frango do Brasil são internacionais. Aqui, temos as empresas de medicamentos, que produzem vacinas, hormônios de crescimento, etc. Não consigo ver os nomes aqui, mas são a Bayer, Merck, Glaxo Smith, etc. Ou seja, todas elas também são empresas internacionais. Portanto são pequenas iniciativas, extremamente relevantes e, às vezes, pouco apoiadas, como as da Vallée, da Ouro Fino e uma outra de que me esqueci o nome, produzindo medicamentos nessa área.

Por fim, o mais chocante é a genética. Quando compramos no supermercado o frango da Sadia ou de qualquer outra companhia, aquela raça - para simplificar o termo "genética" - não é nacional, não foi produzida aqui, é fruto de um cruzamento de várias espécies, etc., etc., gerada em outro país, a maioria nos Estados Unidos ou na Inglaterra. Então cada frango que consumimos não só pagamos por aquela matriz que compramos, mas também por um *royalty* para aquele país que produziu. Os frangos caipira e de granja estão fora disso, mas não têm capacidade de atendimento de todo o mercado. Ou seja, em cada quilograma daquele saboroso frango que você come no final de semana, paga-se um percentual de *royalty* para uma empresa internacional. Vocês devem estar achando que estou fazendo uma brincadeira, mas é uma coisa muito triste, porque agora é o frango, mas também está começando a acontecer com a genética bovina, suína e, daqui a pouco, para qualquer leite que bebermos vamos pagar *royalty* para uma empresa ou do Canadá ou da Nova Zelândia. Então, em algum momento, para termos melhorias, por exemplo, no nosso tradicional leite da Itambé, vamos ter de pagar *royalty* para alguma empresa internacional.



Poderia fazer uma alusão ao minério de ferro e à importação de produtos beneficiados, porque isso já conhecemos, mas resolvi trazer um exemplo de consumo do nosso dia a dia, mostrando que, sem o desenvolvimento tecnológico apropriado, sem a criação de empresas de genética de frango, de rações de frango, de medicamentos para esse setor, vamos ficar absolutamente dependentes, enviando *royalties* para fora. Ou seja, nós nos preocupamos com os *royalties* do petróleo para a educação, que é fundamental, mas pagamos muito mais *royalties* por consumir produtos que para nós, a princípio, tem baixo valor agregado, mas onde essas empresas faturam muito alto. Não sou contra nenhuma delas, porque geram oportunidades, mas o pleito aqui é criar ambientes e oportunidades para que essas empresas sejam criadas no Brasil. Que isso fique aqui, no Brasil, e possamos vender para fora, como foi o caso da Embraer, citado anteriormente. Então por que investir nessa política? Ok. Elas geram, de fato, uma quantidade menor, mas são empregos de alta qualificação, de alta renda, que impactam o Estado ou aquele município local. Geralmente a infraestrutura de incubadoras e parques pode ser compartilhada por várias empresas. Não há como a Fiat e a GE produzirem o carro na mesma fábrica. Não há como mudar aqueles robôs e linhas de produção. Em empresas de tecnologia, às vezes o mesmo laboratório pode ser usado de forma simultânea por várias empresas.

Desculpem-me, não estou lembrando-me do que está escrito aqui. Item 3? (- Pausa.) Isso, pouca representatividade. No nosso Estado, há mais de 200 anos, extraímos minério da terra e produzimos aço. Começamos a vender conhecimento há mais ou menos 30 anos, com a Biobras, que foi a pioneira. Então temos muito pouco tempo em relação ao que foi a matriz econômica deste Estado ao longo dos 300, 400 anos, desde que os portugueses chegaram aqui.

Não estou conseguindo ler a quarta. Quem pode ler para mim? Grupo social seletivo. Sim, mas com esse emprego de alta qualificação e que tem condições de gastar e distribuir essa renda.

Para que as pessoas conheçam mais esse tema, é fundamental que haja iniciativas de disseminação da ciência, tecnologia e inovação, não apenas as que são feitas, mas também iniciativas que cheguem ao grande público.

Vou fazer um rápido parêntese: os americanos sabem fazer isso muito bem. Desde crianças, os filhos deles e os nossos consomem os super-heróis, todos os dias assistem a filmes e desenhos da Marvel, por exemplo. Se fizermos uma análise, todos os heróis americanos que os nossos filhos gostam são cientistas. Com exceção do Super-Homem, todos os outros heróis são cientistas. Então, uma criança americana começa desde cedo a gostar de um herói, que é forte, luta contra inimigos, mas, na vida real, é um cientista.

Além de trabalhar empregos, trabalhar a chamada tecnologia nacional, estamos falando de um legado para o futuro. Peguei esses dados do Data Viva, iniciativa do governo de Minas feita pelo Escritório de Prioridades Estratégicas. Esse estudo mostra, de forma consolidada, onde estão empregadas as pessoas em Minas Gerais. Se não me engano, 45% das pessoas estão empregadas no setor público. Parece-me que a folha de pagamento do Estado de Minas Gerais possui um volume de 600 mil ou 700 mil funcionários. Isso é absolutamente inconcebível. Possivelmente é a maior folha de pagamentos da América Latina. Se o Estado fosse uma empresa, talvez fosse uma das maiores multinacionais do mundo. Temos de rezar todos os dias para os secretários de Fazenda e de Planejamento, porque é desastroso pagar 750 mil funcionários. Se crescer mais, o desastre será maior. Vocês podem ver que o volume de emprego nas outras áreas não é tão grande assim. Então, o Estado tem de pagar 750 mil pessoas em não sei quantos municípios, porque o número é muito grande. Se verificarmos, a nossa diversidade econômica é dependente quase 50% do minério de ferro. Há um mês, o preço do minério de ferro caiu 40%. O que isso causa à arrecadação do Estado? O impacto é brutal. Isso vai ser sentido no mês seguinte, dois meses após, no orçamento da Fapemig, sobre o qual o Heber vai falar. Ela vive a partir do ICMS do Estado, mas, como o Estado não consegue pagar suas contas, não faz repasses para a Fapemig, que não lança editais e bolsas, não apoia parques tecnológicos. Não adianta nada. Ainda somos dependentes, de forma absoluta, dessa matriz econômica. Se tivéssemos essa matriz econômica e 200 mil funcionários públicos, era possível equilibrar as contas do Estado. Pagar 700 mil servidores? É um caos. A questão de parques e incubadoras aceleradoras e empreendimentos inovadores não é uma moda, não é simplesmente uma coisa interessante, diferente, mas a sobrevivência do legado futuro do Estado de Minas Gerais e, acredito, de outros estados brasileiros.

Pediram-me que viesse falar sobre um estudo que a minha empresa fez - a minha colega da ABDI utilizou alguns *slides* - sobre financiamento. Existe o financiamento. Não vou detalhar isso, mas se os senhores entrarem hoje nos *sites* das instituições, vão encontrar dificuldades enormes, porque é necessário pesquisar em vários locais, esperar um edital sair, aguardar a sua conclusão, ligar para a Finep ou para o CNPq todos os dias para saber por que o dinheiro não foi liberado. São tradições da nossa cultura burocrática que ainda persistem em qualquer área da nossa sociedade. Existem recursos e oportunidades, mas, muitas vezes, estão desintegrados, não estão colidindo para o propósito maior desses empreendimentos.

Portanto, deixo sugestões que podem ser discutidas ao longo do dia. Entre elas, está a execução da Lei de Incentivo à Inovação, que já foi editada neste Estado. O deputado Paulo Lamac mencionou a data, não sei se foi em 2008 ou em 2007. Ao lado disso, o Fundo de Incentivo à Inovação Tecnológica. Os parlamentares desta Casa criaram uma lei. Não criamos o comitê gestor e nem destinamos recursos para o fundo, então para que a lei? Ela deve ser revista, melhorada, modificada e, obviamente, executada.

A segunda questão seria a definição de regras, políticas de uma lei consistente para esse tema. Como disse nossa colega, há uma enorme demanda para esses empreendimentos em localidades em que não há nenhum atributo para que se crie um parque ou uma incubadora. Os lugares muitas vezes são penalizados por uma distribuição não técnica dos recursos. Em locais onde há um projeto bem fundamentado e em que existe uma comprovação técnica, que deve ser implementada num parque ou incubadora, no caso de uma mudança de prefeito, reitor ou secretário, o projeto é descontinuado. Isso é um absurdo. Se um parque, uma incubadora ou uma aceleradora foram bem fundamentados e têm sentido numa região, descontinuar é jogar dinheiro público fora. É um crime. Quem age assim - prefeito, secretário ou reitor - é criminoso e deveria saber disso. Pena não ter essa consciência. Se há realidade naquele empreendimento, esta deve ser continuada, porque estamos falando em um legado para o Estado, em uma política de Estado, e não em uma política por política.

Por fim, é preciso implementar uma ação estruturante de divulgação dessas iniciativas, como este seminário, para que as pessoas de todas as classes possam entender esse tema e reconhecer que ele é tão relevante quanto hospitais e escolas. Ou seja, saber que o setor precisa de uma política adequada. Muito obrigado.



- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

Palavras do Sr. Heber Pereira Neves

Bom dia a todos. Agradeço o convite, em nome do Prof. Evaldo Vilela, diretor de Ciência, Tecnologia & Inovação. Houve uma alteração na agenda dele, e ele não pôde vir pela manhã, mas virá à tarde. Agradeço também aos demais organizadores.

Considerando-se o papel da Fapemig, ao falar sobre financiamento de parques tecnológicos e incubadoras, é importante esclarecer que o governo de Minas faz uma política com orientação da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, ao lado da Fapemig, que executa as estratégias. Qual é o mecanismo utilizado? Os editais. O primeiro edital de incubadora foi de 2001, no valor de R\$350.000,00. Depois, houve em 2003 e 2007. A partir de 2007, os resultados são anuais. Isso é uma vitória, uma demonstração do trabalho do governo de Minas. Os recursos foram aumentando, ano a ano, acompanhando, em parte, as demandas das incubadoras. Nesses editais, temos englobado todo o Estado.

Vemos em outros estados que é difícil sair da região metropolitana e dar incentivos, devido à composição. Mas, como foi dito, em Minas Gerais há heterogeneidade, devido à quantidade de instituições públicas e de centros de pesquisa.

Há de se ressaltar, no mecanismo de editais, a forma como eles são executados. É importante deixar claro que cada edital possui o seu objeto. Em 2011, o objetivo do edital era fomentar a manutenção e promover o desenvolvimento das incubadoras; em 2013, ter uma estratégia para a geração de novos produtos, processos e empresas de base tecnológica. Os editais acompanham as necessidades, as demandas das incubadoras.

Em relação a financiamento de parques tecnológicos, segundo a política da Sectes, operacionalizada pela Fapemig, foram investidos aproximadamente R\$30.000.000,00 no Parque Tecnológico de Belo Horizonte - BH-TEC; aproximadamente R\$10.000.000,00 no parque tecnológico da Universidade Federal de Viçosa; e R\$10.000.000,00 no Parque Científico e Tecnológico de Itajubá. Utilizamos esses dados, pois esses parques estão em operação.

Falando desse cenário forte em relação a incubadoras e a parques tecnológicos, a Fapemig faz trabalho ainda maior em relação a financiamento, o que é importante mencionar. A Fapemig tenta realizar um trabalho em toda a cadeia da empresa inovadora competitiva. O quero dizer com isso? Ela oferece linhas de financiamento junto ao BDMG, programas e mecanismos de apoio às empresas, em diversas etapas. Uma empresa incubada recebe apoio, quando incubada e quando graduada, até o momento do Pró-Inovação, uma parceria da Fapemig e do BDMG. Como a Francilene disse, um dos problemas das empresas tecnológicas é a garantia. No programa Pró-Inovação, até R\$1.000.000,00, a empresa não precisa dar garantia. Temos de ressaltar que esse programa é de 2011 e que a Finep, a partir de 2012, começou com o Inovacred, um programa similar, mas que ainda não conseguiu resolver o problema de garantia. A Fapemig e o BDMG estão assumindo esse risco, ao ajudar as empresas a se desenvolverem.

Falando ainda de financiamento, junto à parceria da Fapemig e do BDMG, há o Proptec, uma linha de financiamento voltada para as empresas localizadas em parques tecnológicos, visando a apoiar a implantação, a manutenção ou a modernização dessas empresas, assim que forem ali instaladas. Essa é a demonstração de que elas possuem projetos inovadores. Nessa linha, foram investidos aproximadamente R\$6.000.000,00. Recebemos mais de 13 propostas de empresas nos parques consolidados por mim citados. É outra forma de financiamento bem interessante e diferente para que possamos dar apoio. Além disso, há carência para que as empresas tenham fôlego para começar a produzir e a gerar nota fiscal, de modo a poderem quitar o seu compromisso.

Além desse financiamento, para compor essa cadeia, há o Tecnova, um programa em parceria com a Finep. A Finep convidou todos os estados, mas nem todos participaram. É um programa voltado para a micro e para a pequena empresa. Não tenho dado fechada do número de empresas oriundas de incubadoras, ou seja, de quantas empresas foram incubadas.

Foram aprovadas 51 propostas nesse edital. E está muito clara a participação de empresas incubadas.

Esse edital foi de subvenção e demonstra que é importante apoiarmos essas empresas tecnológicas, em diversos momentos, para que elas possam realmente avançar, conseguir superar a parte técnica e conquistar o mercado. O Prof. Renato já citou os investimentos, a questão do emprego e dos impostos, então não entrarei nessa questão, pois isso ficou muito claro.

Quando analisamos essas empresas, podemos verificar a competência delas, apesar de hoje nos preocuparmos - e estaremos atuando no Tecnova - com o fato de muitas dessas empresas possuírem apenas um produto em seu portfólio, o que cria uma dependência muito grande. É importante trabalhar para que essas empresas criem uma plataforma tecnológica, não ficando tão dependente de um só produto. É essa a questão da cadeia. Não citarei outros mecanismos e editais que temos desenvolvido com essa finalidade.

Mestres e doutores fazem parte de uma outra linha de financiamento por via de edital de subvenção junto à Secretaria de Ciência e Tecnologia. O edital visa dar apoio em bolsas e em alguns outros itens financiáveis, para que as empresas possam contratar e, com esse recurso, pagar um mestre ou um doutor para atuar em sua empresa, agregando valor ao desenvolvimento dos seus produtos.

Devido ao horário, ficarei por aqui, salientando essas questões de financiamento em que a Fapemig tem atuado. É importante ressaltar que a Fapemig não está na ponta, onde estão entidades como a RMI, para operacionalizar os mecanismos.

Nesse ambiente que citei de empresa, de vários desenvolvimentos e vários programas, há a Finep criando o Tecnova e o Inovacred, que busca mais recursos.

Temos identificado que o ambiente está crescendo e se consolidando. Pelo fato de a demanda ser muito maior, precisamos de mais recursos para conseguir dar esse apoio e realizar todos esses trabalhos.

É importante que tenhamos uma alocação de recursos para que esse trabalho de apoio às empresas tecnológicas possa ser realizado, para que elas se tornem mais competitivas.

Fico por aqui. Essa é a mensagem da Fapemig em relação aos financiamentos. Obrigado.

Esclarecimentos sobre os Debates

O presidente - Neste instante, daremos início aos debates. Solicitamos àqueles que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensadas as saudações pessoais. Cada participante disporá de até dois minutos para fazer a sua intervenção. Lembramos que a leitura e apresentação oral de perguntas serão feitas de acordo com o volume de sugestões recebidas. Reforçamos também a recomendação, feita no início deste ciclo de debates, para que os convidados e participantes de reuniões e



eventos de qualquer natureza promovidos por esta Casa evitem, em seus pronunciamentos, conteúdos que possam ser caracterizados como propaganda eleitoral.

Debates

O presidente - Por ordem de inscrição, convido o Sr. Ângelo Andrade Cirino, representante da Prefeitura de Cataguases, a fazer sua intervenção. A pergunta será dirigida à Sra. Maria Luisa.

O Sr. Ângelo Andrade Cirino - Bom dia a todos. Parabéns pela organização deste ciclo de debates. Minha pergunta é bastante objetiva. O governo brasileiro tende a ser esquizofrênico: dá com uma mão e tira com a outra. Enquanto eu estava no programa CI Brasil, do governo federal, CNPq, houve um caso bastante curioso. Projetamos um *chip* que foi fabricado fora, obviamente. Na hora de entrar, o fiscal da Receita Federal queria porque queria abrir o cilindro, que só pode ser manipulado por robô, para ver o que havia dentro, correndo o risco de estragar 200 mil *chips* num lote de teste. Como é que a gente transforma a inovação tecnológica numa ação transversal e vertical? Transversal porque tem de abranger todos os órgãos do governo que dizem respeito a toda e qualquer transação que venha a ser realizada para inovação tecnológica; e vertical porque envolve União, Estados e Municípios nesse processo de adensar inovação tecnológica no Brasil.

De fato, é muito difícil fazer inovação tecnológica aqui. Um dos grandes inimigos da inovação tecnológica, sem sombra de dúvida, é a Receita Federal. Como transformar isso numa política de Estado, em que normativamente - por leis, decretos, portarias etc. - todos os órgãos estarão envolvidos proativamente para o benefício da inovação tecnológica no País?

O presidente - Nossa sugestão é darmos sequência às perguntas e, após, cada expositor responderá tanto às orais, quanto às escritas. Com a palavra, o Prof. Renato Nunes.

O Sr. Renato Nunes - Como estamos tratando da questão de financiamento em relação a parques tecnológicos - e essa é uma aflição da nossa comunidade -, há alguns aspectos interessantes para esta Casa, na linha das políticas públicas e do orçamento delas. Não adianta haver políticas públicas sem que haja orçamento para implementá-las, e esta Casa tem grande responsabilidade sobre isso.

Como se poderia tentar perenizar a garantia da continuidade dos investimentos? E a Fapemig é um bom exemplo. Até que 1% virasse cultura, tínhamos dificuldades em que esse valor fosse perenizado, e hoje é. A pergunta que se coloca é a seguinte: se a Fapemig passa a ser uma agência de emulação, e não somente uma fundação capaz de financiar o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, dizemos que essa política pública, que reserva 1% da arrecadação do Estado, não pode ficar como está. Essa é a visão da RMI. Ela precisa, na realidade, ser aumentada. Investimento em inovação é um investimento grande, e não queremos retirar recursos da ciência e tecnologia como alguns pesquisadores acham que se faz. Portanto, é algo que poderia ser discutido aqui na Assembleia, e gostaria de ouvir a opinião dos nossos painelistas.

Tomando a fala do Paulo Renato como exemplo, aquele número que apresentei de impostos que hoje são pagos pelas empresas que passaram pelo sistema - a Francilene apresentou um número; foi erro nosso, da RMI, ao repassar o número; é só das empresas incubadas e não das incubadas e graduadas -, na realidade, se o dinheiro que está sendo investido é esse, se o retorno em impostos já é superior ao dinheiro investido, não estamos tirando dinheiro da saúde - isso aprendi com o Paulo Renato: estamos pondo dinheiro na saúde. Estamos tirando dinheiro da educação? Não, não estamos.

Agora já estamos colocando dinheiro na educação. Quem sabe, na tentativa de criar a confiança necessária, se há tantos por cento para a educação, tantos por cento para a saúde, tantos por cento para isso e aquilo, podemos pensar em alguma coisa. Sei que nenhum governante gosta de vincular recursos, mas talvez um percentual desse possa ser reinvestido no sistema, porque ele vai multiplicar o retorno para o governo. Essa é uma política que poderia ser pensada. É a questão do reinvestimento.

O secretário Gamarano pode dar alguma notícia sobre isso, não sei se é uma provocação ou não. Vamos ter parques tecnológicos como carrinhos de pipoca? Não. Vamos ter incubadoras como carrinhos de pipoca? Não. A secretaria de Estado vem desenvolvendo, há algum tempo, a proposta de uma política pública, de um programa mineiro de parques. Talvez possa ser de incubadoras e parques, como existe no programa nacional. O secretário poderá tratar disso. Pelas conversas que temos tido ao longo do tempo, parece que está quase pronta e poderia ser uma primeira proposta. Existe um programa estruturante de parques tecnológicos, mas não há um instrumento legal - como em São Paulo, Santa Catarina, Goiás, Espírito Santo e Rio Grande do Sul - capaz de dar a mínima garantia de que aqueles parques serão aprovados por uma questão de mérito, e não por outra razão. Eu gostaria de ouvir os painelistas sobre o assunto.

O presidente - Obrigado, Prof. Renato. Vamos conceder a palavra aos expositores da Mesa, sugerindo que cada um responda às perguntas por escrito e aproveite para fazer as considerações finais. Solicitamos que, se possível, leiam a pergunta para nos situarmos. Com a palavra, inicialmente, o secretário Gamarano.

O Sr. Vicente José Gamarano - Agradeço, deputado Ulysses, a oportunidade de voltar à Mesa, tendo em vista pergunta dirigida a minha pessoa, na condição de secretário de Estado em exercício. A indagação é da Teresa: "Abordar, por favor, os investimentos feitos em parques e incubadoras em Minas Gerais e também decorrentes da lei de inovação". A pergunta é feliz e me permite, de uma forma muito objetiva, apresentar alguns dados. No painel anterior, por zelo, dado o momento eleitoral, como fora recomendado pelo próprio cerimonial e pelo fato de ser governo, não quisemos entrar muito numa agenda de prestar contas ou de falar do governo em si. A pergunta me permite, Teresa, abordar alguns números que efetivamente Minas Gerais vem registrando.

É bom dizer que, pelo que percebemos - e não só em Minas Gerais -, a questão da inovação é coisa recente no nosso país. Ciência e tecnologia são vistas como temas periféricos. É duro dizer isso em relação às necessidades prementes do País. O Paulo Renato abordou o assunto com muita propriedade. Romper esse paradigma, ter essa visão de áreas estratégicas portadoras de futuro requer que se trabalhe mais que a questão cultural. Há que se verificar ainda o empreendedorismo. Esse trabalho tem de começar na base, revendo inclusive o nosso ensino fundamental, trabalhando esses segmentos, para chegarmos lá. Hoje há um grande gargalo. Estamos trabalhando em programas e ações dentro das nossas próprias universidades para romper com alguns dos grandes dilemas, como carreira, a pesquisa aplicada reverter em bem para a sociedade, etc.

Em síntese, teria muito o que falar. Mas o propósito é responder à Teresa. Quanto aos investimentos feitos em Minas, podemos fazer um corte especificamente em 2007, como o Heber bem explicou. A partir daquele ano, Minas talvez seja um dos poucos estados da Federação que fez o que deveria ser feito. Nossa secretaria chama-se Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, e estamos falando só do segmento voltado para a ciência e tecnologia, até porque não computamos os investimentos feitos nas duas universidades estaduais, a Unimontes e a Uemg. O Estado passou a cumprir a determinação constitucional de 1% da sua receita líquida operacional. Segundo dados do último exercício, os números são da ordem de R\$330.000.000,00. Foi o investimento feito na nossa Fapemig, a Fundação de Apoio à Pesquisa. Para o próximo exercício, estamos trabalhando a proposta orçamentária neste momento e está projetado - obviamente depende do comportamento da receita - algo na casa de R\$343.000.000,00.

Portanto, a secretaria e a Fapemig fazem parte do nosso sistema operacional. Nessa perspectiva, trabalhamos com um percentual dentro desse contexto, exatamente financiando aqueles projetos que, na nossa percepção, vêm financiar essas áreas estratégicas para o Estado.

No que tange a parques e incubadoras, foi citado aqui que Minas não investe em ciência e tecnologia, que a lei de inovação parece estar só no papel. Temos dimensão da dificuldade; recursos sempre são escassos em relação às necessidades de qualquer segmento: educação, saúde e outros. Jamais teremos as cifras com que sonhamos e desejamos, ainda mais em se tratando de orçamento público, que é padronizado às suas receitas em funções de arrecadações, tributos, etc.

Temos três parques implantados e três em fase de implantação e consolidação. Foi investida uma quantia da ordem de R\$60.000.000,00. A Hellen citou R\$50.000,00; meu número está divergindo do dela, porque investimentos complementares ainda estão sendo feitos em alguns parques, e talvez isso não tenha computado. O BH-TEC fez investimento da ordem de R\$35.000.000,00, porque no Finep entramos com uma contrapartida de R\$5.000.000,00 para todos os equipamentos que lá foram aportados. Então, não é uma ação de governo, mas os equipamentos estão sendo investimentos em áreas tecnológicas. Na parte de incubadora foram feitos investimentos da ordem de R\$14.000.000,00 a R\$15.000.000,00 nos últimos seis ou sete anos. Se somarmos tudo... Não só as incubadoras, apoiamos também, no caso, a Biominas. São investimentos que estamos fazendo e apoiando fortemente porque esses recursos são alocados em função das prioridades definidas.

Quando eu disse que temos um projeto estruturante no governo de Minas - inovação e tecnologia rumo à economia do conhecimento -, ele é sustentado por quatro projetos estratégicos, entre os quais está o RIT, que a Rede de Inovação Tecnológica, que apoia mais do que essas ações de parques. Temos a atração de centros de P&D. A questão da Embraer foi citada pela colega da ABDI. A Embraer trouxe seu centro de P&D para Minas Gerais, que iniciou com 100 engenheiros na área de desenvolvimento e já está ampliando esse número para 150. O governo do Estado, numa visão de atração de centros de P&D - porque estamos falando de uma plataforma de inovação -, aportou recursos da ordem de R\$36.000.000,00. Podemos citar vários casos de investimentos na área de empresas que estão trazendo essa base tecnológica para o Estado. Acho que discursar sobre essa mudança, sobre esse paradigma é a grande visão do Estado, que quer mudar a sua base econômica, sair da base de *commodities* e partir para áreas portadoras de futuro. Há também a questão do aeroespacial, em que estamos trabalhando fortemente.

Falei de alguns números relativos ao que foi investido nas universidades federais, em CTs do Estado de Minas Gerais, nos últimos seis anos, algo em torno de R\$400.000.000,00, financiando laboratórios, apoiando pesquisas, desenvolvimento, enfim, uma enormidade de ações que estão sendo feitas na perspectiva de uma plataforma de inovação.

A lei de inovação não está só no papel; ela está na Fapemig, no BNDES. Já foram investidos cerca de R\$60.000.000,00; é um programa relativamente novo. A oportunidade aqui não é para prestar contas, mas quando se fala que não se fez nada, é muito temerário e não é bem essa a realidade.

A pergunta da Teresa me deu a oportunidade de trazer outros números. Deputado Ulysses Gomes, Renato, que tem sido um parceiro, sabe dos esforços que estamos envidando para superar barreiras. Posso dizer ao Sr. Renato que estamos juntos aqui porque acreditamos nisso. Esta é a Casa do povo e é aqui que se definem políticas públicas. Orçamentação nada mais é do que a quantificação monetária de programação. Se assim entendermos e programarmos, isso está dentro das programações e esta Casa tem feito um acompanhamento sistemático de avaliações, não só por meio das comissões específicas, mas também por meio de audiências públicas para verificar os feitos e se os recursos públicos estão sendo adequadamente aplicados.

Quanto à questão de ampliar o limite, eu ainda conversava com os companheiros sobre o assunto, mas acho que o governo tem um papel indutor no impulsionamento de determinados segmentos. Mas precisamos ser inovadores na busca de financiamento. Acho que temos de romper um pouco, e não ficar dependentes de orçamento público.

Acho que precisamos ter essa dimensão. Se olharmos para fora, estamos falando de um mundo globalizado e, como lá fora está dando certo, da perspectiva de fazermos um *benchmarking*. Comentei com a Francilene que buscamos nos Estados Unidos a questão da visão cooperativa, como financiar uma inovação, como está nesse alinhamento de indução de perspectiva nos próprios parques de incubadoras. Enfim, precisamos também copiar e aprender um pouco com esses modelos que estão fora, para que possamos inovar o sistema de financiamento. Mas não faltará o apoio do governo de Minas, tenham certeza disso, porque já estamos nesse empreendimento. Naturalmente, pelo crescimento da receita e pela expectativa, estaremos sim apoiando a expansão, Prof. Renato, mas com essa perspectiva. Vamos tentar fazer dos recursos que temos um alavancador de outras fontes. Acho que esse é o caminho natural, numa visão mundial.

Agradeço a oportunidade. Não quero me alongar, porque ainda há muitas perguntas para serem respondidas.

O presidente - Obrigado, secretário. Com a palavra, a Sra. Francilene Procópio, para responder aos questionamentos e fazer as suas considerações finais.

A Sra. Francilene Procópio Garcia - Obrigada, deputado. Quero iniciar respondendo a duas perguntas, que passo a ler. A primeira pergunta é do Prof. Daniel Borato, da Universidade Federal de São João del-Rei: "Considerando a lentidão dos mecanismos públicos de investimento nos parques tecnológicos públicos, a chave para acelerar esse desenvolvimento não seriam os parques privados? Quais são as ações da Anprotec a esse respeito?". Prof. Daniel, essa é uma das trajetórias que buscamos vislumbrar no Brasil, até



porque os parques privados, na realidade, tratam de investidores que gostariam de criar alternativas de colocar esses recursos e enxergam, nos habitats de inovação, particularmente nos parques tecnológicos, uma alternativa rentável para que esse recurso seja investido. Infelizmente não temos ainda nenhum caso concreto de uma consolidação de um parque privado que tenha começado do seu nascedouro, obviamente com esse critério, e que esteja em operação. O que sabemos e vimos acompanhando em todo o Brasil são em torno de seis iniciativas diferentes, algumas na Região Sudeste, no próprio Estado de Minas Gerais, que estão numa fase de estudo de viabilidade.

A Anprotec tem procurado acompanhar, por meio da ponta, em que estão os nossos associados mais próximos, os critérios que esses investidores estão colocando na mesa, até porque sabemos que uma parte desses recursos vai acabar vindo de fontes como o próprio BNDES. O Campagnolo mostrou uma novidade no edital lançado em 2013 pelo MCTI, que, na sua composição, numa única chamada, tem um item, que é o crédito para parques tecnológicos da ordem de R\$500.000.000,00. Esse crédito está à disposição não só das empresas que vão operar e se instalar lá dentro, mas também de investidores imobiliários que queiram pegar esses recursos e colocá-los lá dentro. Para que não haja uma lambança - para usar uma expressão trivial - de uso desses recursos, o que tentamos fazer, neste momento, é colocar, com bastante cuidado e cautela, os critérios para que, de fato, esteja sendo concebido um verdadeiro ecossistema de inovação com todas as condições que já foram largamente colocadas aqui. Na medida em que isso for viável, obviamente essas questões se tornarão realidade e serão bem-vindas dentro dos indicadores de sucesso que temos monitorado.

A outra pergunta vem do Luciano Meira, da Prefeitura de Montes Claros: "Poderia detalhar o Plano Regional de Desenvolvimento do Norte de Minas, que foi mencionado em sua fala?". Esclarecendo, temos um trabalho que já está concluído na região Norte, e na região Nordeste está em processo de conclusão, que é juntar todos os Estados dessas regiões para discutir conjuntamente, como foi dito por alguns de nós, a necessidade de termos estratégias de investimento em ciência, tecnologia e inovação num patamar mais regional, aproximando as dificuldades, as oportunidades e criando mecanismos que possam estimular uma ação mais regional em termos de intercâmbio e de fomento.

No caso da região Nordeste, esse plano acabou de passar por um processo de homologação, numa versão inicial, e o secretário Vicente fez parte desse processo. Estamos com um documento que, até o final de agosto, será revisado, com a inclusão de um plano de operação para os próximos 20 anos. Na realidade são objetivos estratégicos, um plano de metas e ação que será trabalhado regionalmente.

Entra aí o Norte de Minas. Teremos uma reunião logo depois da finalização do plano, que será editado e entregue a um conjunto de atores importantes da sociedade em todos esses estados, entre eles Minas Gerais. No dia 2 de setembro, faremos uma reunião do Consecti com o BID, exatamente para começar uma discussão em torno de alternativas de financiamento para algumas dessas ações.

Antes de passar para a última pergunta, queria abordar aqui a questão do Renato e já apresentar algumas considerações finais. Temos três grandes desafios nessa questão dos recursos. A Maria Luisa já colocou muito claramente o primeiro: não termos a cultura de colocar prioridades na mesa, com base em alguns critérios, já que os recursos sempre serão escassos, sejam públicos, sejam privados. Nesse aspecto, o primeiro passo fundamental - e esta Casa certamente tem um papel importante - é discutir com os atores relacionados à criação desses habitats de inovação em Minas quais as prioridades do Estado no que diz respeito às melhores condições de as coisas se concretizarem e se materializarem de forma sustentável, sem esquecer do alinhamento entre as políticas locais, as nacionais e as tendências internacionais, obviamente, nas rotas de crescimento em Minas Gerais. Aí, acredito que os mecanismos, com essa clareza, serão mais facilmente ajustados.

Outro desafio fundamental nosso é o fato de não existir uma agenda de investimento clara. Infelizmente, no governo federal - e talvez, em Minas Gerais, o governo estadual tenha encontrado uma fase de equilíbrio nos últimos anos -, não temos um equilíbrio de carteira para assegurar que um plano feito para os próximos cinco anos seja efetivado dentro dos patamares de índices de investimentos seguramente afirmados pelos entes, em se tratando de fontes públicas. No âmbito da Anprotec, vimos insistindo - e isso não é de hoje -, há mais de duas décadas, para que as próprias agências possam dialogar entre si para termos, nessa carteira de investimento, uma maior clareza das fontes, sejam retornáveis, sejam não retornáveis, sejam fundos, como é o caso da própria Finep nesse edital de 2013. E uma outra novidade, nesse edital de parques, foi a criação de um fundo nacional de capital de risco, sendo que a Finep escolheu um gestor que aplicará em parques tecnológicos, inclusive aqui no BH-TEC.

Então é preciso termos clareza de que essa articulação e maior integração entre agências deve existir. A descentralização dos recursos na operação das agências federais já exige que as FAPs, por exemplo, ou as agências de inovação locais se planejem, porque nenhum recurso chegará se a FAP daqui não colocar, baseado na carta de Salvador, sua contrapartida financeira, e o mesmo acontecerá em relação às agências de inovação locais. Precisamos, portanto, nos organizar, e um papel importante da ABDI, na ponta, é esclarecer para os empresários que buscarão os recursos a situação em que esses recursos se comportam melhor e como se faz.

Finalizando, Renato, é fundamental definirmos, dentro dessa ótica de prioridades, quem são os interlocutores locais - e esse é o terceiro desafio a meu ver - que sistematicamente avaliarão o bom encaminhamento desses recursos. Assim, acabará, de uma vez por todas, aquela pergunta: deu resultado ou não deu? Deu, e ele está aqui. Precisamos ter um ambiente local que pense continuamente, avalie sistematicamente, demonstre para todos, de maneira muito transparente, os retornos e saiba também provocar a descontinuidade em projetos que não podem continuar.

Temos que acabar com essa história neste país de que tudo tem que continuar de qualquer jeito. Às vezes um projeto tem de ser descontinuado, porque não tem condições de ser levado adiante.

Gostaria de fechar aqui com uma última pergunta do Vítor Porto Fonseca Gonçalves, do Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Patos de Minas. Vou resumir a pergunta: "De que maneira as universidades que são ambientes que inspiram grandes ideias, e ideias para a criação de negócios, poderiam propor métodos ou formas para gerar essa interação entre estudantes e consequentemente o surgimento de grandes ideias, negócios e incubadoras?" Gostaria de encerrar com essa pergunta, por quê? Um dos grandes gargalos numa associação como a nossa é a base da educação empreendedora. Se essa educação empreendedora não começa do fundamental, passando pelo nível médio e chegando às instituições de ensino superior, vamos ter a mesma dificuldade de

sempre. É aquilo que o Paulo colocou: pessoas saindo dos cursos superiores para fazer a mesmice de sempre, não contribuindo efetivamente para a transformação desse país. Essa cultura empreendedora tem que ser colocada nas universidades. A universidade tem que se tornar um ambiente empreendedor, desde a forma como ensina até a forma como propõe seus projetos de extensão e como atua no P & D. A partir daí, entram as incubadoras que vão aconselhar; criar as melhores formas de selecionar um bom projeto; trazer um investidor de um capital que inicialmente vai ser importante para aquele negócio evoluir; olhar junto ao núcleo de inovação tecnológica do seu ambiente se aquilo tem que gerar uma patente, se aquilo vai ter que sofrer uma ação de transferência de tecnologia; onde esse nível pode contribuir e assim por diante. São vários braços. Mas é fundamental investirmos mais fortemente nessa educação empreendedora, nesses nossos ambientes.

Gostaria de finalizar, agradecendo mais uma vez a oportunidade de estarmos aqui discutindo com um estado tão importante, do ponto de vista desse pensar e desse refletir sobre a contribuição da inovação como base transformadora para este país. Muito obrigada.

O Sr. Vicente José Gamarano - Deputado Ulysses, será que eu poderia fazer apenas um adendo nessa questão de Montes Claros?

O presidente - Fique à vontade.

O Sr. Vicente José Gamarano - Gostaria de complementar a pergunta do nosso secretário da Prefeitura de Montes Claros. Nos dias 4 e 5 passados, tivemos uma reunião, no MCTI, do fórum do Consecti - Conselho Nacional de Secretários de Ciência e Tecnologia -, com a participação de todos, com o ministério apresentando a plataforma do conhecimento, se assemelhando muito com o que já vínhamos desenvolvendo aqui em Minas. No segundo dia, na CGE foi apresentado exatamente esse programa para o Nordeste. E, quando falamos de Nordeste, temos a região Norte, Jequitinhonha e Mucuri, com 165 municípios que integram a base geográfica. Estivemos presentes, participando não só para validação. Foi apresentado um conjunto de sugestões e discussões, e Minas estava lá representada. Permitam-me dizer que não houve apenas a validação dos documentos: existe lá todo um conjunto de objetivos, estratégias e ações, e, oportunamente, tão logo o documento seja repassado, estaremos fazendo as discussões com as diversas representações para que possamos efetivamente dar a nossa cota-parte de contribuição na regulamentação desse plano proposto para a região Nordeste.

A parte de parques, que é o tema central, não me referi, mas quero acrescentar o seguinte: estamos financiando estudos de viabilidade para sete novos parques no Estado, e, entre esses novos parques, estão contemplados alguns daquela região que abrange os 165 municípios do Norte e dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Não bastasse isso, dentro dessas áreas portadoras de cultura, está prevista uma área espacial, já com alguns protocolos de intenções avançados na questão da planta do bioquerosene, envolvendo a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, o próprio Instituto Federal de Montes Claros, a Unimontes, enfim, são ações voltadas para essa linha, não só para incubadoras como também para a questão de parques que vão contemplar essa região. Há também uma previsão da construção de parque em Teófilo Otôni. Em síntese, acho que, dentro desses estudos de viabilidade que estão sendo feitos com muita competência pelo pessoal da Universidade Federal de Viçosa, muito em breve teremos instrumentos necessários para direcionar esses investimentos. Muito obrigado.

O presidente - Muito obrigado, secretário Gamarano. Gostaria de agradecer mais uma vez à Francilene e passar a palavra para Maria Luisa, com suas considerações e suas respostas.

A Sra. Maria Luisa Campos Machado Leal - Respondendo primeiro à pergunta do Prof. Renato, realmente acho que é muito preocupante quando temos pouco recurso.

Temos no Brasil uma ciência muito reconhecida. É uma das melhores do mundo, mas, na hora de transformar isso em tecnologia e patentes, ainda não estamos conseguindo fazer isso corretamente. Então, devemos tomar muito cuidado para não atrapalharmos o que está funcionando no intento de criar melhores condições para fazer com que efetivamente nos tornemos um país mais inovador do que somos. Essas coisas são complexas e se resolvem na medida em que temos um mínimo de planejamento. Com muito orgulho sou funcionária de carreira da Fundação João Pinheiro em Minas, uma fundação que tem um enorme papel no planejamento do Estado. A partir dos anos 1990, fomos obrigados a parar de planejar, porque não se podia mais fazer isso. Era feio planejar e pegava mal, era politicamente incorreto, não tinha mais dinheiro para planejar e avaliar. Então, a Constituição de 1989, em Minas, obrigou o Estado a ter o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado, depois, o PPAG, que são os quatro anos de planejamento orçamentário e de projetos, a LDO e o orçamento. No governo federal, não. A Constituição de 1988 cria simplesmente o PPA, a LDO e os orçamentos. Não há um plano estratégico de Brasil. O último plano estratégico de Brasil foi o II PND. Nunca mais a União realizou uma reflexão sobre que país temos e queremos ter. Quer dizer, estamos na terceira edição de política industrial, na terceira de política, ciência e tecnologia, há a política estratégica de defesa e a de educação, mas não existe ainda nada que amarre isso.

Do ponto de vista federal, o Ministério do Planejamento está fechando agora diretrizes para discussão, porque, se você não as tem, é preciso saber, afinal de contas, qual é a prioridade. Quer dizer, o recurso é escasso? É, mas existe prioridade na política industrial para fazer isso, isso e isso e, na de ciência e tecnologia, para fazer isso, isso e isso. Mas e aí? O recurso não dá para tudo, infelizmente. É preciso haver uma estratégia de Brasil. Se não houver uma estratégia de Brasil e uma conversa entre estados para que haja uma definição de prioridades, fica muito difícil porque os recursos não são suficientes. Meu colega de Mesa falou que Minas tem 700 mil funcionários públicos. Se dividirmos isso por 853 municípios, teremos 700 funcionários por município. Ao também dividirmos isso por educação, saúde e segurança pública, teremos 200 funcionários e alguma coisa para cada um. Se formos pensar sobre isso, veremos que Minas precisa de mais funcionários, a fim de fornecer serviço de saúde e educação de qualidade. Então, a pressão sobre o orçamento público é muito grande.

É importantíssimo termos parques tecnológicos privados. Conheço um projeto de parque tecnológico na área médica, em Minas, que é fantástico, mas ele precisa de recursos públicos. Existe a necessidade de haver um apoio com recursos públicos, pelo menos em um determinado momento da estruturação dos parques e na hora em que estão investindo com risco tecnológico. Então, não existe mágica para fazer isso. Para mim não existe mágica: é sentar, definir prioridades e amarrar com estados e municípios.

O Ângelo Andrade, da Prefeitura de Cataguases, falou, por exemplo, que a Receita Federal nos barra. Não é apenas a Receita Federal que faz isso. Temos, por exemplo, as ações do Ministério do Trabalho na área de TI. Essa área é a mais multada porque faz



terceirização. Quer dizer, contrata uma empresa para desenvolver em parceria uma determinada atividade e recebe uma multa do Ministério do Trabalho porque está terceirizando mão de obra na sua atividade-fim. Toda empresa de TI faz isso. A questão é a seguinte: o País mudou, e tivemos anos e anos de ditadura e de sistema de controle muito forte. Tivemos também uma Constituição nova, uma Constituição absolutamente específica, e, por isso, em todo momento ela precisa ser mexida, deve haver uma emenda, um ajuste.

Agora, por exemplo, estamos passando por uma situação inacreditável. Estamos trabalhando com medicina regenerativa e uma agenda tecnológica setorial de terapia celular e gênica. Os maiores especialistas do Brasil estão trabalhando em quais são as tecnologias que interessam, mas elas só podem ser desenvolvidas nas universidades e nos centros de pesquisa, porque a Constituição proíbe comercializar produtos do corpo humano. Então, se não for considerado serviço, não vou poder vender o medicamento feito a partir de terapias celulares gênicas. Ou seja, nenhuma empresa no Brasil vai investir em terapias celulares gênicas, só se for doída, porque não vai vender nada. Empresa existe para vender, para gerar negócios. Então, sobre essa coisa do apoio à inovação, do ecossistema de inovação, da forma, nós, do governo federal, ainda estamos aprendendo. Óbvio que é muito mais difícil para o governo federal aprender do que para uma prefeitura que está ali pressionada o tempo todo e vive o problema no dia a dia.

O Prof. Renato foi reitor da Universidade Federal de Itajubá e fez um trabalho fantástico. Acho que, no que ele dependia do município, possivelmente deve ter conseguido muito mais do que no que dependia do Estado e da União. Olhem que ele foi um batalhador enorme. Tem também o Prof. Ronaldo Pena, reitor da Universidade Federal de Minas Gerais. Quanto a falar que os dois não sabem fazer articulação público-privada, não sabem fazer a articulação da academia com a indústria, eles sabem. E sabem fazer muito bem. Mas há muitas pessoas dentro da universidade que não sabem, mas não precisam aprender. Precisamos ter mecanismos para fazer esse meio de campo. Há professores que estão na bancada, que são maravilhosos, mas não queiram que eles tenham capacidade para negociar com a empresa. Coloquem um centro tecnológico para fazer isso, coloquem um escritório de negócios nas universidades. Você vai aos estados, e todas as universidades têm escritórios de negócios, viabilizando, fazendo esse meio de campo. Então, mecanismos para isso existem: o que temos de fazer é exercitar e aprender.

Por exemplo, no Estado de Minas, além de existir um Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado que permite ter uma estratégia de estado, você tem uma federação das indústrias trabalhando absolutamente integrada com o Estado. Vejo o trabalho que o Olavo Machado está fazendo na Fiemg, de identificação nas regiões, de identificação do potencial das empresas, de redefinição. Aliás, ele tem um trabalho em parceria conosco lá para identificar o potencial de determinadas empresas: como torná-las produtoras de produtos com maior intensidade tecnológica, vamos ver conversão de plantas, colocando universidades, apoio e centro tecnológico. Tudo isso vai funcionar se for articulado com o Estado. Se a iniciativa privada trabalha separada do Estado, na verdade estamos perdendo um conjunto de forças que poderiam atuar juntas. Este é o segredo de todos os países que fizeram isso. Todos conseguiram encontrar esse meio termo adequado do público com o privado.

Há alguns meses, estava nas páginas amarelas da *Veja* uma entrevista com o primeiro-ministro inglês. Ele disse: “O meu governo trabalha para gerar negócios. A Inglaterra está lá para gerar negócios, porque é com esses negócios que vou gerar impostos, arrecadar e poder fazer todos os programas sociais de que preciso”. Por isso precisamos estruturar, facilitar e viabilizar negócios, porque na hora H são os negócios que têm de acontecer.

No caso das DHs, fechamos um trabalho com a Softex que é fantástico. O Marcos Mandacaru estava até aqui. Ele está fazendo um trabalho com o Olavo, aqui, de atração de empresas. Fazendo só um parêntese, fui visitar duas grandes empresas aqui, em Belo Horizonte, na área de *software* de altíssimo conteúdo tecnológico. Elas falaram que não tinham o menor problema para encontrar mão de obra em Belo Horizonte, que nunca tiveram. Eles conseguem 300 pessoas na hora em que querem na área de *software*. Isso é um ativo fabuloso das cidades, que estão indo atrás das empresas. Por quê? Porque temos formação de qualidade. Isso não acontece só em Belo Horizonte. Eles não precisam sair de Minas para conseguir mão de obra.

Você abordou a questão da Receita Federal, depois de sofrer tanto. Por quê? Estamos em uma casa que faz lei, e esta é uma questão de mudar a legislação. Hoje um fiscal da Receita Federal não pode ser questionado nem por um ministro de Estado, nem mesmo pelo presidente da República. Ninguém muda a posição de um fiscal da Receita. Temos discutido que, para um determinado nível de multa, talvez o melhor não fosse um fiscal, mas um conselho de fiscais para decidir sobre a questão.

Foram feitos acertos. Conseguimos fechar com a Receita um entendimento único de vários itens, exatamente para tentarmos evitar isso. Há um déficit brutal de semicondutores. Uma das formas com que conseguimos fortalecer o ecossistema foram as DHs, que são exatamente aquelas empresas que desenvolvem projetos de circuitos integrados. As empresas têm grandes vantagens em terem projetos desenvolvidos aqui, sobretudo agora que, cada vez mais, o *chip* tem tudo e tem incorporado cada vez mais funções.

O Brasil poderá fazer pouquíssimo, apesar de haver uma Six agora e o Ceitec, mas o nível ainda está longe dos estágios da tecnologia. A Six, em Ribeirão, poderá fazer bastante para que muita coisa não precise ir para fora. E ainda pode haver o problema de se projetar em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, e ter de mandar para cá e haver problema na fronteira dos estados. Esta é uma possibilidade, mas é um aprendizado de todos os órgãos.

Por exemplo, a Anvisa nos contratou para trabalharmos o uso da regulação como instrumento de inovação. Temos tentado utilizar a regulação, que hoje é vista como uma barreira. Temos de utilizá-la como instrumento de inovação. No setor da aeronáutica acontece o mesmo. Como é exigida a certificação do produto, se a aeronáutica trabalha na fronteira do conhecimento, a certificação pode ser uma barreira, pois não se pode pôr nada na rua sem certificação. A certificação tem de andar junto da fronteira.

Novos padrões e parâmetros serão definidos. Milhares de projetos estão sendo feitos para tentar alimentar esse ambiente propício para a geração de novos negócios de maior intensidade tecnológica. No final das contas, trata-se de empresas, e quem decide é o empresário. Por mais que façamos todo esse esforço, na hora H, sem empresário, não há investimento. Por isso essa relação tem de fluir. Temos de encontrar a melhor forma para isso acontecer e para não impedir, pois o que temos feito é impedir.

Hoje temos as DHs, *design houses*, sem fins lucrativos, que competem com as que têm fins lucrativos. Isso não tem o menor cabimento: obviamente, as que têm fins lucrativos perderão todas as licitações. Esse arranjo está se ajustando. Sinceramente, estamos



caminhando muito. Minas Gerais é um exemplo interessantíssimo de como isso está acontecendo. O parque tecnológico, o BH-TEC e o Cetec, que criam essa diversidade, e o fato de haver dois trabalhando em questões que são complementares é fundamental na cidade e no Estado. Quem conhece o parque tecnológico, com a sua intensidade, em Itajubá e em Santa Rita, fica impressionado. Estive lá com a Dorothea, quando era secretária, para fazer uma visita, e ficamos impressionadíssimas, pois aprendemos muito. Em Brasília, ficamos muito distantes. Com isso, temos de viajar a toda hora para tentar conhecer.

Trabalhando em parceria com estados e municípios, poderemos encontrar os melhores caminhos para acertar. Certamente as casas legislativas, como esta, e o Congresso Nacional têm um papel importantíssimo. Temos de ajustar a legislação para um novo modo de vida. Estamos na economia do conhecimento, passando pela quarta revolução industrial, com manufaturas avançadas e aditivas, e a legislação ainda não conseguiu acompanhar, mas terá de fazer isso. Este evento, sobretudo em uma casa legislativa, desperta essas questões. Obrigada.

O presidente - Obrigado, Sra. Maria Luisa. Com a palavra, para suas considerações finais, o Sr. Paulo Renato Cabral.

O Sr. Paulo Renato Cabral - O Prof. Renato citou as palavras perenidade e prioridade, que anotei.

Não sendo muito específico, para definir parques e incubadoras como prioridade, acho que eles têm que ser percebidos como instrumentos relevantes. Se não forem percebidos como tal, de fato, não serão prioridade. Acho que para você ser relevante na sua empresa, no governo ou em qualquer lugar, essa percepção tem que partir da sociedade, das pessoas: elas é que vão dizer se somos prioridade. Nós mesmos afirmarmos que somos prioridade, talvez seja um valor invertido. Por exemplo, a Maria Luisa teve a oportunidade de sair de Brasília, ir a Santa Rita, no Sul de Minas, e se encantar com o que viu lá. Temos que dar mais oportunidades e criar mais situações para que as pessoas, para que qualquer cidadão conheça as Santas Ritas, as Itajubás, as Viçosas, os BH-TECs, etc. Se elas não conhecem, não dão valor, não dão relevância, não há prioridade social, não há prioridade na hora de escolher o parlamentar que vai representá-lo. Acredito que deve haver uma ação mais forte por parte do próprio sistema que leve ao público a informação de que esse trabalho da incubadora e do parque é o meio, e não, o fim: é relevante para formar mais cidadãos como estes.

No que tange à perenidade, só é duradouro aquilo que se renova. Este debate, apesar da liderança que o Prof. Renato está empreendendo, apesar da chacoalhada no sistema, como disse a Francilene, da Anprotec, só será possível ser perene se, a cada ano, a cada cinco anos ou a cada década, forem renovados os seus modelos de negócio, os seus modelos mentais, talvez, as suas pessoas, para que, de fato, possamos acompanhar esse novo mecanismo, esse novo dinamismo que ocorre na sociedade.

Para finalizar, muitas vezes, nestes debates, sempre falamos das mesmas coisas para as pessoas que são convertidas. Grande parte das pessoas que estão aqui não é contra parque e incubadora. Você não é contra, não é, Heber?

O Sr. Heber Pereira Neves - Não.

O Sr. Paulo Renato Cabral - Então, todos são absolutamente a favor. Mas, agora, temos que converter novas pessoas. Temos que converter aqueles que, de alguma forma, não foram convertidos para entenderem esse sistema. Ou seja, seria uma forma de perenizá-los por meio dessa renovação.

O Ângelo falou sobre a questão da Receita Federal. Na sexta-feira, fiquei muito feliz porque recebi por *e-mail* a carta patente de uma tecnologia na área de saúde de uma empresa da qual sou sócio, a qual requeremos há oito anos. Depois de oito anos, recebi um pedaço de papel dizendo que aquilo era nosso. Sei lá se alguém usou isso no meio do caminho. Mas, realmente, para sermos mais ágeis e mais transversais nessas questões, essa estrutura e essa política têm que ser relevantes. Muito obrigado.

O presidente - Muito obrigado, Paulo. Com a palavra, para as suas considerações finais, o Sr. Heber Pereira Neves.

O Sr. Heber Pereira Neves - Quanto às observações feitas pelo Prof. Renato, vou basear-me mais na questão técnica - o Gamarano citou alguns itens estratégicos. Na questão técnica, a Fapemig está muito preocupada: não quer ser apenas uma entidade que repassa recursos. Por isso, no Tecnova, vamos trabalhar com as empresas, do início ao final, a fim de avaliar o reflexo de determinados recursos nessas empresas. Assim, vamos ser mais competentes e eficientes na alocação, além de conhecermos profundamente a realidade, a fim de atuarmos posteriormente.

Estamos preocupados, como eu disse, com a questão da competência e eficiência. Todos se preocupavam muito com a prestação de contas, e a questão técnica ficava em segundo plano. Vamos pegar pesado com a questão técnica, a fim de verificarmos os avanços. Não pretendemos ser cobradores, mas atuar com as empresas. Por meio de *workshops* e suportes, vamos orientar melhor os empresários.

Outro trabalho vai ser feito junto ao Tecnova, com a Fundação Dom Cabral. Mais de 50% das empresas que foram aprovadas no Tecnova participarão de uma metodologia, de uma dinâmica a fim de identificarmos por que essas empresas são boas tecnicamente, mas não conseguem, no jargão popular, arrebentar a boca do balão no mercado. Por que não conseguem isso? A Fapemig está muito preocupada em buscar informações e estar próxima da realidade das empresas, para que possamos atuar depois. No caso de empresas incubadas e empresas incubadoras, vamos ter muitas informações para compartilhar com a Rede Mineira de Inovação, a fim de pensarmos e atuarmos em novas ações. É um momento muito rico.

Deixo as portas abertas para que possamos conversar, utilizar esses dados, conhecer essa realidade. Assim, juntos, vamos conseguir avançar bastante. Obrigada.

O presidente - Heber, muito obrigado. Agradeço, mais uma vez, a todos os expositores.

Na parte da tarde, vamos ter dois painéis e um *kaizen*. Vamos iniciar os trabalhos com a apresentação de um vídeo. Paulo, durante as nossas reuniões preparatórias, comentei que a experiência de visitar, conhecer *in loco* é muito diferente. Participei de várias atividades, conheço o trabalho realizado, mas, por exemplo, quando tive a oportunidade de conhecer a incubadora na universidade de Itajubá, fiquei impressionado. A partir dessa experiência, sugerimos um vídeo que será apresentado no início dos trabalhos da tarde.

Gostaria de reforçar a importância de todos chegarem no horário. O vídeo, que mostra as experiências da incubadora da universidade de Itajubá e do BH-TEC, será transmitido ao vivo para o Estado de Minas Gerais por meio da TV Assembleia. Aqueles que estão aqui e os que estão acompanhando os nossos trabalhos pela TV Assembleia poderão, por meio desse vídeo, conhecer um pouco mais o trabalho que está sendo realizado, essa experiência. Portanto, é importante que todos estejam aqui a partir de 14 horas.



Encerramento

O presidente - A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia regimental. Levanta-se a reunião.

ATA DO EVENTO REALIZADO NA 56ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 12/8/2014

Presidência do Deputado Ulysses Gomes

Sumário: Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários - 1º Painel: Composição da Mesa - Registro de Presença - Exibição de Vídeo - Aviso Eleitoral - Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos - Palavras do Sr. Jorge Luis Nicolas Audy - Palavras do Sr. Ronaldo Tadêu Pena - Palavras da Sra. Marina Brandão Dutra - Palavras do Deputado Adelmo Carneiro Leão - 2º Painel: Composição da Mesa - Palavras do Sr. Ênio Duarte Pinto - Palavras do Sr. Wander Wilson Chaves - Palavras da Sra. Adriana Ferreira de Faria - Palavras do Sr. Daniel Diniz - Palavras do Sr. André Victor Barrence - Esclarecimentos sobre os Debates - Debates.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O presidente (deputado Ulysses Gomes) - Destina-se esta parte da reunião à realização do ciclo de debates Incubadoras e Parques Tecnológicos em Minas Gerais e Sua Contribuição para o Desenvolvimento Socioeconômico do Estado, que tem os seguintes objetivos: contextualizar o conceito de incubadoras e parques tecnológicos e as contribuições e os resultados desses ambientes de inovação para a sociedade; discutir estratégias e ações para a dinamização dos processos de geração de empreendimentos inovadores, intensivos em conhecimento, no âmbito das incubadoras de empresas; debater e propor políticas públicas de apoio e incentivo aos parques e incubadoras; debater o potencial de ampliação da capacidade de geração de empreendimentos inovadores; definir políticas de apoio e incentivo à atração de empreendimentos para os parques científico-tecnológicos de Minas Gerais; contribuir para a manutenção de um diálogo entre a ALMG e o movimento mineiro de parques e incubadoras.

1º Painel

Composição da Mesa

O presidente - A presidência convida a compor a Mesa para o 1º Painel o Exmo. Sr. Jorge Luis Nicolas Audy, pró-reitor de Pesquisa, Inovação e Desenvolvimento e professor titular da Faculdade de Informática da PUC-RS; a Exma. Sra. Marina Brandão Dutra, diretora de Fomento ao Empreendedorismo da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais; e os Exmos. Srs. Ronaldo Tadêu Pena, diretor-presidente do Parque Tecnológico de Belo Horizonte - BH-TEC; e deputado Adelmo Carneiro Leão, 3º-vice-presidente desta Casa.

Registro de Presença

O presidente - Quero cumprimentar todos que estão participando conosco neste momento, em especial os professores, as professoras, os companheiros militantes e os trabalhadores da educação do Estado, que vão acompanhar este ciclo de debates. Às 15h30min, eles irão participar de uma audiência pública na Comissão de Assuntos Municipais, quando vão debater a situação da Lei nº 100. Quero agradecer a presença de vocês. Quero dizer também que estamos durante todo o dia neste ciclo de debates com o setor de ciência, tecnologia e inovação do Estado de Minas Gerais. Queria aproveitar para registrar a presença do Prof. Evaldo Ferreira Vilela, diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação da Fapemig. Ele estaria conosco na palestra, de manhã, mas não pôde comparecer. Quero registrar sua presença agora e agradecer a ele, mais uma vez. Muito obrigado pela participação de todos.

Teremos dois painéis, vamos compor duas Mesas e, ao final, ouviremos sobre um *case* de uma experiência. Vamos acompanhar isso aqui. Gostaria de pedir a compreensão daqueles que nos acompanham da plateia. Estamos em um ciclo de debates democrático, aberto e transparente. Todos estão convidados a participar, mas peço que respeitem a participação dos convidados.

Exibição de Vídeo

O presidente - Exibiremos agora um vídeo institucional produzido pela TV Assembleia sobre o tema deste ciclo de debates.

- Procede-se à exibição do vídeo.

O presidente - Muito boa a apresentação. Quero agradecer a toda a equipe da TV Assembleia, a todos os técnicos que puderam propiciar essa coleta de informações e compartilhar, obviamente, os programas que antecederam este ciclo de debates. Essa é uma maneira de contribuir também para que o tema e as experiências sejam compartilhadas em toda Minas Gerais.

Aviso Eleitoral

O presidente - A presidência, tendo em vista a legislação em vigor, em especial a Resolução nº 23.390/2013, que dispõe sobre o calendário eleitoral de 2014, recomenda aos convidados e participantes de reuniões e eventos de qualquer natureza, promovidos por esta Casa, que evitem em seus pronunciamentos conteúdos que possam ser caracterizados como propaganda eleitoral.

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O presidente - Esclarecemos que após as exposições abriremos espaço para a apresentação de perguntas aos participantes da Mesa, por escrito ou oralmente, assim como foi feito na parte da manhã, e de outras enviadas pelo formulário disponível na internet, no portal da Assembleia Legislativa www.almg.gov.br.

Para melhor organizarmos o debate, os participantes poderão encaminhar suas perguntas por escrito, no formulário próprio que está sendo distribuído pela equipe de apoio. Aqueles que desejarem fazer sua intervenção oralmente devem especificar isso no formulário. Informamos que os telespectadores da TV Assembleia também poderão participar. Como eu disse, basta acessar o portal www.almg.gov.br, abrir o *link* com o formulário de participação e enviar sua contribuição.

A Assembleia Legislativa tem agora mais uma ferramenta para que o cidadão participe de suas atividades, o “Dê sua opinião sobre projetos em tramitação”. Por meio dela, todo cidadão pode acessar o portal da Assembleia e opinar sobre os projetos que estão em discussão. É muito fácil: você pode opinar sobre o projeto, mostrar se é a favor ou contra e ainda escrever seu comentário. Pode



também mostrar-se favorável ou contrário aos comentários feitos por outros cidadãos. Para dar sua opinião, acesse o portal www.almg.gov.br, clique em “Participe” e em “Dê sua opinião sobre projetos em tramitação”. Acesse, participe, comente. É uma oportunidade de ampliarmos a participação na Assembleia Legislativa.

Iniciaremos agora o painel “Povoamentos dos parques científico e tecnológico de Minas Gerais, empreendimentos, tipos e políticas de atração”. Com a palavra, o Sr. Jorge Luis Nicolas Audy.

Palavras do Sr. Jorge Luis Nicolas Audy

Boa tarde a todos e a todas. A nossa associação estará aqui com vocês. Eu agradeço a esta Casa o convite; agradeço a meus queridos amigos, ao reitor Renato Aquino e ao reitor Ronaldo Pena a honra de estar com eles discutindo essa temática aqui, em Minas Gerais. Vou falar um pouco sobre ambientes de inovação, e este vai ser o centro da minha fala, para depois discutirmos um pouco sobre isso.

Apresentando-me, eu atuo na PUC do Rio Grande do Sul, onde contamos com o Parque Científico e Tecnológico, o Tecnopuc, que hoje conta com 114 empresas instaladas e cerca de 6.250 funcionários.

Esse é um projeto que teve início em 2002, então estamos no 12º ano dessa trajetória. O contexto, quando falamos de parques científicos e tecnológicos, está muito associado ao que acontece hoje na sociedade, essa visão de sociedade do conhecimento, essa questão da globalização, dos mercados globais, de uma multiplicidade de políticas públicas. Acho que hoje, no País, o nosso maior dilema é alinhar esse conjunto de oportunidades e de políticas que são desenvolvidas por diversos ministérios, estados, cidades, com um grau de dispersão - eu acho - muito alto ainda.

Então, a consolidação de um sistema nacional de inovação parece ser uma coisa muito importante, mas faz parte do contexto em que vivemos; e uma nova economia, uma nova sociedade, essa sociedade do conhecimento também fortemente alicerçada nessa transformação da tecnociência, das diversas tecnologias. Todos esses quatro aspectos estão muito relacionados com a questão dos parques científicos e tecnológicos do nosso país.

Talvez o ponto de contexto que para mim sempre é o mais relevante e preocupante, como brasileiro, é o comportamento da nossa matriz de desenvolvimento. Os bons resultados que temos obtido, em termos de crescimento econômico nos anos anteriores - principalmente os recentes, mas anteriores - e até este momento, que colocam o Brasil entre a 7ª e a 8ª economia do mundo, estão muito alicerçados na indústria primária, na área agroindustrial, pecuária. Dizemos que a economia do meu estado, Rio Grande do Sul, é determinada pelas chuvas. Quando chove, a safra é boa, e a economia cresce; quando não chove, a safra é ruim, e a economia não cresce, diminui. É uma coisa que não faz tanto sentido para o século XXI. Não que não seja importante haver uma área primária robusta, mas, no século XXI, a economia não pode depender do comportamento das chuvas. Temos de abrir um leque, criar um *mix* de desenvolvimento diferente. E no Brasil, apesar do aumento dos investimentos em ciência, tecnologia, inovação e educação, há resultados na área científica muito favoráveis. Mas, como foi dito hoje pela manhã, do ponto de vista de transformação desse conhecimento em riqueza para o País, em crescimento econômico e social, há ainda um enorme desafio pela frente. Nesses últimos 20 anos, o Brasil atingiu a 11ª e 13ª posição em produção científica no mundo, mas em compensação, nesse mesmo período, continuamos sendo quase irrelevantes do ponto de vista de patentes em termos globais, em termos mundiais. Aí está o nosso grande desafio. Como mudar essa cesta que suporta o nosso processo de desenvolvimento, incorporando produtos e desenvolvimentos com alto valor agregado e alta intensidade tecnológica no nosso processo econômico?

Isso tem muito a ver com universidades no mundo inteiro. Não é só no Brasil que os principais parques tecnológicos estão ligados, direta ou indiretamente, a universidades, a maior parte dos casos diretamente. Os dois *cases* que tenho a felicidade de conhecer muito bem, que foram apresentados aqui, tanto o BH-TEC quanto o de Itajubá, na Unifei, estão ligados a universidades. No meu estado todos os parques científicos e tecnológicos estão ligados a universidades. São 14, sendo 3 em operação e 11 em projetos, todos ligados a universidades. Isso é um movimento na área acadêmica mundial desde da década de 1950: no pós-guerra, nos Estados Unidos, com Stanford, que foi a grande referência naquela época e é até hoje - o Vale do Silício; na década de 1950, Estados Unidos; na década de 1970, Inglaterra, Europa Ocidental; nas décadas de 1980 e 1990, Ásia; e, na América Latina, bem mais recente, praticamente neste século, do ponto de vista de operações de maior porte, já no início dos anos 2000. Falta ainda a África nesse movimento.

Para mim, o conceito mais importante de inovar não é ter uma boa ideia; inovar é fazer acontecer. Inovar é fazer, realizar, é um processo de realização. Não é um processo somente de reflexão, de identificar oportunidades. É isso, mas é mais; é fazer, executar, é ação.

Esse é um conceito muito importante. Gosto muito desse trabalho, que é da Inglaterra. O Reino Unido desenvolveu esse estudo em 2003. Há uma definição que acho muito legal, que é a de inovação como sendo a exploração, a realização, com sucesso, de novas ideias num determinado contexto. Ou seja, o que pode ser inovador aqui, em Belo Horizonte, pode não ser em Israel, na Alemanha ou na Malásia. A inovação também é contextual, ocorre num determinado local. Há inovação incremental, disruptiva - não entrarei nessa diferenciação. Ela tem uma série de fatores críticos de sucesso relevantes. Inovação é uma estratégia, não é uma ação para resolver um problema. Ela requer um ambiente favorável, gente capacitada, criatividade. Lida com incertezas sempre e envolve riscos sempre.

Usarei um desenho. O nosso grande desafio no País é esse. Aprendemos a fazer o arco de cima, que é transformar recursos, ou seja, dinheiro - digamos assim - por meio de pesquisa em conhecimento. Somos hoje o 11º ou 13º país do mundo em produção de artigos indexados. O que ainda não aprendemos a fazer é o arco de baixo. Como pegamos o conhecimento que estamos gerando, oriundo de um enorme investimento, que não é do governo, mas da sociedade brasileira, nas universidades, nos centros de pesquisa e assim por diante? Como transformamos esse conhecimento naquele arco de baixo em riqueza para a Nação? Isso é inovação. Esse é o nosso desafio.

O desafio da inovação é o de ambiente. No meu ponto de vista, o que vocês estão discutindo aqui é realmente a questão de ambientes. Como criar ambientes que permitem o surgimento e o florescimento de novos negócios, de uma nova economia e de um ambiente onde se consiga transformar ciência em negócio e riqueza para o crescimento do País?

Indico sempre esse livro porque o considero muito legal. Desculpem-me, mas é um livro de aeroporto. Comprei-o numa banquinha num aeroporto dos EUA, quando perdi um voo alguns anos atrás. É um legítimo livro de aeroporto, do Gladwell, que se chama



Outliers. Depois saiu uma versão em português com o título *Fora de série*. Ele pega alguns *cases* interessantes desde os Beatles, as coisas tradicionais da área de tecnologia, Google, Steve Jobs, Bill Gates, times de futebol e assim por diante. O livro basicamente fala, por exemplo, que os Beatles não surgiram em Liverpool, na década de 1960, por acaso. Isso não foi obra do acaso, mas foi fruto de um ecossistema, de um ambiente que se criou nos anos de 1960, na Inglaterra, em Liverpool, que fez com que surgissem os Beatles. Da mesma forma, essas pessoas e empresas que transformaram o nosso estilo de vida no mundo todo - as Googles e Facebooks da vida - são frutos de ecossistemas, de ambiente. Não é um cara iluminado que transformou aquilo lá, mas um cara iluminado, com capacidade e talento, sim. Mas não há a menor dúvida de que temos aqui gente com o mesmo nível de talento desses caras lá fora. O que ainda não conseguimos construir aqui são os ambientes para esses caras usarem o seu potencial na plenitude, a fim de transformar a realidade na qual vivemos num patamar muito mais forte do que acontece hoje.

Entra aí o papel da universidade, que, por si só, é um ambiente de inovação. O problema é que é um ambiente potencial, ou seja, não se transforma num ambiente de criação de empresas de *startup*. O Facebook foi desenvolvido, em Harvard, e a Google, na disciplina daqueles professores de Stanford. Stanford e Harvard são ambientes potenciais de inovação, assim como a Universidade Federal de Minas Gerais, a de Itajubá, a do Rio de Janeiro, a Unicamp ou a USP. O problema é que entre ser o potencial e transformar isso em realidade há uma diferença e muito trabalho. No exterior, o que algumas dessas universidades conseguiram foi criar, associada ao seu potencial, uma capacidade de dar vazão aos talentos e às novas ideias que surgem ali dentro e, a partir daí, empreenderem e desenvolverem essas empresas. Muitas delas transformaram o mundo onde vivemos. Por isso um brasileiro vai para os EUA e cria o Instagram, uma empresa de US\$1.000.000.000,00. Por que não a criou aqui? Na verdade, é o mesmo cara com as mesmas ideias e a mesma tecnologia. Só que ainda temos o ambiente para que isso aconteça. Por isso esses caras daqui vão para lá. O lado bom é que não são só os nossos caras que vão para lá, mas também os da China, da Ásia, África. Então, é a força do ambiente.

Essa questão dos ambientes vem de uma trajetória, desde o triângulo de Sabato, que é o primeiro cara que falou sobre integrar empresa, universidade e governo, até a famosa tripla hélice, do Etzkowitz, que é uma espécie de triângulo de Sabato em movimento, dinâmico - universidade, empresa e governo - e há abordagens mais recentes. Gosto muito dessa do Victor Hwang, que é chamada ecossistemas de inovação, que são esses ambientes sobre os quais estamos falando. Um parque científico-tecnológico, uma incubadora, para se transformar num ambiente de transformação e inovação precisa de gente com talento, capacidade, novas ideias e dinheiro, para que o cara do Instagram não saia do Brasil e vá fazer isso lá. Na verdade, lá conseguirá capital de risco para construir sua empresa e fazer o que ele fez.

Essa visão desses ambientes, só para ficar nos que foram citados naquele vídeo de vocês, no meu ponto de vista, no BH-TEC e no parque de Itajubá, o que temos é um potencial fantástico de transformar esses ambientes de inovação no que está aí na frente de vocês: plataformas regionais para compartilhar conhecimento e oportunidades.

Isso é a base da nova economia, que transformou o mundo nas últimas décadas. Não vai transformar o mundo, já o transformou. Somos fruto dessa transformação de coisas que surgiram nesses ambientes, desde o Google, o Facebook até o... No almoço hoje comi, no restaurante aqui atrás, tomate-cereja. Cada vez que como esse tomatinho em BH ou em Porto Alegre, tem um cara, uma universidade em Israel, a universidade hebraica, recebendo *royalties* do Cultivar que desenvolveram há décadas. No mundo inteiro são utilizados. Sem falar nos medicamentos que muitos de nós tomamos, e assim por diante.

Então essa visão de floresta tropical, a base dessa visão de ecossistema é a construção de florestas tropicais. Tenho de ter um monte de gente diferente e junta nesses ambientes. Não é o modelo da esquerda, das plantações, tudo... Incubadora só tem cara incubado, está em um prédio. Empresa de grande porte está no distrito de não sei das quantas, empresa nacional está não sei onde, empresa da área X está não sei onde, da área Y está não sei o quê. Isso já era. O que se espera hoje é diversidade em tudo: na vida, na sociedade, na criação desses ambientes.

A metáfora da floresta tropical é isso, é ter isso no mesmo ambiente, dentro da *startup* dos guris e das gurias que saíram das universidades ou que estão estudando até as grandes operações de P&D das multinacionais que têm operação dentro do parque de vocês. Tenho de ter ao lado os caras do Google com os guris das *startups* que tenho lá dentro, com as empresas nacionais de pequeno e médio portes, o pessoal da saúde, da tecnologia de informação, fármacos, energia. Essa diversidade é que gera riqueza. Essa questão de inovação nesses ambientes vem evoluindo de uma inovação em produto, desenvolvimento de produtos novos, para uma inovação em modelo de negócios. Vejam o que fazemos pela internet hoje. Fazemos de tudo, compras, viagem, enfim, tudo.

Olhem o que está acontecendo hoje. É essa terceira fase, a chamada inovação cultural, essa visão de mudar cultura das regiões, dos países, do mundo que a gente vive, a importância das equipes, das pessoas, a ação, a noção de risco, a visão de cultura, a transformação de futuro. Há determinadas coisas que a gente faz que muda uma região, que muda uma cidade. Se vocês forem a Recife visitar a Recife antiga, a região onde está o porto digital, verão. Aquilo transformou a cidade.

A questão da liderança, do servir e de inspirar. Sobre a educação, sem ela não há nada disso que estamos falando. A evolução dos parques científico-tecnológicos está saindo de dentro da universidade, de uma visão de desenvolvimento de tecnologia e de empurrar para o mercado, para uma visão de ver o que o mercado está buscando de tecnologia a ser desenvolvida para a visão que temos hoje de cidades inteligentes, de *clusters*, de ambientes que transformam a cidade em que a gente vive. A partir da experiência de um parque tecnológico, em um canto da cidade, em outro canto, em uma região, isso termina criando um ecossistema novo no ambiente, são esses *clusters* de inovação, essas cidades. Hoje lemos muito sobre *living labs*. É aplicar o que a gente precisa, o que estuda na universidade, nas cidades. São as intervenções urbanas, elevações abertas, e assim por diante.

Finalmente, sobre os fatores críticos de sucesso, para fazer o fechamento. É uma série de elementos importantes para esses processos, para a criação desses ambientes de inovação, que vêm desde as parcerias universidade-empresa, o acesso à capital para alavancar os negócios, a questão da atualização da gestão dos parques tecnológicos, a oferta de serviços nesses ambientes, as conexões globais. Os sistemas de incubação e aceleração são absolutamente centrais. É a oportunidade de usarmos essa nossa gurizada com potencial enorme nos colégios e nas universidades e de criar emprego, renda e novas oportunidades.



Articulação com os diversos níveis de governo. Precisamos estar muito articulados com os níveis municipais, estaduais e federais. As questões sobre políticas públicas, marco legal e atração de investimentos que foram tratadas hoje, de manhã, aqui, são muito importantes, ou seja, criar ambientes e vencer obstáculos.

Para concluir, deixo três aspectos para reflexão. Um de Ortega y Gasset, que tem uma frase famosa há quase cem anos: “Eu sou eu mais minha circunstância”. Ambientes de inovação, parques científicos e tecnológicos: cada um é uma realidade. A realidade de Itajubá, com uma enorme concentração e uma competência na área de energia; de Viçosa, acredito eu, na área de agronegócios; de Porto Alegre, nas áreas de saúde e de tecnologia da informação; de Recife, no porto digital, da indústria criativa; e assim por diante, têm muito a ver com esse casamento da ação de inovação, de transformação de uma região com a realidade local, as vocações e a tradição. Gosto muito deste desenho porque representa isso. Parque científico e tecnológico, incubadora, ambientes de inovação, enfim, todos eles são uma bolinha, mas cada um tem a sua cara. Não adianta criar uma delegação, olhar o Vale do Silício, ver o que eles fazem lá e aplicar aqui. Não vai funcionar. Não adianta eu me sentar com o Ronaldo, ver a sua experiência exitosa no BH-TEC e querer levar para Porto Alegre. Não vai funcionar. Não adianta ir a Porto Alegre, pegar a experiência do Tecnopuc e trazer para, sei lá, para o Pará. Não vai funcionar porque, apesar de todos sermos uma bolinha, cada um tem a sua cor e cada um tem de respeitar aquilo que Ortega y Gasset dizia: a sua circunstância.

Finalmente, para encerrar os últimos 2 minutos que ainda tenho, há mais ou menos um mês tivemos uma reunião na Rússia, em Moscou, sobre parques científicos e tecnológicos da realidade, da operação deles. Eu estou na presidência da Associação Latino-Americana de Parques Científicos e Tecnológicos e fiz uma apresentação do cenário latino-americano. Achei muito interessante uma das conclusões a que se chegou nas discussões. O presidente da Iasp Asia, que se chama Herbert Chen, fez uma brincadeira, uma correlação, quando estava na Rússia, com o romance *Anna Karenina*. Acho que todos vocês conhecem o livro ou o filme, ou já devem tê-los visto, que dizem uma frase que é bem famosa. Quando lemos esse livro, o que mais nos marca é a frase do primeiro parágrafo: “Todas as famílias felizes são iguais. As infelizes o são cada uma a sua maneira”. Ou seja, quando temos uma experiência de sucesso num ambiente de inovação, é assim também. Todos têm a mesma justificativa: a relação com o poder público, a competência da universidade, isso, aquilo ou aquele outro. Todo mundo conhece as razões de sucesso. O que realmente diferencia os ambientes são aqueles que não tiveram sucesso ou que têm mais dificuldades. Aí varia muito a razão, ou seja, cada um à sua maneira. As famílias infelizes o são cada uma a sua maneira.

Aprendemos muito mais vendo as experiências que não deram certo nesses ambientes ao longo do mundo do que vendo as que deram certo, porque estas últimas são muito parecidas sob o ponto de vista conceitual. O que temos de aprender mesmo é saltar obstáculos, construir um ambiente de inovação, com o foco de desenvolvimento de transformar uma sociedade. É uma corrida de obstáculos. Temos de aprender com aqueles que já fizeram essa corrida, e alguns não conseguiram vencer esses obstáculos. Esses obstáculos podem ser desde o marco legal até questões concorrenciais como falta de recurso, de apoio político, econômico e assim por diante. Essa noção de que aprendemos com o que dá certo e com o que não dá é muito importante para construção desses ambientes. Antes de mais nada, esses ambientes são um exercício de vencer obstáculos, tendo em mente uma visão de futuro melhor, que melhora a qualidade de vida, a realidade da gente e do povo da região onde vivemos. Muito obrigado pela oportunidade.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

O presidente - Muito obrigado, Prof. Jorge. Com a palavra, o Sr. Ronaldo Tadêu Pena.

Palavras do Sr. Ronaldo Tadêu Pena

Boa tarde. Quero agradecer à Assembleia o convite e ao Prof. Renato, que é a alma desse projeto, por propiciar esta oportunidade de nos encontrarmos neste ambiente e falar sobre as questões relativas ao parque tecnológico. O parque de Belo Horizonte fez 2 anos em maio último, e quero apresentar um pequeno vídeo de 3 minutos, feito com os empresários do parque.

- Procede-se à exibição do vídeo.

O Sr. Ronaldo Tadêu Pena - Os meus outros 15 minutos usarei para fazer uma apresentação sobre o parque, sobre o momento que vivemos no BH-TEC. Além de apresentar o BH-TEC, falarei rapidamente sobre algumas políticas de incentivo e atração de empreendimentos. Também citarei alguns fatos normalmente relacionados a impostos e a isenções em algumas outras localidades no Brasil.

O BH-TEC é um empreendimento destinado a abrigar empresas dedicadas a investigar e produzir novas tecnologias, centros públicos e privados de pesquisa de desenvolvimento e serviços de apoio às atividades tecnológicas. O BH-TEC é uma associação da UFMG, da Prefeitura de Belo Horizonte, do governo de Minas, do Sebrae-MG e da Fiemg. Temos contado com o apoio constante tanto da Fapemig quanto da Finep, além dos próprios parceiros.

Quanto ao modelo de governança, temos uma assembleia geral, constituída dos cinco líderes dos cinco parceiros, ou seja, prefeito, governador, reitor, presidente da Fiemg e presidente do Sebrae. Há ainda um conselho de administração, constituído de representantes dessas instituições, um conselho técnico-científico que avalia cada empresa que se propõe a estar no parque, um conselho fiscal e a diretoria executiva, que faz o dia a dia do parque.

Temos aqui a localização do parque. Há o câmpus da universidade, na Avenida Catalão ou Presidente Carlos Luz. O parque está entre o Anel Rodoviário, a Avenida Catalão e a Rua Professor José Vieira de Mendonça, próxima ao prédio da Usiminas, que é muito marcante naquela região.

Essa é a vista do terreno, em dezembro de 2006, quando a urbanização foi concluída. Era um lote sem uso pela universidade. Ele surgiu do corte feito pela Avenida Catalão para ligar o Mineirão à cidade. Esse lote ficou separado do resto do câmpus da UFMG. Só aproximadamente em 2003, 2004, esse lote foi colocado à disposição, num modelo bastante interessante, em que a UFMG cede o terreno por 30 anos. Cada prédio lá construído é propriedade da UFMG. Quem constrói o prédio pode ali operar por 30 anos. Após esse período, quem construiu o prédio dele sai, e a universidade passa a ocupar o lugar desse empreendedor ou da empresa empreendedora imobiliária.



Em maio de 2014, já tivemos esse prédio. Essa foto mostra automóveis estacionados lá. Hoje, nesse prédio, trabalham 250 pessoas, de 16 empresas, em um centro de tecnologia da universidade. A própria equipe do parque também trabalha lá. O prédio foi construído pelo governo do Estado, pelo departamento de obras de Minas Gerais, o Deop. O investimento foi de R\$28.300.000,00. A área construída, que é de 8.000m², foi inaugurada em maio de 2012. O espaço ocupado pelas empresas é de aproximadamente 2.500m². Há ainda algumas instalações de uso comum pelas empresas.

Essas são as empresas que estão no parque, empresas de várias áreas. Como sabemos, nossa região tem predominância de empresas da área de TI, de biotecnologia, de eletrônica, de elétrica e de automação industrial. São esses três grupos aí de baixo. Todavia existem também empresas de outras áreas.

Há um aspecto importante, sobretudo para a Assembleia, para tomadores de decisão. Refiro-me ao conhecimento dos resultados. Em 2013, as 16 empresas do PAC lançaram 21 novos produtos ou serviços e 8 novos processos. Eles faturaram R\$74.000.000,00, investiram R\$7.300.000,00 em pesquisa e em desenvolvimento, mantiveram 250 pessoas no parque e pagaram R\$10.600.000,00 em impostos. Importaram R\$7.900.000,00 e venderam no exterior R\$1.600.000,00. Obtiveram 15 prêmios e conquistas, fizeram dois pedidos de patentes, e uma das empresas teve uma patente concedida. Acho que são resultados bastante importantes, quando vemos que o investimento feito lá foi três vezes menos do que se pagou de impostos num ano de funcionamento, sem contar, claro, o salário das pessoas, que também é gasto na região. Talvez esse ponto de vista não seja o mais importante, mas até esse ponto de vista é interessante, é um investimento para o setor público participar desse tipo de empreendimento. Isso é o que pretendemos ter para daqui a 20 anos.

Ali, bem à direita, esse amarelo, temos o prédio construído lá. Os outros pontos correspondem ao plano diretor, ao *master plan*, que pretendemos implantar no parque. Aí é uma outra vista desse plano diretor. Quais os benefícios de estar num parque como o BH-TEC? Há um apoio ao desenvolvimento de negócios inovadores de base tecnológica. Existe o acesso das empresas às universidades, aos centros de pesquisa e ao crédito. Está aí o próprio TEC do BDMG, a Fapemig, a disseminação de oportunidade, a promoção de eventos e a possibilidade de relacionamento na área. Existem também incentivos fiscais. Por exemplo, para o prédio da universidade não se cobra IPTU. Existe também, por parte da Prefeitura de Belo Horizonte, uma redução de ISS, infraestrutura compartilhada, serviços condominiais compartilhados, contratos coletivos de serviços, internet, correios, etc. Há também um restaurante que serve às empresas. A ideia de participação no BH-TEC é a locação de áreas nesse edifício, que é o primeiro multiusuário. Lá não temos exatamente espaço para mais empresas. Todo o espaço é ocupado, mas existe e continua existindo demandas. Enquanto não tínhamos outro prédio, tivemos a ideia de criar uma categoria de empresa associada não residente. Ela pode usar as áreas comuns, pode usar o endereço do parque, mas não está no parque efetivamente, porque não tem espaço. Uma outra forma é a cessão de terrenos para projetos ou instituições-chave. Assim, o Centro de Pesquisas René Rachou, da Fiocruz, que hoje está no Barro Preto, vai ser transferido para o parque. Eles já estão fazendo pesquisas geotécnicas para poder confeccionar o projeto e construir um prédio lá. Há também o Centro de Tecnologia em Nanotubos de Carbono, que é um projeto da UFMG. Esse grupo, apoiado pelo BNDES, pela Petrobras e pela InterCement, também está com projeto de um prédio dentro do parque, específico para eles.

A questão é o próximo, que é exatamente a presença de um empreendedor imobiliário privado, que faria construção com seus próprios recursos, operaria o prédio por 30 anos e depois sairia. Esse seria um negócio novo no nosso país, mas ainda não estamos conseguindo dar esse passo. O conselho do parque trabalha muito nisso. Nós, da Diretoria Executiva, estamos buscando contato, mas ainda não conseguimos dar esse passo, que é essencial porque o parque não pode ficar como está, com apenas um prédio. Na realidade, existe espaço para mais 12 prédios, e isso está no projeto do plano diretor do parque.

Pensando em algumas políticas de incentivo, basicamente a ocupação de parque tecnológico pode se dar por criação de novas empresas, as chamadas *startups*. São empresas que saem de incubadoras, que vão ao parque e precisam de fomento para esse tipo de empreendedorismo de base tecnológica. Um outro tipo de ocupação é com os novos negócios e a expansão de residentes. Quer dizer, a empresa já está lá - isso tem acontecido, inclusive, em nosso parque - vai se expandir, portanto, precisa de mais espaço. Então, essa é outra forma de ocupação do parque, que normalmente precisa de incentivos creditícios, flexibilidade e, obviamente, confiança no projeto. Finalmente, a realocação, ou seja, uma empresa que está em outro local. É o caso, por exemplo, do escritório de engenharia do Google aqui, em Belo Horizonte, que teria o interesse de ir ao parque desde que se tenha lá um prédio construído. Não há interesse de essa empresa construir. Ela quer usar um espaço e pagar aluguel por ele. Então, trata-se de uma outra forma.

Vemos que isso poderia ser feito no Município de Belo Horizonte, desde que consideremos que esse é um caminho de desenvolvimento. Hoje os economistas reconhecem que o desenvolvimento econômico de uma região tem de ser baseado em inovação tecnológica. Quer dizer, uma empresa não pode pensar sempre em fabricar o mesmo produto sem fazer nenhuma melhoria nele, sem apresentar algo novo. Também uma coisa reconhecida é que a convivência em um parque acelera a inovação. Então, se isso é bem compreendido em Belo Horizonte, entendo que tanto no âmbito municipal e estadual quanto no governo federal haverá essa compreensão. É preciso facilitar para que isso ocorra. A prefeitura tem o Proemp, com uma redução do ISSQN para 2% - parece-me que agora serão 3% - por um período de seis a oito anos. Outro caminho é o diferimento de ISSQN por determinado período.

Existe também isenção de IPTU em função da propriedade do terreno e da propriedade dos imóveis que lá estão ou que serão construídos - imóveis da UFMG, que não pagam IPTU. No caso de Curitiba e Salvador, houve uma redução de ISSQN para 2% por tempo indeterminado. É importante compreendermos que quanto mais incentivo houver por parte de qualquer cidade será bom para o País. Porém, quando se pensa em uma cidade em relação a outra que oferece melhores condições, perde-se aquele empreendimento. No caso do Estado de Minas Gerais, poderia ser pensada uma redução ou isenção de ICMS. Há empresas que desenvolveriam seu trabalho nos parques do Estado. No caso de Belo Horizonte, sugerimos redução de ISSQN para 2%, inclusive sobre os serviços de construção no parque. É preciso compreender que o recurso para construir vem do governo federal através da Finep ou é um recurso do próprio empreendedor privado. Então, se você reduz os impostos que ele vai pagar, você torna o negócio mais atrativo e, evidentemente, isso vai repercutir na chegada de empresas àquele parque. Essa é uma coisa que se faz mundo afora.



No caso do Estado de Minas Gerais, sugerimos redução ou isenção de ICMS para insumos na construção. Redução do ICMS sobre *utilities* - isso é uma coisa que algumas cidades fazem -, o diferimento do ICMS na importação de bens que vêm do exterior e a utilização de crédito acumulado de ICMS. No caso do Brasil, poderia se pensar também em redução de PIS ou Cofins sobre insumos e serviços em construção de parques. Pode-se pensar no conjunto de parques do Brasil, nos que tinham imóveis, por exemplo, o próprio caso do Tecnopuc, que está ao lado da PUC de Porto Alegre. Lá havia prédios que foram desativados - parece-me que era um quartel do Exército. A PUC adquiriu esses imóveis e foram colocadas empresas ali. É o mesmo que acontece no caso de Recife. Havia uma área muito degradada e resolveram recuperá-la - é o Recife antigo -, fazendo o Porto Digital. Ora, em parques que não têm esses imóveis, apenas um terreno, a grande luta é a construção. É preciso que seja facilitado esse passo para que o parque se realize da melhor maneira possível para todos.

Apenas para dar exemplo: no caso da Bahia, fizeram um diferimento de ICMS na entrada decorrente de importação de bens e materiais necessários às atividades de inovação, redução de carga tributária efetiva na utilização de serviços de telecomunicações. Existe um programa na Bahia que paga bolsas bem mais altas que o CNPq e que a Fapemig. É claro que a Bahia precisa fazer uma atração mais forte de pessoas formadas, porque lá ainda não se forma grande quantidade de doutores como aqui, em São Paulo e em Porto Alegre. Eles precisam ter um atrativo maior, por isso há bolsas com valores significativamente mais altos.

O Sistema Paulista de Ambientes de Inovação tem um crédito acumulado de ICMS. No Porto Digital de Recife, passaram o ICMS de 17% para até 1%. Todas são vantagens que atraem as empresas que já existem, mas tem também o aspecto de facilitar a vida da empresa que está começando e que não aguenta ainda lidar com um volume de custos.

Fechando, queria mostrar alguma coisa sobre o *ranking* de gestão e competitividade, o que me preocupou um pouco quando vi. Isso foi elaborado pelo Centro de Liderança Pública. Na realidade, eles encomendam isso da revista *The Economist*, da Inglaterra. Vemos com preocupação. Aí está 2011, 2012 e 2013. Houve um mergulho de Minas Gerais de 3º lugar, após São Paulo e Rio, para 6º lugar. Subiram o Paraná e Santa Catarina, e manteve-se o Rio Grande do Sul.

Acho que essa questão merece um estudo. O que aconteceu? Os números dessa tabela foram retirados do *site* do Centro de Liderança Pública. Vê-se que Minas Gerais manteve-se muito bem no que se refere a questões ambientais, obteve nota 100 - está no meio e continuou em 1º lugar -, mas, em todos os outros itens, demos uma piorada. Precisamos entender o que é isso. Quer dizer, temos uma grande concertação entre estado, município e governo federal. Há muita gente de boa vontade, dedicada, trabalhando no sistema. É interessante vermos o que é isso, o que aconteceu, se isso é válido mesmo. Esse *ranking* é elaborado pela unidade de inteligência do grupo *The Economist* e patrocinado por esse centro de liderança pública. O objetivo é ajudar a balizar administradores públicos para que se promovam as reformas necessárias para atrair investimentos estrangeiros e nacionais. O *ranking* apresenta um modelo de pontuação dinâmico, construído a partir de 26 indicadores que medem atributos específicos num ambiente operacional de negócios. Não posso assinar por esse *ranking* - li isso na internet, vi nos jornais -, mas ele me parece sério. Ele precisa ser estudado por nós para entendermos o que pode ter ocorrido para a redução da classificação de Minas Gerais.

Conclusões. É importante mostrar essas sete conclusões. O BH-TEC é um empreendimento que conta com apoio firme e continuado da UFMG, do governo do Estado, da Prefeitura, da Fiemg e do Sebrae. Reafirmando, o desenvolvimento econômico sustentável tem de ser baseado em inovação, e os parques aceleram-na. É importante dizer que em Minas Gerais - não é uma coisa que está igualmente espalhada no País -, temos todas as condições de progredirmos economicamente, de forma rápida. Na sociedade do conhecimento, o difícil, o caro, o demorado é a capacitação para a geração de conhecimento. Isso nós já temos e leva tempo.

Estou vendo na plateia um jovem físico de grande valor, o Prof. Gilberto. Para se ter o Prof. Gilberto, precisa-se de um Prof. Marcos Pimenta. Para se ter o Prof. Marcos Pimenta, precisa-se de um Prof. Ramayana Gazzinelli. Para se ter o Prof. Ramayana Gazzinelli, precisa-se de um Prof. Francisco Magalhães Gomes. Isso leva 60 anos. Não tem jeito, não tem como acelerar isso. Isso é caro e nós já o temos. Precisamos das condições para fazer essa competência virar desenvolvimento econômico.

Entendo que uma postura mais agressiva, visando a uma maior competitividade, passa obrigatoriamente por esta Casa do povo mineiro, a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Desenvolvimento econômico tem de ser política de Estado com a participação de todos, do cidadão, dos deputados, do Legislativo e do Executivo. Muito obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

O presidente - Muito obrigado, Prof. Ronaldo Tadêu Pena. Dando sequência, com a palavra, a Sra. Marina Brandão Dutra.

Palavras da Sra. Marina Brandão Dutra

Obrigada. Boa tarde a todos e a todas. Gostaria de cumprimentar o Jorge, o Ronaldo e todos que organizaram este evento. Antes de ser um momento em que posso falar um pouquinho sobre as iniciativas do Estado, é uma grande oportunidade de conhecimento das questões da inovação que precisam ser discutidas. É sempre muito oportuno este momento de reflexão, esta oportunidade de aprender.

A Diretoria de Empreendedorismo que dirijo na Secretaria de Desenvolvimento Econômico é recente, foi criada na última reforma administrativa, realizada no final do ano, e revela um pouco a preocupação com a questão da inovação e do empreendedorismo. Há pouco tempo, estou como diretora, mas um dos trabalhos iniciais foi, coincidentemente, a aproximação, a tentativa de se estudar e compreender um pouco mais a dinâmica de funcionamento dos ambientes de inovação, com visita a algumas incubadoras. Estamos planejando visitar alguns parques para entendê-los e nos aproximarmos deles.

Este debate é muito oportuno para entendermos o assunto e contribuirmos com o estudo que está sendo desenvolvido. A atividade de ciência, tecnologia e inovação é cada vez mais relevante para o desenvolvimento econômico, que tem crescido em importância. Isso é um pouco do reflexo da forma como o mundo tem se dado. É muito fácil notar que as mudanças que vivemos no nosso cotidiano estão acontecendo de forma cada vez mais rápida. É preciso saber investir em inovação, saber como acompanhar esse mercado. Há muito tempo, investir em inovação deixou de ser uma estratégia diferencial, de destaque competitivo. Hoje, pensar em inovação e tentar ver essas questões é uma necessidade de sobrevivência. Quem não consegue acompanhar essas tendências de mercado vai ficar fora. É por isso que o Estado precisa dar atenção e pensar na promoção do desenvolvimento econômico.



Como o Jorge mencionou na apresentação dele, nosso grande desafio é converter essa produção de conhecimento, a produção científica em produto de alto valor agregado para as empresas. Em Minas Gerais já temos resultados efetivos, mas, para aplicar isso no mercado, ainda não temos a velocidade que desejamos. Ainda precisamos melhorar. Quando conseguirmos fazer esse relacionamento, esse fluxo funcionar de uma maneira melhor, com certeza isso traz resultados para a competitividade das empresas, o que significa mais empregos de maior qualidade, tornando-se, logo, bem-estar social.

É nesse contexto que revelamos a importância dos parques tecnológicos, que é esse ambiente de desenvolvimento, um *habitat* de inovação propício e que funciona como abrigo para essas empresas de alto valor agregado, que tenta promover a integração entre desenvolvimento científico e a produção. É um ambiente que reúne esses atores importantes para a inovação e favorece a interação entre eles.

Quem são esses atores mais importantes para a questão da inovação? Começa-se, inicialmente, pelas universidades, que precisam comercializar os resultados das suas pesquisas, o que é importante para a própria fonte de recursos delas, além de terem o interesse de ampliar mercado para os seus pesquisadores e estudantes. Por outro lado, os empresários querem utilizar os resultados das atividades acadêmicas de forma a potencializar o investimento em pesquisa e desenvolvimento que fazem em seus negócios, querem pegar esse conhecimento e aplicá-lo na empresa. Isso é uma forma de potencializar o retorno financeiro.

Temos ainda outros atores importantes para a inovação, que são os agentes financeiros, que querem investir em empresas de base tecnológica porque enxergam nisso uma forma de terem alto crescimento, de terem retorno financeiro mais rápido.

Para finalizar, um outro ator relevante nesse investimento dos parques é o próprio governo e as agências de desenvolvimento, que têm o dever de apoiar as atividades inovadoras como uma forma de potencializar a economia, gerar empregos e revitalizar regiões. É uma política de desenvolvimento local também. Então, pensando nesses atores, nesses interesses, a criação de um parque tecnológico favorece integrar e fazer com que esses atores realizem, cheguem, alcancem esses interesses objetivos.

Em resumo, por que investir em parques tecnológicos? Há o lado do desenvolvimento tecnológico, que facilita a integração dos atores. Isso não só acontece entre a empresa e a universidade, mas também é um ambiente para integrar pequenas a grandes empresas. De outro lado, como mencionei, também é uma política de desenvolvimento urbano porque isso atrai negócios para a região, tornando-se uma fonte de desenvolvimento econômico e sustentabilidade para as regiões onde são implantadas.

A missão dos parques tecnológicos é prover inteligência à infraestrutura e os serviços necessários para esses atores de inovação e, dessa forma, alcançar o crescimento e o fortalecimento das empresas. O que o Estado tem feito para alcançar essas questões? O governo de Minas já tem uma política de investir em parques tecnológicos. Hoje em Minas Gerais já há três parques implantados, e todos contaram com investimento do Estado. O primeiro implantado em Minas foi o de Viçosa, em 2011. Ainda não tem tanto tempo assim, é um movimento relativamente recente.

No parque de Viçosa foram investidos em torno de R\$13.000.000,00, dos quais o governo de Minas aportou cerca de R\$7.000.000,00. Hoje Viçosa já tem seis empresas residentes, além das incubadas. Isso tem gerado um faturamento das empresas instaladas por lá de cerca de R\$1.300.000,00 por ano.

Além desse parque, há o BH-TEC, e o Ronaldo já fez uma grande exposição para termos ideia. O BH-TEC, comparado aos outros, recebeu um volume de investimento maior. Foi um investimento volumoso, da ordem de R\$70.000.000,00, dos quais o governo de Minas apoiou com cerca de R\$30.000.000,00. Hoje o faturamento das empresas instaladas nesse parque supera o valor investido. Isso mostra e reforça como essa política tem resultado.

O terceiro parque em funcionamento em Minas Gerais é o de Itajubá. Foram investidos até 2013 cerca de 25 milhões, dos quais 12 milhões do governo do Estado. Em implantação, ou seja, já previstos, temos o parque de Juiz de Fora, que o governo está apoiando com 24 milhões; o parque tecnológico de Lavras, que o governo está apoiando com 1 milhão; e o parque tecnológico de Uberaba, com investimento de 14 milhões do Estado. Portanto, temos três parques já implantados e ainda há vários em estudo de viabilidade. Os parques que estão em estudo de viabilidade são os de Montes Claros, Diamantina, Teófilo Ottoni, Inhotim, Araxá, Alto Paraopeba e São João del-Rei.

É um movimento relativamente recente, mas já é possível ver resultados. O governo tem tentado apoiar a implantação, acompanhando principalmente a edificação. Os principais investimentos do governo de Minas são feitos na construção da infraestrutura desses parques. Além do apoio através do investimento direto, o governo também tem algumas políticas de apoio complementar.

Conforme o Ronaldo citou, em parceria com o BDMG e com a Fapemig, existe o Programa de Apoio às Empresas em Parques Tecnológicos - Proptec -, linha de financiamento para empresas. Não é para infraestrutura do parque, é uma linha voltada para empresas. Podem ser financiados até 2 milhões por empresa. A utilização desse recurso é para implantação, ampliação e modernização das empresas localizadas em parques apoiados pelo Estado.

Além disso, existem outras ferramentas e políticas de apoio à inovação que não foram desenhadas especificamente para parques tecnológicos, mas, obviamente, as empresas instaladas nesses parques podem desfrutar e são grandes alvos. A Secretaria de Ciência e Tecnologia tem vários programas, como o Programa de Incentivo à Inovação, que também favorece a relação universidade-mercado, tentando fazer um programa de transferência de tecnologia. A Fapemig sempre lança editais com foco na inovação. Empresas de bases tecnológicas já dispõem de benefícios fiscais. O Ronaldo explorou isso um pouco. No que se refere ao ICMS, o governo também não tem nenhuma política definida, mas as empresas instaladas em parques de TI costumam ter isenção de ISS. Também pela política do governo federal, elas contam com algumas isenções ou reduções. Existe também uma linha do BDMG, a Pro-Inovação, que é voltada às empresas inovadoras, além da Lei do Bem e da Lei de Inovação.

O que quis demonstrar é que, embora precise ser melhorado, já existe um arcabouço institucional para a promoção desses parques e desse ambiente de inovação. Quando me fizeram o convite para participar deste debate, a proposta foi que eu tentasse explicar as políticas estatais para atração de investimento nos parques. Ora, a principal política de atração de investimentos nos parques é exatamente o apoio à implantação desses parques, que naturalmente já atraem as empresas - como foi mencionado, o que falta é

espaço para acolher todo mundo. Ou seja, quando um parque tecnológico é implantado, ele acaba atraindo um bom número de negócios.

Acredito também que a efetivação, a consolidação desses parques, acaba atraindo novas políticas. Com o tempo, veremos isso um pouco melhor, mas será mais fácil um desenho, porque as empresas que estão nesses parques têm uma cultura diferenciada, têm uma visão de oportunidade, o que é muito interessante para a atuação do governo.

Para finalizar, quero destacar que existe, sim, um arcabouço institucional com políticas de apoio. É preciso que as empresas, principalmente, despertem para isso e busquem desfrutar do que existe. De qualquer forma, sempre há espaço para melhorar, e debates como este geram reflexão, até porque não podemos deixar que a questão da inovação apenas surja naturalmente - o Estado tem de ter um olhar para isso, porque, se não inovarmos, se não formos por esse caminho, vamos perder cada vez mais em competitividade. Esse é o caminho. Obrigada.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

O presidente - Obrigado, Marina. Com a palavra, o querido amigo deputado Adelmo Carneiro Leão, vice-presidente desta Casa.

Palavras do Deputado Adelmo Carneiro Leão

Boa tarde a todos. Cumprimento a Marina e, na sua pessoa, todas as mulheres doutoras, pesquisadoras, curiosas e trabalhadoras aqui presentes, neste importante momento de debate; o Jorge Luis Nicolas Audy, pró-reitor de Pesquisa da PUC do Rio Grande do Sul; e o meu amigo Ronaldo Tadêu Pena, da UFMG.

Rapidamente, diante das considerações e análises já feitas aqui, minha primeira visão é que o nosso Estado está devagar. Apesar dos dados que a Marina apresentou na sua reflexão, acho que estamos começando tarde. Não adianta chorar sobre o leite derramado: começamos tarde. Vejam que o nosso primeiro parque tecnológico é de 2011, com um governo que começou no início deste milênio.

Todos falaram - e sabemos disso - que investir em ciência, tecnologia e inovação é ter retorno positivo. Mas se analisarmos os valores investidos pelo Estado em ciência, tecnologia e inovação, veremos que a quantidade é muito pouca diante do todo que o Estado tem investido. E, em muitas obras em que se investiu, não há nenhum retorno. Então, é preciso que tenhamos essa visão crítica para que, diante dela, pensemos uma outra forma de atuar do ponto de vista de Estado comprometido com o desenvolvimento. É preciso pensar em investimento com mais ousadia, com mais intensidade, com mais celeridade, pois isso está devagar num Estado que está ficando atrasado. Conforme dado que foi apresentado aqui, isso é muito preocupante. Trata-se de um Estado que está caminhando numa velocidade muito pequena, está aquém de outros estados.

O Ronaldo Pena apresentou, com muita propriedade, outros estados que estão avançando e mostrou como eles estão avançando. Não há receita, não há novidade; aqui não há inovação, não há novidade em relação ao que temos de fazer. O que é preciso é fazer. É preciso haver atitude de Estado, e aqui eu não estou falando só de governo, mas de atitude de Estado no seu todo, para que possamos acelerar o nosso carro, a nossa ação, em termos de ciência, tecnologia e inovação. Acelerar significa colocar mais recursos materiais, financeiros e tecnológicos aqui, colocar gente capacitada para fazer isso e fazer com que o resultado chegue à ponta. É como a Marina apresentou, é preciso fazer essa conexão entre o que a gente faz, o que a gente produz; é colocar as inovações na ponta, onde estão ocorrendo os processos. Porque, se há essa desconexão, o Estado continua lento e vai continuar lento por muito tempo. Então é preciso acelerar esse processo. E essa precisão, essa ação é feita com atitudes. O que está faltando, seja por parte da Assembleia de Minas, seja por parte de outros órgãos, seja por parte do governo, é uma atitude que nos torne mais cúmplices com esses procedimentos.

O Estado de Minas Gerais, e aí eu não tenho de fazer nenhuma crítica à Fiemg... A Fiemg viu o Cetec desmotivado, com projetos até muito interessantes, mas sem nenhuma motivação; viu os pesquisadores do Cetec, extraordinários, mas sem nenhuma motivação. O que o Estado fez? O Estado poderia até chamar a Fiemg e fazer uma grande parceria, mas ele não fez, apenas recuou. Em termos de governo, poderíamos ter uma parceria com a iniciativa privada, porque é importante que o setor privado faça parte dos processos de investigação, de pesquisa, de ciência, e que isso não fique somente com as instituições públicas, que fazem mais do que a iniciativa privada. Essa é uma questão de Estado. A iniciativa privada não pode apenas ficar à espera dos novos conhecimentos, das novas tecnologias, para se apropriar delas. Pode e deve participar, como ocorre no mundo inteiro, do processo de investigação, do processo de risco. Nós temos de correr riscos. Sem correremos riscos, não avançamos, não fazemos a travessia necessária.

Às vezes encontramos uma indústria muito acomodada, uma estrutura particular muito acomodada, muito vinculada ao que está pronto para ser utilizado. Vamos entrar nessa briga para sermos parceiros. Infelizmente não vemos essa parceria, essa identificação. Infelizmente, o que vimos, o que vi lá, no Cetec, foi simplesmente o Estado recuar, o governo recuar, deixar de fazer algumas pesquisas importantes já contratadas - perguntem aos profissionais que trabalharam lá - e transferir isso para a Fiemg, que, dentro dessa possibilidade, foi lá e ocupou o espaço. Então, a crítica não é à Fiemg, mas a um governo que recuou, que deixou de cumprir o seu papel de pesquisador, de inovar.

Outra coisa: o que temos hoje de ciência, tecnologia e inovação não nos permite continuar fazendo obras renunciando a essas conquistas extraordinárias, resultado de grandes investimentos. Estamos em um processo, por exemplo, de produção do Minha Casa Minha Vida. O déficit habitacional é superior a 12 milhões de moradias, o que exige de nós uma aceleração. Nós não podemos continuar fabricando... Conheço muitas áreas que já estão trabalhando com inovação, mas é preciso avançar mais.

Não podemos pensar no processo artesanal, nem se causará desemprego. Este país não precisa ter medo também de desemprego. Estamos vendo quantas categorias profissionais querendo, com justiça, reduzir seu tempo de trabalho para viver com mais dignidade. É possível redimensionarmos o País. Então, quando pensamos nessa estrutura toda, na realidade não é só um foco numa determinada ação; é uma equação diferencial integral, complexa. Mas é necessário pensarmos nesse todo para fazermos do Estado de Minas Gerais o companheiro navegante e estradeiro dos outros estados que estão mais avançados. Não é preciso esperar mais para reduzir ICMS. A receita está aqui, o que falta é atitude. Nessa caminhada, espero que possamos encontrar alguém que tenha atitude capaz de fazer com que o nosso Estado de Minas Gerais ande com mais celeridade e que possa fazer parte daqueles que também usam as conquistas humanas da ciência, da tecnologia e do conhecimento.

O presidente - Muito obrigado, deputado Adelmo Carneiro Leão. Vamos compor a segunda Mesa sem desfazer a primeira, porque a ideia é, ao final, abrir o debate para as duas Mesas e deixar que os expositores respondam de forma conjunta.

2º Painel

Composição da Mesa

O presidente - A presidência convida a compor a Mesa para o 2º Painel os Exmos. Srs. Ênio Duarte Pinto, gerente da Unidade de Acesso à Inovação e Tecnologia do Sebrae Nacional; e Wander Wilson Chaves, vice-prefeito e secretário municipal de Ciência e Tecnologia de Santa Rita do Sapucaí; a Exma. Sra. Adriana Ferreira de Faria, diretora executiva do Centro Tecnológico de Desenvolvimento Regional de Viçosa - CenTev-UFV; e os Exmos. Srs. Daniel Diniz, diretor de Empreendedorismo da Sociedade Mineira de Software - Fumsoft; e André Victor Barrence, diretor-presidente do Escritório de Prioridades Estratégicas do Governo do Estado.

Iniciaremos agora o painel “Incubadoras: modelos e experiência”. Passo a palavra ao Sr. Ênio Duarte Pinto.

Palavras do Sr. Ênio Duarte Pinto

Boa tarde a todos. Boa tarde ao deputado Ulysses Gomes, na pessoa de quem cumprimento os meus colegas que compõem a Mesa. Procurarei ser bastante objetivo e passar aos senhores um pouco do que o Sebrae tem feito para apoiar o movimento de incubadoras e parques tecnológicos no Brasil. Uma apresentação já está aí.

Inicialmente gostaria de dizer aos senhores que toda a nossa atuação é plena e amplamente alinhada com a Anprotec. Há um convênio de cooperação entre as duas entidades, o qual contempla missões, seminários, editais, capacitações. Ou seja, o Sebrae ouve os nossos demandantes, os nossos parceiros, as incubadoras e parques, para traçar e desenhar toda a sua estratégia de atuação.

Aqui é apenas para que os senhores tenham conhecimento do amplo espectro de segmentos de públicos junto aos quais o Sebrae atua, no triângulo à esquerda dos senhores. No cume da pirâmide, estão as empresas de pequeno porte, com uso intensivo de tecnologia, que são as empresas que estão residentes nos parques e nas incubadoras de empresas. Temos dois grandes projetos para oportunizar o desenvolvimento desse segmento de público, que é o *habitat* de inovação e o Sebraetec. Detalharei esses dois projetos um pouco mais à frente.

Aqui um pouco do cenário do mapa de atores, de *stakeholders*, do sistema de inovação. Historicamente o Sebrae sempre foi conhecido como entidade promotora do empreendedorismo, e, até há muito pouco tempo, não era reconhecido como uma entidade de apoio à inovação. Detalharei estes dois projetos - *habitats* e Sebraetec -, com uma ampliação mais recente. De alguma maneira, hoje o Sebrae já é entendido também como um dos grandes *players* da inovação no Brasil.

Trago inicialmente os grandes números ligados ao segmento de incubadoras, onde o Sebrae tem até uma atuação muito mais consistente que nos parques tecnológicos, por uma questão muito simples. A missão do Sebrae é o apoio a microempresas e pequenas empresas - entendendo pequenas empresas aquelas com faturamento anual de até R\$3.600.000,00. Esses empreendimentos, dentro desse perfil, estão alocados nas incubadoras. O perfil de negócios que estão habitualmente atuando nos parques tecnológicos tende a ter um porte maior, o que não traz de maneira tão presente a participação do Sebrae. Estamos falando sobre 384 incubadoras. Esses são dados do nosso parceiro, da Anprotec. No nosso último edital lançado, de apoio às incubadoras de empresa, em parceria com a Anprotec, chegamos a atender a 152 incubadoras, ou seja, quase a metade de todo o universo de incubadoras associadas à Anprotec. Se fizemos um corte pelo número de empresas que se beneficiaram indiretamente nesse apoio às incubadoras, estamos falando de 2.234 empresas de pequeno porte residentes dentro delas; quer dizer, de 2/3 do universo de empresas de pequeno porte que hoje estão residentes dentro das incubadoras.

A proposta dessa nossa linha de atuação é a implementação de uma metodologia, de um modelo chamado Cerne, que transforma as incubadoras no Centro de Referência para Apoio a Novos Empreendimentos. A proposta do modelo Cerne, que foi concebida pela Anprotec e apoiada pelo Sebrae, tem o objetivo de profissionalizar mais a gestão das incubadoras, transformá-las em empreendimentos de vanguarda para que, dessa forma, gerem, de maneira sistemática, novos negócios com conteúdo inovador e bem-sucedidos num volume maior do que hoje acontece.

Lançamos um edital há dois anos e contemplamos as 152 incubadoras. O investimento foi na casa de R\$25.000.000,00. Agora, para o início do ano que vem, lançaremos um novo edital, em parceria com a Anprotec, para a implementação de uma segunda fase desse modelo Cerne. Lançamos um primeiro edital com foco na implementação de um primeiro bloco de processos do Cerne, de um primeiro grupo. Agora será feita uma segunda fase. No todo, são quatro fases para que as incubadoras tenham plenamente o modelo Cerne implementado. Dessa forma, conseguimos atingir os pequenos empreendimentos dentro das incubadoras, e estes serão beneficiados por uma incubadora mais vanguardista nos seus processos de gestão.

Para os senhores terem uma ideia do georreferenciamento das incubadoras contempladas nesse nosso último edital, atingimos 20 unidades da Federação. Há uma concentração maior no Sudeste, mas também muita coisa no Nordeste, no Centro-Oeste e mais rarefeito no Norte. No âmbito da parceria da Anprotec e Sebrae, há todo um trabalho no intuito de desenvolver incubadoras também na Região Norte, o projeto chamado Ecossistemas da Inovação.

Aqui há um recorte específico para o Estado de Minas, que lidera o nosso *ranking* de empresas beneficiadas no âmbito desse edital - aliás, são 17 incubadoras. Seguido de perto pela Região Sul, temos, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e Paraná, 14 incubadoras em cada um deles; e depois São Paulo, com 11 incubadoras. Queria aproveitar a oportunidade para agradecer o apoio ao Sebrae local, na pessoa da Andrea Furtado, que nos brinda aqui com sua presença e lidera essa iniciativa no Sebrae Minas.

Esse primeiro projeto, que chamamos de *habitats* de inovação, atinge os pequenos empreendimentos de base tecnológica, atuando junto às suas incubadoras. O Sebraetec, segundo projeto sobre o qual rapidamente comentarei, já faz um trabalho mais direto, um atendimento específico ao negócio incubado e residente. Com esse diagrama, fica fácil explicar que a proposta do Sebraetec é atender à demanda dos pequenos empreendedores por meio de uma rede de prestadores de serviços tecnológicos. A pequena empresa demanda serviços tecnológicos e tem muita dificuldade em acessá-los. Eles não identificam quem são os prestadores de serviços e



depois têm dificuldades no diálogo, dificuldade de encontrar prestadores de serviços que façam serviços customizados à realidade desse pequeno empreendimento e de lidar com os valores cobrados nesse processo.

Portanto entra o Sebrae como uma ferramenta de aproximação da demanda do pequeno empreendedor e da oferta pela rede de serviços tecnológicos. Cadastramos esses ICTs públicos e privados para que realizem essa prestação de serviço. Hoje, na nossa rede nacional, temos em torno de 1.400 prestadores de serviço. Moderamos e promovemos essa aproximação. Recebemos a encomenda, a demanda do pequeno empreendedor, identificamos no nosso cadastro quem presta esse serviço, fazemos essa aproximação e subsidiados esse processo.

O Sebrae paga 80% dessa conta, cabendo ao pequeno empreendedor custear tão somente 20%, e isso ainda é parcelado, de maneira que a gente viabilize o acesso do pequeno empreendedor a serviços tecnológicos. Para os senhores terem ideia, há cerca de três, quatro anos, atendíamos em média 10 mil, 11 mil empreendimentos através do Sebraetec. No ano passado, chegamos a 80 mil empreendimentos, e devemos superar 100 mil empreendimentos este ano por meio desse processo de subsídio. Temos algumas categorias de atendimento pelo Sebraetec. Naturalmente as empresas incubadas podem se beneficiar de todos eles, mas o foco principal é para essa categoria de diferenciação.

Quanto às demais modalidades, você pode acessar direto o Sebrae, que promove a aproximação sem a necessidade de uma participação em uma chamada. Sobre essa categoria de diferenciação, alocamos um aporte maior de recursos. É até R\$125.000,00 por empresa, mas é através de uma chamada pública que anualmente acontece em nossos estados. Senhores interessados, procurem o Sebrae mais próximo para saber se a chamada já está aberta em seu estado. O programa todo segue essa mesma engenharia financeira. Você identifica quem seriam os prestadores de serviços para realizar o trabalho no seu empreendimento, o Sebrae faz o subsídio de até 80% dessa conta para facilitar o acesso aos pequenos empreendedores. São esses dois os principais instrumentos, as principais ferramentas de apoio que o Sebrae tem ao segmento: uma indireta, em que atendemos à incubadora e acaba beneficiando a empresa incubada, e a outra diretamente através do Sebraetec.

Hoje atendemos anualmente a cerca de 200 mil negócios com soluções e inovação. Isso é uma realidade muito recente no Sebrae. Temos metas mobilizadoras específicas para a questão da inovação no sistema Sebrae. Tão somente cinco metas mobilizadoras são definidas para toda a atuação do Sebrae: uma específica sobre a questão da inovação. Temos conseguido dobrar esse número anualmente. No ano passado, chegamos a 113 mil empresas, este ano há a possibilidade de atender a mais de 200 mil empresas, principalmente através dessas duas soluções: *habitats*, que trabalham um público mais sofisticado, as empresas incubadas, que têm muito mais densidade tecnológica em seu processo; e o Sebraetec, que atende tanto a empresa incubada quanto a de negócios tradicionais, e temos atendido, como disse aos senhores, cerca de 100 mil negócios por ano. É uma escala bastante relevante, mas ainda muito aquém do potencial que o Sebrae tem. Para terem ideia, o Sebrae atende a cerca de 2 milhões de negócios formais a cada ano. Então 2 milhões de CNPJs são atendidos pelo Sebrae a cada ano. Este ano vamos chegar a cerca de 10% de todo esse universo com soluções de inovação. De cada 10 empresas atendidas, 9 ficam no campo de orientações quanto à questão de gestão, implantação de controles gerenciais, cotação de preços, controle de estoques, coisas dessa linha, e apenas 1, em cada 10, demanda serviços tecnológicos, nas áreas de *design*, de produtividade, de qualidade, de TIC. É um esforço que vem crescendo, mas que ainda tem um potencial de expansão muito grande. Obrigado pela atenção. Estou à disposição para dirimir dúvidas.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

O presidente - Agradeço ao Ênio. Com a palavra, o Sr. Wander Wilson Chaves.

Palavras do Sr. Wander Wilson Chaves

Boa tarde a todos. Deputado Ulysses Gomes, muito obrigado pelo convite, é uma satisfação estar aqui, neste Plenário, para apresentar a experiência simples e pequena, mas que consideramos singular, no Município de Santa Rita do Sapucaí. Até a década de 1960, a economia do Município de Santa Rita do Sapucaí era baseada na agricultura e na agropecuária, particularmente café e leite, até que uma senhora de nome Sinhá Moreira, vinda do Japão, resolveu idealizar e construir uma escola técnica de eletrônica. Essa foi a primeira escola técnica de eletrônica da América Latina. Para que fosse viabilizada como curso técnico, o presidente da época, Juscelino Kubitschek, teve de assinar um decreto criando o ensino técnico de nível médio no País.

A partir desse processo particular de educação tecnológica surgiu o Instituto Nacional de Telecomunicações, que fará 50 anos no ano que vem e tem um modelo muito agressivo do ponto de vista da tecnologia e do empreendedorismo. Hoje 50% da receita desse instituto provém de transferência de conhecimento e serviços ao mercado e 50% de mensalidades de alunos. Recentemente, recebeu o Prêmio Nacional de Inovação do governo federal.

Em seguida, surgiu a Faculdade de Administração e Informática - FAI -, com um trabalho muito sério, muito persistente, gerando recursos humanos ligados à administração e a sistemas de informação, demonstrando, ao longo do tempo, que é uma instituição extremamente inovadora, a tal ponto que atualmente, num processo de arcabouço de misturar as suas áreas, está trabalhando fortemente para abrir um curso de medicina e contribuir com um polo de saúde que está se iniciando e é uma novidade em Santa Rita do Sapucaí.

A partir dessas instituições de educação tecnológica começaram a surgir as primeiras empresas em Santa Rita, muito particularmente no início da década de 1980, que foi uma década terrível do ponto de vista econômico. Quem é mais antigo lembra o que aconteceu nessa década: as pessoas se formavam nas faculdades e não arrumavam emprego. Portanto, essas pessoas começaram a gerar suas primeiras empresas para sua sobrevivência, induzidas pelo processo de educação que tiveram numa época em que não se falava em empreendedorismo, mas se praticavam questões educacionais ligadas ao comportamento empreendedor.

Em seguida, surgiram as feiras tecnológicas. Há mais de 30 anos reportamo-nos às feiras da Escola Técnica de Eletrônica, do Inatel, da FAI, que foram ajudando, incentivando, estimulando as pessoas a terem seu próprio negócio. Então começou a se criar um ambiente informal de incubação na cidade, pois não se falava nesse assunto. Isso foi crescendo, e foram surgindo uma, duas, três empresas, uma cooperando, colaborando, ajudando a outra, em situações precárias, sem ajuda do governo ou de ninguém. Ali, sim,

numa situação entre as instituições acadêmicas e os empresários, o poder público local entrou, viu isso acontecer fortemente e juntou todas essas instituições para iniciar um processo a que se deu o nome de O Vale da Eletrônica.

Isso foi ocorrendo, e, em determinado momento, há 22 anos - e vou focar a incubação -, o Instituto Nacional de Telecomunicações abriu sua incubadora do ponto de vista formal; em seguida, municipal; e depois, a incubadora da FAI. Portanto, em Santa Rita há três incubadoras, duas acadêmicas, porque fazem parte do modelo de formação dos nossos alunos, além de uma intenção inspecionista de colaborar com o desenvolvimento econômico e social da nossa cidade, e uma incubadora municipal, somada a um condomínio que conduzimos.

Hoje em Santa Rita procuramos trabalhar com esse tripé: tecnologia, inovação e empreendedorismo. A atual economia da cidade estrutura-se na agricultura, na pecuária, na educação tecnológica, na indústria eletroeletrônica e no turismo.

Esses são alguns dados de incentivos que a nossa prefeitura coloca. Na manutenção do programa de incubação e de condomínio, aportamos R\$440.000,00 por ano; na manutenção dos programas da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Indústria e Comércio, são R\$900.000,00 por ano; e nos convênios com instituições de ensino local, R\$80.000,00 por ano.

Quanto aos dados do município, durante esse tempo todo chegamos ao seguinte ponto: o nosso PIB é de R\$23.092,00 *per capita*. O nosso IDHM é de 0,72, que na escala é considerado um rendimento alto. O último índice Firjan de desenvolvimento municipal, que refere-se a educação, saúde e geração de emprego e renda, está com 0,85 - alto desempenho, pela escala que usam. Estamos em 54º lugar no *ranking* nacional, e em 3º lugar, no estadual. O número de empregos de base tecnológica no município é de 153 empresas, cujo faturamento é de aproximadamente R\$2.200.000.000,00. Só as empresas de base tecnológica geram 10 mil empregos, e nós trabalhamos com 13,7 mil itens ligados a produtos.

Com relação ao resultado das três incubadoras no nosso município de 40 mil habitantes, os dados atuais são os seguintes: 21 empresas incubadas, 12 empresas no condomínio municipal, 102 empresas graduadas por todas essas incubadoras, 60 empresas graduadas ativas no município. Uma explicação: 20% tiveram mortalidade e 20% saíram de Santa Rita do Sapucaí, mas a maioria ficou no Estado de Minas Gerais.

O faturamento das empresas graduadas e que se fixaram no Município de Santa Rita do Sapucaí é de R\$200.000.000,00. O número de empregos gerados é 1.460, sendo que pela apresentação que vi hoje pela manhã, esse número significa 30% do número de empregos gerados pelo processo de incubação no Estado de Minas Gerais.

Os impostos gerados somam R\$20.100.000,00. Aqui estão todos os impostos, aqui é apenas uma tristeza, mas compreendendo a situação do País e do Estado, o grande percentual desse dinheiro vai para o governo federal; um pouquinho, para o governo do Estado e algum pouquinho, dividido por 10, fica no município. Mas estamos aí com o processo de geração de empregos.

O que está acontecendo em Santa Rita do Sapucaí hoje? O objetivo era mostrar os nossos dados, nossa experiência simples. Vocês estão convidados a ver isso de perto na Fivel 2014, um feira de inovação feita pelo sindicato patronal das indústrias eletroeletrônica, que acontecerá em Santa Rita do Sapucaí nos dias 3, 4 e 5 de setembro. Teremos todas essas empresas expondo nessa feira, mostrando todos os 13 mil produtos produzidos em Santa Rita do Sapucaí. Fica o convite a todos vocês para participarem desse importante evento da nossa comunidade.

Em Santa Rita estamos repensando nosso modelo porque temos números agressivos, mas, como foi dito aqui na Mesa em vários momentos, a criatividade e a inovação sempre começam com o porquê das coisas e com perguntas como “o que é isso?”. Estamos passando por um momento de criação de um ambiente de conexão entre todas as culturas existentes inicialmente naquela cidade, buscando a inovação.

A agropecuária é muito forte. Estamos iniciando esse polo de saúde, e há a questão cultural. Esse evento chamado Cidade Criativa, Cidade Feliz, que acontece pelo segundo ano - e neste ano ocorrerá durante todo o mês de agosto - tem por objetivo conectar diversas culturas, buscando inovação. As ações existentes nesse evento são ligadas a tecnologia, empreendedorismo, cultura e cidadania. Estamos pensando que colaborar e cooperar fará com que encontremos algumas soluções para melhorar a vida das pessoas do nosso município. Além disso, aproximando todas essas culturas, poderão existir novas empresas, novas cabeças e alguma coisa de novo.

Este evento, que trabalha tecnologia, empreendedorismo, cultura e cidadania, está fazendo com que toda a comunidade empresarial, assim como as áreas acadêmicas e públicas, façam esse trabalho de forma cooperativa e colaborativa. A esperança é que, na hora em que começarmos a conhecer, dentro de Santa Rita mesmo, todas essas áreas que transbordam um pouco a tecnologia e a eletrônica que temos no dia a dia, surjam novos empreendimentos, novos negócios. Nós, como município, como estado, lucraremos com algo diferente. Isso é embrionário, está se iniciando. Coloquei ali, como exemplo, uma palestra da Lala Deheinzelin. Ela é consultora da ONU para assuntos ligados ao Cidade Criativa. Temos uma programação extensa.

Estou vendo aqui a representante da Universidade Federal de Viçosa - UFV. O evento foi muito discutido com uma pessoa de Viçosa, que nos deu esta ideia. Refiro-me ao Prof. Paulo Tadeu, que muita gente aqui conhece. Como fruto dessa conversa, conseguimos iniciar em Santa Rita algo para misturar. Usaremos a força que temos da tecnologia e do empreendedorismo, mas introduzindo fortemente o aspecto cultural, porque entendemos que é assim que provavelmente formaremos pessoas e empresários com mentes talvez um pouco diferentes daquelas às quais estamos acostumados. Isso é necessário para o desenvolvimento social.

Várias sugestões extremamente simples foram dadas aqui. Gostaríamos de dizer que as incubadoras, as escolas e as empresas são absolutamente importantes. No caso de Santa Rita do Sapucaí, façamos o exercício de perguntarmos o que aconteceria se não existisse tudo isso. Façamos uma análise da falta. Se não existissem as incubadoras, provavelmente não estaríamos no início do século XX da forma que estamos hoje. Por exercício de falta, verificamos que esse movimento é absolutamente estratégico para aquela cidadezinha de 40 mil habitantes. E esse processo deve continuar.

Nossa angústia é fazer desse projeto alguma coisa nova. Nós nem sabemos discutir o diferente. Precisaríamos da continuidade dos incentivos ligados à inovação, através dos editais da Fapemig, que já existem. Nesse processo de querer juntar, de cooperar e de colaborar, poderíamos colocar mais incubadoras e mais parques nos mesmos projetos e não em projetos individualizados.



Por último, eu colocaria uma contribuição, dizendo que essa questão é muito importante e que estamos muito preocupados com ela, já que a inovação é feita por gente de uma nova mentalidade, de gente de que o mundo contemporâneo precisa. Concluirei com um ditado que está nos norteando nesse sentido, lá em Santa Rita do Sapucaí. É aquele ditado, Renato, dos caipiras de lá, que diz o seguinte: “Se fugir, o bicho pega; se ficar, o bicho come; se juntar o bicho foge”. Muito obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

O presidente - Muito obrigado, Wander Wilson. Dando sequência, com a palavra, a Sra. Adriana Ferreira de Faria.

Palavras da Sra. Adriana Ferreira de Faria

Boa tarde a todos e a todas. Inicialmente, gostaria de agradecer o convite de participar desse evento. Cumprimento a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais por essa iniciativa, em resposta a uma demanda bastante profícua e necessária colocada pela Rede Mineira de Inovação. Faço esse cumprimento a todos, citando o nome do deputado Ulysses Gomes. Agradeço pela acolhida.

Foi pedido para eu explicar o funcionamento de nosso modelo de incubadora. É uma incubadora que está vinculada a uma universidade federal e que faz parte de um ecossistema dentro da nossa universidade, juntamente com o parque tecnológico. Vou falar um pouquinho sobre a Incubadora de Empresas de Base Tecnológica do CenTev. O CenTev é uma unidade da Universidade Federal de Viçosa.

Foi muito bem colocado, ao longo do dia, que temos nos Estados Unidos e em outros países do mundo, como no Vale do Silício, uma intensidade de empresas de base tecnológica orbitando em torno das instituições de pesquisa, ciência e tecnologia. Se lá há o Vale do Silício, infelizmente, aqui no Brasil temos o Vale da Morte. Existe uma distância, que tem diminuído ao longo do tempo - ela ainda é eminente -, entre o que produzimos de ciência e aquilo de que o mercado realmente precisa, especialmente, as empresas e seus processos de inovação. Com o objetivo de diminuir essa distância entre o Vale da Morte e as universidades, a sociedade, e, em especial, as empresas, foi criado o CenTev, que é o Centro Tecnológico de Desenvolvimento Regional de Viçosa. O CenTev nasceu, na verdade, de uma série de ações dentro daquilo que podemos chamar de empreendedorismo tecnológico na UFV. Primeiro houve a criação da Incubadora de Empresa de Base Tecnológica, em 1996, e, em 2001, a criação do CenTev. O CenTev, então, vai reunir a incubadora de empresas, o projeto do Parque Tecnológico de Viçosa, a Central de Empresas Juniores e o Núcleo de Desenvolvimento Social.

Em 2009 tivemos a elaboração do plano de negócios do Parque Tecnológico de Viçosa, chamado de tecnoPARQ. Em 2010 tivemos o aporte de recursos, principalmente do governo estadual, através da Secretaria de Ciência e Tecnologia, para reforma do prédio principal que abrigaria o condomínio de empresa da incubadora e do parque. Em 2011 tivemos a inauguração do tecnoPARQ, o primeiro parque tecnológico de Minas a entrar em operação. Então, se o resto do Estado fala de parque tecnológico para mais de 50 anos, o primeiro parque tecnológico de Minas entrou em operação apenas há 3 anos. Então, de fato, estamos engatinhando.

Outra coisa importante a dizer é que da hora em que se pensou em um parque tecnológico em Viçosa e ele foi inaugurado se passaram mais de dez anos - entre projetos, licenças, viabilização de recursos -, até que conseguimos efetivamente colocar esse parque em operação. Esse me parece ser realmente o tempo que o pessoal tem gastado. Vamos dizer mais dez anos, em média, para que o parque possa alcançar maturidade.

Agora, em 2014, aliás no mês passado, tivemos uma conquista muito grande na universidade, que foi a aprovação do modelo de cessão real de uso. É um parque que ocupa 214ha de área, sendo que 40ha são áreas destinadas à viabilização dos empreendimentos pelas empresas. A universidade aprovou um modelo pelo seu conselho universitário de cessão real de uso, em que, mediante valor do investimento e da área que essa empresa vai ocupar, ela saberá desde o primeiro momento qual será o tempo de cessão real de uso.

O CenTev, então, foi criado abrigando essas quatro unidades: o parque tecnológico, a incubadora de empresas, a Central de Empresas Juniores e o Núcleo de Desenvolvimento Social e Educacional. Vou falar um pouco sobre a incubadora de empresas. O CenTev, pela sua estrutura, é um órgão ligado diretamente à reitoria da UFV. Temos um conselho administrativo extremamente importante que trabalha toda a questão de governança que pretendemos para o CenTev, especialmente para o parque. Ele é composto por representantes da universidade, das empresas, do governo municipal e do governo estadual. Temos outros parceiros com direito a voz e a voto, como é o caso da Fiemg e do Sebrae, por exemplo. Temos o conselho fiscal, uma diretoria executiva e as quatro coordenadorias das unidades, ligados diretamente à reitoria e extremamente importantes para nós porque isso facilita a forma como tramitamos e as necessidades colocadas pelo CenTev, especialmente pelos empresários. O que foi pensado para o CenTev dentro do nosso planejamento é essa cadeia de empreendedorismo tecnológico. Então, temos aí o celeiro para inovação, que é o conhecimento. É importante que se diga que a universidade não faz inovação. Inovação é produto e processo no mercado. A universidade não comercializa. Ela provê a matéria-prima para inovação, que é o conhecimento, e isso a UFV faz muito bem.

Portanto, nosso desafio é transformar toda essa pujança científica e tecnológica que a UFV possui. Defendemos duas teses de mestrado por dia e uma de doutorado. Então, como transformar toda essa pujante tecnologia em negócios por meio de produtos e processos inovadores efetivamente colocados no mercado? Temos o trabalho de prospecção dessas ideias com esse potencial de projetos. Então, temos um programa de *spin-off*, em que fazemos a prospecção desses projetos e dessas ideias, avaliamos a viabilidade técnica, econômica e comercial. Havendo viabilidade, podemos tomar dois caminhos, que são o do empreender e o que a incubadora deseja. É assim que alimentamos os projetos que vão para a incubadora, ou podemos, então, realizar o licenciamento para as empresas ou para aqueles outros que desejem empreender essa iniciativa por intermédio da nossa comissão permanente de propriedade intelectual, que é o NIT da UFV.

A ideia é que esses negócios que tenham potencial irão para o ambiente da incubadora. Na incubadora temos o ambiente de pré-incubação e incubação. Uma vez findado esse processo de incubação, a ideia é que essas empresas irão povoar o nosso parque tecnológico, tema do painel anterior. Então, um dos instrumentos que utilizamos para o povoamento do nosso parque são as empresas criadas e desenvolvidas principalmente a partir dos projetos da universidade e amadurecidas no âmbito da nossa incubadora de empresas. Então, a ideia é que Viçosa seja uma tecnópolis, quem sabe um Vale do Silício ou uma Santa Rita do Sapucaí daqui a uns 20 anos, mas que seja uma cidade reconhecida não só pelo valor da universidade, mas também pelas suas empresas.



Hoje, em Viçosa, temos dois APLs - um de biotecnologia e um de tecnologia de informação - que reúnem cerca de 50 empresas. A grande maioria delas ou passaram pelo nosso programa de graduação - já graduamos 33 empresas - ou são *spin-off* acadêmicas da Universidade Federal de Viçosa. Esse modelo de inovação proposto busca, obviamente, pautar-se pelo modelo da hélice tríplice proposto por Etzkowitz, em que se deve ter, de forma permanente, para poder alimentar-se por esse sistema, a interação entre universidade, empresa e governo. A universidade provê o conhecimento, que é a matéria-prima necessária para o processo de inovação de base tecnológica. As empresas absorvem esse conhecimento, produzem, comercializam, geram valor, emprego e impostos; e o governo, principalmente com o papel de estabelecimento das políticas necessárias para regulamentar todo esse processo, provê os recursos e os investimentos públicos necessários também para a viabilização desses investimentos.

Foi exposto aqui, ao longo do dia, que os recursos para investimentos são complicados. Principalmente no caso dos parques tecnológicos, eles são de grande monta, e o mundo inteiro nos mostra que eles são necessariamente investimentos de natureza pública. Outra grande dificuldade que talvez não tenhamos mencionado é o próprio custeio desse sistema de inovação. Temos dificuldade tanto para a realização dos investimentos quanto para custeio das atividades das incubadoras e dos parques tecnológicos. Hoje quem praticamente faz o investimento no parque tecnológico para a incubadora é a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do governo de Minas. Mas os recursos de custeio hoje são basicamente realizados pela Universidade Federal de Viçosa, com o apoio da prefeitura da cidade.

Esse é um modelo dentro da evolução das outras duas figuras. Infelizmente não tenho como fazer o apontamento com os *slides*, mas na coluna da direita está a Universidade Federal de Viçosa, que é a nossa grande âncora, nossa vitrine tecnológica que tem condições de prover todo o conhecimento; e o CenTev, por meio da incubadora e do parque, que faz a interação pela criação das empresas, que são as *spin-off* acadêmicas - é aquela segunda barra. Dentro do ambiente da incubadora, prospectamos tecnologias e auxiliamos o desenvolvimento de novas empresas. Essas empresas, uma vez maduras, são as pequenas empresas de base tecnológica que orbitam em nosso entorno. Com a inauguração do parque tecnológico, iniciamos um novo processo que significa a atração das grandes empresas para o ambiente do parque, com o objetivo primeiro de criarmos não só *spin-off* acadêmicas, mas principalmente *spin-off* empresariais.

Dentro do painel anterior sobre povoamento dos parques tecnológicos, há uma demanda nossa muito grande em relação aos agentes públicos, qual seja, auxiliar-nos no processo de atração dessas grandes empresas, especialmente para as cidades do interior, como Viçosa e, com certeza, Itajubá, Lavras e outras.

Esse processo todo, obviamente, só pode ser realizado na base do arcabouço político, e acho fundamental o papel do governo nos âmbitos municipal, estadual e federal, provendo as políticas públicas necessárias - há muita dificuldade principalmente na regulação da relação público-privada - e também os recursos necessários para investimento e custeio, a fim de que esses ambientes se tornem maduros e tragam de fato os resultados que esperamos.

No caso da nossa incubadora de empresas, a nossa proposta de valor é viabilizar a criação e o desenvolvimento de novos negócios de base tecnológica. A inovação é uma vertente extremamente importante para nós, mas tão importante quanto ela é que o negócio seja de base tecnológica. Apoiamos recorrentemente não só empreendimentos que trazem propostas novas, mas também os que trazem propostas com importante conteúdo tecnológico.

Trabalhamos em quatro eixos principais dentro da incubadora: a interação universidade e empresa, que é fundamental, é a matéria-prima para todo esse nosso processo; a criação e a atração de desenvolvimento de negócios; a promoção da cultura empreendedora, principalmente junto a nossa comunidade acadêmica - queremos que o aluno que entra na universidade não passe quatro anos apenas pensando no primeiro emprego, ele precisa também pensar em empreender; o trabalho das atitudes empreendedoras em todo o contexto do trabalho também, não só para a abertura de negócios, e também o desenvolvimento social, que, em grande medida, realizamos no âmbito de nosso núcleo de desenvolvimento social, que é um dos órgãos do CenTev.

A incubadora foi criada em 1996, tem 18 anos. Ao longo da sua história, auxiliamos na criação de 33 empresas, que chamamos de graduadas. Elas estão, em sua maioria, na cidade de Viçosa. Para vocês compreenderem a importância do trabalho desenvolvido pelo CenTev e pela universidade, com o apoio da Prefeitura Municipal de Viçosa, é preciso entender que o orçamento do Município de Viçosa, salvo melhor juízo, corresponde a 1/3 do orçamento da Universidade Federal de Viçosa. Estamos num município e numa região de extremas dificuldades. Então, quando falamos na criação de 33 empresas nesse município de cerca de 70 mil habitantes, com orçamento de 1/3 do orçamento da Universidade Federal de Viçosa, vemos que essas ações são extremamente importantes. Hoje essas empresas geram aproximadamente 500 empregos extremamente qualificados.

É bom lembrar, como disse muito bem a Renata, que esses empregos, por sua vez, geram outras cadeias de empregos. Essas empresas de base tecnológica não demandam somente pesquisadores, demandam também secretárias, vendedores, pessoas que vão trabalhar em todos os níveis, da operação à gestão do negócio. Hoje, no ambiente, há nove empresas que estão em processo de incubação, e estamos apoiando 15 projetos pré-incubados. A ideia é que esses 15 projetos pré-incubados se tornem empresas incubadas e posteriormente se graduem e vão para o ambiente do parque tecnológico.

Esses são os quatro programas principais, dentro do ambiente da incubadora: o programa *spin-off*, em que fazemos a prospecção das ideias e dos projetos de pesquisa, com o potencial de transformar em novos negócios. A pré-incubação, em que auxiliamos no desenvolvimento do plano de negócio ou da valoração da tecnologia, caso não haja o interesse de empreender. A incubação dura em média 36 meses. É realmente uma média, porque, para empresas de TI, 36 meses é uma eternidade. Daí a importância das aceleradoras nesse processo, nesse contexto.

No caso de empresas de biotecnologia, que representam a nossa grande maioria, na produção de vacinas e de defensivos agrícolas, um registro no Mapa ou na Anvisa pode demorar de dois anos a três anos, 36 meses não é nada. Então, isso depende muito da natureza e do tipo de empreendimento que estamos aportando. O Estado tem de auxiliar essas empresas, que precisam garantir a tramitação de seus processos de registro junto a esses órgãos. Em grande medida, eles têm as mesmas regras para as grandes



empresas. Porém, os recursos aqui são infinitamente menores para esse processo. No final, há a graduação. Hoje elas podem se graduar e ir para o ambiente do parque tecnológico.

Esse é um caso de sucesso nosso que gostaria de comentar. A Patsos é uma *spin-off* acadêmica, empresa empreendida por um professor pesquisador da Universidade Federal de Viçosa, que entrou no nosso programa de pré-incubação. Ela foi criada em 2006, graduou-se pela incubadora em 2007 e em 2012 entrou no parque tecnológico de Viçosa. Ela percorreu todo aquele circuito aqui mencionado. Ou seja, a partir do momento em que se prospectam tecnologias com potencial, elas passam pelo programa de pré-incubação e vão como empresas incubadas. É uma empresa residente no parque tecnológico de Viçosa, é intensiva em tecnologia e faz a produção de vacinas. Hoje ela vai investir no parque tecnológico de Viçosa, na edificação da sua unidade de produção de vacina, cerca de R\$8.000.000,00. Essa empresa surgiu de um projeto de pesquisa na universidade, passou pelo processo de incubação e hoje está no parque, realizando um investimento de cerca de R\$8.000.000,00. É uma empresa com três depósitos de patentes nacionais. O processo dessa empresa durou em torno de 10 anos. Então, também existe um tempo para que todo esse processo mature.

Os outros *slides* trazem os programas que temos na incubadora, como oferecimento de consultoria, assessoria, curso de capacitação. Há uma iniciativa extremamente importante no Município de Viçosa. Em 2011, houve a aprovação da Lei Municipal de Inovação, um projeto enviado pelo Executivo em parceria com o CenTev e aprovado, por unanimidade, por nossa câmara de vereadores. Essa lei é extremamente importante pelo que representa, pois, além de dar todas as isenções fiscais possíveis para o município, como o diferimento do INSS e ISSQN, conforme aqui proposto anteriormente pelo Prof. Ronaldo, ela ainda aporta 0,1% do orçamento do município para o parque tecnológico de Viçosa, simbolizando a importância que esse projeto e esse empreendimento tem para a cidade.

Aproveitando esta reunião e este painel de hoje, quais seriam as dificuldades que temos do ponto de vista da incubadora e, ampliando, do parque tecnológico? Sem dúvida nenhuma, a primeira diz respeito aos recursos financeiros para o desenvolvimento das ações necessárias. Hoje a incubadora tem a sua receita própria, que, obviamente, não é suficiente para custear todas as atividades que ela desenvolve, principalmente a folha de pagamento dos seus funcionários, cujo responsável é a Universidade Federal de Viçosa. Como a maioria das incubadoras no Estado de Minas Gerais, dependemos muito dos editais, principalmente da Fapemig e da Sectes. Temos de tomar cuidado com eles, pois são, muitas vezes, perversos. Pela própria natureza que têm, tendem sempre a conceder recursos aos que estão mais maduros, e a quem tem mais sempre vamos dando mais. Então, é preciso um olhar para as outras incubadoras. Uma incubadora madura recorrentemente é contemplada, mas temos de ver a dificuldade das outras incubadoras, que, às vezes, não estão tão maduras. Então, temos de ver outras formas de aportar recursos, na nossa concepção, que não fossem os editais. Entendemos que não podemos discutir mais esse assunto apenas no âmbito da Secretaria de Ciência e Tecnologia ou do Ministério de Ciência e Tecnologia. Incubadoras e parques são assuntos que deveriam ser interdisciplinares com outras pastas de governo estadual e federal. Não acho justo usar o dinheiro do MCTI para obras de urbanização, água e esgoto, mas elas são necessárias para um ambiente de parque tecnológico. Então, é preciso ver quais são as outras pastas do governo que poderiam aportar esses recursos.

Uma outra questão extremamente importante, que não vi sendo discutida aqui hoje, diz respeito às emendas parlamentares. É outro apelo que podemos deixar aqui para esta Casa. Os recursos aportados a emendas parlamentares - tive acesso a esses dados há mais ou menos um mês - são quase da mesma ordem dos recursos aportados pelo Plano Nacional de Inovação - PNI - em 12 anos. Então, essas emendas parlamentares são extremamente importantes, principalmente para os ambientes de parques tecnológicos, que demandam um volume de recursos muito grande.

A retenção das pessoas qualificadas é um problema, porque, tanto nos parques quanto nas incubadoras, a equipe é bolsista da BGCT e da Fapemig. É difícil reter esses talentos. Não estou reclamando, mas estou falando do valor das bolsas. Precisamos trabalhar a promoção e a visibilidade das nossas empresas. Acho que podemos trabalhar muito bem com os investidores de risco. Isso já está sendo feito com as próprias aceleradoras. Temos incentivos para as empresas, principalmente para poderem povoar os parques tecnológicos, fundamentalmente aqueles que estão no interior.

Precisamos de sinergia, complementariedade e convergência de esforços. Conforme eu disse, as secretarias não podem trabalhar sem o diálogo. Temos repetição de esforços, esforços equivocados e, muitas vezes, desperdício de recursos públicos. Então, tanto no Estado quando no governo federal, as pastas precisam tratar esse tema de uma forma mais conjunta.

Por fim, há a questão da insegurança que temos, todos que somos gestores de parques e incubadoras, de ações de longo prazo, em função da temeridade de não termos, por exemplo, no ano que vem mais editais Fapemig ou CNPq e assim por diante, para suportar essas ações. Então, nesse sentido, trabalhar a questão de políticas públicas no Estado que tragam segurança para o movimento é importante.

Vem, em seguida, a nossa equipe. Deixo aqui os meus agradecimentos à equipe do CenTev, em especial da incubadora e do parque, em função do objeto do tema de hoje. Agradeço aos nossos apoiadores e estamos à disposição. Obrigada e desculpe por ter passado um pouco do tempo estipulado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

O presidente - Obrigado, Adriana. Com a palavra, para encerrar este painel, o Sr. Daniel Diniz.

Palavras do Sr. Daniel Diniz

Boa tarde a todos. Sou empresário do setor há 12 anos. Hoje sou diretor de empreendedorismo da Fumsoft. Estou representando nosso presidente Leo Fares. Somos todos empresários e estamos engajados em uma causa muito nobre: colocar Minas em ponto de destaque no cenário nacional no que se refere à TI.

Vou falar um pouco da incubadora. Falar por último será difícil ou fácil, pois hoje vários professores e amigos feras falaram aqui. O Paulo falou mais cedo. O Prof. Ronaldo Pena e o Prof. Jorge também. Várias pessoas falaram muitas coisas importantes.

Vou falar um pouco do panorama da Insoft, hoje se lê Fumsoft. Ela foi uma iniciativa pioneira do Estado de Minas na união do setor de tecnologia de informação, meio acadêmico e setor público. A Insoft nasceu para abrigar essas empresas e ajudá-las a se potencializar no mercado. Vou contar um pouco da história da Fumsoft como incubadora. Tivemos algumas conquistas. Fomos eleitos



a melhor incubadora de base tecnológica do Brasil pela Anprotec e já tivemos trabalhos apresentados. No último ano, conquistamos o Startup Brasil, no qual criamos uma aceleradora dentro da Fumsoft para abrigar as empresas e realizar esse programa. Esses dados podem ser consultados em nosso *site*.

O mais importante vem agora. Em 18 anos, quais resultados tivemos? Tivemos 45 empresas graduadas. O processo de graduação é longo dentro da incubação. Hoje elas somam um faturamento de 100 milhões. Conseguimos coletar esse faturamento de 25 empresas. O número de empregos qualificados foi de 700.

Deixo para os senhores algumas perguntas. Gostaram desses números? Acham que eles são bons dentro de um plano de 18 anos de incubação? Não achamos isso bom. Achamos que é pouco, muito pouco, mas não pela nossa falta de competência, não pela nossa falta de conhecimento. Temos muita competência e conhecimento. Somos capazes de muito mais e precisamos de muito mais. Achamos pouco porque caminhamos sozinhos ao longo destes anos. Sozinho se realiza muito pouco, e junto se realiza muito mais. Acreditamos que agora, com as políticas públicas, com esse trabalho, com este debate promovido pelo deputado Ulysses Gomes, teremos oportunidade.

Cometi uma gafe, pois não agradei a ninguém. Não agradei às pessoas no começo. Cometi uma gafe de marinheiro de primeira viagem, mas tudo bem. Portanto, agradeço a presença de todos, agradeço ao deputado o convite. Fica aí a formalidade.

Somos capazes de realizar muito mais para o setor. O que fizemos para isso? As entidades de TI se uniram - quatro entidades de TI, pois hoje contamos com a Inove, de Uberlândia - com a missão de tornar Minas Gerais a capital nacional de TI. Já que é para sonhar, vamos sonhar grande. Sonhar grande ou pequeno dá o mesmo trabalho; portanto, vamos sonhar grande e tornar Minas Gerais a capital nacional de TI. Por quê? Temos feito um trabalho de incubação, um trabalho de atuação em parques tecnológicos, de aceleradora, e vemos que esse trabalho de forma pontual, como temos realizado, dá resultado, mas poderíamos ter resultados muito mais expressivos se tivéssemos uma política ousada e arrojada para isso. Para tornar Minas a capital nacional de TI, começamos a conversar com empresários. Contratamos a Fundação Dom Cabral para nos ajudar no planejamento estratégico. Fizemos uma avaliação e descobrimos que, dentro de um coeficiente locacional - coeficiente determinado, para vocês entenderem quem são as principais capitais de TI no Brasil -, Belo Horizonte estava em 18º lugar. O 1º lugar era de Santa Catarina. Vimos que tínhamos muito trabalho a fazer. Ou seja, a nossa nota era 1,8 ou 2, enquanto lá a nota era 4. Percebemos que seria preciso traçar um plano muito ousado para nos tornarmos a capital nacional de TI.

Com a união dessas entidades dentro de um planejamento estratégico, definimos quatro eixos principais para trabalhar. Estou falando desse projeto, mas vou voltar a falar da incubação e da aceleração. Acho importante chamar a atenção para esses pontos iniciais para entendermos qual é o fio da meada da ideia.

Nesses quatro eixos, vamos atuar muito em capacitação, geração de negócios, adequação do marco regulatório e criação do polo empresarial. Com relação a este último, temos uma parceria com a BH-TEC. Já participamos de diversas reuniões com o Prof. Ronaldo Pena, Leo Fares, Tiago e Chico. Ou seja, temos conversado bastante sobre isso e incentivado a criação do polo empresarial.

A adequação do ambiente regulatório implica a promoção de leis. O Prof. Jorge falou muito aqui sobre a importância da legislação e de termos incentivos para atrair as empresas e fomentar os parques tecnológicos, as incubadoras e as aceleradoras. Para termos realmente um ambiente diferenciado, precisamos dessa adequação do ambiente regulatório. Pode parecer que isso não seja tão importante, mas, para dar um exemplo, o que está envolvido no simples fato de fechar uma empresa trava uma série de fatores de crescimento no Estado. Vamos pensar em uma *startup*, uma empresa incubada, que abre um CNPJ. Se o negócio não dá certo, o empreendedor vai tentar fechar a empresa. Como disse o Prof. Jorge, precisamos ter falhas, porque é com elas que aprendemos, mas o problema é que essas falhas custam muito caro ao empreendedor. Quando ele falha, tenta fechar a empresa. Aí, ele abre a segunda empresa, mas, quando o investidor vai colocar o dinheiro, vê que o empreendedor ainda está com problemas com dados e documentos relativos à primeira empresa que abriu. Aí, em alguns casos, o grupo de investidores, com medo de ter algum problema jurídico com aquilo, não continua com o investimento. O que estou dizendo é que a adequação do ambiente regulatório significa que uma série de fatores precisam ser revistos para acelerar o crescimento e permitir que as empresas, sejam pequenas, médias ou grandes, cresçam mais rapidamente e com confiança. Quando falamos de incubação de parque tecnológico, estamos falando de empresas nascentes; portanto, vou me ater a essas empresas na minha apresentação.

Já a capacitação é um eixo muito importante. Não temos de capacitar só as empresas que estão aí, mas também os novos empreendedores, para lhes proporcionar mais vivência e conhecimento. Acredito que a Fumsoft é hoje a maior operadora do Sebraetec, um grande parceiro nosso em Minas Gerais: operamos mais de R\$4.000.000,00 por ano do Sebrae no Estado, e as empresas incubadas, aceleradas ou de parques tecnológicos nos procuram buscando apoio para a promoção do seu negócio. Isso porque, hoje, falar de tecnologia é essencial em qualquer área. Como se expandir no setor de biologia? Por meio da tecnologia. O setor automotivo está virando um setor de tecnologia: o Google lançou um carro que anda sozinho; já andou 11 mil milhas e até hoje não sofreu um acidente. Ou seja, todos os setores estão passando por uma transformação muito grande, que passa pela tecnologia. A tecnologia é transversal: passa por todos os setores. Hoje, é impossível ter crescimento em qualquer setor se não passar pelo setor da tecnologia. Então, acreditamos que, ao capacitar diversos atores nesse setor, estamos promovendo o crescimento das empresas.

Então, temos o MGTI 2022. Por que 2022? Elegemos esse ano como um marco para alcançarmos os nossos resultados. Os resultados que estão aqui referem-se a Minas Gerais, não só à região metropolitana. Queremos elevar o faturamento de R\$2.000.000.000,00 para R\$9.000.000.000,00 no setor de tecnologia da informação; e queremos sair de 22 mil para 72 mil empregos no mesmo setor. Estamos com o foco no setor de TI, porque esses profissionais têm uma peculiaridade: três de quatro profissionais de TI vão para empresas que não são desse setor. Ou seja, de cada 100 pessoas que formamos em nosso estado, apenas 25% ficam em Belo Horizonte ou em Minas Gerais. É um número que atinge muito as empresas. Isso mostra como a TI é importante. Se 75% dos profissionais de TI estão migrando para empresas que não são do setor, o que eles estão fazendo nessas empresas? Promovendo inovação? Ajudando a desenvolver novos negócios? Promovendo o sistema de informação da empresa? Enfim, esse é um indicador que perpassa por todos os setores da economia.



Apresentamos aqui um dado de impostos. Se alcançarmos essa meta, poderemos subir o recolhimento de ISS de R\$51.000.000,00 para R\$190.000.000,00 até 2022. Então, são números muito expressivos e desafiadores para realizarmos isso.

Quanto ao MGTI, assinamos um acordo, uma carta de intenção junto ao Indi, um grande parceiro que está promovendo o MGTI conosco. Ele tem ajudado a listar e trazer esses dados juntos. E aí pergunto aos senhores: como promover 72 mil empregos, de 22 para 72 mil? Estamos falando de mais 50 mil empregos no Estado em 2022. Nossa conversa era 2012, já estamos em 2014, e só nos restam oito anos para batermos nossa meta. Como vamos conseguir fazer isso de forma tão exponencial? Com mais empresas incubadas, com mais empreendimentos acelerados e mais geração de negócios. Não existe muita coisa a ser feita a não ser criar uma mentalidade empreendedora, uma mentalidade de desenvolvimento, uma mentalidade de novos negócios. Estou sempre debatendo isso com nossos companheiros. Estou vendo aqui meu amigo André, e sempre conversamos sobre isso. Temos de trazer novas empresas, novos negócios, porque só assim a gente vai poder capacitar.

Hoje na região da Grande BH são 3.500 empresas de base tecnológica, 5 mil no Estado de Minas Gerais. São 18 universidades que há em Belo Horizonte para abrigar essas empresas, esses profissionais e ajudar a capacitá-los. Então, nosso papel aqui é promover todo esse ecossistema, porque sozinho a gente não dá conta de fazer isso acontecer nem de tornar o processo de incubação, o processo de aceleração mais interessante. Porque, quando falamos de incubação de parque tecnológico, estamos falando de pessoas, de pessoas diferenciadas, pessoas com boas cabeças, e, se a gente não promove isso, como teremos incubadora e parque tecnológico sem pessoas capacitadas? Vai ser um prédio bonito, cheio de andar, e um monte de conta para pagar. É porque a gente não tem quem promova isso; então, precisamos de cabeça para poder fazer essa coisa acontecer.

Este dado que apresento mostra o tamanho do nosso desafio: 96% das pessoas ocupadas estão nas pequenas empresas. Distribuição percentual do número de empresas de *software* e serviços, considerando faixas de pessoal ocupado. Ou seja, somente 0,4% das empresas abrigam 100 ou mais pessoas ocupadas em indústrias de *software* e serviços; 0,8%, de 50 a 99; 2,5%, de 20 a 49; e 96%, até 19 pessoas. Até 19 pessoas, gente, somos nós, empresas pequenas, as incubadas e as *startups*. São estas as empresas que estão ocupando este pedaço do nosso mapa.

Então, quando falamos do ecossistema de base tecnológica, estamos falando, no Brasil, de empresas de até 19 pessoas. Isso é sempre bom lembrar. Se a gente não promove essas empresas incubadas, não promove os parques tecnológicos, não tem uma política pública para trabalhar isso, não teremos essas empresas tornando-se médias e grandes, podendo gerar mais empregos e mais negócios.

Hoje li uma matéria no *Diário do Comércio* e resolvi inserir nesta apresentação, porque achei interessante: “Uma pesquisa da Endeavor mostrou que 1,5% das empresas brasileiras cresce de forma acelerada e gera cerca de 50% dos novos empregos no País”. Dessas empresas, gente, 1,5% são as empresas que nascem em parques tecnológicos, em incubadoras, que têm todo o apoio, como citado aqui, que passam por processo de metodologia, aderem a uma metodologia de capacitação, a uma metodologia de crescimento. Então, esses novos empreendedores, essas novas empresas realmente têm uma participação no cenário, estão gerando 50% de novas empresas. Empresas que crescem rápido são empresas que geram mais empregos, que geram desenvolvimento econômico para o Estado e para o País. Portanto, é muito importante pensar nisso.

Para isso, precisamos de uma política pública, mas uma política pública de incentivo, uma política pública arrojada, uma política pública que nos permita trabalhar cada vez mais e melhor. Isso porque hoje, quando colocamos o empreendedor dentro da nossa incubadora, às vezes temos de gastar 70% do tempo para resolver problema de burocracia para o cara, porque tudo é muito burocrático. E aí, como se pega um empreendedor - está doido para crescer, doido para trabalhar, mas tem de ficar resolvendo um monte de problema de burocracia para ele, e isso impede qualquer crescimento.

Então, precisamos de política pública que apoie os parques tecnológicos, as incubadoras e faça com que elas promovam mais a capacitação, o conhecimento. Que tenham verbas carimbadas, chanceladas, para poderem trabalhar, e não, ficar todo ano correndo atrás do rabo. Mais ou menos isso, principalmente políticas que atraíam investimentos, porque são essas empresas de base tecnológica, como a de vacinas de Viçosa, que ela citou, que agora fazem investimentos. São empresas que atraem investimentos, que são interessantes para os investidores, tanto nacionais como internacionais. É assim que pegamos o dinheiro de fora e colocamos dentro do nosso país, por meio da formação de mão de obra qualificada e empresas qualificadas. Tudo isso é o ecossistema das incubadoras hoje.

Meu tempo já se esgotou. Falei muito. Vou passar rapidamente, para fecharmos. Acreditamos que uma forma de promover é termos um estado tecnológico conectado, inovador, com pessoas diferenciadas. Para não ficar só no falatório, nós, do MGTI, criamos um projeto chamado Condomínio nas Nuvens, condomínio virtual. Para quem não sabe, estamos enviando 20 empresas para Stanford mês que vem. Criamos um convênio com a Faculdade de Stanford e seremos a porta de Stanford na América Latina. Eles vieram até aqui, fizeram as visitas técnicas à nossa incubadora, viram o nosso processo e querem que comecemos a transmitir empreendimentos na América Latina a partir de capacitação.

Nosso condomínio temático será um condomínio virtual, que está sendo apoiado pela Cemig Telecom. A Cemig nos conectará a todo o Estado de Minas Gerais; afinal, conecta 90% do PIB de Minas. Hoje também temos o Indi e a IBM como apoiadores. É um projeto com o qual trabalharemos toda essa conexão, para dar ferramentas para que as incubadoras, os parques tecnológicos, as empresas possam se conectar de forma rápida, fazer pesquisas, minimizar suas burocracias. É um grande desafio, mas é um projeto que está ganhando vida e ficando de pé. E nossa missão nesse projeto é justamente oferecer uma plataforma tecnológica e de agregação de rede social, de fomento, para que todo esse ecossistema de tecnologia e de base tecnológica tenha aonde chegar, entender, conhecer pessoas e trabalhar.

Para finalizar, acreditamos que, dentro do MGTI e da Fumsoft, só conseguiremos ter um sistema vencedor se tivermos todos esses agentes unidos, uma política pública de desenvolvimento arrojada, com capital privado de investidores e ideias inovadoras. As ideias inovadoras nascem nos centros de pesquisas, nas faculdades, nas pessoas e seus *insights*, mas eles precisam de todo esse ecossistema para se promover. Porque, na nossa opinião, é só a partir daí que Minas Gerais virará sucesso. Desculpem ter ultrapassado meu tempo. Muito obrigado.



- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

O presidente - Obrigado, Daniel. Parabéns, 2022 está chegando. Com a palavra, o Sr. André Victor Barrence, para realizar a apresentação do *case* "Programa Seed: construção de uma política pública de sucesso em empreendedorismo e inovação em Minas Gerais".

Palavras do Sr. André Victor Barrence

Boa tarde. Primeiramente eu queria roubar a sugestão do Daniel de cumprimentar as pessoas no começo. Então, cumprimento todos, especialmente o deputado Ulysses Gomes, que é o grande anfitrião deste encontro. Escolho a pessoa do Prof. Ronaldo Pena para cumprimentar todos os colegas que estou tendo o prazer de reencontrar; e a pessoa do Daniel para cumprimentar os empreendedores aqui presentes, porque são parte de uma engrenagem que envolve governo, universidade, criadores das soluções de negócio.

Creio que poderia ser quase redundante, sendo o último a falar, pregando o que já foi pregado por uma plateia absolutamente iniciada na temática da inovação e do empreendedorismo, mas, ao mesmo tempo, foi muito interessante o pedido que me fizeram para que eu apresentasse o *case*. Quando se vai apresentar o *case*, consegue-se falar tanto de sucessos quanto do que não foi tão sucesso. A partir dessa perspectiva, é possível absorver algo tão importante no processo de inovação que é justamente o de lições aprendidas. Talvez muito mais que o sucesso, o fracasso tem capacidade de gerar aprendizados e, conseqüentemente, melhorias como nenhum outro evento.

Felizmente fomos convidados porque temos algo de bom para mostrar e compartilhar. Fico muito satisfeito por, ao falar do que deu certo, conseguir ver, nesta sala especificamente, muitas mãos ou cabeças que foram fundamentais para que este fosse um caso de sucesso até aqui.

O Seed é efetivamente uma construção de uma política pública de empreendedorismo e inovação. Para chegar a falar do Seed, ou seja, de onde veio a ideia do Seed, durante 1 minuto ou 1m30seg, falei de onde surgiu a ideia do escritório. Ouvindo a fala da Adriana, de Viçosa, observei que um dos pontos mais importantes que ela aborda são os dificultadores. Muitas vezes é uma descoordenação governamental no que seja o desenho e a implementação de políticas públicas. Tenho de concordar absolutamente com você. Trabalho em governos há muito tempo e consigo afirmar categoricamente que, mais do que qualquer recurso financeiro, o recurso de coordenação é o mais importante quando falamos de efetividade de política pública. Na sua genética ou no seu DNA, o escritório tem justamente essa função de coordenação, ou melhor, já que estamos falando de um ambiente de inovação, uma função de aceleração de políticas públicas em parceria com outras secretarias do Estado de Minas Gerais. Portanto, o escritório tem, por natureza, a característica de jamais atuar sozinho. Atuamos em prioridades que foram estabelecidas pelo governador Anastasia e pelo governador Alberto, justamente acelerando e potencializando os resultados das políticas públicas já existentes ou desenhando políticas públicas ainda não existentes, mas a partir de problemas reais, concretos e importantes.

Um dos problemas sobre o qual nos foi dada a missão de debuzar é o emprego de qualidade. Aí, friso a questão da qualidade. Por quê? Emprego por emprego estamos falando de um espectro de ocupações muito grande, ocupações que podem ser aferidas por taxas mais tradicionais de desemprego ou de ocupações, mas que não necessariamente apontam para uma questão de sofisticação da economia ou de desenvolvimento da economia de algum lugar.

Minas Gerais tem tradicionalmente uma matriz produtiva que todos sabemos qual é. Perseguimos historicamente uma solução possível para a diversificação da nossa economia. Então, quando falamos de emprego de qualidade, estamos falando de dois esforços simultâneos. Um é o de atração de investimentos que tenham como característica empregos de maior valor agregado ou de maior conhecimento intensivo. Como foi dito pelo Daniel, o Indi tem um papel proeminente dentro do governo, pois é o grande agregador, divulgador ou vendedor de Minas Gerais como um estado possível de ser foco de investimentos tantos nacionais quanto estrangeiros, e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico da mesma forma.

Por outro lado, os grandes ou novos empregos são criados por instituições não apenas de mais longo prazo ou de longa trajetória, mas também por instituições nascentes, ou seja, por novas empresas que nascem justamente do ímpeto empreendedor de um grupo de pessoas. Há estudos nos EUA demonstrando que a maior parte dos novos empregos americanos é criada por pequenas e médias empresas, não mais pelas gigantes ou pelos dinossauros industriais de outros tempos. Então é justamente isso.

Quando falamos de uma *startup*, estamos falando justamente da segunda parte, ou seja, de uma empresa criada por um grupo de pessoas, a partir de um ímpeto empreendedor que está procurando uma coisa muito simples: um modelo de negócio repetível e escalável, porém sob grandes condições de incertezas. Basicamente isso daqui poderia ser traduzido para qualquer processo de criação de inovação, para qualquer processo de transformação ou de mudança organizacional ou de criação e estruturação de um serviço. Aí talvez *startup* tenha sido o termo *sexy* que chamou a atenção das pessoas, para pensar sobre a importância do empreendedorismo e da inovação quando combinados, principalmente, em uma economia que tem características cada vez mais mutantes, como a que a gente vê hoje.

Pontuei três grandes empresas que começaram como *startups* e hoje são empresas que já batem o *valuation*, a avaliação, em mais de US\$1.000.000.000,00 e com crescimentos cada vez mais exponenciais de 50%, 60% ao ano. Isso é simplesmente para exemplificar a ponta de um movimento, de um *iceberg*, em relação a que precisamos nos posicionar como estado, para que possamos, de alguma forma, ser participantes desse movimento, que não é mais nacional, mas mundial, global.

Para que então criamos o Seed? Muito foi dito aqui - acho que foi o Daniel quem falou - sobre a questão da retenção e da atração de talentos. Foi dito e repetido várias vezes que Minas sempre foi exportadora de minérios e mineiros. Dificilmente Minas era reconhecida como importadora de talentos. Digo, deputado, que sou a prova viva de que Minas Gerais pode, sim, importar talentos. Sou de São Paulo e vim trabalhar em Minas Gerais porque achei que aqui havia desafios interessantes e condições possíveis de desenvolver projetos importantes e desenvolvimento. Mas isso não passa por um exemplo individual ou uma experiência ao acaso. É preciso que Minas se posicione como um grande território atrator e mantenedor de talentos. Mas como faríamos isso se tivéssemos escassez de mão de obra talentosa ou de talentos nas nossas universidades? Felizmente esse não é o caso. Temos abundância de



talentos, de criatividade e de universidades muito bem reconhecidas em suas diversas áreas. A tarefa se torna cada vez mais possível, não fácil, de ser concluída ou ter um objetivo concluído. Minas Gerais deve, sim, posicionar-se.

O Seed tem como grande objetivo, como uma política pública, ser um território capaz de acelerar o desenvolvimento de um ecossistema que seja formador, mantenedor e atrator de *startup*, seja de Minas Gerais ou de todo e qualquer lugar do mundo. O Seed tem então de fomentar o empreendedorismo para manter esse capital humano especificamente focado nesses projetos de grande potencial de crescimento, como os apontados pelo Daniel na apresentação anterior. Mais que isso, temos um problema. Trata-se de um problema cultural, que merece e precisa ser atacado. Sempre digo que o governo é um lugar muito interessante de se trabalhar. Seja o Poder Executivo ou o Legislativo, ambos têm uma capacidade dificilmente encontrada em qualquer outra atividade: a capacidade de escalabilidade. E cultura depende da escalabilidade de iniciativas que vão, paulatinamente, gradativamente, alterando uma cultura que foi formada durante muitos longos, mas que pode ser alterada também num período de maturação mais longa. Precisamos promover então agregação desse valor na atividade econômica, incentivando o que é conhecimento para que se transforme em negócio, para que gere receitas, rendas. Precisamos apoiar a criação do desenvolvimento de *startups* e potencializar a interação entre o conhecimento produzido por empreendedores pelas universidades, para que isso chegue efetivamente a um ecossistema de negócios e de mercado. Principalmente, e não menos importante, é incentivar o surgimento, cada vez mais, por ciclo de casos de sucessos que estimulem e, de alguma forma, criem boas histórias a serem contadas e, conseqüentemente, que espalhem a boa palavra da inovação e do empreendedorismo.

Agora, como traduzir esses objetivos que são quase incontestáveis para se criar um ecossistema de inovação, como traduzir isso na criação de uma política pública? Acho que é aqui que moram os grandes aprendizados da trajetória do Seed, que teve o seu princípio...

É muito interessante começarmos a falar de outro elemento tão importante quanto uma boa política pública desenhada e empreendida. Não basta que a política pública seja bem desenhada do ponto de vista teórico ou da quantificação dos dados se ela tiver pouca atração na realidade e pouca capacidade de ser implementada pelas pessoas responsáveis. Nesse ponto, um tema que pode parecer quase paradigmático ou oxímoro, quando se fala de governo, é o de que o governo também tem de ser empreendedor. Para se criar política pública de inovação e empreendedorismo, o governo também precisa ser inovador e empreendedor, caso contrário estaremos fazendo uma coisa completamente dissimulada, estaremos criando uma política pública de inovação que é burocrática e uma política pública de empreendedorismo que é inerte. As duas coisas não se combinam. Portanto, para se criar um programa como o Seed, foi necessária uma mentalidade intragovernamental de inovação e de empreendedorismo. Por quê?

O Seed foi concebido a partir do final de 2012. Mais ou menos a partir de janeiro de 2013, começamos a tramitação formal de sua concepção. Quando começamos a fazer isso, o primeiro ponto de dificuldade e talvez o maior ponto de aprendizado desse processo foi: como nos aventurarmos numa consolidação ou na criação de uma política pública em um tema absolutamente inóspito ao governo, em um tema em que o governo é pouco versado, principalmente em um tema que é da hora, que está sendo construído à medida em que estamos aqui falando sobre ele e um tema quase experimental? Para isso tivemos de buscar muito conhecimento. Só que hoje isso é muito simples de ser feito.

Eu poderia - e nós fizemos isso - conversar com todos daqui desta sala quando fizemos a validação das hipóteses do Seed. Conversamos com muitas pessoas, mas poderíamos conversar também com outras que não estão aqui, mas que trouxeram muitos aprendizados. Por exemplo, Start-Up Chile, que é um programa que foi concebido em um modelo muito parecido com o do Seed e que serviu de grande inspiração e troca de conhecimentos. A Y Combinator, que é uma aceleradora, talvez a mais conhecida aceleradora do mundo, fica no Vale do Silício. Mass Challenge, que é uma aceleradora criada com incentivos governamentais nos Estados Unidos, mais especificamente em Massachusetts. E uma série de outras referências que nos serviram de inspiração e de validação de várias hipóteses que queríamos na concepção do programa.

Mais do que isso, acessemos aqueles que seriam os reais beneficiários ou potenciais beneficiários do programa. Foi muito surpreendente descobrir como há uma abertura para se conversar com o governo. Hoje as possibilidades de estabelecer relações de confiança - e este é um ponto que vou tratar principalmente ao final da apresentação -, que tornam impossível, a partir de um objetivo comum, a criação de algo novo, é algo extremamente importante quando se fala em política pública com essa característica do Seed: políticas públicas experimentais e políticas públicas inovadoras.

Tivemos a felicidade - e talvez não tivéssemos ambiente melhor para falar sobre isso do que a própria Assembleia Legislativa - da própria concertação entre os Poderes Executivo e Legislativo em uma etapa quase que definidora do programa. Quando começamos a concepção do Seed e tivemos um desenho do que seria então o programa dos sonhos, o programa desejado, a política pública desejada, nos deparamos com uma dificuldade latente, que era a inexistência de uma legislação que coubesse ou acomodasse um programa como esse. Então, trouxemos à Assembleia um projeto de lei que foi discutido reiteradas vezes, alterado sempre em benefício de um propósito maior e aprovado em tempo recorde, que possibilitou a criação do programa.

Só para termos noção do quão inovador é esse projeto, deputado, ele prevê, na sua concepção, na sua letra de lei, que o governo do Estado de Minas Gerais pode, a partir desse marco legal - Lei nº 20.703, de 2013 -, apoiar a criação de negócios, projetos de base tecnológica de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, para que venham desenvolver seus projetos aqui em Minas Gerais. Subseqüentemente a esse projeto, tivemos a criação do decreto que deu vida jurídica e legal ao Seed. A importância desta Casa na concepção e criação do Seed é fundamental e tem muito a ver com a criação ou o estabelecimento de relações de muita confiança em temas em que a experimentação é presente. Isso, para mim, é um marco importantíssimo na inovação em Minas Gerais e nas relações com a Assembleia Legislativa em temas de inovação e empreendedorismo.

Mais do que isso, óbvio, tivemos de viabilizar as questões financeiras do programa. Se vocês se lembrarem do que falei no princípio, o programa como grande indutor de uma política de diversificação, nada mais correto do que nos utilizarmos de um recurso existente, uma receita existente de iniciativas de economia mais tradicional, no caso a Cfem, que é a compensação financeira pela exploração de atividade mineral, para financiar um programa que está justamente buscando a diversificação do que é a atividade mineral. É quase emblemático o fato de a Cfem ter sido a nossa fonte de recursos.



Mais do que isso, a partir da concepção precisamos de parceiros privados, que tenham conhecimento de aceleração, para nos ajudar a conceber o programa da forma ideal. Encontramos um espaço adequado, justamente um dos pilares do programa, e firmamos uma série de parcerias estratégicas que nos ajudaram em duas tarefas principais. A primeira é a divulgação do programa, ou seja, como espalhar aos quatro cantos do mundo que Minas Gerais, um Estado brasileiro, tinha um programa de atração de talentos global. E justamente o último ponto, derivado dessa tarefa de divulgação, era selecionar as melhores *startups*.

O programa foi desenhado para que a cada ciclo tivéssemos 40 *startups* que passassem por um processo de aceleração extremamente intenso de seis meses de duração, com *startups* de até três empreendedores por *startup*, que receberiam um valor variável, mas com um limite de até R\$80.000,00 para que, durante esses seis meses, desenvolvessem a sua *startup* em Minas Gerais dentro do nosso programa de aceleração.

É importante dizer que, pelo fato de termos tirado uma barreira burocrática importantíssima, que era a existência preliminar de uma empresa constituída, conseguimos acessar empreendedores, pessoas físicas ou inventores, pessoas que tinham ideias, que não necessariamente estavam no mapa da inovação de Minas Gerais, mas que descobriram o Seed e foram contemplados com seus projetos e ao longo do projeto tiveram todo o desenvolvimento das suas *startups*, desde o conceito até o produto final.

Foi um momento de grande surpresa dentro da nossa trajetória. Quando criamos o programa para selecionar 40 *startups* por vez, tínhamos uma meta audaciosa que era conseguirmos 500 inscrições, talvez de quatro ou cinco países diferentes. A primeira rodada de seleção foi um período de divulgação completamente enxuto, em que tivemos poucos dias para divulgar e pouquíssimos recursos, basicamente utilizando plataformas virtuais. Conseguimos acessar 1.367 projetos que se inscreveram para o Seed de 32 países diferentes e de 19 estados brasileiros, muitos deles de Minas Gerais. Mas nossa surpresa, quando percebemos a atratividade de um território como Minas Gerais e a sua visibilidade ou potencial como um território inovador, principalmente acolhedor ao empreendedor, foi muito positiva.

A segunda rodada, por sua vez, surpreendeu-nos ainda mais porque conseguimos avançar no número de inscrições, no número de países e no número de estados brasileiros para chegarmos aos mesmos 40 projetos de *startups* selecionadas, que se encontram neste momento em aceleração em Belo Horizonte.

Hoje a gente tem uma representação muito grande de Minas Gerais dentro dos projetos. Já tivemos projetos de Itajubá, de Juiz de Fora, do Triângulo, do Norte de Minas, do Sul de Minas, de Belo Horizonte, além de projetos de diversos estados brasileiros e de 15 países. Temos empreendedores de 15 nacionalidades, que estão desenvolvendo suas *startups* aqui, tão diversas como nos Estados Unidos, no Vale do Silício. Há projetos da Hungria, de Londres, etc.

Isso nos mostrou que o caminho percorrido para um programa global, com o apoio da Assembleia Legislativa, estava correto. Avançamos muito, ao longo desse trajeto, na diversidade do tipo de projeto. Como bem disse o Daniel, é um ledão enganoso acharmos que quando falamos em tecnologia estamos tratando apenas de internet. Na verdade a tecnologia é propulsora de diversos negócios em vários segmentos. Talvez o nosso grande esforço seja fazer com que, cada vez mais, consigamos ampliar e qualificar esses empreendimentos que vêm de diversos segmentos, a serem acelerados no Seed.

O espaço foi intencionalmente desenhado e concebido para que essas partículas empreendedoras pudessem colidir ali dentro e gerar novos potenciais negócios e novos conhecimentos compartilhados. O espaço foi completamente concebido para que isso acontecesse e, principalmente, está aberto a todos que quiserem visitar ou trabalhar ali. Esse espaço pode ser agendado. Qualquer pessoa pode trabalhar lá, na Rua Curitiba, onde funciona o projeto, muito próximo ao local onde estamos.

Meu tempo já se esgotou, mas tenho a característica de falar muito. Quero citar quatro grandes pontos de aprendizados necessários a partir dessa experiência do Seed. A primeira questão já pontuei no decorrer de minha fala. Para se criar uma cultura e um território empreendedor, o governo tem de ser empreendedor. O governo precisa trabalhar para o empreendedor, e não o contrário, como muitas vezes é percebido pelos empreendedores. Há que se ter, cada vez mais, um estado capaz de trabalhar junto ao empreendedor, principalmente nas tarefas de desburocratização. A burocratização tem um custo quase inestimável, quando estamos falando de um empreendedorismo de alta voltagem, como é esse empreendedorismo de *startups*. Se eu tiver de quantificar um percentual, dentro dos seis meses, daquilo que hoje ainda gastamos com tarefas e funções burocráticas - e as empresas têm de se adequar a essas burocracias -, teremos um grande susto. O nosso principal objetivo para a evolução do programa é justamente, cada vez mais, desburocratizar o Seed e as demais políticas públicas de incentivo e de aceleração de empreendedorismo e inovação.

O segundo ponto se refere à educação empreendedora. Algo interessantíssimo foi pontuado pelo Daniel, que é justamente o estudo da Eneva, que demonstra que as grandes empresas de alto impacto, no que se refere à criação de novos empregos, são ainda muito pequenas. Elas podem ser expandidas desde que tenhamos formação de bons empreendedores. Ao contrário do que se imagina, nosso sistema educacional atual não é um sistema de formação de empreendedores. É necessário acelerar a formação de novos empreendedores. Não estou falando de uma formação dentro da classe, com alunos sentados em uma cadeirinha. Estou falando de formação de como é ser empreendedor no dia a dia. É aquela formação que fará com que o empreendedor de uma *startup* se torne um empreendedor serial, que tenha ser empreendedor como uma opção de vida.

Trataremos agora do terceiro ponto. Talvez essa seja a grande constatação ao longo da validação de várias hipóteses que nos trouxeram a concepção atual do Seed. Há ainda a necessidade de maior aporte de recursos em iniciativas de inovação de empreendedorismo.

Por outro lado, também há necessidade de maior aderência do que é o recurso disponível. Muitas vezes os programas de agentes financeiros e de instituições que buscam fomentar o empreendedorismo e a inovação não conseguem encontrar aderência à real necessidade do empreendedor. Se fôssemos capazes de, cada vez mais, aumentar essa aderência, consequentemente aumentaríamos a efetividade desse recurso investido, o que não nos desoneraria de investir cada vez mais se quiséssemos atingir patamares globais de um ecossistema de empreendedorismo.

Por fim, mas não menos importante, acho que temos uma função que precisa ser também foco de muita atenção, que é acelerar a inovação, ou seja, precisamos criar instrumentos formais e não formais. Instrumentos formais e talvez relacionais, institucionais e não

institucionais, para fazer com que as inovações que muitas vezes têm potencial de negócio se tornem negócios mais rapidamente. Isso passa por toda uma legislação ou uma revisão de legislação de propriedade intelectual, de registro de patentes. Não há dúvida nisso, mas essa questão passa também a estabelecer cada vez mais conexões entre os atores do ecossistema, entre aquele que possui uma tecnologia e aquele que possui um modelo de negócio, entre aquele que possui capacidade de financiamento e de investimento e aquele que possui um negócio que necessita de investimento. Isso quer dizer acelerar inovação. Vamos precisar povoar esse ecossistema com cada vez mais cientistas e pesquisadores que produzam a partir de problemas reais, cujas pesquisas tenham potenciais soluções, com pesquisadores que interajam com aqueles formuladores de negócio, principalmente que interajam com quem pode financiar essas soluções, seja o governo, com iniciativas como o Seed, seja o financiador privado ou o mercado de capital de risco, de capital empreendedor. Esse capital, efetivamente, precisa se desenvolver mais para que povoemos e tenhamos Minas Gerais como um ecossistema cada vez mais rico. Agradeço muito a oportunidade, senhores. Desculpem-me o avançar da minha fala.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

O presidente - Obrigado, André.

Esclarecimentos sobre os Debates

O presidente - Neste instante, daremos início a fase dos debates. Solicitamos a quem fizer uso do microfone que se identifique, como já havíamos dito, e que seja objetivo e sucinto, dispensadas as saudações pessoais. Cada participante disporá de até 2 minutos para fazer sua intervenção. Lembramos-lhes que a leitura e a apresentação oral das perguntas serão feitas de acordo com o volume das sugestões recebidas.

Informamos que a publicação da ata deste ciclo de debates estará disponível na versão eletrônica do *Diário do Legislativo*, na edição do dia 23 de agosto, e poderá ser acessada pelo portal da Assembleia Legislativa: www.almg.gov.br.

Informamos aos que tiverem interesse em se aprofundar ou rever as apresentações, os vídeos e outros materiais sobre o evento, que esse material estará disponível na página da Assembleia referente ao evento. Então, acessando o *site* da Assembleia, na página do ciclo de debates, estará disponível o conteúdo já produzido mais as palestras e apresentações.

Debates

O presidente - Nossos expositores já receberam algumas perguntas escritas. Há dois pedidos de intervenção oral. Pedimos que, quando a pergunta for direcionada a cada expositor, ele a responda e, em seguida, passe para as considerações finais.

Convido o Sr. Mozart Justino, representante da Fundação Educacional, Profissionalizante e Empresarial - Fepesa. Está aqui o microfone para a pergunta. Ele não se encontra? Passaremos a palavra ao próximo expositor, Ângelo Andrade Cirino, da Prefeitura de Cataguases. A pergunta é sugerida ao Sr. André Victor.

O Sr. Ângelo Andrade Cirino - Muito interessante a iniciativa do Seed. Acho isso extremamente positivo, vemos o resultado prático. A grande demanda é que chega a ser surpreendente, ou não. Quando conhecemos a demanda, na verdade, percebemos que há necessidade desse tipo de empreendimento por parte do poder público de uma forma geral.

Na semana passada, li uma notícia muito interessante. O Japão tem uma parceria público-privada, um fundo de investimento, com uma empresa estatal que trabalha com fabricação de *display oled*. Juntou-se à Panasonic, à Toshiba e à Sony e firmou-se uma grande parceria público-privada - 70% de capital do governo japonês para criar condições de concorrer com a Coreia na fabricação de *display oled*. Percebo que no Brasil temos uma janela de oportunidades para esse tipo de intervenção também, do estado empreendedor. Existe até uma elaboração teórica a esse respeito de uma economista italiana. Então, queria ouvir sua opinião sobre como podemos ter políticas mais avançadas, mais ousadas, de modo que o Estado assuma esse papel empreendedor.

O presidente - O único inscrito era ele, então, sugiro, André, que você comece dando a resposta e já faça suas considerações finais.

O Sr. André Victor Barrence - Está bem. Primeiro agradeço pela pergunta, que, na minha opinião, é extremamente pertinente ao debate que estamos fazendo aqui e a diversas reflexões que fazemos sobre o futuro do Seed e de outras iniciativas de estímulo à inovação.

Tentarei ser bastante objetivo, apesar de podermos discutir isso sobre vários aspectos. Vou discutir sobre o que podemos fazer, como governo, para avançar. Concordo muito com essa perspectiva. A economista que você citou é a Mariana Mazzucato. Ela tem um argumento segundo o qual o Estado não só poderia, mas também deveria ter um ímpeto empreendedor focado principalmente na produção de novidades que sejam disruptivas, como já o fez em outros momentos. Ela dá vários exemplos, como o da internet, que veio lá da criação da Darpa. Para que isso aconteça, o governo, internamente, incluindo-se as instituições de fomento, os agentes públicos de fomento à inovação, precisa internalizar algo intrínseco à cultura empreendedora, que é a capacidade de errar, porque o erro vai acontecer. Quando você faz apostas de risco, mas também de grande potencial de retorno, não adianta ter a ilusão de que o erro não é uma possibilidade. É uma possibilidade, mas com o erro também vem uma série de aprendizados, e com as escolhas devem ser feitas reflexões preliminares que apontem quais são as maiores chances de dar certo. Essa cultura empreendedora intragovernamental vem sendo alterada gradativamente.

Poderia citar aqui - aí o Prof. Evaldo certamente há de concordar comigo - que já há uma tendência, por exemplo, em instituições como a Fapemig e o BDMG, de cada vez mais serem agentes de inovação em um modelo que se está colocando de parceria público-privada ou de aceleração de inovação, a partir da interação ou do financiamento direto de determinadas pesquisas. Particularmente acho que esse é um modelo que pode se desenvolver e se tornar replicável para diversos setores. Há também o outro lado - que não é o lado governamental, mas o lado empresarial e corporativo - que também precisa, no caso brasileiro, adequar-se ou estar disposto a determinados riscos ao se associar com o ímpeto de produzir algo tão inovador. Creio que essa é uma das grandes alavancas possíveis para atacar aquele último ponto de que falei, que é a aceleração da inovação.

Então, vejo como algo viável e que pode certamente ser construído como um modelo replicável e escalável para diversos setores, desde que consigamos, de alguma forma, acomodar o correr de risco que cada um dos atores envolvidos vai precisar enfrentar.

O presidente - Muito obrigado. Convido a Marina Brandão para fazer suas considerações.



A Sra. Marina Brandão Dutra - Queria novamente agradecer a oportunidade. Fica muito clara, num debate desse, a importância desse assunto. O governo tem despertado esse olhar e tem dado novas possibilidades para se criarem ações - o André falou muito bem. É preciso nós mesmos tentarmos ser empreendedores para alavancar as ações. Acho que estamos ainda muito atrás da realidade brasileira e mineira. Em uma comparação com o cenário internacional, ainda temos muito a caminhar. Acredito que debates como este são realmente momentos muito oportunos para gerar reflexão e nos fazer pensar em novas iniciativas.

O que eu queria deixar mesmo aqui, novamente, é o agradecimento pela oportunidade e os cumprimentos a todos os participantes. Obrigada.

O presidente - Muito obrigado. Daniel Diniz.

O Sr. Daniel Diniz - Desta vez agradecerei primeiro. Agradeço a todos, principalmente ao deputado Ulysses Gomes, que promoveu o debate, que é de suma importância para o desenvolvimento econômico, social e político. Nossa economia se desenvolve justamente na formação de melhores pessoas. Não é o fator econômico que desenvolve a economia, mas é o fator humano que faz uma economia cada vez mais forte, cada vez mais sustentável.

O que gostaria de trazer a todos é justamente a questão da sustentabilidade, porque tudo que temos buscado nessas ações, tanto dos parques quanto das incubadoras e dentro dos empreendimentos, é sempre ter um olhar de sustentabilidade social e econômica para podermos promover o bem-estar, o desenvolvimento humano. Acredito que o maior resultado e o maior benefício de todo esse debate de hoje é vermos que existe um capital humano de qualidade, que existem pessoas que estão realmente fazendo diferença, que estão aqui doando e empreendendo seu tempo em uma causa muito nobre.

Queria parabenizar todos os que estiveram aqui nesta bancada hoje, falando sobre suas ideias, seus projetos, seus empreendimentos. Parabenizo também pelas conquistas. Ainda temos um longo caminho a trilhar para fazermos nosso estado e nosso país realmente de ponta e de desenvolvimento. Espero que, ao longo desses anos, eu possa viver cada vez em uma Minas Gerais mais forte, mais unida. Muito obrigado.

O presidente - Obrigado. Passo a palavra ao Wander Wilson, secretário de Santa Rita do Sapucaí, para suas considerações.

O Sr. Wander Wilson Chaves - Queria também agradecer pelo convite e a atenção de todos e parabenizar pelas exposições. Aprendemos uns com os outros neste momento.

Como última contribuição, quero dizer que a palavra-chave seria a “qualidade” das políticas públicas. Que se fique muito atento a desenvolvimento econômico atrelado a desenvolvimento social. Que essas duas palavras andem juntas e que construamos uma sociedade melhor. Obrigado.

O presidente - Obrigado. Passo a palavra à Adriana Ferreira de Faria, diretora do CenTev.

A Sra. Adriana Ferreira de Faria - Também gostaria de agradecer pela oportunidade e pedir, com sinceridade, que este não seja o primeiro e o último momento, que tenhamos outras oportunidades para discutir esse tema, que é complexo. Acho que o exemplo do Seed aqui é muito interessante, porque ele mostra que, quando realmente há vontade política, as coisas acontecem.

Esse movimento de empreendedorismo de base tecnológica é justamente a interação universidade-empresa-governo. Precisamos do governo em todas as suas instâncias - no Executivo, no Legislativo -, precisamos de política. Estou no movimento há quase 10 anos - é um movimento no Estado, de 20 anos -, e vemos que os resultados são satisfatórios. Mas em grande medida eles foram obtidos muito mais por esforços individuais de gestores, de parques, de incubadoras ou daqueles que estão na universidade ou até mesmo no governo, ou seja, muito mais talvez por sorte do que por juízo.

Fico imaginando, se tivermos as políticas adequadas e os recursos financeiros adequados, como estaremos daqui a 10 anos. Essa é uma discussão realmente importante e que deve continuar. Realmente precisamos do apoio dos nossos legisladores e das pessoas do Executivo para conseguirmos os resultados que pretendemos.

Agradeço a oportunidade e parabenizo a RMI pela iniciativa, juntamente com a Assembleia Legislativa. Sinceramente, desejo que tenhamos outras oportunidades e que as políticas, de fato, sejam construídas para o nosso Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

O presidente - Obrigado. Passo a palavra para o Sr. Ronaldo Pena, para as considerações finais e a resposta das perguntas.

O Sr. Ronaldo Tadêu Pena - Recebi uma pergunta do José Batista de Souza Neto, do Município de Patrocínio. Parece que ele a enviou por *e-mail*. Ele pergunta: “Em visita técnica, observamos que, em alguns países, como a Turquia, os pesquisadores ligados aos parques tecnológicos recebem reduções no imposto sobre a renda, chegando à isenção em alguns casos. Há similares no Brasil? Acredita que esse tipo de ação possa ser relevante para pesquisadores?”

Estou longe de ser um tributarista, não entendo com profundidade a questão dos impostos. Com o Imposto de Renda, tenho aquele sofrimento no mês de abril, que todo mundo tem, mas faço o meu, que é o máximo que consigo.

De toda maneira, no meu entendimento, temos de atuar para beneficiar as empresas, reduzindo impostos por períodos de tempo, de forma que as empresas tenham na nossa região oportunidades no mínimo similares às empresas da Bahia, do Rio Grande do Sul, de São Paulo e de outros estados. Eu sempre, como administrador público que fui no tempo de universidade, dizia o seguinte: temos de no mínimo ser iguais; se formos diferente, que sejamos melhor. Não podemos ser diferentes para pior. No mínimo ser iguais aos melhores ou melhores que os melhores.

Saudamos este evento e o esforço do professor Renato, que é bem recebido na Assembleia. Certamente este evento é de grande importância. É claro que ele ocorre no fim de uma legislatura, mas é preciso um retorno, como nos filmes. Precisamos ter esse evento no mês de fevereiro ou março do ano que vem. Realmente é preciso trabalhar no sentido de termos aqui uma bancada da inovação. A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais não pode ficar fora, à margem de um processo tão fundamental do desenvolvimento econômico do nosso estado.

O senhor é um jovem deputado que certamente deve continuar no Parlamento; por isso realmente o convivo para que esse processo seja retomado, que tenhamos quatro anos pela frente para fazermos a diferença para valer. É disso que precisamos, é disso que nosso estado precisa, é disso que o nosso povo precisa.



Terminando, queria dizer que a palestra do André foi extremamente motivadora. Esse projeto é maravilhoso, realmente inovador, muito interessante. Sugiro que, numa próxima oportunidade, você fale sobre o *day after*, ou seja, o que aconteceu com as primeiras 40. Sei que não há a pretensão de que essas 40 virem empresas em Minas Gerais, mas esse é um dado importante. Seria importante saber o que está acontecendo após os seis meses. Ainda seria apenas um ponto na curva, não seria uma curva ainda, mas vai ser importante no acompanhamento desse projeto, que é inovador e de grande valor.

Agradeço a oportunidade e o convite. Digo que o BH-TEC está aberto sempre para colaborar na medidas de suas possibilidades e também receber apoio como o que a Assembleia nos oferece neste momento. Muito obrigado e uma boa tarde a todos.

O presidente - Compartilho a minha extrema satisfação e alegria, bem como o meu agradecimento pela oportunidade de estarmos aqui neste ciclo de debates. Sem dúvida alguma, não teríamos promovido essa atividade, professor Renato, sem a provocação de todos vocês. Faço esse comentário referindo-me à sua pessoa, se assim me permite. Como disse, não tenho dúvida de que é um tema de extrema importância para o desenvolvimento do nosso estado, se não do País, obviamente. Debater isso de forma regionalizada, podendo produzir o conhecimento a partir da realidade de cada uma das nossas regiões, é muito importante. Guimarães Rosa dizia, como todos sabem, que Minas são muitas. Então, sem dúvida alguma, a regionalização é fundamental. Não dá para pensar um desenvolvimento para o sul igual ao do Jequitinhonha, para a Região Metropolitana igual ao do Triângulo. Acredito que a base do conhecimento, na linha da tecnologia e da inovação, fará de Minas Gerais um novo Estado, não só inovador mas também com desenvolvimento sustentável.

Então, se esse pode ser considerado um pontapé, que o seja de continuidade. Já havíamos conversado durante as reuniões preparatórias, com as quais, aliás, desde a primeira, fiquei extremamente impressionado; e não foi diferente nas outras. Comentava logo pela manhã com o professor Renato sobre a quantidade de pessoas presentes. Perguntava-lhe se essa era a expectativa dele. Na verdade, não só na quantidade como também na qualidade, o evento superou as nossas expectativas. Ao conversar com vários técnicos da Assembleia, ficou claro para nós que esse tema, esse conteúdo, esse segmento, merece da Casa uma atenção especial. Aquela nossa expectativa, professor, de que esse ciclo pudesse abrir para nós o caminho para a Assembleia Legislativa promover um fórum de debates no ano que vem, se mostra uma realidade. Não tenho dúvidas de que o que foi aqui construído neste dia nos dará sustentação para consegui-lo. Farei essa solicitação amanhã mesmo ao presidente da Casa, mostrando-lhe que há uma demanda premente, considerável, deste setor, que quer e merece ser ouvido, assim como merece um maior apoio da nossa instituição.

O ciclo de debates é uma grande oportunidade. Vários setores tiveram essa oportunidade nesta Casa, mas acho que precisamos mais. O fórum de debate, nos moldes que a Assembleia o promove, indo a cada região do Estado, durante meses, professor, será muito importante. Esse formato que se propõe no fórum de debates para ouvir, para construir em cada uma delas uma pauta conceitual e específica de cada realidade e trazê-la para um grande fórum ao final é fundamental.

O ano de 2015 será politicamente muito importante para nós, pois será o início de novos governos, estadual e federal, além de termos a construção do PPAG. Então, construímos esse ciclo num excelente momento, pois, quem sabe, vamos poder levar essas pautas até mesmo para um debate eleitoral, sobretudo para a conquista de um espaço para o ano que vem, que, como disse, será um momento muito importante, pois teremos novos governos, a construção do PPAG e possibilidade real de um fórum de debates. A provocação, a motivação e a mobilização de vocês será crucial para que possamos garantir essa continuidade, numa perspectiva ainda maior para trazer as conquistas que esperamos.

Nesse sentido, compartilho dessa alegria, mas também da perspectiva de avançarmos no comprometimento, que é de mão dupla. Vamos buscar isso na Assembleia, o que vai depender da mesma provocação que o setor teve por meio da Rede Mineira de Inovação, para continuarmos o debate na perspectiva desse fórum regionalizado em 2015.

Quero mais uma vez agradecer e fazer com que nosso trabalho, no diálogo e na construção coletiva, sirva para abrir as portas da Assembleia. Assim, quero reafirmar nosso compromisso e nos colocar mais uma vez à disposição. Muito obrigado.

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 20/8/2014

Presidência dos Deputados Dinis Pinheiro, Bosco e Tadeu Martins Leite

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata – 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 142; designação de relator; emissão de parecer pelo relator; discurso do deputado João Leite; Questão de Ordem; Suspensão e Reabertura da Reunião; chamada para a recomposição de quórum; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos; discurso do deputado João Leite; Questão de Ordem; Suspensão e Reabertura da Reunião; discurso do deputado Rogério Correia; chamada para a recomposição de quórum; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos; Suspensão e Reabertura da Reunião – Encerramento

Comparecimento

– Comparecem os deputados e a deputada:

Dinis Pinheiro – Ivair Nogueira – Hely Tarquínio – Dilzon Melo – Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Anselmo José Domingos – Antônio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bonifácio Mourão – Bosco – Braulio Braz – Carlos Mosconi – Carlos Pimenta – Célio Moreira – Dalmo Ribeiro Silva – Duarte Bechir – Duílio de Castro – Fábio Cherem – Fred Costa – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Jayro Lessa – João Leite – Lafayette de Andrada – Leonardo Moreira – Liza Prado – Luiz Henrique – Luiz Humberto Carneiro – Mário Henrique Caixa – Marques Abreu – Pinduca Ferreira – Rogério Correia – Rômulo Veneroso – Rômulo Viegas – Sargento Rodrigues – Sebastião Costa – Tadeu Martins Leite – Tiago Ulisses – Ulysses Gomes – Wander Borges – Zé Maia.



Abertura

O presidente (deputado Dinis Pinheiro) – Às 9h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

– O deputado Rômulo Viegas, 2º-secretário ad hoc, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Discussão e Votação de Proposições

O presidente – Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 142, que altera a Lei Complementar nº 59, de 18/1/2001, que trata da organização e da divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer, a presidência, nos termos do § 2º do art. 145 do Regimento Interno, designa relator da matéria o deputado Rômulo Viegas. Com a palavra, o deputado Rômulo Viegas, para emitir seu parecer.

O deputado Rômulo Viegas – Sr. Presidente, meu parecer é o seguinte:

PARECER SOBRE O VETO PARCIAL À PROPOSIÇÃO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 142

Relatório

O governador do Estado, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VIII do art. 90, combinado com o inciso II do art. 70 da Constituição do Estado, opôs veto parcial à Proposição de Lei Complementar nº 142, que altera a Lei Complementar nº 59, de 18 de janeiro de 2001, que contém a organização e a divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais.

As razões do veto foram encaminhadas por meio da Mensagem nº 676/2014, publicada no *Diário do Legislativo* de 2/7/2014. Considerando que o veto, após sua publicação, não foi distribuído à Comissão Especial para, no prazo de vinte dias, receber parecer, nos termos do disposto no art. 222 do Regimento Interno, o presidente da Assembleia avocou a proposição para inclusão na ordem do dia, em Plenário, consoante dispõe o art. 141 deste Regimento.

Fundamentação

Por meio da Mensagem nº 676/2014, o governador do Estado encaminhou as razões do veto parcial aposto à Proposição de Lei Complementar nº 142, que altera a Lei Complementar nº 59, de 18 de janeiro de 2001, que contém a organização e a divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

Consoante se extrai da referida mensagem encaminhada ao presidente desta Casa, o governador do Estado, nos termos do inciso II do art. 70 da Constituição Estadual, opôs veto parcial, por inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público aos seguintes dispositivos da proposição de Lei Complementar nº 142: i) art. 4º, que altera o inciso I do *caput* do art. 8º da Lei Complementar nº 59, de 2001; ii) art. 21, que altera o *caput* e seu inciso X e o parágrafo único do art. 61 da Lei Complementar nº 59, de 2001; iii) art. 48, que altera o *caput* do art. 124 da Lei Complementar nº 59, de 2001; iv) arts. 300-D, 300-E, 300-G e 300-j, acrescidos pelo art. 96 da proposição de Lei Complementar nº 142.

Primeiro veto: art. 4º da proposição, que altera o inciso I do *caput* do art. 8º da Lei Complementar nº 59, de 2001

“Art. 4º – O inciso I do *caput* do art. 8º da Lei Complementar nº 59, de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 8º – (...)

I – de entrância especial as que têm três ou mais varas instaladas, nelas compreendidas as dos Juizados Especiais, e população igual ou superior a cem mil habitantes;’”

Nas razões do veto, o governador averba, inicialmente, que o dispositivo vetado foi acrescido ao texto da proposição pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais sem a apresentação do estudo de impacto orçamentário, em contrariedade ao que dispõe o inciso II do art. 68 da Constituição Estadual. Além disso, atesta o governador que há violação ao disposto na alínea “c” do inciso IV do art. 66 da Constituição Estadual, que estabelece como matéria de iniciativa do Tribunal de Justiça, por seu presidente, o projeto de lei sobre a organização e a divisão judiciárias e suas alterações.

Com base nessas razões, vetou-se o art. 4º da proposição por razões de inconstitucionalidade.

Esclarecemos que, de fato, o dispositivo em comento foi acrescido por esta Casa, no curso do processo legislativo, por emenda parlamentar. Não obstante, infere-se do arcabouço jurídico brasileiro que o exercício do poder de emenda parlamentar qualifica-se como prerrogativa inerente à função legiferante, atribuída aos parlamentares, os quais se sujeitam, contudo, às restrições previstas expressamente no texto constitucional – vedação ao aumento de despesa (inciso II do art. 63 da Constituição da República e inciso II do art. 68 da Constituição do Estado) – e dele decorrentes – pertinência temática entre o conteúdo da emenda parlamentar e o objeto da proposição.

Nesse sentido manifestou-se o Supremo Tribunal Federal:

“Revela-se plenamente legítimo, desse modo, o exercício do poder de emenda pelos parlamentares, mesmo quando se tratar de projetos de lei sujeitos à reserva de iniciativa de outros órgãos e Poderes do Estado, incidindo, no entanto, sobre essa prerrogativa parlamentar – que é inerente à atividade legislativa –, as restrições decorrentes do próprio texto constitucional (CF, art. 63, I e II), bem assim aquela fundada na exigência de que as emendas de iniciativa parlamentar sempre guardem relação de pertinência (‘afinidade lógica’) com o objeto da proposição legislativa.” (ADI 2.681-MC, rel. min. Celso de Mello, julgamento em 11.9.2002, Plenário, DJE de 25-10-2013.)



In casu, ainda que a alteração perpetrada na proposição esteja respaldada sob a esteira da pertinência temática, o veto há de ser mantido em virtude do aumento de despesa proporcionado com a elevação de um número maior de comarcas à condição de entrância especial, contrariando, assim, os já citados dispositivos da Constituição da República e Mineira.

Segundo veto: art. 21 da proposição, que altera o *caput* e seu inciso X e o parágrafo único do art. 61 da Lei Complementar nº 59, de 2001

“Art. 21 – O *caput* e seu inciso X e o parágrafo único do art. 61 da Lei Complementar nº 59, de 2001, passam a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 61 – Compete ao Juiz de Vara de Execuções Penais e Corregedor de Presídios:

(...)

X – proceder à correição permanente da polícia judiciária e dos presídios da comarca e propor ao Corregedor-Geral de Justiça medidas que visem à melhoria do serviço ou da execução da pena.

Parágrafo único – Nas comarcas com mais de uma vara onde não houver vara especializada de execuções penais nem corregedoria de presídios, cabe ao Corregedor-Geral de Justiça designar, bianualmente, o Juiz-Corregedor de Presídios, permitida a recondução e sua substituição, quando convier.'”

Segundo o governador, a “expressão 'execuções criminais' constante no art. 61 da Lei Complementar nº 59, de 2001, a que se pretende alterar, distingue apenas as sanções criminais, o que reduz o âmbito de atuação perante o termo 'execuções penais', que abrange qualquer espécie de pena”. Além disso, sustenta o chefe do Poder Executivo que a alteração promovida interfere na autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário, contrariando o disposto no art. 97 da Constituição Mineira.

Com base nessas razões, vetou-se o art. 21 da proposição, ato com o qual concordamos, considerando que a alteração proposta, com a substituição da expressão “execuções criminais” por “execuções penais”, está tecnicamente incorreta, pelas razões já expostas pelo governador.

Terceiro veto: art. 48 da proposição, que altera o *caput* do art. 124 da Lei Complementar nº 59, de 2001

“Art. 48 – O *caput* do art. 124 da Lei Complementar nº 59, de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 124 – Após cada período de cinco anos de efetivo exercício de serviço público, o magistrado terá direito a férias-prêmio de três meses, admitida a conversão em espécie, paga a título de indenização, quando da aposentadoria ou quando requerida para gozo e indeferida por necessidade do serviço, limitada, neste caso, a um período de trinta dias por ano.'”

As razões do veto apresentadas pelo governador baseiam-se na inconstitucionalidade da alteração realizada por emenda parlamentar, sob o fundamento de que, mais uma vez, violou-se o disposto no inciso II do art. 68 da Constituição Mineira, em razão da geração do aumento de despesa sem a apresentação prévia do estudo de impacto orçamentário. Além disso, registra o governador que a Presidência do Tribunal de Justiça informou que o Supremo Tribunal Federal tem, seguidamente, negado provimento às ações que visam ao pagamento de férias prêmio, acrescentando, ainda, “que está em estudo, no âmbito do STF, eventual elaboração de súmula vinculante para coibir qualquer ordenador de despesa de pagamento de férias prêmio”.

Conforme já exposto neste parecer, em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, ainda que esteja demonstrada a relação de pertinência temática, o poder de emenda parlamentar encontra-se condicionado à vedação constitucional de aumento de despesa (inciso II do art. 63 da Constituição da República e inciso II do art. 68 da Constituição do Estado). Esses fundamentos, por si só, já são suficientes para manter o veto, por suas próprias razões.

Quarto veto: arts. 300-D, 300-E, 300-G e 300-J, acrescidos pelo art. 96 da proposição

“Art. 96 – Fica acrescentado à Lei Complementar nº 59, de 2001, o seguinte Livro V-A, integrado pelos arts. 300-A a 300-K:

(...)

Art. 300-D – A outorga de delegação a notário ou registrador é da competência do Governador do Estado, observada a ordem de classificação no concurso de provimento ou no concurso de remoção.

Art. 300-E – O novo delegatário será investido perante o Governador do Estado, no prazo de trinta dias contados da publicação da outorga de delegação, prorrogáveis por igual período, mediante requerimento expresso, e entrará em exercício perante o Diretor do Foro, no prazo improrrogável de trinta dias contados da data da investidura.

§ 1º – O novo delegatário, no ato de investidura por concurso público de ingresso ou de remoção, apresentará documento comprobatório de desincompatibilização das atividades enumeradas no art. 25 da Lei Federal nº 8.935, de 1994.

§ 2º – No ato de investidura, o delegatário prestará o compromisso de bem e fielmente, com retidão, lealdade e honradez, desempenhar as atividades da serventia.

§ 3º – Para entrar em exercício, o delegatário apresentará documentação exigida no edital do concurso.

§ 4º – Não ocorrendo a investidura ou o exercício dentro dos prazos marcados, a delegação será tornada sem efeito, mediante publicação de ato do Governador do Estado, devendo ser realizado novo concurso.'”

Segundo as razões do veto, os arts. 300-D e 300-E contrariam o disposto na Resolução nº 81, de 9 de junho de 2009, do Conselho Nacional de Justiça.

O art. 236 da Carta Magna prevê que as atividades notariais e registrais são exercidas em caráter privado, por delegação do poder público, cabendo a lei disciplinar as suas atividades e a fiscalização dos seus atos pelo Poder Judiciário.

Com efeito, os arts. 13, 14 e 15 da citada resolução do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre os concursos públicos de provas e títulos, para a outorga das Delegações de Notas e de Registro, e minuta de edital, estabelecem que, encerrado o concurso, o presidente do Tribunal de Justiça expedirá ato outorgando a delegação, dando-se a investidura e o exercício perante a Corregedoria Geral de Justiça.

Assim, tendo em vista as citadas normas que já disciplinam o tema, somos pela manutenção do veto.

“Art. 300-G – A acumulação, a desacomulação e a extinção dos serviços notariais e de registro só podem ocorrer por lei de iniciativa do Tribunal de Justiça.

§ 1º – Durante o procedimento previsto no *caput*, o serviço notarial e de registro objeto da proposta não será submetido a concurso público.

§ 2º – A acumulação ou desacumulação de serviços notariais e de registro fica condicionada a estudo econômico-financeiro realizado sob a orientação do Diretor do Foro da comarca no prazo máximo de cento e vinte dias, observado o disposto no parágrafo único do art. 26 da Lei federal nº 8.935, de 1994.

§ 3º – Concluído o estudo para fins de acumulação ou desacumulação de serviços notariais e de registro, o Diretor do Foro ouvirá o notário ou registrador responsável pela serventia no prazo de quinze dias e, em igual prazo, fará relatório circunstanciado e remeterá os autos ao órgão competente do Tribunal de Justiça para que seja apresentada proposição de lei com esse objetivo.”

Segundo as razões do veto, a redação do art. 300-G é imprópria, uma vez que, para o desmembramento de serviços notariais, o Supremo Tribunal Federal já decidiu que é necessária a edição de lei específica. Por sua vez, para a acumulação e a desacumulação de serviços notariais, que são atos provisórios, incumbe ao Juiz Diretor do Foro a expedição do respectivo ato administrativo, não sendo necessária, pois, a edição de lei.

Sobre o tema, impende destacar a seguinte decisão:

“Medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade. Resolução 291/2010 do Tribunal de Justiça de Pernambuco. (...) Plausível é a alegação de que a transformação de serventias extrajudiciais depende de edição de lei formal de iniciativa privativa do Poder Judiciário.” (ADI 4.453-MC, rel. min. Cármen Lúcia, julgamento em 29-6-2011, Plenário, DJE de 24-8-2011.) Vide: ADI 2.415, rel. min. Ayres Britto, julgamento em 10-11-2011, Plenário, DJE de 9-2-2012.

Todavia, a transformação, quando provisória, mostra-se incompatível com o caráter perene da lei.

“Art. 300-J – Aplicam-se aos notários e registradores, no que não colidir com as disposições da Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, da Lei nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002, e da legislação nacional pertinente, as regras contidas nos Títulos V e VI do Livro V desta lei complementar, observadas as normas expedidas pela Corregedoria-Geral de Justiça.

§ 1º – A aplicação da penalidade prevista no inciso IV do art. 32 da Lei Federal nº 8.935, de 1994, compete ao Presidente do Tribunal de Justiça.

§ 2º – Compete à autoridade processante:

I – aplicar as penalidades previstas nos incisos I a III do art. 32 da Lei Federal nº 8.935, de 1994, aos delegatários titulares dos serviços notariais e de registro e ao tabelião interino e ao oficial de registro interino;

II – extinguir a designação interina ou precária, nos casos em que a infração cometida seja apenada com a perda de delegação prevista no inciso IV do art. 32 da Lei Federal nº 8.935, de 1994.”

Segundo as razões do veto, o art. 300-J prevê norma desnecessária, pois, em Minas Gerais, a Lei Estadual e o Código de Normas já tratam do assunto de forma completa.

Quanto ao tema, esclarecemos que os notários e registradores não são servidores públicos, já havendo normas que regulam suas atividades e disciplinam a responsabilidade civil e criminal dos citados oficiais e de seus prepostos.

Destacamos a seguinte decisão:

“O art. 40, § 1º, II, da Constituição do Brasil, na redação que lhe foi conferida pela EC 20/1998, está restrito aos cargos efetivos da União, dos Estados-membros, do Distrito Federal e dos Municípios – incluídas as autarquias e fundações. Os serviços de registros públicos, cartorários e notariais são exercidos em caráter privado por delegação do Poder Público – serviço público não privativo. Os notários e os registradores exercem atividade estatal, entretanto não são titulares de cargo público efetivo, tampouco ocupam cargo público. Não são servidores públicos, não lhes alcançando a compulsoriedade imposta pelo mencionado art. 40 da CF/1988 – aposentadoria compulsória aos setenta anos de idade.” (ADI 2.602, rel. p/ o ac. min. Eros Grau, julgamento em 24-11-2005, Plenário, DJ de 31-3-2006.) No mesmo sentido: AI 494.237-AgR, rel. min. Joaquim Barbosa, julgamento em 23-11-2010, Segunda Turma, DJE de 7-12-2010; RE 478.392-AgR, rel. min. Cezar Peluso, julgamento em 14-10-2008, Segunda Turma, DJE de 21-11-2008; Rcl 5.526-AgR, rel. min. Ricardo Lewandowski, julgamento em 25-6-2008, Plenário, DJE de 15-8-2008; AI 655.378-AgR, rel. min. Gilmar Mendes, julgamento em 26-2-2008, Segunda Turma, DJE de 28-3-2008. Vide: RE 556.504-ED, rel. min. Dias Toffoli, julgamento em 10-8-2010, Primeira Turma, DJE de 25-10-2010.”

Dessa forma, manifestamos nosso acordo com o posicionamento assumido pelo governador do Estado quanto ao veto da proposição.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela manutenção do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 142.

O presidente – Em discussão, o veto. Com a palavra, para discutir, o deputado João Leite.

O deputado João Leite* – Sr. Presidente deputado Dinis Pinheiro, solicito de sua assessoria o veto do governador e o parecer do ilustre deputado Rômulo Viegas, a fim de orientar a discussão.

Deputados, deputada Liza Prado, o caríssimo deputado Rômulo Viegas acaba de exarar o seu parecer ao Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 142/2014. O governador tratou de algumas questões de entrâncias muito técnicas. Temos recebido questionamentos de algumas comarcas. O art. 4º, por exemplo, do veto do governador, trata de algo que foi acrescido pela própria Assembleia Legislativa, e isso é importante.

Aproveito a presença do nosso decano, do nosso juriconsulto, o deputado Bonifácio Mourão. A Assembleia Legislativa tem todo o poder para fazer proposições. Ontem, eu e os deputados Lafayette de Andrada, Antônio Carlos Arantes, Duarte Bechir e Célio Moreira apresentamos uma proposta de emenda à Constituição que trata de algo sobre o qual o Supremo havia se manifestado. Não existe relação alguma entre essa decisão do Supremo e o Poder Legislativo. Os deputados Célio Moreira e Lafayette de Andrada fazem parte da representação parlamentar, da representação do povo de Minas Gerais.

Portanto, a Casa Legislativa é autônoma, não é guiada por decisões que dizem respeito ao Poder Executivo. O Parlamento é autônomo, é a representação direta de Minas Gerais. O Supremo falou com o Poder Executivo de Minas Gerais e não com o Poder

Legislativo. Os deputados que compõem a Casa Legislativa de Minas Gerais têm sua autonomia, têm condição de apresentar uma proposta de emenda constitucional. Da mesma forma, vemos, nas razões do veto do governador, que ele trata das razões de inconstitucionalidade.

Ao decidir sobre a Lei nº 100, o Supremo se dirigiu ao Poder Executivo de Minas Gerais. Já o Poder Legislativo é totalmente separado. Temos nossa autonomia, caríssimo deputado decano, deputado Bonifácio Mourão. É perfeitamente possível a iniciativa dos deputados Célio Moreira, Lafayette de Andrada e Duarte Bechir, assinada por 26 deputados desta Casa, apoiando a proposta de emenda constitucional, que abriga os que ficaram fora. A decisão do Ministro Dias Toffoli foi muito interessante, porque ele considerou 22 mil constitucionais e os aposentou, e os outros ele considerou inconstitucionais. O Poder Legislativo de Minas Gerais não aceita isso. Temos a atribuição de nos manifestar e tratar da Constituição do Estado.

Antes de conceder aparte ao deputado Lafayette de Andrada, que é autor dessa matéria juntamente com o deputado Célio Moreira, concedo aparte ao deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte)* – Ilustre deputado João Leite, apesar de V. Exa. não ter formação acadêmica no ramo do direito, conseguiu ir absolutamente ao cerne da questão, trazendo algo que aprendemos logo nos primeiros períodos do curso de direito, a chamada tripartição de poderes de Montesquieu e Aristóteles. Em sua fala, deputado João Leite, V. Exa. discorreu sobre o tema com absoluta propriedade, trazendo aqui o que chamamos, na clássica do direito, de freios e contrapesos. Isto é, o Supremo disse ao Poder Executivo, mas não disse ao Poder Legislativo. Aqui, podemos iniciar quantas proposições de leis o deputado ou o conjunto dos deputados ou a Mesa da Assembleia tiver como iniciativa. O que o Supremo fez foi também exercer sua função de freios e contrapesos, mas absolutamente nada impede que nos manifestemos, aliás, pelo contrário.

No que diz respeito às servidoras da educação, estive numa reunião em Manhuaçu, e a esposa de um sargento da Polícia Militar me questionou sobre a Lei Complementar nº 100. Eu disse a ela que votei com absoluta consciência, alegria, satisfação e orgulho e que explicaria o porquê. Ainda em nosso primeiro mandato, nesta Casa, no período de 1999 a 2002, a deputada Elbe Brandão, àquela época, presidia a comissão especial para tratar das designadas. Neste Plenário, tive a oportunidade de ouvir as palavras do grande professor Paulo Neves de Carvalho, que Deus o tenha. Aliás, hoje, a Escola de Governo, a Fundação João Pinheiro, passou a ter o nome do grande professor Paulo Neves de Carvalho. Deputado João Leite, ele dizia que o texto frio da lei não pode sobrepor-se à questão social. Esses foram os ensinamentos do professor Paulo Neves de Carvalho.

Naquele momento, ela criticava o Aécio Neves, hoje senador, em relação à apresentação do Projeto de Lei Complementar nº 27 e à aprovação da Lei Complementar nº 100 por esta Casa. Disse a ela que, antes de o Aécio Neves ser eleito governador, esse problema se arrastava há mais de 20 anos. Passou o governo Newton Cardoso, continuaram os designados da educação; passou o governo Hélio Garcia, continuou o problema dos designados; passou o governo Eduardo Azeredo, continuou o problema da educação; passou o governo Itamar Franco, continuou o problema dos designados da educação. Veio o primeiro mandato do Aécio Neves, governador do Estado, e não houve solução.

Deputado João Leite, quando o governador assumiu, o problema perdurava há mais de 20 anos, ou seja, os contratos eram renovados de dois em dois anos. Pergunto: quando o senador resolveu encarar o problema de perto e apresentar o projeto de lei complementar, ele deu sobrevida, trouxe esperança, deu garantia de emprego. Hoje, no mínimo, mais de 30 mil pessoas têm a garantia da aposentadoria. Isso só ocorreu por causa da Lei Complementar nº 100. Na época, o então governador Aécio Neves encaminhou projeto de lei a esta Casa, para aprovação. Nós todos o aprovamos, sob a mesma ótica do grande constitucionalista Prof. Paulo Neves de Carvalho, ou seja, o texto frio não pode se sobrepor à questão social.

Deputado João Leite, disse à ilustre professora mais: talvez a senhora não conheça um pouco do engendramento para que fosse arguida a inconstitucionalidade dessa lei. Pergunte quem fomentou em Minas Gerais a arguição da inconstitucionalidade da lei e depois verifique quem foi o relator no Supremo Tribunal Federal. Infelizmente o engendramento é muito maior do que pode compreender o cidadão mediano. Para essa missão, foi escalado o ministro Dias Toffoli, que acabara de ser nomeado pela presidente Dilma Rousseff. É óbvio que o ministro faria isso com essas famílias, que iria colocar milhares e milhares de pais de família nessa situação constrangedora e humilhante, que todos nós tentávamos salvar, até os companheiros do Partido dos Trabalhadores. Mas, infelizmente, o Dias Toffoli tinha acabado de ser designado ministro do Supremo Tribunal Federal. E ele sabia que o alvo era Minas Gerais, o governo do PSDB em Minas Gerais. Obviamente, com a atual composição do Supremo Tribunal Federal, com a maioria absoluta indicada pelo governo do Partido dos Trabalhadores, o resultado não seria outro.

A ilustre professora me questionou: “Deputado, mas não havia uma dívida de R\$7.000.000.000,00?”. Havia, sim, professora, mas qual era a melhor escolha? O governo do Estado renegociar a dívida com a União ou amparar os designados da educação, que há mais de 20 anos viviam o problema?

Quero externar a felicidade dos deputados Lafayette de Andrada, Duarte Bechir e Célio Moreira.

O deputado João Leite* – E do deputado Antônio Carlos Arantes.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte)* – E do deputado Antônio Carlos Arantes. Quando esse projeto de lei complementar chegar a este Plenário, com certeza, terá o voto deste deputado. Prefiro entender que a formação deste Estado, que a construção dos Poderes foi feita, foi imaginada, de acordo com o chamado contrato social, para o bem-estar da comunidade e não para cometer essa injustiça, essa maldade que o ministro cometeu.

Deputado João Leite, ele poderia ter usado outro efeito, que nós, advogados, conhecemos do julgamento do Supremo Tribunal Federal, como esperava este deputado, o chamado efeito modulação, o efeito ex tunc, ou seja, daqui para a frente não vale mais, mas prevalece o que foi feito até agora. Desse modo estariam salvaguardados o emprego e a aposentadoria de milhares e milhares de mães, chefes de família. Mas, infelizmente, o Dias Toffoli tinha uma ordem expressa da presidente Dilma, não uma ordem clara e evidente, mas sorrateira, por detrás das cortinas, para atingir o governo do PSDB em Minas Gerais.

Nesse engendramento, deputado João Leite, normalmente as pessoas não conseguem fazer a análise política que estava por trás da derrubada da Lei Complementar nº 100. Parabéns a V. Exa. O que V. Exa. apresentou chama-se peso e contrapeso. Esta Casa deve exercer esse mister sempre que for arguida. Sempre que for pressionada, deve se agigantar.

Este é o momento, mais uma vez, de darmos sobrevida para salvaguardar os direitos dos designados da educação.

O deputado João Leite* – Obrigado, deputado Sargento Rodrigues. Concedo aparte ao deputado Lafayette de Andrada, autor da proposta de emenda constitucional que abriga os designados, aqueles que ficaram fora da decisão do Supremo Tribunal Federal. Depois solicitarei a suspensão da reunião.

O deputado Lafayette de Andrada (em aparte)* – Deputado João Leite, o que o Supremo Tribunal Federal fez aos atingidos da Lei nº 100 foi uma verdadeira covardia. Não podemos aceitar isso.

Com V. Exa., os deputados Antônio Carlos Arantes e Duarte Bechir e eu apresentamos esta proposta de emenda constitucional que resolve essa situação de uma vez por todas. Queremos abrigar todos aqueles que foram atingidos pela Lei 100 e vamos fazer isso. O Poder Legislativo tem autonomia e soberania para isso, e não vai se acovardar. Fará justiça.

Sabemos e percebemos que houve um viés político muito grande, quando o então governador Aécio Neves resolveu o problema de todos aqueles designados. Motivados por questões políticas, os adversários do PSDB resolveram ir ao Supremo Tribunal para impedir que o governador Aécio fizesse justiça, como fez. Sabemos que leis semelhantes a essa estão vigorando em outros estados. Por que somente no Estado de Minas Gerais ela é inconstitucional? Por que somente em Minas Gerais ela não pode prosperar? É uma verdadeira covardia o que foi feito, e não vamos admiti-lo. Vamos suscitar novamente esse debate que tem de acontecer. Não é possível que seja feita justiça para uns e não para outros.

Deputado João Leite, quero parabenizar V. Exa. por sua conduta, por sua luta aqui na Assembleia Legislativa. Também parabenizo os demais companheiros que foram signatários desta proposta de emenda constitucional, com a qual vamos resolver o problema daqueles designados, de todos aqueles que foram atingidos com a decisão do Supremo, que impediu que a Lei 100 prosperasse em Minas Gerais.

Muito obrigado, deputado João Leite.

O deputado João Leite* – Obrigado. O art. 4º das razões do veto à proposição traz um texto interessante, deputado Lafayette de Andrada. O governador reconhece a autonomia parlamentar; ele qualifica o exercício do poder de emenda parlamentar como prerrogativa inerente à função legiferante atribuída aos parlamentares, aos representantes do povo de Minas Gerais.

Questão de Ordem

O deputado João Leite – O líder, deputado Luiz Humberto Carneiro, pede a suspensão dos trabalhos. Mas solicito a V. Exa., deputado Bosco, presidente desta reunião, que seja garantido o meu tempo, depois de uma busca de acordo. Peço que seja garantido o meu tempo e que V. Exa. suspenda esta reunião para entendimentos.

Suspensão da Reunião

O presidente (deputado Bosco) – A presidência vai suspender a reunião por 25 minutos para entendimentos entre as lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente (deputado Dinis Pinheiro) – Estão reabertos os nossos trabalhos. A presidência solicita ao secretário que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário (deputado Tiago Ulisses) – (– Faz a chamada.)

O presidente – Responderam à chamada 31 deputados. Portanto, há quórum para a continuação dos trabalhos. Com a palavra, para continuar a discutir, o deputado João Leite.

O deputado João Leite* – Sr. Presidente, continuo, então, a discussão do veto. Eu tratava justamente do parecer do nobre deputado Rômulo Viegas e as razões que levaram o governador Alberto Pinto Coelho a vetar parcialmente essa proposição de lei complementar. Eu me referia ao art. 4º que foi vetado por causa da inconstitucionalidade. Naquele momento, eu dizia que o governador reconhecia algo – e, claro, o governador Alberto foi presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, com uma atuação destacada.

Nas razões do veto, são palavras do governador: “(...) infere-se do arcabouço jurídico brasileiro que o exercício do poder de emenda parlamentar qualifica-se como prerrogativa inerente à função legiferante, atribuída aos parlamentares”.

Portanto, legislar e propor emenda constitucional são atribuições claras deste parlamento. Por isso entendemos que é papel do Parlamento mineiro propor a emenda constitucional que deverá ser lida e numerada.

Repito que a decisão do Supremo está ligada ao Poder Executivo de Minas Gerais, e não ao Poder Legislativo. O Poder Legislativo de Minas Gerais é independente. O Poder Legislativo é independente tanto do Poder Judiciário quanto do Poder Executivo. Portanto, os parlamentares têm como atribuição apresentar essa proposta de emenda à Constituição, que se encontra com o deputado Lafayette de Andrada e já foi protocolizada. Vejo que alguns deputados também querem assiná-la, mas, como tínhamos vontade de protocolizá-la ontem, fizemos isso com 26 assinaturas. Sei que muitos deputados desejavam assiná-la, pois estamos vendo a aflição das pessoas.

A verdade é que apontaram uma arma para o Aécio Neves, o mais querido, e acertaram famílias mineiras. É impossível o deputado Inácio Franco falar de outra coisa no interior de Minas Gerais. Em Belo Horizonte, ao participar de uma reunião ontem, tive de falar sobre a Lei nº 100 o tempo todo, pois as pessoas estão doentes.

Gostaria de perguntar algo fundamental: o que é dado a essas pessoas? O art. 7º da Constituição da República é muito claro em seu inciso XXIV, que trata dos direitos do trabalhador. Há apenas uma palavra. Há uma longa fila de direitos do trabalhador, mas o inciso XXIV cita somente uma palavra: aposentadoria. O Ministro Dias Toffoli queria tirar desses cidadãos e cidadãs de Minas Gerais, desses trabalhadores e trabalhadoras o direito à aposentadoria. O governo foi claro: isso é atribuição do deputado Inácio Franco, do deputado Marques Abreu e do deputado Sebastião Costa. Esse poder foi dado aos representantes do povo de Minas Gerais. Somos independentes para propor e estamos fazendo isso para garantir o que diz a Constituição da República: toda trabalhadora e todo



trabalhador brasileiro tem direito a aposentadoria. Como esta Casa, que representa a população de Minas Gerais e aqueles que ficaram por 15, 20, 25 anos prestando serviço ao Estado, pode virar as costas para eles e dizer “vão procurar o INSS”?

Deputado Inácio Franco e deputado Carlos Mosconi, vejam o drama desses atingidos pela Lei nº 100 ao procurar o INSS, que funcionava quando V. Exa. o presidiu e se chamava Inamps. O INSS os desconhece. O Sr. Dias Toffoli, assentado em sua cadeira de ministro, pensou que mudar de regime do Estado para o INSS é como trocar de camisa. E temos um advogado experiente aqui, que é o deputado Dalmo Ribeiro Silva. Eles disseram: “Vão lá que o INSS os receberá”. O INSS sequer recebe os professores. É interessante ver as pessoas que trabalham na cantina das escolas, que são chamadas de merendeiras. É dramático o que está acontecendo. A Assembleia Legislativa não pode ficar surda aos apelos dessas pessoas. Deputado Dalmo Ribeiro Silva, mandaremos essas pessoas que trabalharam durante 20 anos para o Estado para casa? E dizem, como ouvi certo dia: “Procurem o INSS”.

Vamos mandar sem direito à aposentadoria? Isso é um escárnio, isso é um escândalo. É muito interessante a decisão do Sr. Dias Toffoli, ex-advogado do PT, e é nosso direito questioná-la. Ele disse que é inconstitucional para 77 mil e constitucional para 22 mil. Ora, que decisão é essa? Nem ele sabe o que decidiu. Porque agora está cheia de embargos declaratórios. O que o senhor quis dizer em relação a isso aqui? Como vai ser com aqueles que estão em licença médica e os que estão em desvio? Ele nem sabe o que está acontecendo. Por isso, neste momento, a Assembleia Legislativa, os deputados, dentro das suas atribuições, estão propondo uma emenda constitucional. O líder, deputado Inácio Franco, já vai indicar os membros do seu bloco. Os nossos líderes do PSDB também vão nos indicar e os outros partidos também vão indicar. Queremos o apoio de todos os deputados desta Casa. Temos o direito à nossa aposentadoria, queremos o apoio para as trabalhadoras e os trabalhadores. o Supremo retirou-lhes o direito de se aposentarem.

Pela lei de Moisés, a pessoa que trabalhasse no sábado tinha que ser morta. Ao verem os discípulos de Jesus apanharem espigas no sábado para se alimentar, os fariseus, os legalistas, que acham que a lei é tudo, disseram: “Os seus discípulos têm que morrer, porque estão trabalhando no sábado.” Aí, Jesus disse: “O sábado foi feito para a mulher e para o homem, não a mulher e o homem para o sábado”. A Constituição da República foi feita para a brasileira e para o brasileiro, não a brasileira e o brasileiro para a Constituição. O que vale mais é a vida das pessoas, é a vida da trabalhadora, é a vida do trabalhador, não é o que está escrito em uma lei ou em uma Constituição, que é texto frio. A vida das pessoas é quente, o sangue circula. Não dá para tratar as coisas dessa maneira. No Brasil, infelizmente, estamos chegando a um tempo em que a vida das pessoas não tem mais valor. Imaginem tirar o direito da trabalhadora e do trabalhador de se aposentarem. Se o Supremo decide contra a trabalhadora e contra o trabalhador, temos que fechar as portas deste País. A população está desanimada, porque a vida das pessoas não vale mais que a Constituição, que a lei. Mas é a vida das pessoas que tem valor. A Assembleia Legislativa tem que representar a população de Minas Gerais. Por isso é que a população de Minas Gerais, ao votar nos deputados, nos deu o poder de representá-la e sermos independentes dos Poderes Executivo e Judiciário. Temos autonomia dada pela população de Minas Gerais. Por isso podemos legislar e propor. Ninguém pode nos impedir de fazer isso. É muito interessante, porque não foi a Assembleia Legislativa, mas os sucessivos governos, que fizeram as contratações. Os governos Newton Cardoso, Hélio Garcia, Eduardo Azeredo e Itamar Franco fizeram contratação. E o mais querido, Aécio Neves, propõe, então, que essas pessoas tenham direito à aposentadoria. Foi isso o que ele propôs. Foi direito de funcionário público concursado? Não. Direito à aposentadoria.

Tiraram isso, tentaram acertar Aécio Neves, o mais querido, mas acertaram o trabalhador e a trabalhadora pobre que serviram ao Estado nas escolas, fazendo alimentação escolar para as crianças, tomando conta da porta das escolas e dando aulas. Agora dizem para essas pessoas baterem às portas do INSS. Isso é uma indignidade, é inaceitável. Não podemos aceitar. Por isso os deputados vão se unir e ficar do lado das pessoas que serviram ao Estado.

Sr. Presidente, gostaria de falar sobre o poder de emenda. O Supremo Tribunal se manifestou: “Revela-se plenamente legítimo o exercício do poder de emenda pelos parlamentares, mesmo quando se tratar de projeto de lei sujeito à reserva de iniciativas de outros órgãos e poderes do Estado, incidindo, no entanto, sobre essa prerrogativa parlamentar”. Imaginem: o Supremo está dizendo que é direito dos parlamentos se manifestarem. Isso está aqui, nas razões do veto do governador, Alberto Pinto Coelho. É direito do parlamentar. Aí mandam as pessoas para o INSS. Não, a Assembleia Legislativa é que resolve; o presidente Dinis Pinheiro vai promulgar uma emenda à Constituição para que se dê a essas pessoas o direito previsto no art. 7º, inciso XXIV, da Constituição da República. Todo trabalhador tem direito à aposentadoria; toda trabalhadora tem direito à aposentadoria. Não podemos abrir mão disso.

É importante dizer que essa decisão foi proferida pelo ministro Celso de Mello: “Ainda que a alteração perpetrada na proposição esteja respaldada sob a esteira da pertinência temática, têm direito os parlamentares de se manifestar”. Falta somente abandonarmos o direito que temos de apresentar propostas emendas à Constituição, enfim, de legislar.

O terceiro veto ao art. 48 da proposição diz respeito ao seguinte: “Após cada período de cinco anos de efetivo exercício no serviço público, o magistrado terá direito a férias-prêmio de três meses, admitida a conversão em espécie, pagas a título de indenização quando da aposentadoria ou quando requerida para gozo, indeferida por necessidade do serviço e limitada, nesse caso, a um período de 30 dias por ano”. A razão de os magistrados solicitarem isso ao Poder Legislativo é que muitos deles... Hoje ouvi uma entrevista de uma magistrada que estava comentando a fala do Cel. Sant'Ana, comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais. O Cel. Sant'Ana disse algo que Minas Gerais e o Brasil estão vendo: não há efetivo possível para atender à legislação, ao Código de Processo Penal Brasileiro. O policial comandado pelo Cel. Sant'Ana prende uma pessoa e a leva diante de um juiz. A lei determina que o juiz a solte imediatamente, há um prazo para que a pessoa fique presa antes de ser julgada. O que acontece? A pessoa vai para a rua. O Cel. Sant'Ana explicava que policiais prenderam um cidadão mais de 20 vezes. Que efetivo consegue resolver isso? Quantos policiais são necessários para prender pessoas que vão ser soltas pelo juiz? Isso acontece por que o juiz quer? Não, porque as leis não são mudadas em Brasília, a base em Brasília não muda as leis.

A base do governo do PT, deputado Leonardo Moreira, não muda a legislação. O Código de Processo Penal fica o mesmo. Os nossos policiais estão nas ruas. Prendem o mesmo criminoso 20 vezes. Qual efetivo dá conta disso? De ficar atrás da mesma pessoa? Os nossos policiais já sabem quem têm que prender. Entregam, sai de novo, prendem de novo, sai de novo, prendem de novo,



entregam, o juiz solta. Os juízes pediram mais férias à Assembleia Legislativa porque não dão conta. Eles têm que cumprir a lei e têm que soltar o criminoso. Nós vamos nos encontrar com esse criminoso, lamentavelmente, nas ruas.

Sr. Presidente, o Brasil se tornou o País do espanto! Tudo que não imaginávamos já aconteceu aqui. Tudo. Até perdemos de 7x1 para a Alemanha. Até essa vergonha passamos. O que está acontecendo em nosso país? Imaginem que o presidente da Bolívia determinou a expansão do cultivo da coca, porque eles não estão dando conta de entregar a cocaína para o Brasil para, daqui, ir para o resto do mundo. Nossas fronteiras têm que ficar abertas para a cocaína da Bolívia passar. O Brasil é o País do espanto e por isso as pessoas querem que ele mude. Os juízes vêm à Assembleia Legislativa para dizer que não estão mais aguentando. O que o juiz faz hoje? Nem chega à sentença. Uma vez que não há as atribuições para a culpa, ele tem que soltar. Reclamamos, perguntamos onde está o efetivo da Polícia Militar. Alguns ficam até cinco horas numa delegacia de polícia, anotando a 20ª entrada do mesmo criminoso no local. Está lá o nosso policial parado, esperando para registrar a 20ª entrada daquele cidadão, daquele criminoso, dentro de uma delegacia. O governador está vetando, mas a solução para isso está em Brasília. Se a base do governo federal aceitasse votar a mudança do Código de Processo Penal, se a base do governo federal aceitasse endurecer as leis, essa situação de o mesmo cidadão ser preso 20 vezes não aconteceria em nossas cidades.

É lamentável, repito, o que acontece em nosso país, patrocinado por um governo também lamentável. Esse é o pior governo da história do Brasil. É o governo que, para além do feito pelo Império, ao guardar o dinheiro na Corte, ele guarda tudo. Ele não reparte o dinheiro com estados e municípios. É um governo que, enquanto Minas Gerais aplicou 13% do orçamento na segurança, aplicou... Vocês acham que foi a metade? Vocês acham que foi igual? Vocês acham que foram 10%? Não, o governo federal aplicou 0,6% em segurança. Por isso, nossas fronteiras estão abertas; por isso, não há efetivo da Polícia Rodoviária Federal nas estradas, por onde passa tudo; por isso, o governo desarmou a população, mas os criminosos estão armados.

Outro dia, fui à perícia do Estado de Minas Gerais e estavam analisando as armas. Há metralhadoras israelenses, armas turcas. Isso não é feito no Brasil, vem de fora. Uma pessoa que mora numa fazenda não pode ter uma arma, enquanto os criminosos estão armados até os dentes. Olhem o que fez este governo! Desarmou o fazendeiro, o sitiante, as pessoas de bem, e as armas estão nas mãos dos criminosos. Estamos reféns dos criminosos. É o governo do espanto! É o pior governo da história do Brasil. O Brasil tem que mudar urgentemente. É tudo zero no governo federal, zero vírgula não sei quanto. É lamentável o que está acontecendo no País.

Presidente, gostaria de continuar a discussão. Há quórum para a continuidade dos trabalhos?

Questão de Ordem

O deputado Rômulo Viegas – Presidente, peço a suspensão da reunião.

Suspensão da Reunião

O presidente – A presidência vai suspender a reunião por 5 minutos para entendimentos entre as lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos. Com a palavra, para discutir, o deputado Rogério Correia.

O deputado Rogério Correia* – Sr. Presidente, colegas deputados. Solicitei a palavra para discutir o veto do governador do Estado a uma proposição de lei complementar. Como o assunto é lei complementar, não há como deixar de tratar da lei complementar mais comentada em Minas Gerais, em todos os tempos: a famosa Lei Complementar nº 100. Aquela que não existe mais, porque o STF, por unanimidade dos ministros, tenham eles coloração partidária ou não, por 11 a 0, determinou que ela é uma lei inconstitucional. Isso significa que a Corte maior do País, que define o que pode ou não valer, do ponto de vista legal, por unanimidade, decidiu que não se pode rasgar a Constituição e efetivar, seja lá quem for, sem concurso público.

É bom lembrar que essa lei complementar foi sugerida pelo governo do PSDB, e na época o governador era Aécio Neves. Ele devia recursos ao INSS e, querendo se livrar dos pagamentos, propôs que, ao invés do concurso público, desconsiderassem a Constituição da República e, desconsiderando-a, efetivaria os professores. Todos sabiam que isso não podia acontecer. Mas o senador, à época, com grande vontade eleitoral, fez grande demagogia, prometendo que efetivaria todos os professores, professoras e servidores. Foi uma alegria geral. Com isso, o governador conseguiu muitos votos na ocasião. Foi o choque de gestão de mentira. Passada toda a mentira, o Supremo, repito, por unanimidade, determinou que a lei é inconstitucional.

Deputado Sargento Rodrigues, tenha responsabilidade com as palavras. O placar foi de 11 a 0. V. Exa. já se sentou em um banco para cursar advocacia. Por 11 a 0, o Supremo definiu que não podia aplicar a lei.

Agora, os tucanos, como tudo que fazem, querem jogar a culpa na presidenta Dilma. Vejam só! O senador elabora uma lei demagógica e inconstitucional e ilude as professoras. Quando o Supremo decide por 11 a 0, a culpa é da Dilma, como se ela fosse a dona do STF. E vem um deputado, que já cursou direito, falar uma bobagem dessas na Assembleia Legislativa. É de deixar todos indignados.

Para não me alongar muito na explicação desse tema, os carrascos das professoras são aqueles que votaram contra tudo que as professoras pediram para ser votado na Assembleia Legislativa. Chamo a atenção delas para os carrascos que votaram contra a manutenção do piso salarial, infringiram às professoras a derrota do subsídio. Esses carrascos são do governo tucano, e bagunçaram a escola pública. O carrasco das professoras, agora, apertado, pego com as calças na mão, com batom na cueca, todo errado, pegou o filho do Danilo de Castro, o Sr. Rodrigo de Castro, deputado federal... Danilo de Castro é aquele secretário que assinou o texto de um acordo de que não mandaria nenhum subsídio para a Assembleia Legislativa e não se forçariam os professores a terem o subsídio. No dia seguinte, ele rasgou o acordo que assinou. Já fiz várias denúncias, mostrando que a assinatura dele vale como um risco n'água. Esse é o Danilo de Castro.

É o filho dele, deputado federal Rodrigo de Castro, ficou apertado, sabendo que agora os tucanos não têm votos, nem o dos professores – e acharam que se valeriam da demagogia da Lei nº 100 –, sabendo que nem se pode falar os nomes de seus candidatos nas escolas, seja o candidato a presidente, seja o candidato ao governo do Estado. Desesperados, querem mentir novamente para os professores e professoras. Como eu dizia, o Rodrigo de Castro, então, apresentou uma emenda constitucional federal, dizendo aquilo

que o Supremo já disse que não pode ser feito. E o demagogo, o demagogo, o demagogo Rodrigo de Castro prometeu que efetivaria essas professoras antes das eleições. Eu, na comissão, coloquei o meu mandato contra o dele. Se ele conseguisse fazer isso, eu não seria candidato a deputado estadual. Mas se não o conseguisse, ele não seria candidato a deputado federal. Ontem, o demagogo veio aqui dizer que não conseguirá a aprovação em Brasília; isso acontece porque a demagogia dele tem pernas curtas no Congresso Nacional.

Aí, trazem a demagogia aqui para dentro. Aqui vêm deputados fazer a mesma demagogia do Rodrigo de Castro, prometendo a elaboração de uma PEC, igualzinha à Lei nº 100, que seria a Lei nº 101, para efetivar as coitadas das professoras, que se encontram apavoradas, sem que o governo resolva seus problemas. Mentem novamente para as professoras. Não me calarei em relação a isso. As professoras não podem ser iludidas dessa forma. Se quiserem votar nesses demagogos, carrascos das professoras, votem. Mas, se for por esse motivo, será um voto perdido, porque eles não efetivarão as professoras sem concurso público. E não sou eu quem não quer isso, é o Supremo, e já está definido.

A Assembleia pode até aprovar a demagogia dessa PEC, mas o governo do Estado não poderá cumprir o prometido, uma vez que não pode passar por cima de decisão do Supremo Tribunal Federal. Ao final, quem julga se uma matéria é ou não constitucional é o Supremo, e ele já julgou essa inconstitucional. Portanto, se a Assembleia a aprovar, o governador, seja ele quem for, não poderá aprovar a demagogia desta Casa. Ora, que falta de responsabilidade, a desses deputados! Esses são exatamente os carrascos das professoras.

Por que não ajudaram as professoras, votando o piso salarial? E votaram esse subsídio. Agora vêm aqui fazer demagogia, João Leite e companhia. Para cima de mim, não! A demagogia é barata. Por que não votaram a favor das professoras no momento propício? Por que não votaram a favor das professoras na melhoria de sua carreira? Por que não o fizeram em vários outros pontos? O retrato de vocês está lá, no Sind-UTE, como inimigos das professoras, em razão da demagogia de que se utilizaram. E ainda votaram contra elas. Agora vêm aqui dar uma de salvadores da pátria? Dizer que salvarão as professoras e vão efetivá-las, após a negativa do Supremo, por 11 votos a 0? Tenham dó!

Faço esse pronunciamento alertando os professores e as professoras para o que está acontecendo nesta Casa. Isso porque, em vésperas de eleição, surgem essas coisas. Fizeram tão mal às professoras...

A escola, deputado Zé Maia, está uma bagunça. V. Exa. tente entrar numa escola e nela permanecer por quatro horas para verificar o que estou dizendo. As professoras estão apavoradas, não sabem o que vai lhes acontecer no ano que vem, se estarão ou não empregadas. E o governo não diz de que forma fará a contratação. Valerá tempo de serviço? O tempo de serviço tem de ser garantido, para que as professoras sejam chamadas a continuar como contratadas no ano que vem. Esse é um ponto fundamental. O governo se cala. Depois das eleições é que quer se pronunciar. Não diz nada a elas sobre essa garantia.

Quanto ao tempo da aposentadoria das professoras, que o governo remeteu imediatamente ao INSS, agora o juiz da Vara Federal disse que elas devem continuar no Ipsemg. Essa maldade contra as professoras não era para ser feita agora. Isso é para depois da realização do concurso público. Atendendo à decisão do juiz, o governo vai voltar ao Ipsemg, e já recolheu R\$110.000.000,00 para o INSS. Voltarão ao Ipsemg, com os direitos retirados pelos tucanos que agora, apavorados, querem fazer demagogia. O governo não foi até hoje ao INSS saber o que tem de ser feito. Foi lá o sindicato e o Pe. João, que marcou uma audiência pública, e lhes disseram: "Até agora não vieram aqui".

Basta dar uma certidão de que o Estado recolheu, que elas passam a ter todos os direitos do INSS, mas o Estado não faz esse serviço aos professores; o Estado não cumpre. Quais as normas desse concurso que terá que ser feito?

Outro dia estiveram aqui a Uemg e a Unimontes e disseram que a Advocacia-Geral do Estado, em reunião pública da Comissão de Educação, disse que os editais dos concursos sairiam em setembro, outubro e novembro. Então, a demagogia que está sendo feita na Assembleia Legislativa é para inglês ver; é para tentar enganar as professoras. O que vale é a palavra do Supremo, que, por 11 a 0, considerou que isso não pode ser feito.

Deputado Zé Maia, logo em seguida concederei aparte a V. Exa. Vou terminar esse raciocínio, que é importante.

Podem dizer que isso foi aprovado por todos. Na época, o governador Aécio Neves mandou para cá a famigerada Lei Complementar nº 100. Eu não estava aqui e não farei juízo de valor. Sei que todos votaram a favor e imagino por quê. Se um governador manda um projeto de lei dizendo que vai efetivar todos; se os professores estão desesperados precisando de uma solução para suas aposentadorias e vêm para cá pedindo para o projeto ser votado; se os deputados dizem que ele é inconstitucional e o governador diz que pode ser feito; os deputados acabam votando. E o governador disse que faz, que manda no Supremo, que manda em tudo, que é o imperador Aécio, então os deputados acabaram votando. E o que aconteceu? Veio a inconstitucionalidade. Ora, a responsabilidade é do governador da ocasião, hoje senador Aécio Neves, que será responsabilizado por isso. O Bloco Minas sem Censura já foi ao Ministério Público Federal e já solicitou que impetire uma ação de improbidade administrativa porque o governador agiu de má-fé; agiu sabendo que não poderia furar uma cláusula pétrea da Constituição. E o Sind-UTE já está entrando com uma ação em favor das professoras, por danos morais, que é o que o governo do Estado, se quiser resolver o problema, deverá fazer: aplicar alguma vantagem pelos danos morais causados a elas, por tudo que estão sofrendo. Elas estão doentes nas escolas, estão desesperadas, sem atenção médica do Ipsemg, sem a garantia do tempo passado do INSS. E volta agora para o Ipsemg toda essa jogatina que o governo fez com as professoras, que não pode e não será resolvido com a demagogia de véspera de eleição.

Essa emenda à Constituição, se votada na Casa, não terá validade; o governo não poderá sequer aplicá-la, porque não pode ferir uma determinação do STF. Eu espero que os deputados tenham juízo, em vez de ficar mentindo para os professores; que chamem o sindicato para negociar, como fizemos na Comissão de Educação, em que, com a Uemg, a Unimontes e os sindicatos, determinaram-se os melhores caminhos para essas desesperadas professoras. Que resolvam o problema que criaram com esse maldito programa chamado Reinventando o Ensino Médio, que as professoras chamam de "arrebentando o ensino médio". Criaram um sexto horário em que as próprias professoras têm que dar aula de um assunto que seria profissionalizante, mas os alunos não terão diploma de



profissionais. Apenas se criou mais um horário sem profissionalizar os estudantes, substituindo a necessidade do Pronatec, que é algo sério que tem sido feito em nível nacional e que tem formado profissionais, dado emprego a jovens.

Aqui em Minas, o governo do Estado não quer que esse programa vingue. Para dizer que teve preocupação com o tema, criou esse sexto horário, que hoje provoca repúdio geral: os estudantes não querem, ficam cansados, brigam com as professoras; as professoras ficam cansadas, brigam com os alunos. Ninguém aguenta mais esse tipo de modelo pedagógico imposto de cima para baixo, para fazer propaganda em televisão. Esse é o caos da escola pública.

O próximo governador, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, terá de refundar a educação em Minas, fazer uma nova educação, chamar imediatamente uma conferência estadual de professores e educadores e combinar o que será pedagogicamente feito em Minas. Terá de resolver evidentemente por meio de concurso público, que conte o tempo de serviço dos professores da Lei nº 100. Isso pode ser feito por critério eliminatório, pois o próprio STF assim o permite, o que garantirá à grande maioria, sendo concursado, iniciar uma vida com carreira e com piso salarial. O próximo governador, portanto, terá de reconstruir a educação em Minas, que foi massacrada pelos tucanos, carrascos. Aliás, o nome de tucano deveria ser substituído por frieira ou coisa parecida, cupim, que é algo que vai corroendo o Estado e que agora corroe a educação. O tucano, coitado, não merece esse nome, isso está mais para cupim ou frieira.

O deputado Zé Maia (em aparte)* – Deputado Rogério Correia, cumprimento V. Exa. por abordar um tema extremamente importante e relevante, que é a questão dos profissionais da área de educação afetados pela derrubada da Lei nº 100 pelo Supremo Federal.

O conjunto desta Casa, deputado Rogério Correia, tanto o governo quanto a Oposição, tem procurado dar uma solução melhor a essas pessoas. É muita gente. São 98 mil profissionais. Desde a Constituição de 1989 para cá, sucessivos governos de Minas contrataram esses profissionais, professores e serviçais. O Ministério Público, em 2007, fez um comando ao governo de Minas para que esses profissionais fossem demitidos. Assim, o governador Aécio Neves, àquela época, encontrava-se diante de uma situação difícil. Teria de demitir esses profissionais, professores e serviçais, pois essa era a proposta e o que diz a Constituição. Teria, a princípio, de demitir 98 mil profissionais, na maioria, não contratados na época em que o Aécio era governador de Minas. Era uma decisão terrível para qualquer governante. Então, ele procurou junto com a sua equipe tentar uma solução quase impossível que fosse melhor do que demitir esses profissionais. Então, ele enviou ao Parlamento, que representa o povo, para que aprovasse uma legislação na tentativa de regularizar a situação desses profissionais. Não havia outra alternativa. O Estado de São Paulo e vários Estados fizeram isso, tentaram achar uma solução. Então, não havia caminhos: ou o governador mandava a lei para a Assembleia ou demitia ali todos os profissionais. Governar é tomar decisões difíceis. O Aécio enviou a esta Casa, e o Parlamento aprovou. O Ministério Público entendeu que a lei era inconstitucional. De fato, acabou, e V. Exa. lembrou muito bem aqui que o Supremo acatou, por 8 votos a 1, o pedido do Ministério Público. É uma decisão muito forte, pois é da mais respeitada e alta corte de Justiça do País.

Agora, como se vai discutir uma decisão do Supremo? Vai-se recorrer à ONU? Isso não é correto. Estamos procurando agora um caminho viável, e acredito que não é só o PSDB, nem o momento eleitoral é propício para isso. Temos até abril do ano que vem, prazo que o Supremo deu para que esses profissionais fossem demitidos.

É bom que se diga que a lei teve vantagens. Mesmo tendo sido considerada inconstitucional, o Supremo acatou que aqueles profissionais que se aposentaram no curso da vigência da lei estão beneficiados; 22 mil profissionais tiveram a situação razoavelmente resolvida. Então, não foi em vão a Lei nº 100, pois, pelo menos, 22 mil se salvaram. Agora o que se propõe é que a Assembleia e o Congresso Nacional achem um caminho. Acho que, neste caso, não se trata de uma questão de partido, do PSDB, mas do conjunto da classe política. Deveríamos, então, descer do palanque, pois esse assunto é muito sério.

V. Exa. tocou na questão de sala de aula. Tenho duas irmãs e três tias que são professoras da rede estadual de ensino de Minas Gerais. É um assunto muito sério para tratarmos no momento eleitoral e politizarmos o assunto. A proposta que fazemos, o único caminho, talvez não seja a solução, é lutar até o final para tentar resolver o problema desses profissionais. São pessoas. Imaginem pessoas que ficaram 15, 20 anos trabalhando! Não é apenas um governo: sucessivos governantes de Minas Gerais fizeram esses contratos irregulares.

Então, o que o conjunto da classe política e dos partidos devemos fazer é o seguinte: já que a lei é inconstitucional e já que o parlamento tem essa primazia, vamos tentar alterar a Constituição Federal e a Constituição Estadual. Mas nenhum partido vai fazer isso sozinho. Então, devemos fazer uma convocação à classe política de Minas e do Brasil para que o conjunto da classe política, o conjunto dos partidos, o conjunto da Assembleia Legislativa de Minas e do Congresso Nacional – PSDB, PT – esqueçamos as eleições. Esses professores têm seus candidatos e certamente não vão votar apenas em um, em um partido ou em outro, mas temos uma responsabilidade maior. As eleições vão passar daqui a 45 dias. Mas a convocação, meu caro Rogério, V. Exa. que é um líder importante da oposição e da base do governo federal, é para alterarmos a Constituição. Não há garantia, mas talvez isso possa resolver. O Supremo e o Ministério Público podem novamente não ter essa sensibilidade, mas acho que o parlamento, como representa a sociedade e tem essa primazia, se alterar a Constituição Federal e a Constituição Estadual, poderá mostrar que foi até o final dessa discussão. Se não der, pelo menos tentamos com as nossas últimas forças e como o último remédio. Vamos aguardar que o Supremo Tribunal Federal e o Ministério Público tenham a sensibilidade de ver que essas pessoas e essas famílias estão sofrendo. Essa é a realidade. Então, a convocação é esta: vamos descer do palanque neste momento. Vamos cuidar do sofrimento dessas famílias. Eu não utilizo e não vou utilizar essa PEC na minha campanha, absolutamente, temos que resolver esse problema, e nenhum partido vai resolver isso sozinho. Vamos fazer isso juntos, vamos ajudar essas pessoas. Acho que a sociedade e esses profissionais esperam de todos nós sensibilidade.

Cumprimento V. Exa. pela preocupação que tem com isso e deixo aqui essa convocação ao conjunto da classe política e dos partidos, para que possamos alterar a Constituição Federal e a Constituição do Estado, como a última tentativa de salvar a vida dessas pessoas. Muito obrigado e parabéns pelo seu pronunciamento.

O deputado Rogério Correia* – Obrigado, deputado Zé Maia. Apenas algumas correções. O que foi 8 a 1 foi a modulação. O resultado da inconstitucionalidade foi 11 a 0. Houve unanimidade. O que foi considerado inconstitucional foi exatamente o conteúdo, e não apenas a PEC. Se V. Exa. fizer a leitura, verá que o que está sendo considerado inconstitucional é o fato de, sem concurso público, buscar-se a efetivação dos profissionais.

O deputado Zé Maia (em aparte)* – Deputado Rogério Correia, quero só fazer-lhe uma pergunta: digamos que V. Exa. fosse governador de Minas, o que faria se o Ministério Público recomendasse a demissão dos profissionais?

O deputado Rogério Correia* – Vou primeiro responder aos demais, depois concederei aparte, primeiro para o deputado André Quintão e depois para o deputado Lafayette de Andrada.

Eu apenas queria ver o futuro dessa questão, o que exatamente está sendo apresentado aqui. O que foi considerado inconstitucional foi o conteúdo, portanto, não adianta eu refazer uma lei e levá-la ao Supremo. O próprio Executivo não poderá adotar a efetivação desses professores porque o Supremo já disse que isso é proibido, que ele não pode efetivá-los. Então é óbvio que, aprovada uma PEC aqui, ela não será aplicada. Ela sequer terá que ser julgada. O governo não poderá aplicá-la porque já há uma decisão do Supremo, seja PEC federal, seja PEC estadual. No caso da PEC federal, também por má-fé do Sr. Rodrigo de Castro – e eu digo que é má-fé porque ele sabe disso, ou seja, por ser PEC não deixa de ser inconstitucional.

O Supremo já tem diversas deliberações sobre isso. Você pode apresentar uma PEC, e ela ser inconstitucional. É o caso dessa. Você não pode dizer: “Só entra a partir de 1988 por concurso público. De 1988 até agora entraram por concurso público. Os que não entraram por concurso público serão agora efetivados”. É óbvio que o Supremo dirá: “Não pode a Constituição ser rasgada nesse período e esquecida”. Essa cláusula pétrea só poderia ser retirada pela própria Constituinte, já dissolvida.

Então qualquer parlamentar federal sabe disso; o Rodrigo de Castro é muito inteligente. Evidentemente, não terá sucesso na sua PEC federal. Além disso, prometeu às professoras que o faria até as eleições. Eu coloquei o meu mandato contra o dele, aí ele veio para esta Casa. Agora os deputados querem enganar as professoras, mas de boas intenções o Inferno está cheio. Estão dizendo que as professoras serão efetivadas, caso seja votada uma PEC nesta Casa, apesar de saberem que isso não deverá ser feito.

Esperem um pouco. Não vou conceder aparte agora. Somente na ordem e no momento certo. Vocês estão parecendo o Bonner com a Dilma porque ele não a deixava falar. Esperem. Eu sou a Dilma, e V. Exa. é o Bonner e está querendo me interromper, mas não faça isso, por favor. O Bonner é mal-educado e V. Exa. não é. Espere que, primeiro, vou terminar a minha fala.

Pode aguardar porque V. Exa. terá o seu momento de falar. Deixe-me terminar o meu argumento. V. Exa. está me atrapalhando. Até parece uma estratégia.

É óbvio que essa não é a solução. Se realmente querem uma solução para as professoras, por que não assentar para conversar com o sindicato? Eles estão pedindo isso à Secretaria de Administração. Aliás, a secretária de Educação está convocada a comparecer à Assembleia Legislativa, mas até hoje ela não veio. Por que os senhores não assentam para discutir isso com eles e conosco? Vamos fazer uma comissão para saber o que é melhor em vez de fazer uma PEC demagógica. Sabidamente essa PEC não tem solução.

Quem está no palanque é exatamente quem propôs essa PEC miraculosa, mentirosa, e o Sr. Rodrigo de Castro é um deles. Na verdade, ele não deveria tratar desse assunto, já que o pai tem um dívida enorme com as professoras. Estou falando do maldito subsídio. V. Exa. acha que os professores vão acreditar que aqueles que foram o tempo inteiro contrários àquilo que reivindicaram na Casa vão resolver o problema deles? Acho que não. O problema é que as professoras ficam cada vez mais agoniadas, deputado André Quintão, enquanto não se resolve de fato o problema delas. Nesse caso, o melhor é ir fingindo que desejam dar uma solução mágica.

As professoras precisam de uma solução, e temos sugestões a fazer, assim como o sindicato. Uma solução seria a realização de um concurso para as professoras com um número real de vagas, para que elas possam fazer uma prova que leve em consideração o período prático delas na fase eliminatória. Na fase posterior, na fase classificatória, elas também deverão ter direito ao tempo de serviço porque o Supremo assim o permite. Essa, sim, é uma solução em que podemos pensar fora do palanque eleitoral. Entretanto, V. Exa. não pode subir no palanque com base em uma PEC miraculosa, mentirosa e demagógica para dizer às professoras que isso será a salvação para elas: só a PEC salva. É óbvio que o debate ficará prejudicado. Essa é uma tentativa demagógica.

O deputado André Quintão (em aparte)* – Primeiro gostaria de parabenizá-lo pelo pronunciamento. Desde o início, após a decisão do Supremo, subi a esta tribuna para dizer que essa seria uma questão para ser tratada com responsabilidade, tendo como foco principal os milhares de trabalhadores da educação, numa situação de insegurança profissional, previdenciária, remuneratória e até existencial em função de não saberem do futuro, do amanhã.

Tivemos oportunidade de fazer obstrução nesta Casa e nos reunimos com o secretário de Governo para solicitar a formação de uma comissão com a participação do Sind-UTE, dos trabalhadores e desta Assembleia, para buscar soluções para situações específicas, por exemplo, para a transição previdenciária e para o problema da falta de cobertura por parte da previdência nacional. Todas as outras tentativas, como é o caso da proposta de emenda constitucional no âmbito do Estado, significam despertar uma esperança ou uma falsa expectativa. Uma coisa é você, deputado Rogério Correia, trabalhar na linha de um concurso que leve em conta as especificidades dos cargos a serem ocupados.

Devemos fazer um concurso que valorize o tempo passado, um concurso – e não tenho vergonha de dizer – que leve em consideração os incontáveis anos de serviço prestado por dignos e humildes trabalhadores e trabalhadoras da educação, que em um processo público terão, entre aspas, uma condição especial em razão do trabalho já realizado. Isso é permitido por lei, isso é possível de ser discutido. Agora trazer novamente à Assembleia uma proposta restrita ao âmbito do Estado, sendo que o Supremo Tribunal Federal já a julgou inconstitucional, além de ser uma incorreção jurídica, é uma expectativa posta em um período eleitoral que pode levar a leituras diversas, diferenciadas. Então quero reiterar minha concordância com V. Exa. Precisamos fazer esse debate claro, e a melhor forma de fazê-lo seria envolver o sindicato e as lideranças.

De fato parece, deputado Rogério Correia, que as últimas iniciativas do governo e das lideranças estão um pouco caóticas. Hoje estava lendo na imprensa que um expoente da campanha de um determinado candidato – não o mencionarei em razão da questão eleitoral – disse que um presidenciável tucano iria a Uberlândia, porque esta cidade tem mais voto que todo o Vale do Jequitinhonha.



Por isso ele vai lá. Primeiro quero dizer que não podemos visitar regiões em função do número de votos. Visitamos as regiões de Minas em razão das prioridades. Todas elas são prioritárias. Os trabalhadores da educação devem ser prioridade. O Triângulo Mineiro deve ser prioridade. O Jequitinhonha deve ser prioridade. Falo de prioridade para políticas públicas. Contudo me parece que o critério é número de habitantes. Parece que um presidenciável tucano de Minas Gerais vai a determinada região porque seu colégio eleitoral supostamente seria maior. Parece que ele seria maior em uma cidade do Triângulo, se comparado a todo o do Vale do Jequitinhonha. Então há até uma incorreção de números. A cidade de Uberlândia, tão querida, que todos nós admiramos e gostamos e deveria receber toda a visita possível, não tem o colégio eleitoral maior que o do Vale do Jequitinhonha; e acho que isso não deveria ser critério de política pública nem de visita de político em campanha ou não. Ele precisa conhecer todo o Estado. Conhecendo Minas Gerais, ele ouvirá de todo o Estado o drama dos professores, da Lei nº 100, e com saídas sérias, sinceras. O Supremo acaba de votar. Acho que isso é até pensar que as pessoas não estão raciocinando.

O deputado Rogério Correia* – Atentas.

O deputado André Quintão (em aparte)* – Só pode ser. O Supremo acaba de falar: é inconstitucional uma medida da Assembleia. Aí a Assembleia vai consertar fazendo a mesma coisa a fim de gerar uma expectativa para que daqui a seis anos ou sete anos ou oito anos haja novamente uma decisão. Concordo com o que disse o deputado Zé Maia: vamos buscar uma saída sem palanque. A inexistência da atitude de palanque exige medidas sérias, corretas, adequadas e principalmente dialogadas com o conjunto dos trabalhadores da educação. Então quero deixar esse alerta e parabenizar V. Exa., que é da categoria, da classe e conhece o anseio dos trabalhadores da educação. Vamos tratar isso de modo certo. Do contrário, em vez de estarmos discutindo a real saída, todos novamente debatemos a PEC do Estado. Isso é uma falsa expectativa. Essa não pode ser uma atitude correta. Até acho que estão bem-intencionados. Tenho a certeza de que, pelo menos, a maioria está bem-intencionada. Contudo ela está criando uma falsa expectativa. Acho que isso não é correto.

O deputado Rogério Correia* – Deputado André Quintão, quero dizer a V. Exa. que esse caso não demoraria seis anos ou sete anos. Certamente o Executivo não poderia colocar em prática essa deliberação da Assembleia porque há ordem do Supremo contrária àquele efetivo. Então isso seria de imediato. Nem sequer haveria a intenção protelatória que teve a outra. Essa sequer teria esse efeito protelatório. Ela seria de imediato cortada. Haveria apenas o efeito de não discutir com as professoras uma saída séria antes do período eleitoral. Ela amorteceria, no período eleitoral, o ódio que as professoras estão sentido pelo governo tucano na sala de aula.

O deputado Lafayette de Andrada (em aparte)* – Deputado Rogério Correia, com todo respeito, quero divergir de V. Exa. do ponto de vista jurídico dessa questão, no sentido de fazer uma discussão madura, afastando o nosso viés partidário. É uma questão, como todos que me antecederam disseram, seriíssima e temos de tratá-la com extrema seriedade. Estamos falando de milhares de servidores, de milhares de famílias atingidas.

Quero dizer que essa PEC não nasceu morta como V. Exa. está defendendo, e é disso que quero divergir, por duas razões principais. A primeira delas é que legislação semelhante existe em outros estados. Por que só em Minas Gerais ela não pode existir? Tem de haver essa discussão. Por que ela é inconstitucional em Minas e não é em São Paulo? Por que é inconstitucional em Minas e não no Acre? Essa é uma discussão importante que temos de fazer para enfrentar o problema.

A segunda questão: a própria decisão do Supremo Tribunal que a julgou inconstitucional foi extremamente confusa. Demorou meses para sair o acórdão depois da votação dos ministros, para entenderem o que tinham votado, pois me parece que cochilaram na hora. E esse acórdão saiu diferente do que tinha sido votado no plenário do Supremo. Tanto que o acórdão acolheu a aposentadoria de 22 mil servidores, mas não acolheu a de outros 60 mil. Ou seja, a própria decisão foi confusa, e os próprios ministros não tinham a certeza, a convicção do que fizeram: o que está proibido para Minas Gerais está permitido para o resto do Brasil.

Outra questão é a necessidade de reapresentarmos essa PEC para rediscutir essa questão. Existem precedentes de o Supremo voltar atrás, ver que errou. São 11 ministros que seguem normalmente – é a praxe natural – o que o relator faz. O relator estudou o problema, deu o seu voto e todos o acompanharam. E foi naquele roldão. Existem precedentes de o Supremo rever a sua própria posição. Essa é uma discussão que precisa ser trazida a debate, pois é séria e está atingindo milhares de servidores.

V. Exa. defende que – e eu não discordo disso, como falou o deputado André Quintão –, em vez de mudar a lei, o governo discutia com o sindicato. O governo não pode fazer nada que a lei não permita. Não adianta discutir com o sindicato. Temos de discutir? Sim. Ótimo. Temos de sentar, conversar e desenhar uma solução, mas para qualquer solução que seja desenhada é necessária uma lei. Então, é nessa direção que foi apresentada a PEC. Acho que ela é boa e apresenta sim uma solução, uma luz no fim do túnel. É um debate sério que precisa ser feito, mas divirjo de V. Exa., não é um debate natimorto. Eram estas as minhas palavras.

O deputado Zé Maia (em aparte)* – Os deputados André Quintão e Lafayette de Andrada fizeram intervenções com bom conteúdo. Deputado André Quintão, quero apenas divergir de um pequeno detalhe. A PEC não é a mesma coisa do que votamos. Votamos uma lei estadual. Foi uma tentativa. Agora o que se propõe é uma alteração, uma emenda à Constituição do Estado e à Constituição Federal. Deputado Rogério Correia, não acho que isso seja uma questão simples nem mesmo uma solução fácil, mas penso que o Parlamento tem a prerrogativa de alterar a Constituição. Se a lei foi inconstitucional, o que propomos é mudar a Constituição para que esse pleito seja acolhido.

Encerro a minha participação mandando um recado ao Supremo Tribunal Federal o qual respeito. Sou advogado e sei que decisão judicial temos de cumprir, ou, como nós, do parlamento, tentar alterar a legislação adequando-a à realidade. O meu recado ao Supremo: aprendi, nos bancos da universidade de direito, que sempre que nos deparamos com um confronto entre a justiça e o direito devemos sempre optar pela justiça. Vou sempre fazer isso. Não é justo o que o Supremo fez com 98 mil servidores do Estado. É lamentável. Respeito. Não vou contra o Supremo, mas acho que, na minha posição de parlamentar e de cidadão, eles deixaram de olhar a justiça. Colocar 98 mil famílias da área da educação em uma dificuldade dessa? A sociedade de Minas, por meio dos seus parlamentares, havia dado o aval a essa situação, portanto, deveriam ter respeitado a população mineira aqui por nós representada. Desde 1989 há falhas na contratação desses funcionários. Estamos regularizando isso. Daqui para a frente cumprimos a Constituição.



Deputado Rogério Correia, há outra questão muito importante e relevante que V. Exa. levanta, que é o concurso público. Não há outro caminho. É natural que o Estado promova o concurso público, pois, se porventura essa situação não for resolvida, não há outro meio de suprir a lacuna deixada por esses profissionais. Esse caminho é absolutamente natural.

Essa discussão é importante, e temos de enfrentar a situação. O último lance seria tentar alterar a Constituição Federal e a Constituição do Estado, sem a garantia de que isso seja resolvido, mas acredito que valha a pena tentar.

O deputado Rogério Correia* – Muito bem, deputado Zé Maia. Vou pontuar mais algumas questões, pois, embora as argumentações sejam importantes, V. Exas. não apresentaram novidades.

Também lamento a decisão do STF e o fato de diversos governos não terem resolvido o problema do concurso público. Desde 1998 ficou estabelecido o ingresso por concurso público. Esse ponto da Constituição Federal é importante. Sem isso ocorre o apadrinhamento de pessoas, de partidos políticos e de governos. Quando entra um governo, são contratados alguns servidores, mas, quando esse governo sai e entra outro, esses servidores são retirados para que outros sejam contratados. Na época, o constituinte ordenou, de forma justa, que o preenchimento dos cargos fosse feito por concurso público. É lamentável o que aconteceu: os governos adiaram e protelaram a realização dos concursos públicos e passaram, como acontecia antes da Constituição, a nomear quem quisessem, adotando os critérios que escolhessem, o que acarretou essa bagunça no serviço público de Minas Gerais, que foi elevada à enésima potência.

Depois de 12 anos de governo do PSDB em Minas Gerais, há em torno de 150 mil professores ou ex-efetivados, que hoje estão como designados, mas voltarão a ser ex-efetivados no Ipsemg, ou contratados. Há apenas em torno de 50 mil, no máximo 70 mil, professores efetivos. Isso é o contrário do que se poderia esperar depois de 12 anos de um governo que se negou a aplicar o que prevê a Constituição Federal.

Nesse caso, remeter a culpa ao STF não é adequado para aqueles que pertencem ao governo do PSDB. Por que, nesses 12 anos, não arrumaram essa situação? Agora falam em concurso público. Não acredito que o PSDB faça isso. Vou dar um exemplo.

Estávamos em uma reunião da Uemg e da Unimontes, deputado Tadeu Martins Leite. V. Exa. trabalha tanto em favor da Unimontes e está sempre atento. Eles me disseram que a Uemg já não realiza concurso há 20 anos e a Unimontes há exatos 12 anos. Parece brincadeira, mas não há concurso há exatos 12 anos. Os tucanos deixaram de realizar concurso durante todo esse período tanto na Uemg quanto na Unimontes. Agora eles vêm falar em concurso público.

Quando fui vereador em Belo Horizonte, com o vereador Fernando Cabral – o Patrus era o relator da lei orgânica –, escrevemos que não poderia haver a figura do professor contratado. Todo professor deveria ser concursado. Aplicamos isso, que passou a valer em Belo Horizonte. Aqui não há professor contratado. Vocês sabiam disso? Em Belo Horizonte todos os professores são concursados, e podem aumentar a jornada de serviço quando uma professora fica grávida ou quando um professor fica doente, mas não há vínculo de contrato. Em Belo Horizonte todos os professores são concursados. Resolvemos o problema com a lei orgânica. Depois de 12 anos de governo, de choque de gestão, com a boa gestão da Dra. Renata Vilhena e do Prof. Anastasia, tão competentes, não conseguiram realizar um concurso público na Uemg e outro na Unimontes. Agora vêm dizer que o problema é do Supremo.

Deputado André Quintão, sinceramente, estou sensível ao ver a forma de resolver os problemas. Os professores da Uemg e da Unimontes nos disseram que o governo deveria ter conversado com eles. Outra característica do governo tucano: não conversar com sindicato, pois não gosta de sindicato e não gosta de trabalhador organizado. Eles atacam os sindicatos e, agora, estão atacando o Sind-UTE e impetrando ações para que ele não faça propaganda contando a verdade sobre as escolas.

Os tucanos não gostam de ouvir a verdade, principalmente vinda do sindicato. Na reunião que fizemos, as professoras da Uemg e da Unimontes nos disseram que realizaram o chamado processo seletivo temporário, submetendo-se a provas públicas não apenas internas, mas com concorrentes públicos, e queriam saber se esse caso não poderia ser considerado concurso. Acho inviável que o próprio Supremo considere esse processo seletivo um concurso realizado, mas, aí sim, elas poderiam ser efetivadas por o terem realizado. Essa é uma hipótese. Mas o governo não questionou isso ao Supremo, porque nem sabia que isso aconteceu; o governo desconhece as normas da Uemg e da Unimontes. É o mesmo que acontece no Colégio Tiradentes, que também teve processo semelhante. Isso poderia fazer com que esses que se submeteram ao concurso fossem efetivados.

Repetindo, acho que qualquer um que tenha boa intenção em relação a essa questão há de concordar comigo. Não vamos alterar a posição do STF com apelos sobre essa questão da Assembleia Legislativa. Não adianta o deputado Lafayette de Andrada dizer: “Ah, o Supremo decidiu meio assim. Não sabia o que estava fazendo”. Será que os ministros não prestaram atenção, deputado Tadeu Martins Leite, e agora vão prestar? Sinceramente, acho difícil que esses ministros tenham sido negligentes; que não sabiam o que estavam votando. Não acredito. Esse é um argumento ilusionista. Estão tentando iludir as pessoas dizendo que o Supremo pode mudar de opinião porque os ministros não sabiam o que estavam fazendo. É mais para tentar justificar a PEC inconstitucional. Não concordo com a ponderação do deputado Lafayette de Andrada.

Além disso, quero fazer uma correção: a modulação que proporcionou que os servidores que já tinham tempo para a aposentadoria se considerassem aposentados – 22 mil servidores foram beneficiados – não foi feita no acórdão, como disse o deputado Lafayette de Andrada; ela foi votada no mesmo dia. Deputado André Quintão, o acórdão não mudou absolutamente nada; está igualzinho; não tem nada de diferente nele. No mesmo dia em que votou, o Supremo fez a modulação que permitiu a aposentadoria para os 22 mil servidores. Portanto, o acórdão não mudou.

Sr. Presidente, colegas deputados, vou concluir as minhas palavras sobre isso, mas o faço com uma palavra de esperança aos professores, principalmente aos professores da Lei nº 100. Deputado André Quintão, no caso previdenciário, foi feito um acordo entre União e governo do Estado, por meio do INSS, que permite que a contagem de todo o tempo desses professores seja acatada pelo INSS e de todos os designados trabalhadores da Lei nº 100. Isso foi acordado em 2007, quando a lei foi votada. Então, todos eles têm direito previdenciário, deputado Ulysses Gomes. Basta o governo do Estado aplicar e comunicar a certidão de aprovação e de recolhimento desses servidores. Então, na questão da aposentadoria, os professores podem ter mais tranquilidade porque o tempo de serviço, necessariamente, será contado.



Mas sou mais esperançoso: creio que, com um governo justo, poderá ser feito um concurso que leve em consideração o tempo de serviço para efeito de desempate e que leve para a prova eliminatória o critério da prática, deputado Ulysses Gomes, porque isso é correto. Uma professora não pode ter uma prova agora num quadro desse, estabelecido como critério, sem essas considerações pelo tempo de serviço.

Em outras palavras, não pode ser uma aferição que coloque em pé de igualdade, para uma determinada análise do governo, apenas aquilo que é do conhecimento teórico de quem sai agora do banco das escolas; que também leve em consideração o teor prático, para que dê equidade e condições de concorrência minimamente satisfatórias aos professores que estão há bastante tempo lá. É importante que isso seja feito. Tenho certeza de que, com isso, a imensa maioria será efetivada com todos os direitos adquiridos durante esse tempo. Essa questão deve ser discutida com o sindicato e os representantes, a fim de acolhermos essa posição.

A proposta de emenda à Constituição – por mais que alguns deputados venham aqui falar manso sobre ela – tem um profundo teor eleitoral. Ou seja, durante o período das eleições, pautam algo impossível para tentar diminuir o impacto negativo da ação do governo. Essa é a real intenção dessa proposta de emenda à Constituição. Com certeza, deputado Ulysses Gomes, ela tem o dedo governamental e do PSDB. Tentam diminuir o impacto, que é extremamente negativo, ao que foi feito às professoras durante todo esse período. Não foi apenas às professoras da Lei nº 100, mas a todos os professores do Estado de Minas Gerais. Hoje, se visitarmos uma escola, vamos ouvir críticas e mais críticas ao governo do PSDB, especialmente a Aécio Neves, que era governador na ocasião e deixou as escolas completamente transtornadas. O certo é que existe um transtorno na escola pública; ela não funciona. Esse é o real quadro das escolas. Agora, querem minimizar a situação. Repito: os carrascos da educação, que votaram contra o sistema educacional durante todo o período, até mesmo aqui na Assembleia Legislativa, hoje se fingem de ovelhas para tentar arrebanhar professores e professoras incautos, com ideias mirabolantes, que, no fundo – e V. Exa. sabe –, são demagógicas.

O deputado Ulysses Gomes (em aparte)* – Deputado Rogério Correia, concordo com suas palavras e o parabenizo por sua intervenção, que é fundamental para que possamos esclarecer isso a toda a sociedade mineira, particularmente aos profissionais da educação e, de forma especial, aos que se enquadram na questão específica da Lei nº 100. É um absurdo o que estamos vendo aqui. É uma ação extremamente demagógica. A nossa bancada, o nosso bloco tem de cumprir esse papel, ou seja, prestar esclarecimentos à comunidade específica da área da educação, à sociedade mineira, para que não caiam em mais uma mentira.

Depois que esses quase 100 mil profissionais – sobraram 80 mil – foram enganados pelo governo do Estado, por várias vezes, pelos três governadores que por aqui passaram nesses 12 anos, querem, depois de uma ação julgada pelo Supremo Tribunal Federal, reapresentar uma nova proposta no teor que estão apresentando. Não podemos concordar com isso. Acredito que a absoluta maioria dos professores não vai cair nessa mentira. Como, infelizmente, não temos a capacidade e o controle de fazer com que a informação chegue no momento certo a todos eles, pode ser que, de alguma forma, essa informação chegue distorcida para as pessoas, para alguns profissionais e, dessa forma, possa levá-los a aceitar, acreditar que essa proposta de emenda à Constituição vai abrir alguma brecha, ou, como disse um deputado, resolver o problema. Se não resolver, pelo menos a Assembleia poderia chegar ao limite de sua tentativa. Isso é enganar novamente a população. Com a responsabilidade que temos, não podemos fazer isso. Não basta querer aprovar uma proposta de emenda à Constituição, porque, mesmo se for aprovada, o resultado será uma enganação, uma mentira e não vai resolver o problema dos professores.

Da nossa parte, no mínimo, a responsabilidade nos impõe a necessidade de alertá-los e de, obviamente, falar a verdade, e esta é uma só: uma enganação. Essa PEC não terá nosso apoio porque, mais uma vez, vem no intuito de prorrogar, de empurrar, de enganar, gerando nova expectativa, nova esperança, situação em que os professores já se encontram há anos. Precisamos de ações efetivas de um estado que enganou esses professores, e, assim, não cabe a nós querer, por uma perspectiva de empurrar a solução, enganar os professores.

Deputado, como nossa força, nosso apoio porque é demagógico, é mentiroso, é uma enganação levamos isso à frente. O mínimo que o governo deveria fazer seria assumir seus equívocos, olhar no olhos, dialogar com os professores, o que não vem fazendo. Tenha nosso apoio, nosso reconhecimento. Mais uma vez, reafirmamos nosso apoio aos professores e profissionais da educação que estão passando por isso. Infelizmente, esse tempo todo o governo os enganou. Agora, no período eleitoral, quer inventar uma proposta de emenda à Constituição que, mais uma vez, vai empurrar essa expectativa, porque, votado isso, não dará em nada. Por um momento curto, por um momento eleitoral não vamos criar uma ação demagógica.

O deputado Rogério Correia* – Deputado Ulysses Gomes, foi bom V. Exa. fazer essa intervenção porque vou renovar ao demagogo deputado federal Rodrigo de Castro a seguinte proposição, um desafio. Disse que, se ele resolvesse esse problema, da forma demagógica como fala, antes das eleições, eu deixaria de ser candidato. Caso contrário, ele o faria. Ele não topou o desafio, veio ontem à Assembleia Legislativa fazer demagogia.

Demagogo Rodrigo de Castro, faço outro desafio a V. Exa. Se, até abril do ano que vem, prazo do concurso público, V. Exa. resolver, dessa forma como promete às professoras enquanto está em campanha, abro mão do mandato, evidentemente se o tiver. E V. Exa. abrirá mão do seu, se o tiver, caso não resolva da forma como propõe. O prazo é até abril. O governo deveria chamar os sindicatos, conversar com os professores e fazer uma transição que garantisse às professoras, aos professores, aos trabalhadores da educação seus direitos da Lei nº 100. E são muitos. E estão tentando enrolar para depois das eleições. Um desses direitos é que o auxiliar de escola faça seu concurso público. A Dra. Renata Vilhena, secretária de Planejamento, na reunião que teve com o sindicato, aventou a possibilidade de se fazer a privatização das escolas públicas no lugar do concurso público. Com isso, terceirizam-se os serviços de limpeza e da merenda. Se ela terceirizar, contratará pessoas que não são as que estão na escola, sem dar a estas sequer o direito ao concurso prático e com contagem de tempo. Estão armando para depois das eleições uma arapuca ainda maior para professores, professoras e trabalhadores da educação. Agora, demagogicamente, querem fingir que têm uma solução mágica.

Demagogo Rodrigo de Castro, faço outra sugestão: peça ao governo e ao seu pai, Danilo de Castro, que enviem à Assembleia Legislativa, se querem ajudar as professoras, a transformação do subsídio que V. Exas. impuseram, transformando-o em piso salarial. Temos compromisso de lutar pelo piso salarial das professoras. Mandem para cá o piso salarial. Esse sim, deputado Tadeu, se vier do



governo, é constitucional. Se Rodrigo de Castro quiser, convença o pai dele e o governador Alberto Pinto Coelho a desfazerem esse malefício que foi feito com a educação. Não venha com demagogia na reta final de eleição. Até rimou. Grande abraço, deputado Tadeu Leite, muito obrigado.

O presidente (deputado Tadeu Martins Leite) – Tendo em vista a importância das matérias constantes na pauta, a presidência solicita ao secretário que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário (deputado Ulysses Gomes) – (– Faz a chamada.)

O presidente – Responderam à chamada 29 deputados. Portanto, há quórum para a continuação dos trabalhos.

Suspensão da Reunião

O presidente – A presidência vai suspender a reunião por 10 minutos para entendimentos entre as lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente (deputado Dinis Pinheiro) – Estão reabertos os nossos trabalhos.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, desconvocando a extraordinária de hoje, às 20 horas, e convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

* – Sem revisão do orador.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 14 horas do dia 25/8/2014, destinada a homenagear o Hospital Municipal Odilon Behrens pelos 70 anos de sua fundação.

Palácio da Inconfidência, 22 de agosto de 2014.

Dinis Pinheiro, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 25 de agosto de 2014, destinada a homenagear a Fundação Benjamin Guimarães/Hospital da Baleia, pelos 70 anos de sua criação.

Palácio da Inconfidência, 22 de agosto de 2014.

Dinis Pinheiro, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 4.555/2013

Mesa da Assembleia

Relatório

De autoria da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 46/2013, a proposição em análise requer seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de informações sobre a viabilidade e a conveniência das medidas previstas na referida proposta.

Após sua publicação no “Diário do Legislativo” de 18/4/2013, vem a matéria à Mesa da Assembleia para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição sob análise tem por objetivo colher informações junto a órgão do Poder Executivo a fim de subsidiar o processo legislativo. Requer-se, especificamente, que o Comando-Geral da PMMG informe sobre a viabilidade e a conveniência das medidas previstas na Proposta de Emenda à Constituição nº 46/2013.

A requisição de informações junto ao Poder Executivo é prerrogativa constitucional do parlamento e decorre da aplicação do princípio da separação dos Poderes. Tal princípio, no caso brasileiro, está expressamente previsto no art. 2º da Constituição da República como um dos fundamentos do Estado.

O texto constitucional, em seu art. 50, dispõe sobre o dever de o Poder Executivo prestar informações ao Legislativo. Esse preceito é reproduzido na Constituição Mineira no art. 54, segundo o qual, nos termos de seus §§ 2º e 3º, a Mesa da Assembleia pode encaminhar a Secretário de Estado, a dirigente de entidade da administração indireta, ao Comandante-Geral da Polícia Militar e a



outras autoridades estaduais pedido escrito de informação, implicando a sua recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, ou a prestação de informação falsa, crime de responsabilidade ou infração administrativa, sujeita a responsabilização.

Observe-se que a aludida prerrogativa parlamentar está postada no âmbito do exercício da função fiscalizadora do Poder Legislativo (SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros, 2000). Sua realização implica a possibilidade de a casa legislativa conhecer todos os atos praticados na esfera administrativa estatal, para bem concretizar seu dever de fiscalização e controle, tendo em vista a concretização da ideia de um governo exercido sob a lei, e não, segundo o interesse do governante. Trata-se de efetivar o chamado controle parlamentar, mediante o qual deve o parlamento acompanhar a implementação das decisões tomadas pelo Executivo (SARTORI, Giovanni. Elementi di teoria politica. Bologna: Il Mulino, 1987).

O requerimento sob exame não se insere nessa perspectiva fiscalizadora. Seu escopo é apenas o de colher uma posição da autoridade supracitada sobre a viabilidade e a conveniência da Proposta de Emenda à Constituição nº 46/2013. Por viabilidade entenda-se a possibilidade de a medida legislativa ser concretizada. Já conveniência implica um juízo sobre a adequação do texto normativo pretendido ao contexto em que deverá ser aplicado.

Não compete ao Poder Executivo opinar sobre a conveniência de proposição legislativa, salvo no momento constitucionalmente fixado para tanto, o de aposição de sanção ou veto. Trata-se, novamente, da aplicação do modelo de separação dos Poderes, tal como previsto na Constituição da República. Assim como cabe ao Poder Legislativo, de forma autônoma, decidir sobre a conveniência da edição de leis, ao Poder Executivo cumpre executá-las fielmente.

Quanto a um posicionamento de órgão da administração pública sobre a viabilidade de proposição, embora não se trate de medida ortodoxa, há que reconhecer seu cabimento, especialmente em face dos recentes desenvolvimentos da legística.

Com efeito, na esfera da União, o Decreto Federal nº 4.176, de 2002, que “estabelece normas e diretrizes para a elaboração, a redação, a alteração, a consolidação e o encaminhamento ao Presidente da República de projetos de atos normativos de competência dos órgãos do Poder Executivo Federal”, preocupa-se, em inúmeros dispositivos, com a viabilidade da norma. Consta expressamente no Anexo I questão referente à exequibilidade da norma.

No mesmo sentido, inúmeros Estados nacionais têm editado regramento exigindo o cuidado do legislador com a factibilidade da norma. Em França, a reforma constitucional levada a cabo pela Lei Orgânica nº 2009-403, de 15/4/2009, determinou que todo projeto de lei fosse acompanhado de avaliação de impacto, a fim de indicar necessidade, custo e alcance da medida legislativa proposta (PHILIPPE-GAY, Matilde (org.). Les études d'impact accompagnant les projets de loi. Paris: LGDJ, 2012).

Na Grã-Bretanha, o *impact assessment* obriga o parlamento a elaborar um relatório de impacto da legislação que pretende editar. Na Itália, prevê o Regimento Interno da Câmara dos Deputados uma comissão permanente cuja finalidade é a emissão de parecer sobre todas as proposições legislativas, a enfocar aspectos essenciais da legística. Outros países, como Suíça, Canadá e Estados Unidos, também contam com instrumentos parlamentares semelhantes (SOARES, Fabiana de Menezes. “Legística e desenvolvimento: a qualidade da lei no quadro da otimização de uma melhor legislação”. In: Revista da Faculdade de Direito da UFMG, nº 50, págs. 124-142, janeiro a julho de 2007). Na esfera da União Europeia, igualmente, o relatório de impacto, abrangendo aspectos econômicos, sociais e ambientais das proposições, é medida que se impõe. (Disponível em: <http://ec.europa.eu/governance/impact/index_en.htm>. Acesso em 23/4/2013.)

Assim, embora não haja previsão normativa expressa para tanto, deve-se considerar lícita e mesmo desejável a coleta de informações junto ao Poder Executivo para fins de exame da viabilidade da norma que se almeja editar, notadamente em casos como o da Proposta de Emenda à Constituição nº 46/2013, cujo escopo é a instituição da carreira única nas corporações militares do Estado. A requisição de informações, neste caso, obedece a uma racionalidade também inerente à teoria tripartite, qual seja a da necessidade de colaboração entre os Poderes da República em prol da realização do interesse público (CLÈVE, Clémerson Merlin. Atividade Legislativa do Poder Executivo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000). Deve, pois, o requerimento ser aprovado; contudo, acrescido da Emenda nº 1, que o aperfeiçoa, ao retirar do texto a referência imprópria à análise da conveniência da Proposta de Emenda à Constituição nº 46/2013 por parte do Poder Executivo.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 4.555/2013 com a Emenda nº 1, que apresentamos a seguir.

EMENDA Nº 1

Suprimam-se os termos “e a conveniência”.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 18 de agosto de 2014.

Dilzon Melo, relator.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBELIA

Na data de 18/8/2014, o Presidente, nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, e 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Fátima Aparecida Diniz Leal do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;



nomeando Silfárnei Geraldo de Moraes para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2014

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 085/2014

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que, em virtude de alterações efetuadas no edital do pregão presencial em epígrafe, que tem como objeto selecionar a proposta mais vantajosa para a contratação do serviço de lavagem de veículos, a sessão pública presencial do certame fica adiada para as 10 horas do dia 10/9/2014.

Belo Horizonte, 22 de agosto de 2014.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.